A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM SANTO ANDRÉ: UMA AVALIAÇÃO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO USO CULTURAL EM IMÓVEIS TOMBADOS.

Angela Inês M. S. Quintino Armelini

São Paulo, 2008

Universidade de São Paulo
Curso de Pós Graduação da Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo

A Preservação do Patrimônio em Santo André: uma Avaliação sobre a Contribuição do Uso Cultural em Imóveis Tombados

Angela Inês Micheletti da Silva Quintino Armelini

Dissertação apresentada ao Curso de Pós – Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em nível de Mestrado.

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo

Prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefévre
Orientador

São Paulo, 2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

e-mail: angelaquintino@uol.com.br

Armelini, Angela Inês Micheletti da Silva Quintino
A728p A preservação do patrimônio em Santo André: uma avaliação sobre a contribuição do uso cultural em imóveis tombados / Angela Inês Micheletti da Silva Quintino Armelini. - - São Paulo, 2008.
216 p. : il.

Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.
Orientador: José Eduardo de Assis Lefèvre.

1. Patrimônio cultural (Preservação) – Santo André (SP)
2. Patrimônio cultural (Uso) – Santo André (SP) I. Título

CDU 72.025.3

Agradecimentos

Ao iniciar esta dissertação já existiam várias questões colocadas sobre o assunto, que foram sendo esclarecidas ao longo do caminho. Existiam também muitas dúvidas e algumas impressões a serem confirmadas ou não. Fiz várias entrevistas, normalmente mais interessantes do que eu acreditava. Conheci muitas pessoas, às vezes muito empenhadas em colaborar. Por fim, o interesse de tantas outras me fez acreditar no valor dos meus esforços, na importância deste trabalho e no meu próprio valor como pesquisadora.

Enfim, eu acreditava que os agradecimentos seriam apenas uma forma cordial de lembrar daqueles que dedicaram uma parcela do seu tempo a uma causa que nem sempre era sua. Essa hipótese se desfez totalmente. Meus agradecimentos são muito sinceros a todos aqueles que, aqui citados ou não, tangenciaram essa busca pela recuperação, ou melhor, pela reunião das várias memórias com que me deparei durante a montagem desse quebra-cabeça sobre a preservação do patrimônio na cidade de Santo André.

Deixo meus agradecimentos:

aos colegas do Museu de Santo André, que me acolheram tantas vezes, e que, além de me fornecer material de pesquisa, foram minha própria matéria prima, com seus preciosos depoimentos de quem contribuiu na construção da história: Márcia, Suzana, Wilson, Benê, Diva, Mirella, Fran, Rose.

aos que me receberam tão animadamente na Casa da Palavra, Beth Brait e José Carlos, e na Casa do Olhar, Sueli Chaves.

àqueles que me indicaram os caminhos a percorrer: Simone Zarate, Álvaro Cicote, Mônica Cardella e ao Professor Takara, homem de memória preciosa, cujo exemplo e incentivo vêm de data muito anterior.

às arquitetas Sônia Antico e Érica Tortorelli, que foram tão profissionais nas suas declarações quanto apaixonadas pelo trabalho que faziam.

Além da leitura das atas do Comdephaapasa, pude reconstruir um pouco dos acontecimentos com um patrimônio vivo desse Conselho: Dulcídio Hercules, José

Duda da Costa e Philadelfo Braz, que contam suas histórias de maneira ‘saborosa’, com o brilho da juventude que sempre conservaram.

Agradeço ainda às professoras da minha banca de qualificação: Beatriz Mugayar Kühl, pela análise minuciosa e pelas excelentes aulas das quais participei, e que muito contribuíram na elaboração deste trabalho, e Silvia Passarelli, grande colaboradora, dos aspectos técnicos aos práticos, dos científicos aos emocionais.

Ao “Professor’” José Eduardo, ofereço meu sincero obrigada, pela paciência, pela presteza das leituras nos momentos mais urgentes, pela flexibilidade e compreensão em acompanhar as mudanças de idéias e por assessorar os momentos de crise. Ofereço também a minha admiração por colocar à minha disposição, além do profissional, uma personalidade de inigualável gentileza.

E carinhosamente agradeço à minha família: aos meus pais, pelo apoio irrestrito e amor incondicional. Ao meu querido Denis, pela tolerância e paciência com as minhas ansiedades e eventuais ausências. À minha pequena Beatriz, que transformou minha vida e me proporcionou a oportunidade perfeita para essa minha conquista. Ao Marcelo, pela força e perspicácia em todos os momentos; à tia Guará, que nos ensinou a respeitar e aproveitar os livros, e à “Vó” Alzira, a matriarca dessa família.

Resumo

Com o acelerado crescimento das cidades, tornam-se mais urgentes a identificação e as ações de proteção ao patrimônio material que represente as memórias históricas, arquitetônicas, artísticas e paisagísticas de nossas cidades.

Buscando a conservação e valorização de imóveis considerados patrimônio histórico, tem sido constante a destinação destes para o desenvolvimento de atividades de caráter cultural.

O objetivo principal deste trabalho é compreender se o uso cultural é mesmo capaz de favorecer a conservação do imóvel e em que medida contribui para a difusão dos valores históricos e artísticos em meio à sociedade.

O campo de estudo é a cidade de Santo André e o recente período, a partir da década de 1980, onde foram intensificados os trabalhos de recuperação e valorização da memória na região.

Para fazer a avaliação desta premissa, foram selecionados quatro imóveis tombados pelo Conselho Municipal da cidade, para através destes também verificar os processos e princípios que os levaram ao tombamento, a forma de apropriação dos espaços e as reformas que foram realizadas para adequação à implantação de novas atividades.

Colocam-se ainda alguns objetivos complementares: avaliação dos sucessos obtidos na recuperação da memória e na preservação destes bens tombados; análise das intervenções realizadas nos imóveis em estudo, sua adequação ao uso e a concordância com os preceitos modernos de intervenção definidos a partir das Cartas Patrimoniais; identificação das políticas de preservação e proteção adotadas nas diferentes gestões do Conselho e da Prefeitura.

Este trabalho busca contribuir para o registro dos processos de recuperação e construção da memória local, através da compilação de dados e registro das impressões dos agentes participantes dessa história.

Palavras-Chave: Preservação, Memória, Patrimônio Cultural, Uso Cultural, Santo André, Grande ABC.

Abstract

With the rapid growth of cities, the identification and the protection actions to the material patrimony, which represents the historical, architectural, artistic and landscape memories of our cities become more urgent.

Aiming the conservation and valorization of buildings considered historic patrimonies; the development of cultural activities have been designated to them.

The main purpose of this paper is to comprehend if the cultural use is even capable of supporting the conservation of the buildings and to what extent contributes to the diffusion of artistic and historical values in the society.

The field of study is the city of Santo Andre and the recent period, from the decade of 1980, where the works of recovery and valorization of the region memory were intensified.

To evaluate this premise, four buildings preserved by the City Council were selected. The preservation process and principles, the places appropriation form and the refurbishments done due to new activities deployment will be verified through those buildings.

There are still some additional goals: assessment of the successes achieved in memory's ransom and the maintenance these preserved buildings; analysis of interventions on the studied buildings, their suitability for use and the agreement with the modern intervention precepts defined from the Patrimonial Letters; identification of the protection and preservation policies adopted in different Council and Mayor administrations.

This paper purposes to contribute to the local memory ransom and build processes records, over the collection of these history agents' impressions data and records.

Key-Words: Preservation, Memory, Cultural Patrimony, Cultural Use, Santo Andre, Grande ABC.

Índice de Imagens

Capítulo 3
Imagem 1: Mapa do Circuito Cultural
Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

Capítulo 5.1
Imagem 2: Vista Externa da Residência de Bernardino dos Queiroz dos Santos e Olga Guazelli – construção de 1920
Fonte: Maria de Lurdes e Durval Daniel
Reprodução: Eder Chiodetto
Coleção: Residência de Olga Guazelli
Acervo: MSAOAG

Imagem 3: Vista Externa lateral da residência de Olga Guazelli - 1991
Coleção: Residência de Olga Guazelli
Fonte: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 4: Vista da varanda da antiga residência de Olga Guazelli - 1991
Coleção: Residência de Olga Guazelli
Fonte: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 5: Palestra e oficina de Luís Sacilloto, em conjunto com o artista plástico Guerini – 21/11/1992
Foto: David Rego Jr.
Coleção: Residência de Olga Guazelli
Fonte: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 6: Vista Externa da Residência de Bernardino dos Queiroz dos Santos e Olga Guazelli, 1998
Foto: Maria de Fátima Nicoletti.
Fonte: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagens 7 a 42: Angela Quintino (2008)

Capítulo 5.2
Imagem 43: Antiga residência Paulina de Queiroz
Coleção: Alice Lobo
Acervo: MSAOAG

Imagens 44 a 67: Angela Quintino (2008)

Imagem 68: Interior da casa da Palavra
Foto: Gilberto Garavello
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagens 69 e 70: Angela Quintino (2008)

Imagem 71: Antiga residência Paulina de Queiroz
Coleção: Alice Lobo
Acervo: MSAOAG

Imagem 72: Casa da Palavra
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 73: Casa da Palavra
Foto: Felipe Antônio de Oliveira Juares
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 74: Reforma da Casa da Palavra, junho de 1999.
Foto: Alberto Braz
Acervo: MSAOAG

Imagem 75: Casa da Palavra, 1999.
Coleção: Casa da Palavra
Foto: Alberto Braz
Acervo: MSAOAG

Imagens 76: Angela Quintino (2008)

Imagem 77: Casa da Palavra
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagens 78 a 87: Angela Quintino (2008)

Capítulo 5.3
Imagem 88: Fachada do I Grupo Escolar, década de 1930.
Fonte: Revista das Municipalidades, 1939.
Acervo: MSAOAG

Imagem 89: Angela Quintino (2008)

Imagem 90: Vista parcial da fachada central do I Grupo Escolar, década 1990.
Foto: David Rego Jr.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 91: Varanda do Museu de Santo André, 1990.
Foto: David Rego Jr.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 92: Vista da varanda central e parte do pátio do Museu de Santo André, 10/1990.
Foto: David Rego Jr.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 93: Pátio interno do Museu de Santo André, 07/1991.
Foto: David Rego Jr.
Coleção: PMSA

Acervo: MSAOAG

Imagem 94: Pátio interno do Museu de Santo André, 07/1991.
Foto: Sérgio Farah Escamilla.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 95: Escada central no pátio interno e parte da varanda do Museu de Santo André, 2000.
Foto: Elizabeth J.M. Buosi Pablos
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 96 a 99: Angela Quintino (2008)

Imagem 100: Preparação para corte das paredes do salão de exposições do Museu de Santo André, 1997.
Foto: Suzana Cecília Kleeb
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 101: Vista após corte das paredes do salão de exposições do Museu de Santo André, 1997.
Foto: Suzana Cecília Kleeb
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 102: Vista do salão principal do Museu de Santo André, 2004.
Foto: Suzana Cecília Kleeb
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 103 a 106: Angela Quintino (2008)

Imagem 107: Detalhe do barrado decorativo, 06/2004.
Foto: Suzana Cecília Kleeb
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 108 a 109: Angela Quintino (2008)

Imagem 110: Detalhe do forro da varanda do museu, 08/2000.
Foto: Suzana Cecília Kleeb
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 111 a 125: Angela Quintino (2008)

Imagem 126: Varanda do Museu de Santo André após troca de forro e lambrequim, 1996.
Foto: David Rego Jr.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 127 e 128: Plantas do Museu, antes e após recorte de paredes.- Angela Quintino(2008)

Capítulo 5.4
Imagem 129: Cine Teatro Carlos Gomes
Coleção: Leo Pezzollo Girardello
Acervo: MSAOAG

Imagem 130: Festividades Municipais no interior do Cine Teatro Carlos Gomes, 1939.
Reprodução: David Rego Jr.
Álbum: Décio Toledo Leite
Acervo: MSAOAG

Imagem 131: Fachada do Cine Teatro Carlos Gomes, 1947.
Coleção: PMSA

Imagem 132: Detalhe decorativo do teto do Cine Teatro Carlos Gomes, final da década de 1980.
Foto: David Rego Jr.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 133: Fachada do Cine Teatro Carlos Gomes, década de 1970.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 134: Fachada do Cine Teatro Carlos Gomes, final da década de 1980.
Foto: Fernando Ferreira
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 135: Vista interna do Cine Teatro Carlos Gomes, desativado e utilizado como estacionamento, final da década de 1980.
Foto: Fernando Ferreira
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 136: Fachada Posterior do Cine Teatro Carlos Gomes no período em que funcionou como estacionamento, final da década de 1980.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 137: Vista panorâmica da demolição da parte frontal do Cine Teatro Carlos Gomes, final da década de 1980
Foto: David Rego Jr.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 138: Fachada do Cine Teatro Carlos Gomes, final da década de 1980.
Foto: David Rego Jr.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 139: Solenidade de abertura do Cine Teatro Carlos Gomes, com a presença do Prefeito Celso Daniel, do presidente do movimento SOS Carlos Gomes, Lívio Xella e do Secretário de Cultura Celso Frateschi, em 28/09/1992.

Foto: Fernando Ferreira
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 140: Integrantes do Gipem em visita ao Cine Teatro Carlos Gomes durante trabalhos de reforma do prédio, em 1990.
Foto: Augusto R. Coelho
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 141: Boca de cena do Cine Teatro Carlos Gomes, final da década de 1980
Foto: David Rego Jr.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 142: Vista externa do Cine Teatro Carlos Gomes, final da década de 1980
Foto: David Rego Jr.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 143: Detalhes internos do Cine Teatro Carlos Gomes, 1990.
Foto: David Rego Jr.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 144: Detalhe de prospecção realizado na boca de cena do Cine Teatro Carlos Gomes, 1992.
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 145 a 151: Angela Quintino (2008)

Imagens 152 e 153: Plantas cadastrais do Cine Teatro Carlos Gomes, realizadas pelo escritório Brasil Arquitetura, em 1999.

Considerações Finais
Imagem 154:Vista Externa da Residência de Bernardino dos Queiroz dos Santos e Olga Guazelli (1998)
Foto: Maria de Fátima Nicoletti.
Fonte: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 155: Angela Quintino (2008)

Imagem 156: Casa da Palavra, antiga residência Paulina de Queiroz, década de 1970.
Coleção: Octaviano Gaiarsa
Acervo: MSAOAG

Imagem 157: Imagem 68: Interior da casa da Palavra
Foto: Gilberto Garavello
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 158: Fachada do I Grupo Escolar de São Bernardo, então EE José Augusto de Azevedo Antunes, 1940

Coleção: Valdemar Mattei
Acervo: MSAOAG

Imagem 159: Angela Quintino (2008)

Imagem 160: Fachada do Cine Teatro Carlos Gomes, década de 1970
Coleção: PMSA
Acervo: MSAOAG

Imagem 161: Fachada do Cine Teatro Carlos Gomes, 1998
Coleção: PMSA

Imagem 162 a 165: Angela Quintino (2008)

Lista de Abreviaturas

COMDEPHAAPASA - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação

GIPEM – Grupo Independente de Pesquisadores da Memória

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MSAOAG – Museu de Santo André Octaviano Augusto Gaiarsa

MUSA – Museu de Santo André

PMSA – Prefeitura Municipal de Santo André

PROSSAN – Promoção Social de Santo André

RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

Sumário

Introdução 01

1) A Formação da Cidade de Santo André e o Desenvolvimento Sócio-Econômico Regional 07

1.2) O Projeto Eixo Tamanduateí 12

2) Patrimônio, Preservação e Uso 16

2.1) Evolução Histórica do Conceito de Preservação 16

2.2) As Cartas Internacionais 23

2.3) A Defesa do Patrimônio Nacional 26

2.4) Preservação pelo Uso 29

2.5) A Manutenção das Atividades 31

3) A Preservação do Patrimônio em Santo André e Gestão Cultural de 1989 a 2004 34

3.1) A Proteção do Patrimônio Local e a Criação do Comdephaapasa 35

3.2) O Cenário Político 37

3.3) O Cenário Econômico 39

3.4) Os Projetos de Revitalização do Centro 41

3.4.1) O Projeto “Centro com Vida” 42

3.4.2) O Corredor Cultural 44

4) O Comdephaapasa e a sua Atuação na Defesa do Patrimônio 49

4.1) Os Bens Tombados 56

4.2) Os Bens em Processo de Tombamento 60

4.3) A Análise dos Procedimentos 60

4.4) O Conjunto dos Tombamentos 65

4.5) A Experiência da Proteção Estadual – CONDEPHAAT 67

5) Avaliação de Alguns dos Processos de Tombamento e as Intervenções Realizadas 70

5.1) Casa do Olhar 70
5.1.1) Histórico do Imóvel 70
5.1.2) O Processo de Tombamento 71
5.1.3) O Projeto Cultural Casa do Olhar 74
5.1.4) As Intervenções no Imóvel: Reformas, Ampliações e Restauro 78

5.2) Casa da Palavra 90
5.2.1) Histórico do Imóvel 90
5.2.2) O Processo de Tombamento 91
5.2.3) O Projeto Cultural Casa da Palavra 94
5.2.4) As Intervenções no Imóvel: Reformas, Ampliações e Restauro 96

5.3) Museu Otaviano Gaiarsa 109
5.3.1) O Processo de Tombamento 112
5.3.2) História do Museu da Cidade 114
5.3.3) A Ocupação do Edifício 116

5.4) Cine-Teatro Carlos Gomes 128
5.4.1) Histórico do Imóvel 128
5.4.2) O Processo de Tombamento 132
5.4.3) SOS Carlos Gomes 133
5.4.4) A Retomada do Edifício e as Intervenções Realizadas 136

Considerações Finais 146

Bibliografia 165

Anexos 172

Introdução

Memória. Capacidade preciosa do ser humano, capaz de situá-lo entre no tempo e no espaço. Exercício de recordação, capaz de ser estimulado por imagens, por sons, por aromas. É possível uma viagem no tempo, numa fração de segundos, ao sentir um perfume marcante. É possível fechar os olhos e enxergar uma paisagem já não mais existente. Apenas aquele velho casario, ou o cinema no vazio da praça. Hoje a praça circundada de prédios revela um panorama diferente, um tempo diferente, que só a memória de quem viveu o outro tempo é capaz de reproduzir nos mais precisos detalhes. Para as gerações futuras, restam os desenhos, os registros fotográficos, as histórias. A nós, resta a missão de conservar para quem virá a memória do seu solo, dos seus avós, a raiz de nossa existência para dar suporte a um futuro onde também nos situemos entre no tempo e no espaço.

A preocupação com a manutenção do patrimônio, de identificá-lo e valorizá-lo, começa anos antes deste trabalho. Percorreu quilômetros, procurando onde chegar. Às vezes leva tempo para perceber o que está próximo. Santo André, minha cidade residência, há anos busca entre historiadores e memorialistas apaixonados preservar e conservar elementos simbólicos da construção da história da cidade, independentes da tipologia ou da idade. Pode ser a Figueira *Fícus Macrophilla* do Parque Celso Daniel, primeiro bem tombado na cidade, ou a Casa de Culto Dâmbala Kuere-Rho Bessein, bem de valor etnográfico, o mais recente tombamento realizado pelo Comdephaapasa.

Há pressa, muita pressa, imposta pela dinâmica mudança da cidade e de uma explosiva valorização imobiliária pela qual passa a região. Há pressa em identificar, proteger, conservar, proibir as mutilações e descaracterizações num patrimônio tão frágil, ainda entendido por tão poucos. Há que se mobilizar a população, ensinar às gerações mais novas, transmitir a emoção de qualquer um dos estudantes do Primeiro Grupo Escolar de Santo André ao retornar à sua escola-museu àqueles que lá visitam pelas primeiras vezes. Há que se amar a cidade antiga, contemporânea ou futurista, como melhor ferramenta para cuidar dela.

Contribuir nesse processo de registro e difusão desse cuidado afetuoso pela cidade de Santo André tornou-se mais do que objetivo desse trabalho, tornou-se sua razão. Participar desse processo de transferência dessa herança de quem há tantos anos dedica-se ao estudo e preservação do patrimônio às novas gerações que abraçam essa causa com amor, é desenvolver uma pesquisa fundamentada em documentos, leis, registros jornalísticos e em depoimentos das testemunhas oculares dessa história. É essencial juntar todos esses dados e acrescentar avaliações técnicas embasadas em fotos e plantas para contribuir com um novo olhar, porque novos olhares também fazem parte de antigas histórias.

Embora este estudo limite-se a alguns bens e atividades situados dentro do atual município de Santo André, historicamente a avaliação da formação econômica regional vai além das fronteiras políticas modernamente impostas para organização e administração das cidades. Também não pensa o crescimento dentro dos seus comemorados 445 anos em 2008, na realidade, com valor nesta pesquisa, não vai além do desenvolvimento da região trazido com a implantação da ferrovia São Paulo Railway, inaugurada em 1867.

A cidade de Santo André, até sua elevação à categoria de município em 1938, era um distrito da cidade de São Bernardo, conhecida como “Bairro-Estação”. Em virtude de seu maior desenvolvimento, deslocou o eixo administrativo para sua região e acabou por abarcar a cidade de São Bernardo, permanecendo como um só município. Com o passar dos anos houve o desmembramento em sete municípios, que hoje compõe a região do Grande ABC. Embora política e administrativamente separados, desde 1990 as sete cidades, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, desenvolveram uma forma de união e cooperação para enfrentar os problemas e definir políticas de reestruturação econômica e urbana, por meio de um consórcio intermunicipal, o Consórcio ABC.

A estruturação de políticas de preservação e a constituição de ferramentas nas administrações locais teve também início em uma oportunidade de reunião e troca de idéias entre as cidades do ABC. Em 1986 aconteceu em Mogi das Cruzes o Simpósio Sobre Preservação e Memória Cultural, organizado pela Delegacia Regional de Cultura da Secretaria do Estado da Cultura – Região da Grande São Paulo – e pela Prefeitura de Mogi das Cruzes. A ocorrência de outros encontros

posteriores fortaleceu a organização de grupos atuantes, que favoreceram a regulamentação de conselhos locais de preservação.

No âmbito andreense foi criado em 1990 o Comdephaapasa - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André, órgão de caráter consultivo, responsável por preservar e valorizar a História, a Arte e a Cultura de interesse local.

Dentre os primeiros imóveis tombados pelo Comdephaapasa, diversos deles já tinham antes mesmo do tombamento o interesse, por parte da prefeitura, em utilizá-los como espaços culturais. Essa prática, nas últimas décadas, tornou-se recorrente em tombamentos de imóveis em várias partes do mundo.

O objetivo principal deste trabalho é compreender se o desenvolvimento de atividades ligadas à cultura em imóveis tombados favorece a conservação do bem e em que medida contribui para a difusão dos valores históricos e artísticos em meio à sociedade.

Para fazer a avaliação desta premissa, foram selecionados quatro imóveis tombados em Santo André pelo Conselho Municipal, para, através destes, verificar os processos e princípios que os levaram ao tombamento, à forma de utilização e as reformas que foram realizadas.

Como objetivos complementares estão:

- avaliação dos sucessos obtidos na recuperação à memória da cidade e preservação de bens tombados a partir da atuação do Comdephaapasa;
- avaliação das intervenções realizadas nos quatro imóveis selecionados, sua adequação ao uso e a concordância com os preceitos modernos de intervenção definidos a partir das Cartas Patrimoniais;
- identificação das políticas de preservação e proteção adotadas nas diferentes gestões do Conselho e da Prefeitura;
- colaboração no registro dos processos de recuperação/construção da memória local, através da compilação de dados e registro das impressões dos agentes participantes dessa história.

Metodologia

Embora o estudo trate da recuperação da memória e da preservação de bens, muito do que tem sido produzido não recebeu os registros necessários, ou não foi ainda pauta de maiores discussões. Essa pouca documentação escrita explicita a importância na coleta dos depoimentos dos participantes desses processos.

Compõe a base da pesquisa: material bibliográfico, documentos, hemeroteca, acervo técnico, documentação fotográfica, relatos orais e visitas técnicas.

Material Bibliográfico: preencheu basicamente três campos

Formação histórica da cidade;

Dados gerais sobre o desenvolvimento de alguns projetos e dados numéricos;

Material fundamental para formação de conceitos.

Documentos

Leis, Decretos e Portarias;

Atas de reunião dos Conselhos;

Hemeroteca: conserva importantes documentos, em virtude da constante cobertura do *Diário do Grande ABC* sobre os acontecimentos da cidade. Fornece importante registro sobre eventos, datas, participantes e diversas outras informações que podem ser captadas na redação dos textos. Devem ser avaliados com cautela, por representarem uma visão parcial e unilateral de um único profissional envolvido.

Acervo Técnico: o material destinou-se à avaliação das intervenções realizadas e das distribuições de novas atividades nos ambientes. Serviu também como registro das instalações iniciais e das modificações de cada período.

Plantas gerais da cidade, plantas de localização dos imóveis;

Plantas, cortes e fachadas originais dos edifícios tombados;

Projetos e memoriais das reformas propostas.

Documentação Fotográfica: capaz de registrar muitas informações não escritas, como as mudanças sofridas pela modernização da cidade (mudança na circulação de veículos, alterações do entorno) modificações sofridas pelos bens ou registro de detalhes perdidos pelo desgaste ou intempéries. Também pode revelar as formas de apropriação dos espaços.

Fotos da cidade;

Fotos dos imóveis e de detalhes;

Fotos atuais para comparação;

Fotos da utilização dos imóveis durante as atividades.

Relatos Orais: são importantes por revelarem detalhes às vezes ocultos nos documentos ou dados que não foram registrados, mas também sofrem pela interferência da memória e da opinião pessoal. As entrevistas foram realizadas com liberdade, para evitar a condução em determinadas respostas. Foram necessárias diversas entrevistas, para confrontar e averiguar determinadas informações, apresentadas sob óticas diferentes.

Visitas Técnicas: em se tratando de bens existentes, muitas informações podem ser obtidas ou mesmo discutidas em função da observação *in loco.* Servem também para a realização de fotos recentes e acompanhamento das atividades desenvolvidas e avaliação da forma de ocupação dos espaços.

O resultado da pesquisa desenvolvida encontra-se distribuída em cinco capítulos, da seguinte forma:

O primeiro capítulo traça um panorama sócio-político-econômico, a partir da formação e desenvolvimento da cidade de Santo André que se consolidou com a implantação da ferrovia. Apresenta também as políticas atuais de cooperação e as fórmulas encontradas para superar as crises, configurando um importante panorama para a compreensão do contexto atual.

O segundo capítulo apresenta a evolução dos conceitos de patrimônio, preservação e das diferentes formas de intervenção para restauro e para a readequação de edifícios para novas utilizações. Discute também a implantação de atividades de caráter cultural como forma de beneficiar a valorização e preservação dos bens tombados.

O terceiro capítulo trata da preservação do patrimônio em Santo André frente às mudanças sociais e econômicas ocorridas a partir do processo de desindustrialização pelo qual a região passou, em meados da década de 1980. Enfoca ainda os acontecimentos políticos que favoreceram o desenvolvimento de políticas culturais mais democráticas, no período de 1989 a 2008.

O quarto capítulo apresenta a evolução e atuação do Comdephaapasa, o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio da cidade de Santo André e o perfil dos tombamentos realizados em dezesseis anos de efetiva atuação.

O quinto capítulo apresenta os quatro imóveis selecionados, dentre os oito edifícios tombados, e avalia em cada um deles seu histórico e valor para a cidade, processo de tombamento, a manutenção ao longo dos anos e as intervenções realizadas.

A partir das informações obtidas, são tecidas considerações sobre a validade da destinação de imóveis tombados para usos culturais. Definiram-se os seguintes parâmetros para análise: qualidade da ocupação inicial, conservação e manutenção, intervenções e perspectivas futuras.

Dos anexos constam a composição dos conselhos do Comdephaapasa, o resumo das atas do Conselho até 2006 e as leis de regulamentação sobre o Comdephaapasa e os tombamentos.

1) A Formação da Cidade de Santo André e o Desenvolvimento Sócio-Econômico Regional

Vivendo um importante momento de reconhecimento e reconstrução de suas memórias, Santo André busca em seu passado mais longínquo os elementos que tragam à tona sua primeira origem, da Vila oficializada em 1553. Parece haver uma necessidade em estabelecer um vínculo com esse passado mais remoto, porque embora a Vila de Santo André da Borda do Campo tenha sido desativada até 1560, e suas atividades transferidas para o núcleo do Pátio do Colégio da São Paulo de Piratininga, fundado em 25 de janeiro de 1554, as comemorações ao aniversário da cidade remontam à data de 1553.

A Vila de Santo André da Borda do Campo foi fundada por João Ramalho, que se uniu à índia Bartira, filha do cacique Tibiriçá, da tribo dos Guaianases. Em 8 de abril de 1553, o seu pedido de transformar a região em que vivia em Vila foi atendido pelo governador-geral Tomé de Sousa. Em 1558, Ramalho passou a governar a vila como alcaide-mor. Em 1560, devido às rivalidades entre os padres jesuítas de Piratininga e o alcaide, aos conflitos com os povos indígenas da Confederação dos Tamoios e às dificuldades impostas pela falta de um curso d'água navegável que facilitasse o acesso com outras regiões, principais fatores apontados para a desintegração da Vila de Santo André, o governador-geral Mem de Sá decidiu extinguir o povoado, transferindo seus moradores para a Vila de São Paulo existente nos campos de Piratininga, junto ao Pátio do Colégio.

O total abandono e a fragilidade das instalações fizeram com que o povoado desaparecesse por completo. Dos diversos esforços empreendidos para localizar este sítio, nenhum deles chegou a uma conclusão definitiva sobre o assunto.[1] Conforme o historiador Afonso d'Escragnolle Taunay, sabia-se da existência de outro livro de atas com registros, além daquele existente nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Neste, constam relatos sobre pagamentos, multas, venda de casas, normas sobre construções e condutas, dentre outras.[2] Estes documentos atestam a veracidade da existência da Vila, que embora

[1] A migração para o Planalto de Piratininga tinha estrita relação com a implantação da vila em localização mais favorável, próxima aos rios navegáveis e às trilhas indígenas já conhecidas.
[2] In Gaiarsa (1991)

praticamente de mesmo nome da segunda, não detém relação de continuidade ou semelhança de localização.

A região permaneceu praticamente abandonada durante quase três séculos. De acordo com as pesquisas de Octaviano Gaiarsa, havia grande dificuldade de comunicação entre o povoado de São Bernardo, formado entre o final do século XVI e início do XVII e os demais, o que impulsionou a construção de um novo traçado do Caminho do Mar em 1735 o qual, de Santo Amaro, ligaria São Bernardo a outros povoados vizinhos.

Desde esse período até o início do século XX, a expansão nestas localidades não obteve o mesmo impulso que em outras, mais favorecidas pelas facilidades dos transportes.

O grande impulso de desenvolvimento iniciou-se a partir da implantação da ferrovia. Era preciso interligar de forma rápida o interior ao litoral e os esforços e investimentos da época foram canalizados nesta direção. A primeira estaca foi fincada em 15 de maio de 1860 na cidade de Santos, e a inauguração deu-se em 16 de fevereiro de 1867.[3]

A ferrovia como um todo trouxe grande desenvolvimento à capital, eixo entre o litoral e interior, e polarizou a expansão em todas as áreas ao longo do trajeto percorrido entre Santos e Jundiaí. Em São Paulo, as regiões vizinhas à ferrovia apresentaram o maior desenvolvimento, atraídas pela facilidade do transporte ao interior, localização das fazendas de café e das sedes da produção das riquezas do Estado. Nesse momento desenvolveram-se os bairros destinados a essa elite cafeeira que vinha residir na capital, como Campos Elíseos e imediações.

Em função de questões sanitaristas e melhoria nas condições de transporte e infra-estrutura na cidade, essas primeiras ocupações foram sendo abandonadas, e a elite migrou para outras regiões, representadas pelo bairro de Higienópolis e sua extensão até a Avenida Paulista. As áreas abandonadas perderam sua valorização e passaram a ser ocupadas pelas classes menos favorecidas, e também propiciaram a implantação das atividades industriais, devido à proximidade com a ferrovia e com outros caminhos de ligação, já anteriormente estabelecidos.

[3] Idem.

As regiões mais afastadas das ferrovias tiveram desenvolvimento muito posterior àquelas onde estavam implantadas as estações de passagem. O desenvolvimento era notório nas imediações das estações de São Bernardo (atualmente São Caetano e Santo André), onde se instalaram armazéns e oficinas, que posteriormente consolidaram a formação de pequenos povoados, enquanto nas regiões afastadas esse processo não acompanhou o mesmo ritmo. [4]

Finalmente aqui encontramos a nova Vila de Santo André, nesta época ainda denominada São Bernardo desde sua "criação" como município em 1889.[5]

Grande foi a ocupação da região, principalmente dos imigrantes italianos que aqui chegaram a partir de 1877. As terras não se apresentavam muito férteis, o que não estimulou o desenvolvimento agrícola na região. Isso permitiu que a mão de obra estrangeira passasse a dedicar seu trabalho às indústrias que se instalavam na região, fortalecendo ainda mais este setor.

O panorama já favorável para o desenvolvimento industrial atraiu o interesse de muitos trabalhadores, que se mudaram para a região. No início da industrialização, entre a década de 1920 (ainda Bairro Estação) e 1950 (elevada à categoria de cidade desde 1938), a população andreense cresceu cerca de 14 vezes, passando de sete para 104 mil habitantes. No auge da industrialização, até o fim da década de 70, chegou aos 553 mil habitantes.

As principais indústrias estavam ligadas ao ramo têxtil, de móveis, de componentes automobilísticos e de metalúrgicas dentre outras, nos mais diversos segmentos. Algumas empresas instaladas desde o final do século XIX, não chegaram a completar seu centenário. Muitas delas sucumbiram às transformações e à renovação dos processos de produção e à concorrência e acabaram fechando suas portas. Os espaços vagos de algumas delas deram lugar ao desenvolvimento urbanístico da cidade. A tecelagem Bergman, Kowaric e Cia foi demolida em 1973 para a construção de um supermercado; a marcenaria e carpintaria Pezzolo e Cia deu lugar a um prédio de três andares, onde foi instalado o primeiro Fórum de Santo

[4] In Passarelli (2005)

[5] O desenvolvimento do distrito de Santo André acarretou a transferência do centro administrativo para esta região, elevando-o à categoria de município em 1938. O município compreendia toda a região anteriormente denominada São Bernardo, que sofreu os desmembramentos das demais cidade posteriormente: São Bernardo do Campo (1944), São Caetano do Sul (1948), Mauá e Ribeirão Pires (1943), Diadema (desmembrada de São Bernardo em 1958) e Rio Grande da Serra (desmembrada de Ribeirão Pires em 1963)

André; a tradicional fábrica Ipiranguinha foi vendida em 1915 para o grupo Shamas e posteriormente para o Moinho Santista, que também fechou suas portas e cedeu uma parcela de seu terreno para a construção de parte da Av. Perimetral, e parte para outro supermercado.[6]

Apesar dessa dinâmica natural do comércio, o parque industrial permanecia amplo e forte quando este cenário econômico começou a mudar, e com ele toda a estrutura urbana que se desenvolveu baseada nas amplas instalações industriais.

A partir de meados da década de 80, alguns fatores comprometeram o desenvolvimento e a permanência das indústrias na região. As organizações sindicais nesta época promoveram grandes reivindicações, elevando os custos de mão de obra e comprometendo a produção com paralisações e greves. Em contrapartida, em busca de crescimento econômico, algumas cidades do interior paulista começaram a promover uma “guerra fiscal”, oferecendo grandes vantagens para a instalação de parques industriais em seu território, como lotes a baixo custo, isenção temporária ou redução de impostos e mão de obra mais barata, dentre outras facilidades.

Uma maior abertura econômica ao capital externo, iniciada no governo de Fernando Collor de Mello e intensificada no governo de Fernando Henrique Cardoso, também contribuiu para a mudança do cenário econômico de Santo André e do ABC Paulista. Tornou-se mais vantajoso para grandes empresas e para o consumidor comum optar por produtos estrangeiros, o que comprometeu fortemente a indústria nacional.

Os problemas econômicos e urbanos atingiram não apenas a cidade de Santo André, mas toda a região do ABC de forma muito contundente. Embora politicamente separadas, todas têm histórias de formação e desenvolvimento calcados na mesma base, e sofrem juntas os efeitos das crises. O êxodo das indústrias afetou diretamente a economia regional. As prefeituras tiveram drásticas reduções na arrecadações com impostos, comprometendo todos os setores públicos: saúde, educação, transportes, segurança, melhorias urbanas e viárias. A população, além dos prejuizos sociais, enfrentou a maior crise de desemprego de sua história. Difícil também foi enfrentar uma espécie de crise de indentidade: quem

[6] In Gaiarsa (1991) – Op. Cit.

sempre pautou seu sucesso econômico na indústria desde a formação de seus núcleos urbanos não tinha estabelecida uma nova referência econômica. A paisagem urbana também se alterou. O deslocamento de várias indústrias começou a provocar grandes vazios urbanos em determinadas áreas.

A forma encontrada para enfrentar os problemas e definir políticas de reestruturação econômica e urbana foi a atuação de forma cooperada entre os sete municípios da região: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, por meio de um consórcio intermunicipal. Unidas pelos desafios colocados, o Consórcio ABC desenvolve, desde 1990, diversos programas, como a erradicação do analfabetismo, um projeto voltado à reintegração social de meninas e meninos de rua e um plano de integração e complementação dos equipamentos públicos de saúde. O Hospital Mário Covas é modelo no atendimento infantil, e estende seus cuidados para além dos munícipes das sete cidades. De acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a mortalidade infantil na região do ABC caiu 33% desde 1995 e o Hospital Mário Covas contribuiu para esta melhoria da qualidade de vida.[7]

Dentro dos programas de melhoria urbana destaca-se o fato notável de terem desaparecido as enchentes na região. A parceria intermunicipal construiu 12 piscinões e tem outros três em fase de construção.

No que se refere ao desenvolvimento econômico, o setor de comércio e serviços começou a crescer e ser opção para o problema do desemprego na região. O Consórcio mobilizou-se para criação de um pólo tecnológico, de um programa de requalificação profissional e de outras iniciativas no sentido de aumentar a competitividade das cadeias produtivas da região.

Em 1998 foi constituída a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. A agência é uma organização social composta pela associação das sete prefeituras, empresas, entidades empresariais, sindicato dos trabalhadores e universidades, cujo papel é estabelecer metas para sete eixos: educação e tecnologia; sustentabilidade das áreas de mananciais; acesso e infra-estrutura; diversificação e fortalecimento das cadeias produtivas; ambiente urbano e qualidade de vida; identidade regional e estruturas institucionais e inclusão social. Cada

[7] União de forças in www.ipea.gov.br

prefeito é titular de uma área temática.[8] Sua missão é estabelecer ações de marketing regional para atrair investimentos, produzir conhecimento sobre os processos econômicos na região e incentivar pequenas e médias empresas.

Pelo Programa Hábitat, o Banco Mundial e o BID forneceram recursos da ordem de US$ 300 mil para amparar essa iniciativas. O BNDS possui uma linha de financiamento destinado a cidades com população superior a 1 milhão de habitantes. Isoladamente, nenhuma das associadas ao Consórcio ABC teria acesso ao dinheiro, mas juntas as sete somam 2,5 milhões de habitantes.

1.2) O Projeto Eixo Tamanduateí

Com a desocupação de extensas áreas, antes ocupadas pela indústria, a Prefeitura Municipal de Santo André desenvolveu a partir de 1997 o Projeto *Eixo Tamanduateí*. O projeto previa uma intervenção numa área que abrange 12,8 km^2, situados entre a várzea do Rio Tamanduateí e a ferrovia, em uma extensão de 10,5 km, dentro do município de Santo André, um dos setores mais esvaziados da cidade.

Ocupada originalmente por grandes complexos fabris, dos quais restam alguns em plena atividade (Rhodia, Pirelli) enquanto muitos foram abandonados, a faixa definida para o Projeto conta com excelente acessibilidade, proporcionada pela Av. dos Estados, mas sua ocupação é limitada pelo zoneamento industrial.

A faixa inicia-se no limite sul, próximo ao complexo petroquímico, estendendo-se ao longo da Avenida dos Estados, passando pelas cidades de Santo André e São Caetano e chega a São Paulo pelos Bairros do Ipiranga e Mooca. Essa enorme extensão de áreas aproveitáveis, hoje um panorama desolador de armazéns e fábricas decadentes ou em ruínas, apresentou-se como uma possibilidade e necessidade de intervenção para a renovação urbana.

A concepção inicial do projeto baseou-se em modelos internacionais implantados em locais como Londres, Barcelona e Buenos Aires, que serviram de inspiração: a visão dos pólos terciários avançados como solução para a reestruturação do setor produtivo; o destaque para os empreendimentos culturais, as

[8] Idem

áreas livres e de lazer; a busca do aproveitamento da dinâmica imobiliária; e a valorização do espaço público e da qualidade espacial urbana, com vistas à qual se deveria contar com a contribuição de arquitetos conhecidos para o redesenho do eixo. Foram colocados como objetivos específicos a criação de uma nova centralidade metropolitana, revertendo a posição de “fundos” das zonas industriais, a costura entre as duas metades de Santo André, historicamente divididas pelo rio e pela via férrea, e a afirmação de uma nova identidade para a cidade e para a região como um todo.

A forma de operacionalização previa a construção de prédios de escritórios, hotéis, centro de convenções, espaço para feiras e exposições, restaurantes, cinemas, grandes equipamentos culturais e outros elementos hoje ausentes na região, além de uma requalificação do transporte metropolitano que cruza a área (CPTM), tornando-o mais popular entre todos os habitantes. Edifícios de habitação de interesse social e a reurbanização de favelas existentes também estão no planejamento para serem incorporados à nova área.

A implementação do projeto é dificultada pela carência de recursos, da propriedade privada dos terrenos e da previsão de alguns empreendimentos já aprovados para implantação no local. Antes mesmo do início do projeto, já estavam em fase de instalação um shopping-center, um centro empresarial e uma universidade. O resultado é que as realizações efetivas se concentraram até agora na obtenção de algumas contrapartidas por parte desses empreendedores, no sentido de promover melhorias no espaço público (melhoramentos viários, recuperação paisagística, calçadões cobertos, criação de áreas verdes).

Os demais projetos permanecem essencialmente no campo das idéias, ou do ideário. Fica a dúvida quanto à capacidade da proposta geral em resolver questões tão delicadas, que vão além do redesenho urbano, como frear a especulação imobiliária, evitar os processos excludentes de gentrificação, propor ações políticas permanentes que extrapolem as mudanças de administração pública. Além disso, falta aderência da concepção do projeto à realidade local, e por outro lado, para sobrevivência da proposta seria essencial um processo de constante reavaliação, frente às freqüentes mudanças.

Outro projeto da Prefeitura que ganhou continuidade, dentro da mesma linha de planejamento estratégico e que inicialmente abarcava apenas o projeto do Eixo

Tamanduateí, foi o "*Cidade Futuro – Agenda do Milênio*", projeto de médio e longo prazo que conta com a participação e o comprometimento da sociedade andreense. Quando lançado, em 1997, o projeto Cidade Futuro restringia sua atuação às atividades vinculadas à revitalização urbana do chamado Eixo Tamanduateí. Em 1999, o projeto se reestruturou e abriu um novo espaço de diálogo entre o governo municipal e a sociedade. A partir de então, o projeto Cidade Futuro ganhou identidade própria e se comprometeu com a formação e fortalecimento de um capital social atuante, capaz de participar ativamente no planejamento da cidade em seus diversos níveis.

O primeiro passo do novo *Cidade Futuro* foi dado com o documento *Cenário para um Futuro Desejado*. Em seguida, o compromisso foi reforçado com a realização da *1ª Conferência da Cidade*, em abril de 2000, com a apresentação da *Carta de Santo André*. Em 2001, durante a *2ª Conferência do Cidade Futuro*, os grupos de trabalho do projeto elaboraram e aprovaram um relatório de metas e ações que já foram ou estão sendo implementadas pela Administração.

Em 2005, o projeto Cidade Futuro entrou numa nova fase e passou a incorporar os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODMs) como estratégia básica de atuação, uma proposta da Organização das Nações Unidas subscrita por 189 países para reduzir a desigualdade no mundo até 2015. Os oito objetivos propostos são: *Acabar com a fome e a miséria*; *Educação básica de qualidade para todos*; *Igualdade entre sexos e valorização da mulher*; *Reduzir a mortalidade infantil*; *Melhorar a saúde das gestantes*; *Combater a Aids, Malária e outras doenças*; *Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente*; e *Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento*.[9]

Em dezembro desse mesmo ano, o programa Santo André Mais Igual, que integra projetos municipais no combate à exclusão social, recebeu o Prêmio ODM Brasil, uma iniciativa do governo federal e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por contemplar os ODMs.

Conectada aos programas mundiais de recuperação econômica e social, desenvolvendo projetos em parceria com as cidades vizinhas e aberta à participação da sociedade civil, a Prefeitura Municipal de Santo André encontrou novos caminhos

[9] In: www.consorcioabc.org.br

para a recuperação econômica e social. Ao mesmo tempo, voltou seus olhares para seus processos de desenvolvimento, valorizando sua história, cultura e restaurando os elementos que representam e divulgam à sociedade o valor de seu passado, recente, mas de forma a utilizar esse conhecimento para melhoria do futuro.

2) Patrimônio, Preservação e Uso

A conceituação moderna de patrimônio e suas extensões no campo da preservação, patrimônio histórico, monumento e monumento histórico[1], estão intrinsecamente ligadas a valores memoriais particulares e da coletividade. A memória é a capacidade do indivíduo em construir e manter a sua própria história. A somatória das memórias individuais e coletivas vai constituir a história da comunidade.

A memória preservada por diversos meios (verbal, artefatos, desenhos) passa por herança aos descendentes, que por sua vez agregam suas próprias histórias às anteriores. Portanto, a preservação de bens que simbolizem quaisquer acontecimentos marcantes é prática comum ao homem de qualquer período.

De forma semelhante acontece em esferas maiores, nos bairros, cidades, países.

As formas mais elaboradas de pensar o que tem ou não valor para ser guardado ou mantido podem ser identificadas em várias passagens históricas, até sua consolidação como lei pela França e construção da idéia de patrimônio, apenas em fins do século XVIII. Entretanto, desde o século XV surgiram formas de pensar sobre os bens do passado, formas essas que precedem os conceitos atuais sobre manutenção do existente, completamentos, remoções de partes, reconstruções, restauros e intervenções com modificações de função.

2.1) Evolução Histórica do Conceito de Preservação

Na antiguidade, as adaptações em imóveis respondiam às necessidades do momento por questões práticas, mas não com o intuito da preservação. As perdas por desastres naturais ou guerras eram reconstruídas em partes ou na sua totalidade sem reconstituições estilísticas. Na Idade Média não havia preocupação com a referência histórica, apenas com a iconografia da época.

No renascimento, os artistas desenvolviam seus trabalhos baseados nos conceitos da antiguidade clássica, mas buscavam formas de diferenciá-los e

[1] In Choay (2001)

evidenciar o que era novo do verdadeiramente antigo. Os edifícios muito antigos, com mais de mil anos, foram os primeiros a despertar interesse em preservá-los, até pelo seu valor como documento e inspiração para as novas produções.

Nessa época, Leon Batista Alberti[2], inspetor dos monumentos papais, estabeleceu um método cartográfico para mapeamento e análise crítica das construções e já demonstrava oposição ao abandono e destruição de edifícios e monumentos antigos.

Os Papas Martino V (1417-1431) e Pio II (1458-1464) também elaboraram documentos sobre a preservação de remanescentes da antiguidade clássica.

Rafaello Sanzio[3], dentre as diversas habilidades como pintor e arquiteto, era também um competente pesquisador interessado na antiguidade clássica. Foi designado, em 1515, para supervisionar a preservação de preciosas inscrições latinas em mármore e dois anos depois foi nomeado encarregado geral de todas as antiguidades romanas, para o que executou um mapa arqueológico da cidade. Também responsável por inúmeras obras que afetavam as construções religiosas, fez críticas à destruição de antiguidades.

Michelângelo[4] também expressava suas opiniões em relação às intervenções em obras existentes pela própria abordagem de projeto. Nas termas de Diocleciano transformou a igreja existente em parte das termas, integrando as partes sem destruir e intervindo o mínimo possível, permitindo a leitura tanto da igreja quanto das antigas termas. Também opunha-se ao completamento de esculturas, alegando que seu valor estava não só na forma acabada, mas no documento que constituía. O completamento de esculturas era então uma prática corrente.

No campo pictórico também havia correntes divergentes. Enquanto alguns afrescos eram profundamente modificados outros eram completados com mínima intervenção.

---

[2] Leon Batista Alberti (1404-1472) : arquiteto e teórico de arte italiano. Trabalhou em Roma como consultor do papa Nicolau V, onde completou, em 1452, seu principal trabalho teórico, «De re aedificatoria libri decem» ou Dez Livros sobre Arquitetura, o primeiro grande tratado moderno de arquitetura.

[3] Rafaello Sanzio (1483 - 1520): pintor e arquiteto italiano do período renascentista. Pertenceu à escola de Florença.

[4] Michelangelo Buonarroti Simoni (1475-1564)

Duas personalidades desenvolveram importantes trabalhos para definição de legislações sobre conservação e possibilitaram a apreciação pelo viés cultural: Piranesi[5] e Winckelmann[6]. Embora divergentes quanto à primazia grega ou romana, investigaram, registraram e detalharam tecnicamente muitas obras, evitando intervenções nas mesmas ou fazendo-as minimamente e possibilitando sua reversão se necessário.

Isso demonstra que conceitos atualmente aceitos e empregados em reparos de obras consideradas patrimônio já eram debatidos e por muitos defendidos, como a distingüibilidade, a reversibilidade e a mínima intervenção.

Descobertas arqueológicas contribuíram para trazer para o campo da realidade algumas civilizações mitificadas, a exemplo de Herculano e Pompéia[7]. As novas tecnologias facilitaram o acesso aos materiais e permitiram estudos mais precisos.

Os acontecimentos que marcaram mais profundamente as mudanças foram as duas revoluções do século XIX: A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

A Revolução Industrial foi marcada pela ascensão de uma burguesia que buscava afirmar seus valores próprios através de atitudes nacionalistas e protecionistas. A explosão demográfica das cidades passou a exigir um aumento na oferta de moradias e melhoria nas condições de vida e nos equipamentos urbanos. A valorização dos lotes como potencial construtivo comprometeu a conservação de muitos edifícios antigos, que foram derrubados para dar espaço às novas necessidades.

Na França, as ações vandalistas que visavam apagar os símbolos das classes dominantes causaram muito prejuízo e destruição. Como reação a esse vandalismo surgiram diversas leis que visavam garantir a manutenção de bens. O

---

[5] Giovanni Battista Piranesi (1720 - 1778): nascido em Veneza, foi gravurista , arquiteto, desenhista, engenheiro hidráulico e arqueólogo.

[6] Johann Joachim Winckelmann (1717 - 1768) foi um historiador de arte e arqueólogo alemão. Foi o primeiro a estabelecer distinções entre arte Grega, Greco-Romana e Romana, o que seria decisivo para o surgimento e ascensão do neoclassicismo durante o século XVIII. Winckelmann foi também um dos fundadores da arqueologia científica moderna e foi o primeiro a aplicar de forma sistemática categorias de estilo à história da arte.

[7] Herculano e Pompéia foram cidades italianas soterradas pelas cinzas da erupção do Monte Vesúvio, no dia 24 de agosto do ano 79. As escavações na cidade de Herculano começaram no ano de 1738 e descobriram uma grande diversidade de objetos, como pinturas murais, móveis e porcelanas.

abade Henrique Gregoire elaborou entre 1793 e 1794 um relatório denunciando a barbárie e invocando a responsabilidade coletiva sobre a preservação. Mesmo com a punição dos depredadores decretada, a prática continuou.

Quatremère de Quincy[8], figura importante nesse processo, apontou também negativamente para a descontextualização das obras de outros países, que se dava pela pilhagem feita pelos exércitos de Napoleão, e colocou-se contra atos que iam contra os princípios de liberdade da Revolução, e por isso enfatizava a conservação dos bens em seu local de origem. Por ser apreciador das artes clássicas, colocava-se contra a valorização do estilo gótico. Mesmo assim, e apesar de sua influência, este estilo foi muito apreciado e adotado como símbolo da arquitetura da França.

Ficam notórias as contradições: o mesmo Estado que promoveu a destruição é aquele que defende a proteção; o mesmo que prega a conservação, pilha e destrói o patrimônio alheio. Portanto, a preservação neste caso pode ser entendida como uma ferramenta do Estado para defender os próprios interesses. De qualquer forma, foi determinante para a mudança da postura diante da preservação.

A França colocou-se também pioneira na montagem de museus para abrigar obras de arte. Existiam no final do século XVIII nove depósitos de obras, e em 1791 um deles transformou-se num museu, que permitiu um contato do público com a arte.

Com a restauração da monarquia[9], surge a necessidade de fortalecer a identidade nacional, e a arquitetura ganha destaque e assume o papel de documento histórico. Guizot, ministro francês na ocasião[10], nomeou Ludovico Vitet como Inspetor Geral de Monumentos Históricos[11], com o objetivo de inventariar e obter descrições pormenorizadas dos bens históricos e de criar padrões para intervenções nesses edifícios. Passam a ser levantadas novas questões, como a inclusão de bens antes desconhecidos no inventário, a formação e capacitação de arquitetos para desenvolver projetos de intervenção em edifícios góticos e a fundamentação e critérios para a restauração.

---

[8] Quatremère de Quincy (1755-1849) foi um teórico de artes , historiador e defensor dos ideais clássicos.
[9] De 1830 a 1848.
[10] François Pierre Guillaume Guizot (1787 - 1874): político francês que ocupou o cargo de primeiro-ministro da França, entre 19 de Setembro de 1847 a 23 de Fevereiro de 1848.
[11] Vitet permaneceu no cargo entre 1830 e 1834.

Enquanto Quatremère pregava o completamento de obras na busca de sua integralidade, Vitet defendia a manutenção das obras da forma como estavam, sem acréscimos ou correções, porque o edifício e suas irregularidades constituíam um documento, expressão de sua época, técnica construtiva e idéia do autor.

Com a substituição de Vitet por Merimée no cargo, vieram com ele diferentes conceitos, com a visão de integralizar e completar obras. Merimée tinha em Viollet Le Duc[12] um conselheiro e homem de confiança dentro da comissão de Artes.

Em 1840 Le-Duc foi indicado pelo Ministro do Interior, por recomendação de Mérimée (secretário do Conselho de Construção Civil da Comissão de Monumentos) para restaurar a Igreja de Vézelay. Sua atuação bem sucedida neste projeto, apesar da pouca experiência, alavancou sua carreira e lhe trouxe diversos trabalhos no ramo da restauração.

Viollet Le Duc destacou-se pela atuação na regulamentação do trabalho dos arquitetos e elaborou manuais que ensinavam desde técnicas medievais de entalhe de pedra e rejunte, até formas de levantamento, verificação e análise de patologias e indicação de técnicas de restauro. Nesses escritos, demonstrava grande conhecimento sobre arquitetura e construção, principalmente da arquitetura medieval, e uma forte preocupação com a adequação de formas, materiais, funções e estruturas que, na concepção de um projeto de restauro, deveriam formar um "sistema lógico, perfeito, e fechado em si". Para atender a esses requisitos e estabelecer seu modelo ideal, baseado em suas pesquisas, imprimia ao restauro características que valorizassem a pureza do estilo, mesmo que para isso partisse para a livre criação sobre o estilo proposto, levando o edifício a "um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento".[13]

Na Inglaterra, a Cambridge Camden Society[14] defendia a restauração como forma de reviver a aparência original, buscando recuperar em documentos as informações que propiciassem esse resgate. Forte oposição foi feita por John

[12] Eugène Emannuel Viollet-le-Duc (1814 - 1879) arquiteto francês e um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico.
[13] *Restauração*, de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc.
[14] A Cambridge Camden Society foi fundada em 1839, na Inglaterra, pelos estudantes da Universidade de Cambridge para promover estudos sobre a arquitetura gótica e defendia o regresso a um estilo medieval da arquitetura das Igrejas na Inglaterra.

Ruskin[15] que desaprovava totalmente o restauro. Era um radical defensor de que o edifício deveria manter-se no estado em que se encontrava, conservando os desgastes, as fissuras e a pátina que o tempo lhe conferiu, e que isso era o melhor documento histórico. Acreditava na manutenção preventiva, mas não nas correções. Ruskin publicou em 1849 “As Sete Lâmpadas da Arquitetura”, onde expressa suas opiniões sobre sete pontos diferentes de abordagem:

Lâmpada do Sacrifício: Fazer arquitetura com humildade de amor;

Lâmpada da Verdade: exibir as qualidades dos materiais, a aparência;

Lâmpada do Poder: hierarquização entre os elementos de acordo com sua importância;

Lâmpada da Beleza: Inspiração na natureza e expressão da relação com ela;

Lâmpada da Vida: criações livres, diversificadas e autênticas, sem receitas rígidas, de forma singular;

Lâmpada da Memória: respeitar a evolução histórica e cultural;

Lâmpada da Obediência: obedecer as leis universais e contribuir para essa ordem.

A Itália passava no início do século XIX pela retomada de seu território, após as invasões napoleônicas[16] e buscava também a unificação de seu território[17].

Camillo Boito[18] sintetizou muitos dos princípios italianos sobre restauro. Arquiteto, escritor e crítico de arte, atuou em projetos e principalmente na área de restauração de monumentos. Legitimou a restauração ao estabelecer a necessidade de evitar a destruição e evitar o falso histórico.

Boito foi o criador da corrente científica em restauração. Seus preceitos estavam distantes do radicalismo conservacionista de Ruskin e das ousadias

[15] John Ruskin (1819 - 1900) foi um escritor britânico mais lembrado por seu trabalho como crítico de arte e crítico social. Foi também poeta e desenhista.
[16] O período de dominação acabou em 1823.
[17] O *Risorgimento* é o movimento na história italiana que buscou entre 1815 e 1870 unificar o país, que era apenas uma coleção de pequenos Estados submetidos a potências estrangeiras. Na primeira fase (1848-1849), desenvolveram-se vários movimentos revolucionários e uma guerra contra o Império Austríaco, mas concluiu-se sem modificação do *statu quo*. A segunda fase, em 1859-1860, prosseguiu no processo de unificação e concluiu com a declaração da existência de um Reino de Itália. Completou-se com a anexação de Roma, antes a capital dos Estados Pontifícios, em 20 de setembro de 1870.
[18] Camillo Boito (1836 - 1914).

criativas de Viollet Le Duc. Na verdade procurava conciliar as idéias das duas correntes. Afirmava que o monumento deveria ser considerado como obra de arte e como documento histórico, primando pela verdade e mantendo os complementos posteriores que não afetassem o edifício primitivo. Defendia que os completamentos fossem diferentes do produto original e que o bem deveria ser registrado fotograficamente antes, durante e após a intervenção.

Durante a III Conferência de Engenheiros e Arquitetos Civis de Roma, em 1883, divulgou seus preceitos num documento que posteriormente passou a ser reconhecido como a Primeira Carta de Restauro. Em oito princípios, definiu práticas a serem adotadas em processos de restauração:

1. Diferenciação de estilo entre as partes novas e antigas de um edifício;
2. A diferenciação em materiais de construção entre o novo e o velho;
3. Supressão de elementos decorativos em novo revestimento colocado em um edifício histórico;
4. Exposição, em um lugar próximo, de qualquer tipo de material de partes de um edifício histórico que foram removidos durante o processo de restauração.
5. Inscrição da data (ou um símbolo convencional) ao novo revestimento num edifício histórico.
6. Epígrafe descritiva do trabalho feito anexado ao restauro do monumento;
7. Registro com fotografias e descrição das diversas fases de restauro. Este registro deverá permanecer no monumento ou em um local público nas proximidades. Esta exigência pode ser substituída por publicação deste material.
8. Diferenciação notória entre o que é conservação e o que é restauração.

Os princípios de Camillo Boito foram bem aceitos e inspiraram as legislações modernas sobre restauro de monumentos históricos em vários países, por seu entendimento da obra como arte, respeito às várias etapas da história e manutenção do documento histórico.

Luca Beltrami e Gustavo Giovannoni são os sucessores de Boito na Itália.

Luca Beltrami[19] foi aluno de Camilo Boito. Arquiteto, restaurador e crítico de arte, colocou em prática as suas teorias com algumas alterações. Acrescentou que a reconstrução deveria ser baseada em desenhos, plantas e historiografia, de modo a

[19] Luca Beltrami (1854-1933).

se proceder ao restauro o mais verdadeiro possível sem as inovações e analogias que o restauro estilístico adotava. Embora este método seja baseado em conceitos rigorosos e sérios, nem sempre foi bem sucedido, talvez ainda por falta de experiência na interpretação dos dados históricos ou por insuficiência desses mesmos dados.

Gustavo Giovannoni[20], formado em engenharia em 1895, retomou os conceitos de Camilo Boito com um caráter mais urbano. Apoiava as mínimas intervenções e a máxima conservação, dando ênfase à manutenção preventiva dos bens, evitando intervenções e complementos sem o devido respaldo documental e respeitando as obras representativas de diferentes períodos. Foi considerado um dos mais importantes intervenientes da Conferência de Atenas de 1931, da qual surgiu o primeiro documento internacional publicado, no sentido de considerar universais certas regras de proteção e salvaguarda de monumentos: a Carta de Atenas. Giovannoni tinha também especial preocupação com as estruturas, com os materiais utilizados na construção e com as técnicas construtivas, devido talvez à sua formação na área da engenharia. Defendia por isso o uso de técnicas modernas, inclusive a utilização de concreto armado em intervenções de consolidação, reparação e reforço do edifício, de modo a aumentar a resistência da construção.

2.2) As Cartas Internacionais

Com o intuito de estabelecer critérios internacionais de preservação e de compartilhar informações entre os países, foi realizada uma conferência que reuniu vinte países europeus, em 1931, e que resultou na primeira carta internacional oficialmente elaborada com preceitos de restauro, a Carta de Atenas.

Dentre os princípios defendidos estão:

- tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido a deterioração ou destruição, a conferência

[20] Gustavo Giovannoni (1873 – 1947).

recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época;

- manutenção da utilização dos monumentos, assegurando a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades afins com o seu caráter histórico ou artístico;
- respeito, na construção dos edifícios, ao caráter e à fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar a caráter antigo. Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos, de arte ou de história;
- os técnicos aprovaram o emprego adequado de todos os recursos da técnica moderna e especialmente, do cimento armado. Especificam, porém, que esses meios de reforço devem ser dissimulados, salvo impossibilidade, a fim de não alterar o aspecto e o caráter do edifício a ser restaurado. Recomendam esses procedimentos especialmente nos casos em que permitam evitar os riscos de desagregação dos elementos a serem conservados;
- a conferência, no que concerne à conservação da escultura monumental, considera que retirar a obra do lugar para o qual ela havia sido criada é, em princípio, lamentável. Recomenda, a título de precaução, conservar, quando existirem, os modelos originais e, na falta deles, a execução de moldes;
- quando se tratar de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita e que os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis. Quando for impossível a conservação de ruínas descobertas durante uma escavação, considera-se sepultá-las de novo depois de haver sido feito um estudo minucioso.

Há também destaque para o papel da educação e o respeito aos monumentos como a melhor garantia de conservação dos mesmos.

A II Guerra Mundial veio colocar à prova os conceitos que estavam sendo implantados e exigir nova evolução na forma de pensar a manutenção do patrimônio. A guerra arrasou muitas cidades, deixando algumas construções completamente destruídas e outras bastante danificadas. Diante de tal destruição de monumentos históricos de grande valor artístico e cultural foi necessário reconsiderar sobre as mínimas intervenções propostas, num momento de confronto entre o valor artístico e o histórico.

Em muitos casos o primeiro superou o segundo. Cesari Brandi trouxe luz às discussões a partir da publicação do livro Teoria do Restauro, onde ampliou e modernizou o conceito de restauração. As suas idéias acerca do tema ficaram conhecidas por Restauro Crítico, onde defende que os valores artísticos prevalecem sobre os históricos, afirmando: - “A consistência física da obra de arte deve ter necessariamente prioridade porque assegura a transmissão da imagem ao futuro”.

Brandi foi, em 1939, fundador e posteriormente diretor durante vinte anos do Instituto de Restauro em Roma e teve como seguidores Renato Bonelli e Giovanni Carbonara. Para ele o restauro era visto como uma obra de arte particular para cada caso, não se podendo generalizar com regras e normas, e constituía um ato criativo e crítico. “O restauro deverá restabelecer a unidade potencial da obra de arte, sempre que isto seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar as marcas do percurso da obra de arte através do tempo” [21].

Em 1964, do II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos realizado em Veneza, resultou um outro importante documento: a Carta de Veneza. Nesta havia a ampliação da noção de patrimônio arquitetônico, assinalando a importância da conservação de áreas e estruturas edificadas, urbanas ou rurais.

Os pontos mais importantes que refere são os seguintes:

- ampliação do conceito de monumento, que, além de criações arquitetônicas isoladas históricas, deve também abranger os conjuntos urbanos e rurais com significado especial e obras modestas com valor cultural. O conceito de

[21] Brandi (2004).

monumento histórico deve incluir também o espaço envolvente e o local onde este se encontra implantado;

- quando for necessário, o restauro deve respeitar os materiais utilizados e todas as partes de diferentes épocas, que não devem ser adulteradas ou destruídas;
- os estudos devem ser acompanhado de investigação arqueológica e histórica do monumento, utilizando meios interdisciplinares avançados: levantamentos arqueológicos, sondagens estratigráficas, técnicas estáticas, procedimentos magnéticos, técnicas informáticas, fotogrametria e outros, que precedam os trabalhos de restauro;
- as intervenções de restauro devem abranger trabalhos que, em qualquer momento, o objeto sobre o qual se atuou possa se despojar do complemento e voltar ao momento anterior à sua realização, ou seja, permitir a reversibilidade nas intervenções estruturais e construtivas;

Enfatiza também a necessidade de uma manutenção periódica dos edifícios e uma atribuição funcional socialmente útil.

Os conceitos de patrimônio, restauro e intervenção vêm sendo alargados ao longo dos anos. Novos eventos, novas linhas de pensamento e a própria mudança social afetam o que foi anteriormente definido como ideal. Hoje se entendem como patrimônio as paisagens naturais, com intervenção humana ou não, centros históricos, bairros típicos, bairros sociais de propostas inovadoras e outros.

As formas de utilização dos espaços, muitas vezes diferentes das originais, acabam por exigir modificações que atendam às novas necessidades.

2.3) A Defesa do Patrimônio Nacional

A questão da valorização e proteção dos bens que representam a memória de uma comunidade passa pelas políticas culturais oferecidas pela administração pública e pela disponibilidade dos setores da sociedade civil detentores do conhecimento. É dentro da esfera de debates gerada por essas duas vertentes, juntamente com o favorecimento de um cenário onde novas questões estejam sendo colocadas, como o turismo, a memória nacional e memória local, que começam a

surgir instituições voltadas à identificação de valores e bens que representem os momentos da história, da arquitetura, das artes e das tradições locais.

No Brasil, em nível federal, o processo de reconhecimento e configuração do patrimônio nacional, iniciado nos anos 20, apenas em 1937 consolidou-se através da criação do Sphan. A forma de pensar e definir a identidade da nação era uma questão complexa. Era preciso encontrar a “verdade brasileira”, num campo onde o perfil estrangeiro, fosse na educação, nas artes ou na arquitetura, era sempre destaque. Mário de Andrade foi o responsável pela organização do primeiro projeto que se transformou na base do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública incumbiu Rodrigo Mello Franco de Andrade da direção do órgão. Embora criado em 13 de Janeiro de 1937[22], apenas em 30 de novembro o Sphan adquiriu a ferramenta do tombamento, a partir do decreto-lei 25.

A política de instituição do patrimônio elaborada pelo Sphan foi muito bem sucedida, pois se encarregou de todas as tarefas essenciais à constituição e manutenção da idéia de Patrimônio Nacional. Seus fundadores a organizaram, fundaram, instalaram e divulgaram, dando legitimidade às suas ações. Ao longo das décadas e de diferentes gestões o órgão permaneceu com a mesma coerência nos critérios da seleção de bens.

A primeira fase, conhecida como heróica (1937 – 1967), na gestão de Rodrigo Mello de Franco de Andrade, dedicou-se principalmente à tarefa de consolidação da identidade nacional. Os critérios de seleção estavam voltados para bens raros, excepcionais e conjuntos homogêneos com força de representatividade.

Entre 1968 e 1979, na gestão Soeiro, cresceu o número de pedidos de tombamento vindos por parte da sociedade. Isso ocorreu em função da maior conscientização, divulgação do órgão, dos interesses nos benefícios econômicos obtidos pela isenção de impostos e da própria política de intensificação do turismo.

O crescimento da demanda no Iphan sinalizou a necessidade de criação dos órgãos estaduais de preservação.

[22] O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas.

Em São Paulo, o Iphan tinha sob proteção alguns imóveis isolados, que embora estivessem sob a lógica de seleção do órgão, deixavam grandes lacunas.

Através da Lei 10.274, de 22 de Outubro de 1968, e promulgada em Dezembro pelo então governador Abreu Sodré, o Estado de São Paulo passou a contar com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico. No ano seguinte, o conselho agregou a responsabilidade sobre o patrimônio arqueológico, compondo a sigla pelo qual é conhecido – Condephaat. Em 1971, foi criada a Secretaria Executiva, com a finalidade de dar suporte às atividades do Conselho.

Durante sua atuação, o Condephaat instituiu um patrimônio bastante heterogêneo, resultante de um trabalho conjunto entre o Conselho e a sociedade. Além de abranger bens móveis e imóveis, a preocupação com a manutenção da qualidade de vida e do meio ambiente levou ao encaminhamento de tombamentos de áreas naturais e grandes extensões urbanas, sem prejudicar a proteção aos bens móveis e bens arquitetônicos isolados.

Desde a década de 30, na gestão Fábio Prado, houve um momento politicamente propício para a criação do Departamento de Cultura na Prefeitura de São Paulo, cujo primeiro diretor foi Mário de Andrade. O sucesso dos trabalhos trouxe maior projeção à Mario, que lhe propiciou o convite de Capanema para desenvolvimento do ante-projeto do órgão de preservação do patrimônio em nível nacional. Após sua morte em 1945, Luis Saia assumiu a direção até 1975, também até seu falecimento.

Em 1975 foram criados a Secretaria Municipal da Cultura e o DPH (Departamento de Patrimônio Histórico), com o objetivo de atuar na pesquisa e proteção de bens históricos e culturais. O DPH atuava juntamente com outros órgãos da prefeitura e, pela falta de instrumentos legais específicos, medidas de proteção foram implantadas.

A criação de um Conselho Municipal de defesa do patrimônio levou ainda dez anos para acontecer. Em dezembro de 1985[23] foi criado o CONPRESP, órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. Dentre as principais

[23] O CONPRESP foi criado pela Lei Nº 10.032 de 27 de dezembro de 1985, com alterações introduzidas pela Lei 10.236 de 16 de dezembro de 1986.

atribuições do Conselho estão: deliberar sobre o tombamento total ou parcial de bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular; formular diretrizes e estratégias necessárias para garantir a preservação de bens culturais e naturais; promover a preservação e valorização da paisagem, ambientes e espaços ecológicos importantes para a manutenção da qualidade ambiental e garantia da memória física e ecológica, mediante a utilização dos instrumentos legais existentes, a exemplo de instituição de áreas de proteção ambiental, estações ecológicas e outros; definir área de entorno do bem tombado a ser controlado por sistemas de ordenações espaciais adequadas; promover a estratégia de fiscalização da preservação e do uso dos bens tombados.[24]

2.4) Preservação pelo Uso

O tombamento de um bem não é garantia real de proteção ao mesmo. Ainda que por dispositivos legais haja a proibição da destruição pela força do homem, o desgaste natural e as ações do tempo podem ser devastadores em poucos anos. Isso acontece com qualquer imóvel que permaneça fechado, sem uso: as calhas do telhado entopem, causando infiltrações, descolamento da pintura, agressões às estruturas, oxidação das ferragens; da mesma forma emperram maçanetas e dobradiças sem lubrificação, apodrece o madeiramento exposto, quebram-se telhas e portões com as ventanias; o sol desbota a pintura. Qualquer que seja o uso onde se promova uma limpeza constante e uma mínima manutenção para o funcionamento já se configura certa forma de proteção.

Independente da vertente teórica de preservação do patrimônio, todas apregoam a essencialidade da manutenção preventiva como a ferramenta mais adequada para a conservação de edifícios. Um imóvel sem uso está condenado à degradação.

Embora o tombamento não tenha relação direta com desapropriações, são freqüentes os casos em que isso acontece. Imóveis antes ocupados por residências são destituídos de seu uso original e passam muitas vezes por ocupações periódicas de departamentos públicos que nem sempre valorizam ou respeitam o bem.

[24] In www.prodam.sp.gov.br

O crescimento das políticas culturais dentro das administrações e a atenção e mobilização de grupos da sociedade civil engajados em movimentos de defesa dos patrimônios, vêm nas últimas décadas debatendo alternativas para ocupações adequadas em imóveis de interesse histórico, arquitetônico ou artístico, capazes de valorizar o edifício e seus atributos, contribuindo para a manutenção física do que as leis intencionam defender no campo intelectual.

Possibilitar a participação da sociedade usufruindo desses espaços é uma das idéias para aproximar a população de sua história e desmistificar o tombamento como causa de efeitos negativos.

A implantação de programas culturais em edifícios protegidos foi entendida como chave para a obtenção dessa integração e participação popular. A adoção de usos culturais tornou-se uma prática corrente na década de 80. O marketing atual é extremamente incisivo na defesa da idéia de associar o patrimônio com arte e cultura, como se fosse essa a forma ideal para preservar em um bem suas características arquitetônicas, artísticas ou seu valor memorial.

Entretanto, assim como qualquer outra atividade que se aproprie dos espaços, cada uso com caráter cultural tem suas necessidades espaciais muito específicas, devendo haver uma consonância entre o potencial do espaço e o atendimento à implantação. Como apresenta Choay “o monumento é assim poupado aos riscos do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpações do uso: dar-lhe uma nova destinação não deve se basear apenas em uma homologia com sua destinação original. Ela deve, antes de mais nada, levar em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo de usuários potenciais.”[25]

Um teatro, um cinema, um conservatório musical, uma escola de dança, um atelier de artes plásticas, um museu, uma biblioteca, são todos usos ligados ao aculturamento e à educação, mas com necessidades físicas absolutamente distintas. Os conceitos projetuais já nascem diferentes, portanto é ilusório acreditar que qualquer uma dessas atividades possa ser adaptada aleatoriamente a um determinado espaço e crer que de qualquer forma valorize seu potencial, principalmente se não conseguir se integrar adequadamente a esses locais para seu perfeito funcionamento.

[25] In Choay (2001), p. 219.

2.5) A Manutenção das Atividades

Definido um novo uso para um edifício histórico, deve-se proceder à análise de impacto e desgaste sobre os materiais, principalmente os que terão contato direto com os usuários ou com equipamentos envolvidos nas atividades[26].

Cada tipo de apropriação do espaço, seja residencial, comercial ou de prestação de serviços, públicos ou particulares, possui um programa de necessidades próprio, que determina os departamentos ou setores para seu funcionamento. Isso resulta em um número de salas, com dimensões específicas para cada tarefa e número de usuários. Se uma nova atividade está sendo implantada em um edifício já existente, é imprescindível uma prévia análise da existência de suporte físico para o desenvolvimento pleno das tarefas. Em alguns casos, bastam pequenas intervenções. Em outros, são necessárias reformas de maior envergadura onde são realizadas modernizações ou reconversões[27] nos edifícios. Estes procedimentos alteram a configuração e leitura da edificação, tanto como documento quanto como espaço arquitetônico, e colocam em risco o entendimento da essência da obra.

Qualquer intervenção realizada deve contribuir para a atratividade e interesse no espaço, independente de qualquer atividade que se desenvolva no local. É importante ter em mente que o primeiro foco de interesse é o valor do edifício em si. O uso deve ser a apropriação do espaço de modo a torná-lo um documento vivo, e não apenas um monumento de contemplação. Algumas implantações delegam à atividade programada (cursos, exposições, palestras) a tarefa de atrair os usuários pela função, e não pelo patrimônio em si.

Em outras situações mais severas, há um excesso de estímulos de informação para aumentar o consumo do bem, interferindo na interpretação particular do usuário, ou bloqueando sua própria leitura. A disputa de atenção criada

[26] Isso pode envolver desgastes por atrito como dos revestimentos do piso ou sobrecargas em paredes e tetos para fixação de suportes para exposições e equipamentos diversos.

[27] Conforme Benedito Lima de Toledo, a revitalização de edifícios históricos deve ser feita por meio da **reconversão**, uma intervenção que permita a preservação e reabilitação de prédios antigos, adequando-os para novos usos que atendam às demandas da sociedade contemporânea. (In. AU86 – out/nov 99)

com a implantação de atividades concorrentes (shows, exposições, concertos) pode depreciar o valor do bem que motivou a preservação.[28]

Da mesma forma como o projeto de renovação do espaço deve destacar os elementos mais marcantes do valor do bem como monumento/documento, propiciar vivência e atrair o usuário a permanecer no ambiente, deve apresentar também uma autoridade implícita, que impregne o usuário de respeito e civilidade. Há que se manter uma postura adequada e condizente ao espaço, com limites e conduta adequados para cada situação. A administração local deve fiscalizar e conservar a integridade física do imóvel e definir e fazer valer os parâmetros da boa conduta.

Cabe aos proprietários do edifício, de propriedade pública ou particular, executar a manutenção que garanta ao mesmo a sua sobrevivência, bem como promover intervenções mais significativas, obras, reformas e restauro quando necessários. Entretanto, é comum deparar-se com problemas ocasionados ou agravados pela falta de cuidados simples, como limpeza de calhas e coletores de água, manutenção em sistemas elétricos, poda de árvores e limpeza de jardins, ou até mesmo uma limpeza mais criteriosa em janelas, portas e revestimentos cerâmicos com produtos não agressivos às superfícies. A situação piora muito quando da necessidade de obras maiores e mais dispendiosas. Não observar estes cuidados é uma forma de abandono e negligência.

O tombamento é apenas o instrumento legal que visa perpetuar um bem considerado de valor histórico, mas a única forma de conservá-lo é estabelecer entre ele e a população uma relação afetiva, pois esse é o único vínculo que faz com que grupos se organizem em prol da manutenção, reconstrução ou contra ações prejudiciais e destrutivas. Não há justificativa técnica mais forte do que a emoção que um edifício, uma árvore ou uma praça promovam na comunidade onde estão localizados. Com um bem público não é diferente, pois ele também pertence à coletividade e àqueles que dele desfrutam.

O bem tombado, em princípio, carrega em si diversos significados: daquele mais íntimo e afetivo, como de alguém que residiu ou freqüentou uma determinada residência, passando pelo valor histórico para o município ou para uma comunidade,

[28] Françoise Choay denomina essas distorções por *Animação Cultural* e condena essas formas demagógicas, paternalistas e condescendentes de comunicação pelo fato de comprometer a fruição do espaço e o raciocínio.

até sua importância como polarizador, contribuindo para a melhoria de sua vizinhança e por vezes valorização desta como memória histórica da cidade.

Em Santo André, a opção pela implantação de usos culturais em imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal, onde já havia a intenção do tombamento, pareceu adequada para fortalecer os vínculos e propiciar à população acesso a eles, de forma a difundir a importância da preservação do patrimônio na cidade. Configurou-se também como uma forma de apropriação mais rápida e simples. A ocupação por atividades ligadas à Secretaria de Cultura não dependeria das decisões de outros departamentos.

3) A Preservação do Patrimônio em Santo André e a Gestão Cultural de 1989 a 2004.

As ações de proteção do patrimônio muitas vezes começam na esfera da comunidade local. Em alguns casos, o valor do bem defendido extrapola os limites de um município e desperta o interesse dos órgãos de defesa em nível estadual ou federal.

A região do grande ABC possui diferentes tipos de patrimônio que podem representar os momentos de sua história, como os caminhos e paragens da Serra do Mar, elementos da formação e desenvolvimento da industrialização local, ou remanescentes da construção e funcionamento da ferrovia.

As primeiras mobilizações em prol da manutenção de bens locais representativos que despertaram atenção além do município focalizaram-se na Vila de Paranapiacaba. O conjunto reúne qualidades arquitetônicas e paisagísticas e estava ameaçado de desaparecimento em virtude da total desativação do sistema funicular de transposição da Serra do Mar e do incêndio da antiga estação inglesa, ocorridos em 1981. O “Movimento Pró-Paranapiacaba” surgiu nesse momento, a partir da mobilização proposta pela Associação de Engenheiros e Arquitetos do ABC, Associação dos Engenheiros Ferroviários da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, Jornal Diário do Grande ABC e outros interessados.

Por parte da gestão pública, a Prefeitura de Santo André constituiu, em 1983, a Comissão Pró-Paranapiacaba, formada por técnicos municipais, especialmente das áreas de Planejamento Urbano e Cultura e por membros da sociedade civil, para propor alternativas de preservação da Vila de Paranapiacaba.

A mobilização local impulsionou o tombamento pelo Condephaat, ocorrido em 1987. Foram relevadas as características urbanísticas e arquitetônicas peculiares do vilarejo, marcadas por influências inglesas, incluindo além da Vila ferroviária, a Parte Alta, ferrovia e acervo, paisagem envoltória (representativa do conjunto serrano da Serra do Mar, onde se encontram as bacias de drenagem formadoras do Rio Mogi e Rio Grande da Serra ou Jurubatuba) e as cabeceiras que abastecem o núcleo urbano.

Outros bens de interesse apenas local não podiam contar com a proteção estadual, o que apresentava a necessidade de órgãos e dispositivos municipais que oferecessem tutela a seus bens.

3.1 A Proteção do Patrimônio Local e a Criação do Comdephaapasa

Em 1986 foi realizado em Mogi das Cruzes o Simpósio Sobre Preservação e Memória Cultural, organizado pela Delegacia Regional de Cultura da Secretaria do Estado da Cultura – Região da Grande São Paulo – e pela Prefeitura de Mogi das Cruzes, visando capacitar técnicos das prefeituras da Região Metropolitana em três áreas distintas: Museu e Arquivo, Biblioteca e Ambiente Urbano. Essa foi uma grande oportunidade de intercâmbio e conhecimento para os agentes já engajados nos movimentos voltados à defesa do patrimônio e resgate da memória local.

No ano seguinte, a Prefeitura de Santo André promoveu, em conjunto com a Fundação Prefeito Faria Lima, o Curso de Preservação da Memória Municipal que contou com a participação dos técnicos das várias prefeituras da Região do ABC, pesquisadores e estudantes da região, com o objetivo de avaliar os avanços alcançados após o Simpósio de Mogi das Cruzes.

A partir das questões levantadas nesses encontros e visando criar a oportunidade de abrir discussões sobre as formas de preservação em níveis municipais e de manter as pesquisas sobre o assunto na região, foi criado o GIPEM - Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC. Integravam o grupo pesquisadores voluntários e pesquisadores acadêmicos que moravam ou atuavam na Região do ABC.

O engenheiro Celso Daniel integrou o GIPEM desde sua criação. Quando de sua ascensão à Prefeitura Municipal de Santo André, teve oportunidade de contribuir com a instituição de instrumentos políticos que contribuíssem para a pesquisa e defesa do patrimônio histórico regional.

Em 1988, no início de sua primeira gestão, houve uma comunhão entre os crescentes movimentos voltados à preservação e valorização da memória e a necessidade de atender às demandas de uma política de valorização cultural.

Alguns edifícios, emblemáticos por terem sido construídos no período de consolidação da cidade e mesmo por serem os mais antigos remanescentes da

arquitetura e representarem fatos notáveis da memória andreense, receberam especial atenção nesse momento: duas residências na área central - *Residência Paulina Isabel de Queiroz* e *Residência Olga Guazelli*, o *Cine-Teatro Carlos Gomes* e o *Primeiro Grupo Escolar*. Além dos edifícios, mereceram destaque o *Haras Jaçatuba* com seu antigo casarão e a *Vila de Paranapiacaba.*

Já havia anteriormente a idéia de implantar atividades de caráter cultural nas duas antigas residências e no prédio que abrigara o Primeiro Grupo Escolar, e essa intenção foi retomada, pois se apresentava como adequada para fortalecer os vínculos e propiciar à população acesso a eles, de forma a difundir a importância da preservação do patrimônio na cidade. Os três já eram de propriedade da Prefeitura. O Cine Teatro seria desapropriado anos mais tarde.

Ainda que pertencessem à Prefeitura, isso não era garantia de preservação ou da manutenção das atividades propostas. A proteção através do tombamento pareceu uma alternativa adequada para resolver a questão. Porém, por possuírem importância exclusivamente para o município, não despertaram interesse do órgão estadual, o Condephaat. A missão caberia a um conselho municipal, que até então não existia.

A urgente necessidade de uma proteção local e a facilidade de ter na administração um dos membros mais atuantes na defesa da memória e do patrimônio andreense, o prefeito Celso Daniel, favoreceu a criação de instrumentos imprescindíveis à consolidação das políticas municipais de preservação.

O impulso inicial para a criação de um órgão de preservação aconteceu a partir da instituição do Decreto 12.255, de 24 de Julho de 1989, que dispôs sobre a Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André.

No ano seguinte, a promulgação da Lei Orgânica do Município[1], determinou a criação de um conselho de preservação no município de Santo André, para através desse órgão manter, preservar e valorizar a História, a Arte, a Cultura, enfim, todos os bens que demonstrassem a integração Homem – Natureza.

[1] Lei Orgânica do Município, de 08 de Agosto de 1990 - Art. 265 – É dever do Município identificar, pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio cultural andreense, através do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André – COMDEPHAAPASA – que será criado na forma da lei.

Em 17 de Agosto de 1990 foi publicada a Lei 6.673, que dispôs sobre a criação do COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André, definindo suas atribuições e competências. Definiu também os parâmetros para os processos de tombamento, seus efeitos, estímulos e penalidades por infrações. De mesma data, o Decreto nº 12.518 dispôs sobre a constituição do Conselho.[2]

Efetivamente, os trabalhos do Conselho aconteceram com a participação dos membros indicados pela administração pública até fevereiro de 1992, quando foram então oficialmente incluídos os conselheiros da Gestão 92/94, e apenas em 10 de Março de 1992, o Decreto 12.946 regulamentou o Regimento Interno do Comdephaapasa.

3.2 O Cenário Político

A valorização à cultura nunca foi marca das estratégias políticas no país, que sempre estiveram baseadas nas questões voltadas à economia, saúde e desenvolvimento, consideradas essenciais e mais urgentes, legando ao segundo plano e não destinando recursos ou atenção significativos para as áreas de cultura popular. Na formação do Partido dos Trabalhadores, isso não foi muito diferente. A questão cultural era mais entendida como uma ferramenta de mobilização de massa do que um princípio ideológico. A partir de debates surgidos nas elites intelectuais do partido e na própria prática, dentro das primeiras administrações, e de discursos como o de Marilena Chauí[3], iniciou-se a preocupação com uma política que deveria resultar na pluralidade e diversidade das manifestações artísticas e culturais da sociedade, e as diretrizes internas deram seus indícios de mudanças.

Mesmo diante de discussões ainda primárias, sem muitos aprofundamentos e em meio a mudanças de gestores no início da administração, a política cultural implantada na primeira prefeitura petista em Santo André questionou as práticas culturais excludentes. Buscou estabelecer projetos e diretrizes para ações culturais populares, definindo critérios para um avanço nas políticas empreendidas na cidade. Houve também uma crescente conscientização e mobilização das categorias ligadas ao conhecimento.

---

[2] A Lei 6.673 e o Decreto 12.518 estão disponíveis na íntegra, nos Anexos deste trabalho.

[3] Marilena Chauí teorizou sobre o conceito da cultura dentro do PT, colocando a cultura como um direito à cidadania, direito de receber a informação cultural e produzí-la.

Apesar da valorização à cultura tornar-se ponto fundamental desde o início da administração, a primeira gestão em Santo André foi o início de um processo administrativo, que, como todo princípio, demanda aprendizado sobre o fazer, ou seja, conciliar e lidar com as divergentes correntes dentro da administração e as formas de operacionalizar as ações.

Inicialmente, Marilena Nakano, professora da Fundação Santo André, foi designada para administrar a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, onde ficou de janeiro a setembro de 1989, saindo por discordâncias quanto ao orçamento e prioridades para a área da educação. Sônia Portella Kruppa, também professora da Fundação Santo André, assumiu seu lugar por dez meses, e foi demitida também por divergências políticas. Finalmente Celso Frateschi dirigiu a Secretaria até o final da gestão.[4] Embora as primeiras ações tivessem como estrutura principal as propostas da equipe de Marilena Nakano, apenas no final da gestão, em 1992, importantes projetos ligados à preservação e patrimônio foram implantados, como a efetiva atuação do Comdephaapasa e os sete tombamentos promovidos pelo Conselho.

Com a eleição de 1992 vencida pelo PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, e o retorno à administração de Nilton da Costa Brandão[5], as políticas culturais desenvolvidas foram desativadas[6], levando a uma quase paralisação atividades que estavam em funcionamento.

O Comdephaapasa também passou por um período de estagnação, sem uma participação efetiva da administração, como acontecia anteriormente. Também não contou com o apoio de um corpo técnico, várias vezes requisitado pelo Conselho, para que oferecesse amparo às suas decisões ou que realizasse a tarefa de inventariar bens de interesse para tombamento.

O retorno da administração de Celso Daniel à frente do PT, em 1997, ocorreu num momento ainda de intensa crise econômica, fruto da saída de inúmeras indústrias da cidade, o que gerou desemprego e queda na arrecadação. Houve, portanto, uma grande necessidade de atenção aos setores de planejamento para retomar a capacidade econômica da região.

---

[4] in Viscovini, pg..34 e 35.
[5] Nilton Brandão teve dois outros mandatos anteriores em Santo André: 1968-1972 (Arena) e 1983-1988 (PTB)
[6] in Viscovini, p. 45

Ainda assim, e até em virtude das mudanças econômico-sociais ocorridas, foi desenvolvido o projeto “Centro com Vida”, que buscava a revitalização da região central da cidade.

No decorrer da gestão, a prioridade do governo local consistiu em pensar uma proposta de planejamento estratégico para o futuro da cidade em conjunto com a sociedade civil, “visando atingir um desenvolvimento econômico, social e ambiental, integrado e sustentável”, que se transformou no projeto Santo André Cidade Futuro.

O foco da ação cultural foi ligar a cultura à idéia de desenvolvimento da cidade. A partir desta premissa, visualizou-se no plano de governo e nas propostas de ação cultural uma preocupação com a recuperação dos espaços públicos das áreas centrais da cidade e com a retomada da maioria dos projetos ali colocados em prática pela primeira gestão, como a Casa do Olhar e da Palavra, o Cine-Teatro Carlos Gomes, a Escola Livre de Teatro e as Emias – Escolas Municipais de Iniciação Artística, além de propostas para o Museu e a Biblioteca Pública.[7]

Para a terceira gestão, de 2001 a 2004, o plano de governo na área cultural reafirmou as diretrizes da gestão anterior. Os projetos da Casa da Palavra e Casa do Olhar foram intensificados e o Comdephaapasa passou a ter uma postura mais atuante, contando por alguns períodos com a colaboração de um corpo técnico, ainda não fixo para a função. As discussões sobre as intervenções em Paranapiacaba, bem como a avaliação de propostas de restauro e reestruturação para os bens tombados foram intensamente debatidas pelo Conselho nesse período.

3.3) O Cenário Econômico

A região do grande ABC consolidou-se no cenário econômico nacional com as indústrias, e particularmente em Santo André, com as indústrias têxteis, de peças automotivas, borrachas, pneus e o Pólo Petroquímico, dentre outras.

A partir da década de 80, um grande êxodo industrial começou a alterar o perfil econômico da região. Em busca de alcançar seu desenvolvimento, algumas cidades do interior de São Paulo apostaram na implantação de parques industriais. As fortes pressões sindicais da região do ABC, com inúmeras greves e exigências, somadas aos benefícios encontrados em outras cidades, como drásticas reduções

[7] In Viscovini, p.48

de impostos ou isenções temporárias, terrenos a custo baixíssimo, além de mão de obra mais barata, favoreceram a migração de muitas indústrias, gerando uma crise local de desemprego e certa estagnação.

Este quadro começou a se reverter a partir de meados da década de 90, com a ascensão do setor terciário, que foi a nova base de desenvolvimento que alavancou os negócios em Santo André. Alguns setores tiveram grande crescimento, a exemplo da implantação de shoppings centers, fortalecendo a variedade em comércio e lazer, hotéis, bares e restaurantes, escolas, valorização expressiva do setor imobiliário, shoppings de automóveis, construção e decoração.

Vários galpões de fábricas tradicionais transformaram-se em shoppings, lojas de automóveis e até mesmo grandes templos religiosos. Exemplos são o terreno da Black & Decker, que atualmente é o Shopping ABC Plaza, na Avenida Industrial, Bairro Jardim; onde era a empresa metalúrgica Festo, hoje é o Shopping Lar ABC e o Supermercado Coop, na Avenida Pereira Barreto; o terreno antes ocupado pela KS Pistões, também na Avenida Pereira Barreto, cedeu lugar a um conjunto residencial de classe média e a um centro empresarial; em 1985, a Casa Publicadora Brasileira mudou-se para Tatuí, deixando vago o terreno onde se instalou a loja Mappim[8], entre outros vários exemplos.

A construção dos shoppings centers em Santo André foi um marco da virada econômica da cidade. Com o fortalecimento do setor de comércio e serviços, esses espaços consolidaram-se com sua variedade de opções para atendimento ao público, reunindo num só lugar a resposta à diversas necessidades.

O Shopping ABC, inaugurado em 19 de agosto de 1996, passou por um processo de expansão em janeiro de 2005, que deu origem ao quarto pavimento de lojas do empreendimento[9]. Oferece inúmeras opções em lojas, serviços,

[8] Em 1996, tornou-se o Shopping Mappim, incorporando diversas lojas e 3 cinemas, e com a falência da rede em 1999, tornou-se Shopping ABC, sendo completamente remodelado.

[9] O Shopping ABC oferece 2.200 vagas cobertas de estacionamento, 1.200 lugares na praça de alimentação, cerca de 300 lojas, 11 lojas âncoras, 37 opções de lojas de alimentação, 5 salas de cinema de última geração, e espaço de lazer com diversões eletrônicas. No segmento de Serviços dispõe do único Posto da Polícia Federal para emissão de passaportes da região; de um Posto Avançando de Licenciamento do DETRAN/SP; de uma unidade do Laboratório Lavoisier, uma Agência dos Correios, serviços de beleza e estética, agências de viagem, casas de câmbio. Abriga 3 agências bancárias, além de diversos outros caixas eletrônicos. Destacam-se ainda fraldário, ambulatório, espaço para cursos de culinária, empréstimo de carrinhos de bebê, serviço de apoio à locomoção, serviço de apoio mecânico, recreação infantil, carrinhos para crianças com necessidades especiais, sanitário infantil e assentos para bebês em sanitários femininos.

atendimentos públicos e bancários, além de toda infra-estrutura de estacionamento e acessibilidade.

Inaugurado em Setembro de 1997, o ABC Plaza Shopping está num complexo de prédios, numa área de 63.000 m², onde além das instalações do shopping, com um mix de mais de 300 lojas nos segmentos de moda, serviços, acessórios, lazer e gastronomia[10], estão também um Centro Empresarial, Hipermercado, Home Center, e Centro Médico.

A concepção atual dessa nova modalidade de comércio, com a reunião da mais variada oferta de produtos e serviços, facilitando a vida do usuário, aliada à comodidade de estacionamentos e segurança, ao mesmo tempo em que impulsionou o comércio, acarretou prejuízos ao já constituído núcleo comercial estabelecido principalmente nas imediações do calçadão da Rua Oliveira Lima, no centro de Santo André. Com a transferência do eixo de consumo para outras localidades, iniciou-se um processo de decadência da região central, que gerou o fechamento de diversos negócios e subtraiu significativa parcela da população que freqüentava a localidade. O impacto só não foi maior pois se mantiveram as estruturas da rede bancária, dos cartórios, e também dos escritórios, que não tiveram nenhuma nova frente de implantação na cidade. A presença de escolas e alguns edifícios residenciais contribuíram para alguma fixação populacional, ainda que, com a paralisação das atividades nos fins de semana, ficasse claro o esvaziamento da região.

Havia uma necessidade urgente de intervenção, a fim de reverter esse processo e retomar a vitalidade do centro.

3.4) Os Projetos de Revitalização do Centro

Em busca de estabelecer um processo de revalorização da área central, em 1997, na segunda gestão do PT, surgiu o projeto “Centro com Vida”, que partiu da

[10]O Shopping ABC Plaza conta com praça de alimentação, 3 agências bancárias e diversos caixas eletrônicos, prestação de serviços gerais, boliche, jogos eletrônicos e 10 salas de cinema. Dispõe de fraldário, ambulatório, empréstimo de carrinhos de bebê, serviço de apoio à locomoção, serviço de apoio mecânico, recreação infantil, carrinhos para crianças com necessidades especiais e sanitário infantil. Desenvolve também atividades monitoradas gratuitas de caminhada, e eventos como feira do livro e de malhas; a administração contribui com diversos projetos de inclusão social, como arrecadação de agasalhos e brinquedos e apoio à crianças esportistas e portadores de necessidades especiais.

abordagem social, característica das gestões anteriores de Celso Daniel. As decisões sobre as mudanças e intervenções precisavam surgir de estudos conjuntos entre o poder público e a população. O objetivo final era encontrar soluções para a valorização local e recuperação das atividades comerciais.

Ao longo dessa gestão, 1997 a 2000, e também nos anos seguintes, o projeto passou à etapa de implantação, conferindo novas características à região central e fortalecendo as atividades comerciais. Algumas novas redes de lojas se estabeleceram nas imediações da Rua Oliveira Lima e no “Shoppinho”, que recebeu reestruturação e expansão, com aumento do número de pontos. Esses referenciais demonstram o retorno do comércio, principalmente voltado a um mercado mais popular.

O projeto almejava mais do que a sustentabilidade comercial. Planejava resgatar a identidade do centro histórico e valorizar as atividades culturais que ali já estavam implantadas.

3.4.1) O Projeto “Centro com Vida”

O projeto "Centro com Vida" buscou na participação popular, através de pesquisas, uma forma de aproximar as propostas da prefeitura das necessidades da comunidade.

Foram previstas intervenções urbanas, culturais, sociais e econômicas, nesta ordem de importância. O projeto priorizou as obras urbanas de infra-estrutura.

Estabeleceram-se e implantaram-se dois projetos: o "Banco de Idéias" e o "Fórum do Centro", que surgiram com a finalidade de criar canais de interlocução entre sociedade civil e poder público.

O "Banco de Idéias" foi constituído por 12 tótens (urnas) que foram colocados em pontos de grande circulação na cidade, durante o período de seis meses, com o objetivo de coletar sugestões da população sobre melhoria da qualidade urbana na área central. Estes equipamentos foram monitorados pela equipe do "Núcleo de Participação Cidadã", que durante este período avaliou mensalmente as sugestões para que fossem discutidas pelo "Fórum do Centro".

O "Fórum do Centro" era o canal de interlocução da sociedade civil com o poder público no que se refere às ações do Projeto Centro com Vida. O objetivo era acompanhar todas as atividades previstas e contribuir para ampliar a divulgação das ações do projeto.

A partir do grupo executivo do fórum, estabeleceram-se seis grupos temáticos: Divulgação, Projeto Urbanístico, Desenvolvimento, Segurança, Cultura e Ação Social, oriundos das demandas apontadas pelo "Banco de Idéias" e tabuladas pelo "Núcleo de Participação Cidadã". Os grupos faziam as discussões específicas, que eram remetidas ao executivo, que por sua vez desenvolvia as propostas.

Cinco pontos definiram a forma de atuação do projeto: qualificação dos espaços urbanos, busca de identidade do centro histórico, aumento da atividade cultural na área central, controle social e desenvolvimento econômico, e forma de gestão, com as seguintes propostas:

a) Qualificação dos espaços urbanos:

- implantar infra-estrutura adequada, reformulando os sistemas de drenagem, viário, de trânsito e de iluminação pública;
- ampliar e articular os espaços de uso público por meio de uma maior oferta de equipamentos;
- ampliar as áreas verdes públicas com cobertura vegetal adequada a ambientes urbanos fechados e abertos;
- ampliar as áreas destinadas à circulação de pedestres;
- implantar equipamentos e mobiliário urbanos (pontos de ônibus, lixeiras, bancos e mesas);
- promover a ordenação do tráfego de veículos e a circulação de pedestres;
- facilitar o acesso ao centro, através de alteração de rotas das linhas de ônibus.

b) Busca de identidade do centro histórico**:**

- garantir a preservação do patrimônio histórico, cultural e de interesse singular para o ambiente urbano, mediante instrumentos adequados e de estímulo ao proprietário;
- buscar qualificação e a dignificação do centro histórico conferindo nova identidade aos espaços públicos.

c) Aumento da atividade cultural na área central:

- incentivar a multiplicidade de funções a fim de garantir a animação da área central da cidade;

d) Controle social / desenvolvimento econômico:

- trabalhos, oficinas e atividades geradoras de renda, realizadas com moradores de rua;
- incentivar novas atividades através do Banco do Povo (Banco criado pela Prefeitura, que possibilita ao pequeno comerciante adquirir um empréstimo para iniciar seu negócio ou ampliá-lo).

e) Gestão:

- estimular a participação de proprietários, usuários e empreendedores interessados no processo de reurbanização, requalificação e gestão do centro.

A partir do projeto “Centro com Vida”, diversas intervenções foram realizadas, algumas de forma pontual, outras com vistas à integração e melhoria conjunta. Dentre elas, estão a reestruturação e redirecionamento de vias de circulação da área central, a cobertura da Rua Oliveira Lima, a reforma da Casa da Palavra e a implantação do Corredor Cultural.

O Corredor Cultural é uma proposta de sinalização e orientação para a caminhada em um determinado percurso, cujo roteiro faz um circuito de contemplação de ruas, praças e imóveis de especial valor na composição da memória do Centro Histórico de Santo André, com o intuito de incentivar o conhecimento e a valorização do patrimônio da cidade, revelando seus bens através da indicação de folders, placas e totens.

Alguns desses imóveis fazem parte do patrimônio tombado pelo Comdephaapasa, e abrigam atividades de caráter cultural.

3.4.2) O Corredor Cultural

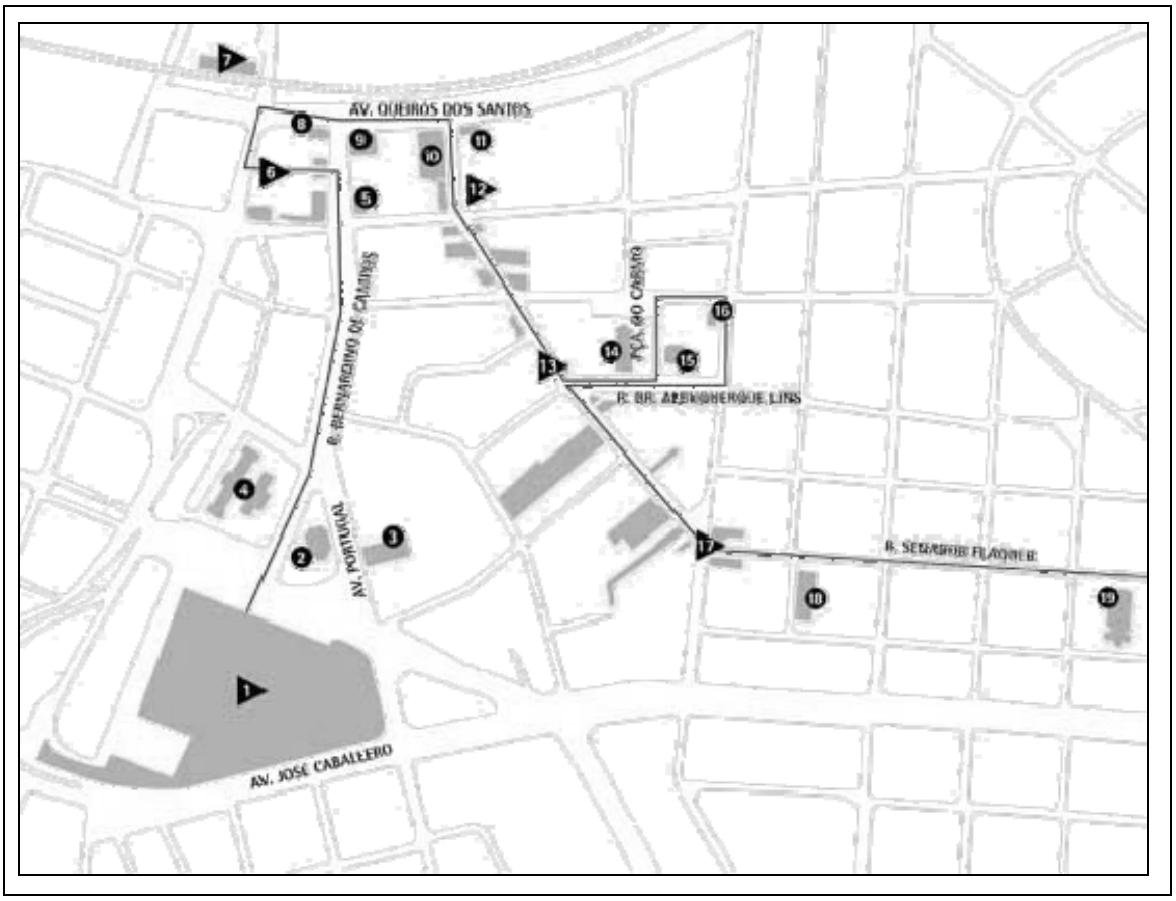

Imagem 1: Mapa do circuito cultural

1) Centro Cívico
Localização: Praça do IV Centenário s/nº.
Espaço onde se localizam os três poderes no Município: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Centro Cívico abriga também a Biblioteca, o Salão de Exposições, o Teatro o Auditório Municipal. O conjunto de especial interesse arquitetônico, cujo projeto urbanístico é de Rino Levi e paisagístico de Burle Marx, encontra-se em processo de tombamento pelos conselhos de defesa do patrimônio cultural estadual e municipal, por seu valor na arquitetura moderna brasileira. O edifício do Fórum construído posteriormente é de autoria de Jorge Bonfim. Merecem destaque o Painel Mural em concreto, localizado no saguão do teatro, e a tapeçaria que se encontra no 9º andar do edifício do Executivo, ambos de Burle Marx.

2) Agência Central dos Correios e Marco Zero da Cidade
Localização: Praça do IV Centenário, nº 6.
O edifício robusto de 1961 é um marco referencial na paisagem devido à sua localização estratégica. Integra o setor da cidade destinado às atividades institucionais, próximo ao Centro Cívico. O Marco Zero encontra-se próximo ao Correio e assinala a latitude, longitude e altitude da cidade, além de indicar o ponto de partida da numeração das ruas.

3) Sede da Chácara Mimosa
Localização: Av. Portugal, 79

É o ultimo exemplar de uma série de chácaras existentes no centro da cidade desde o final do século 19 e o início do século 20. Atualmente a sede da chácara é de propriedade do Clube Primeiro de Maio, que mantém a maioria das características do antigo casarão.

4) Escola Dr. Américo Brasiliense
Localização: Praça IV Centenário, nº. 07
Primeiro ginásio da cidade, construído pelo Governo do Estado e inaugurado em 1962 pelo Governador Carvalho Pinto. A monumentalidade do edifício reflete a política de revalorização do ensino público do período. Funciona atualmente como escola de ensino fundamental e médio.

5) Sobrado do Início do Século XX (1937)
Localização: Rua Bernardino de Campos, nº 99, esquina com a Rua General Glicério.
A edificação em dois pavimentos, de herança colonial, era a mais usada pelas famílias mais ricas. Destinavam o piso superior para suas residências e o inferior, menos nobre por ser no nível do chão, para uso comercial. Há riqueza de elementos decorativos na fachada.

6)Primeiro Quarteirão
Localização: Av. Queirós dos Santos, Rua Bernardino de Campos, Rua Carlos de Campos e Av. XV de Novembro.
É um dos primeiros núcleos urbanos da cidade, formado no final do século 19 e início do século 20, defronte à antiga Estação Ferroviária. Algumas das edificações atuais substituíram as primeiras construções em taipa, demolidas em 1913. Ali encontra-se a Travessa Diana, conservando seu piso original em paralelepípedos.

7) Estação Ferroviária
Localização: Rua Itambé, 40.
Local histórico que representa o início da urbanização de Santo André.
A estação foi inaugurada em 1867, sofrendo reformas na década de 20 e sendo totalmente remodelada em 1979, quando da inauguração do prédio atual.

8) Sobrado do Início do Século XX (1914)
Localização: Rua Bernardino de Campos, nº 13, esquina com a Av. Queiroz dos Santos.
Construção das mais antigas e representativas da época existentes no Centro de Santo André. Foi construída em 1914 e era de propriedade de Antônio Queiroz dos Santos, grande proprietário de terras na cidade.

9) Sobrado do início do século 20
Localização: Av. Queiroz do Santos, nº 218, esquina com a rua Bernardino de Campos.
No pavimento superior, pode-se observar a distribuição dos espaços de uma residência do período. Funcionou como loja de armarinhos e tecidos de Pedro Jorge e foi sede do Câmara Clube de Santo André, ponto de encontro de fotógrafos.

10) Cine Tangará
Localização: Rua Coronel Oliveira Lima, 54, esquina com a Av. Queiroz dos Santos.

Inaugurado em setembro de 1950, de propriedade da família Magini, contava com 3100 lugares, seguindo a linha dos antigos cinemas de São Paulo no período. Foi durante as décadas de 50 e 60 um importante pólo cultural e de lazer na cidade. Atualmente, houve um redimensionamento do espaço interno e o cinema foi dividido em duas salas.

11) Sobrado do início do século 20 - Década de 50
Localização: Rua Cel. Oliveira Lima, 09, esquina com a Av. Queirós dos Santos.
As esquinas eram os espaços mais valorizados pela elite para as construções de seus imóveis. O edifício da década de 20 era de propriedade da família Dell' Antonia. Seu papel mais importante foi de agência da prefeitura nas décadas de 20, 30 e 40.

12/13/17) Caminho para Vila
Localização: Calçadão da Rua Coronel Oliveira Lima.
A Rua Coronel Oliveira Lima fazia parte de um caminho que ligava a Estação à Vila de São Bernardo – atual centro de São Bernardo do Campo. Desde sua criação, ela foi um misto de residências, fábricas, pequenos comércios e serviços.

14) Praça do Carmo
Praça mais antiga do centro, recebeu essa denominação em 3 de março de 1927. Ali localizam-se a Catedral do Carmo – sede da diocese do ABC – e a Concha Acústica. Nesta, desenvolvem-se atividades relativas a diversas linguagens artísticas e culturais.

15) Casa da Palavra
Localização: Praça do Carmo, 171
Edificação de fase posterior aos sobrados, apresentam novos elementos que refletem alterações na maneira de morar, como os recuos, os jardins, as escadarias externas e alpendres. Antiga residência de Paulina Isabel de Queiroz, construída na década de 1920, foi utilizada para vários serviços públicos, inclusive gabinete do prefeito. Hoje abriga o espaço cultural de debate e reflexão sobre as diversas linguagens culturais contemporâneas, tendo como fio condutor a palavra.

16) Casa do Olhar
Localização: Rua Campos Sales, 414.
Exemplar de casarão rico em materiais e detalhes decorativos. Propriedade de Bernardino Queirós dos Santos, foi construída na década de 1920. Destacam-se os trabalhos em marchetaria, gesso e vidro do salão principal. Atualmente, é o equipamento cultural irradiador de uma política de artes plásticas, além de desenvolver atividades relacionadas às artes visuais contemporâneas.

18) Cine Teatro Carlos Gomes
Localização: Rua Senador Fláquer, 110.
Prédio ocupado pelo Cine-Teatro Carlos Gomes foi inaugurado em 1925. No final da década de 80 foi transformado em loja e estacionamento. Por meio de um mobilização popular, foi desapropriado pela Prefeitura em 1991. Tornou-se um espaço voltado às exibições de filmes e a cursos de cinema, abrigando, também,

exposições de artes plásticas. Hoje está fechado ao público e apenas sedia as aulas da Escola de Cinema.

19) Museu de Santo André Dr. Octaviano Gaiarsa
Localização: Rua Senador Fláquer, 470.
O prédio foi inaugurado em 1914, sendo o 1º Grupo Escolar da região do ABC. A disposição das salas de aula em forma de U, interligadas por um alpendre, forma um agradável pátio interno. A escola foi transferida em 1978, e em agosto de 1990 o Museu de Santo André passou a funcionar no local, ampliando suas atividades. Atualmente dedica-se à pesquisa, coleta, conservação e exposição de objetos, imagens fotográficas e documentos relacionados às transformações históricas e urbanas sociais, econômicas e culturais da cidade.

4) O Comdephaapasa e a sua Atuação na Defesa do Patrimônio

Os movimentos voltados à preservação na região do Grande ABC e mais especificamente em Santo André tiveram seus esforços de décadas contemplados com a criação do Conselho de Preservação Municipal.

O Comdephaapasa surgiu como ferramenta legal para dar resposta às políticas de preservação propostas pela administração do Prefeito Celso Daniel, que assumiu pela primeira vez a prefeitura do município de Santo André em 1989, e que teve a oportunidade de colocar em prática as idéias sobre cultura, memória e preservação que já compartilhava com os membros do Gipem.

Mesmo com um cenário favorável, fruto da evolução nas políticas de manutenção e construção da memória nacional e das movimentações locais lideradas pelos setores da cultura e educação, das primeiras leis que embasaram a criação do Conselho ao efetivo início dos trabalhos transcorreram alguns anos.

O primeiro impulso político que propiciou a formação e constituição do Comdephaapasa aconteceu em 24 de Julho 1989, já na gestão de Celso Daniel, com o decreto 12.255 que dispôs sobre a Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. O avanço efetivo para a criação do Conselho deu-se a partir da Lei Orgânica do Município, de 08 de Abril de 1990[1], que determinou a criação do Conselho, para através desse órgão manter, preservar e valorizar a História, a Arte, a Cultura, enfim, todos os bens que demonstrassem a integração Homem – Natureza.

Em 17 de Agosto de 1990, foi publicada a Lei 6.673, que dispôs sobre a defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André, bem como a criação do COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André, definindo suas atribuições e competências. A Lei definiu também os parâmetros para os processos de tombamento, seus efeitos, estímulos e penalidades por infrações.

[1] Art. 265 – É dever do Município identificar, pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio cultural andreense, através do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André – COMDEPHAAPASA – que será criado na forma da lei.

De mesma data, o Decreto nº 12.518 dispôs sobre a constituição do Conselho, definindo a instalação de um Conselho Provisório pelo período de seis meses e as atribuições deste durante sua vigência, com a seguinte composição:

I – 1 (um) representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos;

II – 1 (um) representante da Secretaria da Habitação;

III – 1 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

IV – 1 (um) representante da Coordenadoria de Planejamento;

V – 1 (um) representante da Assessoria do Meio Ambiente;

VI – 1 (um) representante da Câmara Municipal;

VII – 6 (seis) representantes da Comunidade, indicados pelo Prefeito Municipal, com comprovada idoneidade moral e conhecimentos relativos à matéria.

Além das competências e atribuições definidas no artigo 4º da Lei Municipal 6.673 foram definidas pelo artigo 3° do referido decreto as atribuições:

I – Elaborar Regimento Interno do Comdephaapasa, no prazo de 15 dias, contados da constituição do Conselho;

II – Definir o processo eletivo dos representantes da comunidade, de acordo com os artigos 73 e seguintes[2]*, da Lei Orgânica Municipal;*

III – Promover uma plenária aberta à participação de todos os cidadãos, entidades da sociedade civil e movimentos populares, ao término do período de 6 (seis) meses, com o objetivo de analisar os trabalhos realizados, orientar sua atuação e propor projetos futuros.

---

[2] Art. 73 - A Gestão Democrática dar-se-á, dentre outras formas, através da participação da população em canais institucionais denominados conselhos.
Parágrafo único - Os canais de que trata este artigo são órgãos vinculados tecnicamente ao Executivo.
Art. 74 - Os Poderes Executivo e Legislativo garantirão as informações e espaços públicos para o funcionamento dos canais institucionais de participação popular, conforme regulamentação legal.
Art. 75 - Os conselhos compor-se-ão paritariamente.
§ 1º - Fica garantida a representação do Executivo, dos servidores públicos quando for compatível, das entidades representativas da sociedade civil e dos movimentos populares.
§ 2º O mandato dos membros dos conselhos será de, no máximo, dois anos, sendo permitida uma reeleição.
§ 3º - Quando da mudança do Chefe do Executivo fica facultada a este a renovação de seus representantes no conselho.
§ 4º - Os membros do conselho não farão jus a remuneração.
Art. 76 - Cabe aos Poderes Executivo e Legislativo providenciar o cadastramento das entidades e movimentos populares interessados em participar dos conselhos, sem poder vetá-los.
Parágrafo único - Cada conselho promoverá anualmente, no mínimo, uma plenária aberta à participação de todos os cidadãos, entidades da sociedade civil e movimentos populares, com o objetivo de analisar seu trabalho pretérito, orientar sua atuação e propor projetos futuros.

O cumprimento de prazos não foi um dos pontos altos no início do Conselho. Contrariando as determinações, não houve a elaboração do regimento interno no prazo de 15 dias, e os representantes da comunidade assumiram em caráter provisório para preencher apenas quatro das seis vagas existentes. Somente em 11 de Fevereiro de 1992, pela portaria 489.02.92, foram oficialmente incluídos os conselheiros das cadeiras da sociedade civil, para o período de 92/94, e em 10 de Março de 1992, o Decreto 12.946 regulamentou o Regimento Interno do Comdephaapasa.

A demora nas indicações de titulares, suplentes e substitutos, e também para a oficialização das indicações pelo Prefeito Municipal, resultou em diferentes datas de ingresso e saída dos membros, configurando uma aparente desorganização da estrutura proposta. Com o passar dos anos, os inícios e términos de mandatos passaram a ser mais organizados, recebendo antecipadamente as indicações dos participantes e eventualmente a recondução dos mesmos.[3]

Em virtude dessas dificuldades iniciais, podemos considerar que 1992 foi o ano de efetivo início das atividades, quando ocorreram as primeiras solicitações de análise para tombamento, especificamente de imóveis de propriedade da Prefeitura.

Esses tombamentos já eram desejados pelo poder público antes mesmo da criação do Conselho. A homologação destes processos serviu tanto de validação da importância do Comdephaapasa quanto de formalização das políticas preservacionistas da atual administração.

O primeiro tombamento foi acolhido e aprovado pelo Conselho no restrito prazo de 30 dias. A *Figueira do Parque Duque de Caxias,* hoje Parque Celso Daniel, teve seu processo homologado em 30 de Junho de 1992.

Os demais processos que se seguiram também ocorreram em prazos pequenos, e com características muito semelhantes: solicitações oriundas da Secretaria de Cultura, valorização histórica e afetiva dos bens, escassa documentação e breves justificativas dos relatores. Os processos abertos em 17 de julho foram todos aprovados por unanimidade pelos conselheiros em 23 de outubro: *Haras Jaçatuba,* ato de homologação em 11 de novembro, *Residência Olga Guazelli*, ato de homologação de 11 de novembro; *Cine Teatro Carlos Gomes,* ato

[3] Vide Anexo, onde constam as datas de ingresso de cada Conselheiro.

de homologação de 11 de novembro; *Primeiro Grupo Escolar,* ato de homologação de 23 de novembro*, Residência Paulina Isabel de Queiroz,* ato de homologação 11 de novembro.

Em 23 de outubro surgiu a primeira sugestão de tombamento de imóvel por parte de um dos conselheiros, o Sr. Álvaro Muraro, 1° Tenente reformado do Exército e Presidente da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. O processo aberto nesta mesma data foi aprovado por unanimidade em 13 de novembro - *Sede da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção do ABCDMRP e Museu Militar Expedicionário do ABCDMRP,* ato de homologação 23 de novembro.

De janeiro a maio de 1993, o Conselho ficou inativo, retomando suas atividades em 03 de junho, com a posse de novo Corpo do Conselho e escolha de Presidente. Em maio de 1993, surgiu a primeira solicitação fora do âmbito institucional, quando o Frei Roberto Tottoli solicitou o tombamento da Igreja Maria Imaculada e das suas pinturas. A discussão sobre o valor artístico das pinturas e o tipo de valor da igreja foram as primeiras questões mais complexas colocadas para a apreciação do Conselho. Nesse momento, os conselheiros sentiram a necessidade de ter apoio de uma equipe especializada para pesquisar e elucidar informações que iam além de seus conhecimentos, levando-os a solicitar à Prefeitura que designasse um corpo técnico para trabalhar em conjunto com o Conselho.

Pela primeira vez, uma solicitação levou anos em apreciação e discussão, e suscitou a necessidade de estabelecimento de critérios para avaliação e para a requisição de tombamentos. Embora solicitado em agosto de 93, apenas em 18 de outubro de 1995, foi nomeado o primeiro corpo técnico. Só a partir de então houve andamento na avaliação deste processo, que acabou por desvincular os painéis da Igreja e que culminou apenas na proteção das pinturas em processo homologado em 1996: Dezoito *Pinturas sobre Painéis,* ato de homologação de 03 de setembro de 1996.

Ainda em 14 de outubro de 1993 foi aberto o processo de tombamento do Paço Municipal, incluindo a estátua de João Ramalho e o tríptico de Burle Marx, em um processo ainda não concluído.

Nos anos de 1994 e 1995 foram intensas as discussões sobre critérios de tombamento e normas para a instrução de processos e elaboração de pareceres

técnicos. Visitas ao Condephaat e ao Conpresp foram fundamentais como referência na elaboração da regulamentação do Comdephaapasa.

Em 30 de Maio de 1994, a Portaria n° 1 do Comdephaapasa regulamentou a documentação e as justificativas necessárias para o encaminhamento de pedidos de tombamento.[4] Entretanto, nem sempre as solicitações preenchiam os requisitos, fosse por falta de informação ou dificuldade na obtenção das mesmas.

Vários processos foram encaminhados ao conselho ao longo dos anos. Nesse período também entraram em pauta as solicitações de tombamento de uma paineira, localizada em terreno na Av. Utinga; da Casa Amarela, proposta pelo reitor da Fundação Santo André, Oswaldo Cilurzo, proprietária do imóvel; da Rua Caminho do Pilar, realizada pelo Presidente da Câmara Municipal; de uma residência localizada na esquina da Rua Catequese com Padre Manuel da Nóbrega, da Escola Estadual Américo Brasiliense; da Capela e paineira do Cemitério da Saudade e do imóvel localizado na esquina da Av. Bernardino de Campos com General Glicério. Todos estes não saíram do campo das discussões.

Depois de diversas propostas sem continuidade, iniciou-se o processo da ETA Guarará, em discussão desde 04 de Fevereiro de 1999: *ETA Guarará – Estação de Tratamento de Águas,* ato de homologação de 17/08/2002

Em 04 de Março de 1999 foi aberto o processo de tombamento do Maciço do Bonilha, até hoje não concluído.

---

[4]Artigo 1º - Os pedidos de tombamento deverão ser encaminhados ao Comdephaapasa, por intermédio de requerimento do(s) interessado(s), no qual deverá constar sua identificação e seu endereço, assim como justificativa, devidamente documentada, que caracterize o interesse do bem a ser tombado.
§ 1º - Para efeito de instrução dos pedidos descritos neste artigo, devem os mesmo ser acompanhados por:
I – Informações sobre o estado de conservação do bem, assim como de sua atual utilização; II – levantamento fotográfico datado do bem; III – croquis de do bem, nos casos de edificação; IV – demarcação topográfica da área proposta, nos casos de monumento ou sítio; V – Certidão atualizada de propriedade, passada pelo Cartório de Registro de Imóveis competente na qual figure o (s) nome (s) do (s) proprietário (s) do imóvel; VI – certidão de propriedade, assinada pelo (s) proprietário (s), com firma reconhecida, constando seu (s) nome (s) legível (is) e respectivo (s) endereço (s) nos casos de bens móveis.
§ 2º - o requerente deverá também, sempre que possível, instruir o pedido incluindo os seguintes elementos:
I – em caso de edificação, ano de construção, técnica construtiva, seu construtor, planta do imóvel, ocupação em relação ao terreno e localização na área envoltória de 300 metros; II – documentação histórica sobre o bem, da qual deverá constar seu valor em relação ao desenvolvimento socioeconômico e cultural do Município.

Durante estes anos, e perdurando ainda em 2007, datam as importantes avaliações sobre o Haras São Bernardo e Paço Municipal de Santo André, que já contavam com a proteção provisória do Condephaat, assim como o Maciço do Bonilha.

A Vila de Paranapiacaba sempre foi um capítulo especial e complexo dentro das discussões do Conselho, por tratar de bens imóveis (residências e construções de uso público), de área de ferrovia, pertencente à RFFSA, e área natural. O processo de tombamento pelo IPHAN foi concluído em Setembro de 2002, no mesmo período em que o Comdephaapasa aprovou o tombamento, homologado posteriormente: *Vila de Paranapiacaba e arredores,* ato de homologação de 07 de julho de 2003.

Também em Setembro de 2002 foi tombado pelo Condephaat o edifício do Museu Octaviano Gaiarsa, num processo conjunto com outras escolas do período da Primeira República.

Em novembro de 2002 iniciou-se o processo de tombamento da Mansão Tognato, pelo Comdephaapasa, um imóvel particular, antiga residência de elite situada no Bairro Jardim. *Mansão Tognato,-* ato de homologação de 17 de abril de 2007.

No ano de 2004 o Conselho teve sua primeira deliberação oficialmente recusada por parte da Prefeitura, do Cine Tangará, após oposição de seus proprietários. O Conselho recorreu à justiça, mas sem efeito. Como órgão consultivo, nada podia fazer sem a confirmação do Prefeito Municipal.

Ainda neste ano, num processo de atualização com as mudanças das classificações administrativas, iniciaram-se discussões sobre alterações no regulamento interno. No artigo 4° do Regimento Interno, sobre a composição do Conselho, substituiu-se a distribuição de cadeiras de “área de atuação”, para Secretarias, acompanhando a reforma administrativa anteriormente realizada.[5]

[5] Artigo 4 - O Comdephaapasa é composto por pessoas de comprovada idoneidade moral e conhecimentos relativos as suas finalidades, nomeadas pelo Prefeito Municipal e tendo a seguinte representação:
I - 01 (um) representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos;
II - 01 (um) representante da Secretaria de Habitação;
III - 01 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
IV - 01 (um) representante da Coordenadoria de Planejamento;

Apontou-se a necessidade de participação do corpo técnico nas reuniões, de forma a trabalhar em melhor esquema de cooperação.

Em 2005, o Conselho e suas responsabilidades ficaram em evidência em virtude das graves condições de deterioração da *Casa do Olhar.* Os grupos Cidadãos Amigos da Casa do Olhar, Núcleo de Fotografia e Núcleo de Artes Plásticas, que utilizavam os espaços, solicitaram publicamente providências ao Comdephaapasa para a restauração do imóvel. Coube a Sônia Ântico, presidente do Conselho, esclarecer a questão da responsabilidade sobre a manutenção dos bens tombados, que seria da prefeitura e não do órgão de preservação, que nem mesmo dispunha de verba para isso, apenas podendo notificar a Prefeitura Municipal, proprietária do imóvel, da urgência nas reformas[6].

A partir das novas propostas do Plano Diretor, cresceram as ferramentas, mas também as exigências sobre o Conselho. Iniciou-se então o ”Plano de Preservação do Patrimônio”[7], em Julho de 2005, visando fornecer apoio às decisões.

No ano de 2006 as atenções do Conselho estiveram voltadas principalmente para Paranapiacaba, em função do grande número de intervenções propostas e da urgência nas decisões para evitar danos ao patrimônio.

As principais atividades foram: acompanhamento do início das obras da Casa do Olhar, a entrega ao Conselho da proposta metodológica para inventário da cidade, elaborada pelos arquitetos Silvia Helena Passarelli e Gilson Lameira, organização de Grupo de Estudo para revisão de Legislação do Comdephaapasa; apresentação da Proposta Metodológica para a proteção de Paranapiacaba e da pesquisa “Diretrizes e Procedimentos para a Recuperação do Patrimônio Habitacional em Madeira em Paranapiacaba, dentre diversas avaliações de reformas

---

V - 01 (um) representante da Assessoria de Meio Ambiente;
VI - 01 (um) representante da Câmara Municipal;
VII - 06 (seis) representantes da comunidade, indicados através de órgãos e entidades interessadas na proteção do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico- urbanístico e paisagístico municipal.

[6] Sônia Antico rebate as acusações de omissão e explica as responsabilidades do Conselho em entrevista concedida ao Jornal Diário do Grande ABC, em 07/04/05. O título da matéria *Conselho não Assume Casa do Olhar* transparece ao leitor a falsa impressão de descaso por parte do Comdephaapasa.

[7] Item integrante do Plano Diretor, este trabalho teve a consultoria da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, na pessoa da Sra. Regina Meyer, sendo contratados ainda pela FUPAM os arquitetos Silvia Helena Passarelli e Gilson Lameira, os quais elaboraram diretrizes para o futuro inventário de bens da cidade.

em bens tombados. Destaque também para a apresentação do projeto de Estudo de Impacto Ambiental – EIA-RIMA, denominado ”Otimização do transporte de cargas entre o Planalto e a Baixada Santista”.

Num momento tão importante e sob protesto do Conselho, e contrariando a determinação do Plano Diretor Regional, foi afastado o corpo técnico.

Em 2007 o Conselho ainda voltou suas atenções para um novo perfil de proteção, de caráter etnográfico, a partir de solicitação do proprietário do bem, promovendo o tombamento de uma casa de culto de caráter afro-descendente: *Casa de Culto Dâmbala Kuere-Rho Bessein*, *ato de homologação de 26 de 08 de 2007.*

4.1) Os Bens Tombados

1) Figueira

Processo n°29718/92-3

Ato de homologação de 30/06/1992, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.

Figueira do tipo *Fícus Macrophilla*.

Localização: Parque Celso Daniel (antigo Parque Duque de Caxias), na Av. D. Pedro II, Bairro Jardim – Santo André.

2) Haras Jaçatuba

Processo n°32756/92-2

Ato de homologação de 11/11/1992, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.

Antiga sede da chácara Assumpção, um dos últimos remanescentes das antigas chácaras existentes na cidade, até meados da década de 1930. Ali a família de Erasmo Assumpção mantinha o Haras Jaçatuba. Na década de 1970, a área foi adquirida pela PMSA, tendo sido criado o Parque Regional da Criança. Atualmente os edifícios abrigam a Escola Municipal de Iniciação Artística Aron Feldman.

Localização: Av. Itamaraty, 536 – Bairro Jaçatuba – Santo André

3) Residência de Olga Guazelli

Processo n°32757/92-0

Ato de homologação de 11/11/1992, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.

Residência construída em meados da década de 1920, desapropriada pela PMSA em 1968. Foram instalados vários serviços municipais no decorrer dos anos. Atualmente está instalada a Casa do Olhar.

Localização: Rua Campos Salles, 414 – Centro – Santo André.

4) Cine-Teatro Carlos Gomes

Processo n°32758/92-9

Ato de homologação de 11/11/1992, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.

Cinema fundado em 21 de setembro de 1912 e transferido para o atual edifício em 25 de agosto de 1925. De características neoclássicas, a primeira fachada foi reformada em 1947, assim como o interior do cinema. O imóvel foi desapropriado pela PMSA, após solicitação da comunidade, em 1991.

Localização: Rua Senador Fláquer, 110 – Centro – Santo André.

5) Primeiro Grupo Escolar

Processo n°32760/92-0

Ato de homologação de 23/11/1992, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.

Prédio com características neoclássicas, abrigou o primeiro grupo escolar da região do grande ABC. Foi construído em 1912, seguindo o modelo Mogy-Guassú de 1910. O projeto era de Carlos Van Humbeck e a fachada de J.B. Maroni. A escola esteve instalada no local até 1978, quando foi transferida e ali foram instalados equipamentos públicos municipais. Atualmente o prédio é ocupado pelo Museu de Santo André, que passou a utilizar o espaço em agosto de 1990.

Localização: Rua Senador Fláquer, 470 – Centro – Santo André.

6) Residência de Paulina Isabel de Queiroz

Processo n°32761/92-9

Ato de homologação de 11/11/1992, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.
Residência construída em meados da década de 1920, tendo sido arrendada pela Prefeitura de Santo André na década de 1930. Ali foram instalados vários serviços públicos, em especial, o Gabinete do Prefeito. O bem foi desapropriado pela PMSA em 1971. Atualmente abriga a Casa da Palavra.
Localização: Praça do Carmo, 171 – Centro – Santo André.

7) Associação dos Ex-combatentes do Brasil
Processo n°53066/92-0
Ato de homologação de 23/11/1992, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.
Equipamento privado destinado a conservar a memória dos ex-combatentes residentes na região do ABC. O imóvel é uma concessão da PMSA, registrada no dia 21 de janeiro de 1977.
Localização: Av. Dom Jorge Marcos de oliveira, 100 – Vila Guiomar – Santo André.

8) Dezoito Pinturas sobre Painéis (Igreja Maria Imaculada)
Processo n°22947/93-4
Ato de homologação de 03/09/1996, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.
Obras de autoria do artista plástico Gianni Parziale, que tratam da Crucificação de Cristo, Jardim das Oliveiras, Santa Ceia, Vida e Morte e a Glorificação de São Maximiliano Kolbe, Via Sacra, e um painel central que retrata a Ressureição.
Localização: Rua Fenícia, 771 – Parque novo Oratório – Santo André.

9) ETA Guarará – Estação de Tratamento de Águas
Processo n°7476/99-4
Ato de homologação de 17/08/2002, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.
Conjunto construído em 1943 e utilizado pela Estação de Tratamento de Águas. Propriedade da PMSA, com área total de 121.312,08 m^2.
Localização: Rua Paulo Novais, esquina com a Rua Laudelino Freire.

10) Vila de Paranapiacaba e arredores

Processo n°56616/96-5

Ato de homologação de 07/07/2003, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.

Propriedade: PMSA – Vila de Paranapiacaba e área natural envoltória.

Propriedade Particular: linha de domínio da RFFSA, com início na divisa municipal de Santo André – Rio Grande da Serra.

Localização: Vila de Paranapiacaba.

11) Mansão Tognato

Processo n°35105/2006-2

Ato de homologação de 17/04/2007, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.

Exemplar de arquitetura da elite industrial na cidade, construído no final da década de 1930, possuindo familiaridade com os grandes palacetes da cidade de São Paulo. Propriedade particular, pertencente á família Tognato. Área total de 4.127,00 m^2.

Localização: Av. D. Pedro II, 1313 – Bairro Jardim – Santo André.

12) Casa de Culto Dâmbala Kuere-Rho Bessein

Processo n°1995/2007-5

Ato de homologação de 26/08/2007, de acordo com a Lei municipal 6.673 de 17 de Agosto de 1990, que dispõe sobre o COMDEPHAPASA e o tombamento de bens.

Casa de Culto pertencente ao culto afro-descendente da Nação Jeje-Mahim. Com trinta e seis anos de existência é uma das três casas de etnia Jeje-Mahin existentes no Brasil e a única no Estado de São Paulo.

Propriedade Particular: pertence a Alex Leme da Silva

Área Total: 182,50 m2.

Localização: Av. dos Amoritas, 629, Jardim do Estádio

4.2) Os Bens em Processo de Tombamento

Atualmente, são três os processos em andamento com vistas à proteção pelo COMDEPHAAPASA:

Haras São Bernardo – Processo n° 320/95-7

Paço Municipal de Santo André – Processo n°44.899/93-0

Maciço do Bonilha – Processo n° 42.725/98-8

Dentre estes, o Haras foi tombado pelo CONDEPHAAT em 11/12/1989, e os outros estão protegidos, enquanto correm os processos de tombamento.

4.3) A Análise dos Procedimentos

Ao mesmo tempo em que o Conselho busca cumprir seu papel na salvaguarda dos bens da cidade, busca compreender sua própria identidade e função. Os trabalhos iniciais foram voltados para dar proteção a alguns bens previamente selecionados pela Prefeitura Municipal, como parte de valorização e consolidação da política de preservação que estava em curso.

A grande carga afetiva que possuíam estes bens foi a maior justificativa para a realização dos tombamentos, de forma rápida e pouco estudada. A documentação juntada, em alguns deles, também ressalta o valor histórico, mas de forma igualmente superficial. Nesse momento, eram outras as prioridades, mais voltadas à validação do Conselho do que na formação de um documento dentro dos próprios processos de tombamento. Essa abordagem dispensou o profundo conhecimento técnico, mas valorizou o conhecimento histórico e a vivência da cidade de que dispunham os membros do Comdephaapasa naquele momento. Os tombamentos rápidos e unânimes também são indícios da falta de debate sobre os processos. O fato desses bens serem de propriedade municipal contribuiu para agilizar os processos, pois não havia oposição, visto que o próprio poder público apoiava largamente as investidas de proteção e não entendia o tombamento como problema para manutenção de atividades, principalmente em função de todos estes já terem por uso atividades de caráter cultural.

Com a constituição recente do Conselho, não existiam regras muito definidas para a conduta dos procedimentos. É importante observar que os primeiros nomes participantes estavam ligados ou à administração ou aos grupos de defesa da memória, que também tinham seus objetivos e ícones da proteção, e que a situação política vigente e as escolhas pessoais foram as balizas para os acontecimentos.

Exemplo disso aconteceu com o primeiro tombamento não público. A abertura do processo da *Sede da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil* foi apresentada pelo Sr. Álvaro Muraro, 1° Tenente reformado do Exército e Presidente da citada Associação. De fato, a proteção pretendida não valorizava sequer a importância histórica do prédio para a cidade. O valor implícito era o reconhecimento da luta heróica de nossos combatentes na Segunda Guerra Mundial, e a participação efetiva no conselho foi a forma encontrada para consolidar essa relevância.

A partir de 1993, os rumos dos processos mudaram. Solicitações externas, que envolviam complexidades de diferentes áreas do conhecimento pressionaram o Conselho a buscar referências de outras cidades e esferas, como o Conpresp e Condephaat e a desenvolver seus próprios critérios para analisar os pedidos de tombamento.

As atas de reuniões do Conselho revelam fragilidade das decisões, quando surgiam dúvidas sobre os critérios empregados na análise de valor de bens a serem protegidos, na falta do inventário e de conhecimento técnico sobre os diversos bens discutidos, e principalmente, na ausência de parâmetro sobre o que seria e representaria o patrimônio em Santo André e que merecesse atenção específica.

De fato, havia participação e interesse da população com indicações de imóveis, ruas, praças e árvores, mas todos estavam relacionados à ligação afetiva com os mesmos e nem sempre contavam com documentos ou com valores de patrimônio que contribuíssem para a constituição de documentação bem organizada e que oferecesse mais conteúdo para o próprio desenvolvimento do conselho.

Durante anos, os membros do Comdephaapasa acreditavam na importância da realização de um inventário do patrimônio local como espinha dorsal na criação de parâmetros de reconhecimento do próprio objeto a ser trabalhado. Não haveria uma obrigatoriedade ou exclusividade no tombamento dos bens elencados, mas

estes forneceriam uma sistematização, contribuindo na importante função do Conselho de se valorizar, explicitar e conservar os elementos da memória local.

Um dos pontos mais debatidos, que auxiliaria em vários problemas encontrados no Conselho, versava sobre a constituição e participação de um corpo técnico multidisciplinar. O trecho a seguir, extraído de uma ata de reunião, apresenta a questão:

"Após visita ao Condephaat, sob a recepção da historiadora Marli Rodrigues, os membros do Comdephaapasa verificaram o início de formação do Órgão, atribuições do corpo técnico, forma de tramitação dos processos e a necessidade de conhecimento do objeto sujeito a tombamento. Sugeriu-se então a formação de um corpo técnico, com a função de agilizar o trabalho de pesquisa dos bens cujos processos estivessem em andamento, bem como realizar estudo cultural de todo o patrimônio da cidade"[8]*.*

A partir do momento em que começaram a surgir listas de bens de interesse[9] e o corpo técnico[10] passou a atuar juntamente com o Comdephaapasa, as atribuições ficaram mais definidas, pois apenas os técnicos detinham conhecimento específico para julgar questões estruturais, elementos arquitetônicos, valores artísticos, dentre outros, as quais os membros do Conselho tinham de assumir, mesmo sem conhecimento em profundidade de determinados assuntos. Isso gerava extrema insegurança, morosidade e até congelamento de determinados processos. Como a presença da equipe técnica passou por idas e vindas ao longo dos anos, foram muito mais produtivos os momentos em que os trabalhos foram desenvolvidos em conjunto.

As questões descritas ficam ilustradas com as colocações a seguir:

"Mirella Suraci Santos acredita ser necessário um contato com o órgão de preservação da cidade de São Paulo – CONPRESP, para saber de sua experiência. Para Amaury César Moraes o problema que se tem neste conselho é a questão da política de preservação e para tentar resolvê-la, em sua opinião, seria necessário recorrer aos tombamentos já realizados e entender porque estes bens foram

[8] Trecho extraído da Ata de Reunião do Comdephaapasa de 05/08/1993.
[9] Em 01/08/96 surge uma listagem de bens elaborada pelo Museu de Santo André e pela Secretaria de Planejamento.
[10] Apenas em 09/11/95 ocorre a primeira indicação e nomeação de corpo técnico (Portaria 4010/95), que entretanto não era efetivo.

tombados. Ele acredita que se não se pensar numa política de preservação, o conselho ficará a reboque de quem vier com pedidos de tombamentos e os conselheiros como homologadores destes. Para Amaury César Moraes é necessário avançar nestas questões, pensando num trabalho de sensibilização da população com relação aos bens a serem tombados. Ele reafirmou ainda a necessidade de se estabelecer critérios de tombamento (...) Reinaldo Baschera acredita que devido a esse tipo de conflito seja necessário estabelecer graus de tombamento e preservação."[11]

Nessa passagem ficam claras várias das crises enfrentadas pelo Conselho. Em primeiro surge a falta de integração entre o trabalho do município de Santo André e de seus vizinhos, com mais tempo de atividade, que poderiam crescer mais rapidamente através de um intercâmbio de idéias e experiências. A seguir, um tema que tomou o espaço de várias reuniões: o que é patrimônio, o que é o patrimônio local, o que representa o patrimônio de Santo André, e conjuntamente a dúvida sobre a função do Conselho, se deveria apenas avaliar as sugestões ou fazer propostas constantes de tombamentos. Dada a complexidade do tema, ainda discutido de forma ampla em vários congressos, e a dedicação apenas eventual dos Conselheiros que tinham seus próprios afazeres, durante anos e diferentes composições, essa foi uma constante nas reuniões.

Dois outros pontos são aqui notados: a preocupação com a divulgação das atividades de defesa do patrimônio e educação sobre o assunto, dos pequenos aos adultos, e a falta de um inventário de bens que balizasse a compreensão do Conselho sobre a sua missão. Apenas a formação de munícipes preocupados e afetivamente ligados ao seu patrimônio pode oferecer uma melhor perspectiva de futuro da preservação da memória, e traze-los à contribuir com histórias, artefatos e memórias de valor para o município.

O inventário é indiscutivelmente um trabalho importante para reconhecimento dos bens de valor, mas não é suficiente para esclarecer questões mais profundas e estabelecer normas para as políticas de preservação. As políticas devem estar baseadas em diversas pesquisas e debates e precisam se firmar de forma a transcender a mutabilidade das diferentes gestões administrativas, que afetam a condução dos trabalhos de proteção.

[11] Citação constante da Ata de Reunião do Comdephaapasa, de 03 de Fevereiro de 1994.

Finalmente, é colocada a questão dos diferentes níveis de tombamento. Até então, o tombamento era tido como uma proteção integral e que qualquer intervenção deveria ser encaminhada para avaliação do Conselho. O amadurecimento nos trabalhos fez com que os conselheiros percebessem a necessidade de diferenciar níveis, nos diferentes campos de proteção. A partir da solicitação de tombamento da Igreja Maria Imaculada, iniciou-se uma discussão sobre o que havia de real valor, e neste caso, não era a Igreja em si, por seu histórico ou valor arquitetônico, mas o caráter artístico das pinturas do artista Gianni Parzialle, o que determinou o desmembramento do processo do imóvel e das pinturas, e culminou na proteção exclusiva para o mural. O mesmo aconteceu na avaliação de processos de elevada complexidade, como do Centro Cívico e de Paranapiacaba.

A diversidade dos bens protegidos pelo órgão municipal e dos que estão em estudo, dificulta a apresentação de pareceres, em virtude da exigência de tão amplo conhecimento. Alguns dos maiores desafios estão na proteção de áreas extensas e mistas, como a Vila de Paranapiacaba, ou regiões de conflito, como o Haras São Bernardo. Neste, a demora nas aquisições das áreas e disputas com particulares vêm arrastando o processo há anos, tanto em nível Estadual quanto Municipal. Em Paranapiacaba, a existência de bens imóveis, áreas da ferrovia e áreas naturais encaminharam os processos para proteções mais gerais, deixando as avaliações sobre as especificidades e intervenções como pautas constantes das reuniões.

Essas passagens contribuíram para o amadurecimento do Comdephaapasa. Alguns de seus membros estão presentes em todo ou em boa parte das atividades, de forma constante, ou esporádica, ou até atuando em diferentes esferas. Inventariar, realizar proposições de tombamento e elaborar pareceres técnicos tornaram-se tarefas fora das atribuições práticas do Conselho. Esse refinamento na percepção de suas responsabilidades serviu para fortalecer e otimizar o empenho dos conselheiros.

Conforme Sonia Antico, que presidiu o Conselho por vários anos, e hoje atua paralelamente ao Conselho, atualmente existe um direcionamento para o desenvolvimento de pesquisas por eixos temporais, e quais seriam os remanescentes ou representantes de cada período da história de toda a região. “Historicamente não dá para pensar em Santo André sem as demais cidades, pois

no início não havia divisão. Aos poucos as cidades foram se tornando independentes, mas a história pertence à região. Precisamos com esses eixos estruturantes colocar o que aconteceu em cada momento"[12].

Hoje é a Vila de Paranapiacaba que recebe grande atenção por parte do Conselho, tanto pelo interesse nacional despertado pela área, quanto pela sua extensão, variedade e complexidade. Há uma urgente necessidade em desenvolver sustentadamente a região, pois as ações predatórias ou descaracterizantes são iminentes. Mesmo com a atenção redobrada do Conselho, muitas intervenções são realizadas sem aprovação do mesmo.

4.4) O Conjunto dos Tombamentos

Os diferentes exemplares tombados têm um perfil, como conjunto, bastante heterogêneo. Não são representativos de um estilo arquitetônico específico, ou da memória de determinado evento ou época. Pensando-se superficialmente no contexto histórico da cidade, não abarcam um conjunto de casas em sítio urbano, nem áreas antes destinadas a parques industriais. Em suma, não sustentam uma concepção inicial de caracterização de uma identidade ou memória local definidas.

Dentre os doze bens, encontramos três antigas residências de classe média alta do início do século, um haras, uma árvore, um conjunto de pinturas de arte sacra, um teatro, uma escola, um imóvel destinado a um memorial de ex-combatentes de guerra, uma estação de tratamento de águas, a Vila de Paranapiacaba com seu conjunto arquitetônico e área de mata e uma Casa de Culto afro-descendente. Sete deles são de propriedade da Prefeitura, quatro são particulares, e Paranapiacaba tem partes pertencentes à Prefeitura e a linha ferroviária é de domínio da RFFSA. Em sete imóveis encontramos características arquitetônicas gerais de algum interesse, em seis deles, relevância histórica, em três há importância paisagística, apenas um de valor essencialmente artístico e um de valor etnográfico.

Ao todo, em 17 anos de atuação, 12 foram os bens contemplados com o tombamento, que não aconteceu de forma linear. No início efetivo das atividades, em 1992, foram sete os tombamentos; em 1996, um único. Seguiram-se de um

[12] Citação de Sonia Antico, em entrevista concedida à autora em 20/10/07, no Museu de Santo André.

tombamento em 2002 e outro em 2003. Apenas em 2007 foram finalizados mais dois processos.

Essa ação descontinuada configura que os tombamentos aconteceram por alguns diferentes fatores, e não pela determinação de uma política condutora das escolhas de bens memoráveis relacionados a uma identidade municipal ou regional.

A Figueira do Parque Celso Daniel, o Haras Jaçatuba, as duas residências centrais, o Cine Teatro Carlos Gomes e o Grupo Escolar (Museu) foram tombados por solicitação da própria Prefeitura, no sentido de validar a constituição do Conselho, e aconteceram num caráter de “Urgência de Representação”.

A Associação dos Ex-combatentes do Brasil teve o processo aberto por seu representante no Conselho, o que nos leva a identificar que a participação da entidade no Conselho tinha já a intenção do tombamento, por entender que o mesmo era uma forma de proteger e valorizar sua história.

O processo de tombamento da Igreja Maria Imaculada, que culminou apenas na proteção das pinturas, foi a primeira solicitação particular, e por sua peculiaridade, expôs ao Conselho a necessidade de um apoio de uma equipe com mais do que conhecimento da história local, mas com informações técnicas que embasassem as decisões.

O ETA Guarará (Estação de Tratamento de Águas), pertencente ao SEMASA, tem a particularidade de preservar, mesmo com o tombamento, suas atividades originais.

Em 1996 foi aberto o processo de tombamento em nível Municipal da Vila de Paranapiacaba. Este é um item de extrema complexidade, mas representa o maior patrimônio em estudo, pois apesar de seu tombamento ter sido homologado em 2003, são inúmeras as intervenções a serem realizadas e supervisionadas na região.

A Mansão Tognato e a Casa de Culto Dâmbala Kuere-Rho Bessein são processos recentes, e antes da aprovação dos tombamentos, foram reunidos vários documentos e realizadas diversas pesquisas, diferentemente dos primeiros processos, que eram simples e incompletos.

A própria descrição das diferentes características nas conduções dos processos, tipos, valores, complexidade e outros atributos, se apresenta de forma recortada e heterogênea. É impossível estabelecer um reconhecimento de políticas adotadas pelo Conselho, simplesmente pelo fato de não existir. O pequeno número de profissionais dedicados às tarefas de proteção e o grande número de bens e frentes de estudo leva o Comdephaapasa, ainda hoje, às políticas emergenciais de proteção, voltando seus olhares para o que se apresenta em risco ou pela sugestão da população ou de grupos externos ao Conselho. E assim certamente permanecerá por anos, até conseguir estabelecer novos critérios e ampliar o número de profissionais plenamente dedicados a essas tarefas. A constituição do corpo técnico permanente já foi um grande passo nesse sentido.

4.5) A Experiência da Proteção Estadual – CONDEPHAAT

O trabalho do Condephaat foi referência para o estabelecimentos de normas e procedimentos para tombamento e elaboração de critérios para análise dos bens em estudo para proteção.

O órgão estadual, em atividade desde o final da década de 60, já acumulava experiência nos variados campos da preservação do patrimônio material e imaterial.

Através da Lei 10.274, de 22 de Outubro de 1968, e promulgada em dezembro pelo então governador Abreu Sodré, o Estado de São Paulo passou a contar com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico. No ano seguinte, o conselho agregou a responsabilidade sobre o patrimônio arqueológico, compondo a sigla pelo qual é conhecido – Condephaat. Em 1971, foi criada a Secretaria Executiva, com a finalidade de dar suporte às atividades de Conselho.

Durante sua atuação, o Condephaat instituiu um patrimônio bastante heterogêneo, resultante de um trabalho conjunto entre o Conselho e a sociedade. Além de abranger bens móveis e imóveis, a preocupação com a manutenção da qualidade de vida e do meio ambiente levou ao encaminhamento de tombamentos de áreas naturais e grandes extensões urbanas, sem prejudicar a proteção aos bens móveis e bens arquitetônicos isolados.

Na cidade de Santo André, são três os bens tombados pelo Condephaat:

1) Complexo Ferroviário de Paranapiacaba – Vila de Paranapiacaba[13]

Processo 22209/82 – Tombamento: Resolução 37 de 30/09/87 – D.O.03/10/87 - Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 276, p. 71, 18/7/1988

" No Brasil, foi somente a partir da segunda metade do século XIX que iniciou-se a implantação da maior parte das estradas de ferro, construídas basicamente com recursos ingleses. Paranapiacaba é um núcleo com características urbanísticas e arquitetônicas peculiares, marcada por influências inglesas. A parte alta de Paranapiacaba, tão antiga quanto o núcleo ferroviário, se desenvolveu, ao longo do tempo, prestando serviços à população local, configurando-se como um exemplo de implantação autônoma em contraposição à parte baixa, residencial, destinada aos funcionários da ferrovia. O tombamento inclui, além da Vila ferroviária, a Parte Alta, ferrovia e acervo, paisagem envoltória, representativa do conjunto serrano da Serra do Mar, onde se encontram as bacias de drenagem formadoras do Rio Mogi e Rio Grande da Serra ou Jurubatuba e as cabeceiras que abastecem o núcleo urbano. A área tombada situa-se entre as coordenadas UTM 7.372,00 – KmN e 363,00- 370,00 KmE".

2) Haras São Bernardo – Av. Taioca e Rua Ducin[14]

Processo 25054/86 – Tombamento Resolução SC 8 de 09/03/90 – Diário Oficial de 10/03/90 - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição nº 22, p. 306, 10/7/1990.

"O Haras São Bernardo ou Chácara da Baronesa é uma extensa área verde, com cerca de 350.000 m^2, localizada entre os Córregos Taioca Antigo e Taioca, na divisa de São Bernardo do Campo. Funcionou como local de criação de cavalos até início da década de 70, quando teve que ser desativado, em virtude da poluição originária das indústrias petroquímicas da região. Após sua desativação, foi vendido ao Inocoop, que no local pretendia construir um conjunto habitacional. Entretanto, a Lei de Zoneamento municipal n° 4951 de 1975 dificultou esta ação. O tombamento do Haras se justifica pela importância ambiental da sua área verde, uma das únicas inseridas em região intensamente urbanizada. Destacam-se também diversos

[13] In. Patrimônio Cultural Paulista, p. 145.
[14] Idem.

equipamentos construídos exclusivamente para a criação de cavalos: Cocheiras, pistas de adestramento, etc. Encontra-se localizada entre as coordenadas UTM 7.379,50-7.378,50 KmN e 344,00-343,00 KmE."

3) Museu Octaviano Gaiarsa

Ata 1253 de 29/07/02; Publicação 07/08/02 – processo de tombamento de 123 escolas construídas na 1° República, pelo seu alto valor histórico na evolução educacional do Estado de São Paulo.

Retomando o partido do pátio interno adotado em 1905, José Van Humbeeck elaborou uma planta para o Grupo Escolar de Mogy-Guassú, que foi implantada em mais seis municípios. Em algumas cidades os edifícios continuam sendo utilizados pelas escolas estaduais. Em Santo André, a necessidade de ampliação das instalações da escola proporcionaram à Prefeitura de Santo André tomar posse do edifício, através de uma permuta, na qual a Prefeitura ficou com o edifício em troca da construção de uma nova sede para o I Grupo Escolar da cidade. O edifício hoje é sede do Museu de Santo André e do Comdephaapasa.

5) Avaliação de Alguns dos Processos de Tombamento e as Intervenções Realizadas

Dentre os imóveis protegidos pelo tombamento do Comdephaapasa em Santo André, foram selecionados quatro exemplares para estudo, em função de sua destinação à atividades culturais, da forma de apropriação do espaço e das intervenções neles realizadas.

5.1) A Casa do Olhar

5.1.1) Histórico do Imóvel

A residência da Rua Campos Salles, 414, foi construída entre os anos 20 e 30, sem uma data precisa. Ali residiram Bernardino Queiroz dos Santos e sua esposa, Paschoalina Guazelli. Posteriormente a sobrinha, Olga Guazelli, passou a ocupar a propriedade. O casarão, de 400 m^2 de área construída e 11 cômodos, além do porão (que era utilizado para isolamento da umidade), tinha uma arquitetura bastante eclética, varanda, e diversos acabamentos em madeira. Até o restauro iniciado em 2006, mantinha sob as sucessivas camadas de pintura decorações em barrados feitos em têmpera.

O imóvel, por sua especial arquitetura e acabamento nobre, além da localização estratégica no centro da cidade, atraiu o interesse da Prefeitura Municipal na década de 50, que tinha como objetivo autorizar o "Governo do Estado a utilizar o imóvel para funcionamento do Museu Histórico da Cidade de Santo André". Isso motivou a declaração do mesmo como de utilidade pública[1], e posteriormente sua desapropriação[2].

O projeto de instalação do museu não aconteceu como desejado, e o imóvel foi cedido à Prossan (Promoção Social de Santo André), depois à "Compre" e por último à Guarda Civil Municipal.

Durante a gestão do Prefeito Celso Daniel, em 1989, o imóvel despertou a atenção da Prefeitura, que pretendia utilizá-lo para a implantação de atividades

[1] Decreto 4185 de 11/03/68.
[2] Lei 2143

culturais. A partir da execução de algumas adaptações, o espaço passou a abrigar, a partir de 13 de Novembro de 1992, o projeto Casa do Olhar.

Imagem 2: Fachada da residência de Bernardino Dos Santos e Olga Guazelli - 1927

Imagem 3: Vista lateral do imóvel - 1991

5.1.2) O Processo de Tombamento

No início da atuação do Comdephaapasa já havia a intenção para o tombamento do casarão da Rua Campos Salles, que de longa data despertara o interesse da administração pública.

Além da relevância histórica, por ter participado de momentos importantes no desenvolvimento da cidade e ter abrigado atividades ligadas à administração pública local, o imóvel ainda conservava muitos elementos arquitetônicos e decorativos originais, que o destacavam por seu valor arquitetônico. As duas qualidades são destacadas no processo de tombamento.

"O imóvel, em tela, enquadra-se dentro das exigências do que é considerado Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município, pois se trata de construção característica da época em que a cidade se consolidava como um dos mais importantes núcleos urbanos da região, em acelerado processo de industrialização. Construído para residência, na zona central da cidade, ainda hoje, mantém quase inalteradas, suas características. Trata-se de um dos últimos remanescentes desse tipo de construção, ainda existentes no centro tradicional da cidade. O imóvel foi desapropriado pela PMSA em 1967, para abrigar o Museu Histórico da Cidade, em convênio com o Governo do Estado. Abandonada a idéia inicial, foi sede do extinto Tribunal de Contas do Município e ultimamente da Guarda Municipal".[3]

[3] Documento de solicitação de tombamento de imóvel, juntada do processo 32757/92-0, página 3.

"trata-se de um espaço nobre na cidade e bastante significativo como marco de referência urbana. O prédio possui uma arquitetura bastante eclética, incluindo uma grande varanda com mureta abalaustrada, vitrais, jardim recortado, ordenado e ornamentado por românticos vasos e exóticas plantas.

Em suas dependências, possui uma ampla sala, conhecida como gabinete, revestida de madeira, que dá a aura de intelectualidade como era comum, tratando de residência dos anos 20, de famílias tradicionais, com poder aquisitivo elevado. Foi elaborado teste de prospecção e constatou-se a existência de pintura decorativa tipo barrado."

Imagem 4: Terraço frontal com elementos originais (1991)
Imagem 5: destaque para detalhes de madeira (1992)

Entre a solicitação e a homologação do tombamento transcorreu um curto período, em função das questões de validação da atividade do Conselho, apenas iniciado, e consolidação das políticas de preservação e valorização da memória local, implantadas pela Prefeitura naquele momento.

Em 14 de Julho de 1992 foi encaminhado pelo então Secretário da Cultura, Celso Frateschi, a solicitação de abertura de processo para o tombamento do imóvel situado à Rua Campos Salles, 414, no Centro de Santo André, bem como a pesquisa e juntada de notícias, resumos históricos e algumas fotografias.

O Conselho indicou como relator deste processo o Sr. Álvaro Muraro, representante da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Regional ABCDMRP que emitiu seu parecer:

Processo 32.757/92-, relativo a tombo de imóvel sito à Rua Campos Salles, 414.

Analisando a proposta do Secretário da Educação, Cultura e Esporte e membro do Conselho, o Sr. Celso Frateschi, solicitando o tombamento do prédio objeto deste processo – residência característica da década de 20, período de transformação urbana marcante na cidade decorrente do início do processo de industrialização no Brasil, recomendamos que a proposta seja acatada.

O parecer foi aprovado por unanimidade em reunião de 23/10/92, e em 26/10/92 foi realizado o tombamento provisório. Em 11/11/92, apenas cinco meses após a solicitação do Secretário de Cultura, o Prefeito Celso Daniel homologou o tombamento, que foi inscrito no Livro de Tombo sob o n° 002.

O Comdephaapasa, nos primeiros anos de formação, contou mais com a experiência de seus conselheiros em suas próprias áreas de atuação do que normas específicas e critérios definidos para a avaliação das solicitações. Portanto os processos seguiram sem uma ampla pesquisa, fundamentados mais na percepção geral, no conhecimento dos conselheiros e no contexto político. Nos processos havia pouco registro fotográfico e descritivo sobre os elementos mais importantes a serem conservados. A proteção estendia-se ao conjunto, e o valor percebido foi incorporado de maneira genérica ao processo.

"O prédio encontra-se dentro de suas características originais e em bom estado de conservação, portanto, recomendamos a sua preservação em sua totalidade".

A responsabilidade do Conselho ia além da análise dos processos. Nos termos de solicitação de tombamento apresentados pela Secretaria da Cultura é possível perceber não apenas o desejo de proteção pelo Conselho, mas a necessidade de contribuição na elaboração de normas e definição de parâmetros para a condução dos trabalhos a serem desenvolvidos nessa área. Há necessidade de preservar os *"imóveis de reconhecido valor para o Município de Santo André",* bem como *"formular diretrizes a serem obedecidas na política de preservação e valorização dos bens culturais".*

"Conforme documento levantado e anexo neste processo, o prédio foi desapropriado pelo poder público municipal através de decreto n° 4185 de 11/03/68, para abrigar o Museu de Santo André. Posteriormente foi utilizado para diversos órgãos da Prefeitura Municipal (...) Como o presente prédio foi desapropriado para a finalidade cultural, recomendamos que o mesmo seja utilizado para este fim".

Um outro assunto de extrema importância e destacado acima defende o tipo de ocupação que o imóvel deveria ter. A orientação que surgiu foi de manter e enfatizar a atividade cultural ali instalada:

"abrigar um projeto cultural pioneiro, denominado Casa do Olhar, local de formação e divulgação das diversas formas artísticas que têm as artes visuais como núcleo central, através de cursos, oficinas, conferências, exibição de vídeos, mostras, tendo como suporte ateliês, acervo permanente, laboratório fotográfico. Além de ser um ponto de reunião de artistas visuais, deve proporcionar o encontro dos artistas com a população local". [4]:

O tombamento do imóvel, ainda que possuísse justificativas exclusivas ao bem material, busca na vinculação a um uso de caráter cultural uma forma de fortalecer tanto o argumento para a proteção, quanto de garantir ao departamento de cultura mais espaço e visibilidade dentro do cenário municipal, além de resolver a implantação de uso sem passar por outras esferas de decisão. Outra facilidade apontada é abertura de acesso ao público em geral, divulgando e exibindo um exemplar conservado como símbolo da importância da cidade e da recuperação e valorização da memória.

O tombamento é um instrumento legal para a proteção de imóveis, mas não garante a permanência física do bem. A vinculação a um determinado uso, proposta no tombamento, não tem efeito de lei, portanto não pode oferecer garantia de permanência de tal atividade, indo contra as mudanças de objetivos das diferentes gestões públicas. Mesmo tendo a atividade cultural sugerida, no início de 1993 o projeto Casa do Olhar foi transferido, deixando o espaço para ser ocupado por outro departamento, não ligado à cultura.

5.1.3) O Projeto Cultural Casa do Olhar

O projeto Casa do Olhar antecedeu a ocupação das instalações à Rua Campos Salles. Inaugurado em 26 de Maio de 1992, com sede temporária no Museu

[4] Processo 32757/92-0, página 5

Otaviano Gaiarsa, surgiu com o intuito de complementar as atividades e cursos oferecidos pela Emia do Parque Jaçatuba[5].

A implantação em nova sede fomenta a ampliação do projeto, que passa a atender um público já iniciado nas artes visuais. Conforme os projetos, a proposta seria manter cursos permanentes de fotografia, xilogravura, serigrafia, pintura e desenho, sediar palestras e work-shops com especialistas, e funcionar como um centro de convivência de artistas, especialistas e novos talentos. O espaço foi inicialmente equipado com laboratório fotográfico preto e branco; sala de desenho com pranchetas; ateliê com prensa de xilogravura; sala de vídeo com cadeiras, televisão e vídeo-cassete e sala de leitura, porém ainda sem um acervo próprio de vídeos e livros.

Formalizando e visando assegurar a manutenção do projeto, foi criada a Comissão Municipal de Preservação da Casa do Olhar, em Decreto nº 13.090, de 13 de Novembro de 1992, conforme segue:

Artigo 1º - Fica criada a Comissão Municipal de Preservação da Casa do Olhar, junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com as seguintes atribuições e competências:

I – Formular políticas de preservação e valorização daquele próprio municipal garantindo que esse espaço mantenha seu uso original voltado fundamentalmente para as Artes Plásticas, contribuindo para o atendimento e desenvolvimento de um público interessado na fruição dessas manifestações artísticas, mantendo-o atualizado com o que de melhor se produzir nessas áreas, dentro ou fora dos limites andreenses ou da região, como também participando na formação e aperfeiçoamento cultural nessas áreas;

II – Opinar sobre os planos, projetos e propostas de qualquer espécie referentes à preservação daquele próprio municipal;

III – Opinar sobre a aplicação dos recursos oriundos da Associação Amigos da Casa do Olhar e/ou de outras entidades privadas;

IV – Formular diretrizes a serem obedecidas na política cultural a ser desenvolvida naquele local;

V – Zelar pelo fiel cumprimento dos itens anteriores;

VI – Elaborar seu regimento interno

[5] A Emia – Escola Municipal de Iniciação às artes, foi um projeto desenvolvido para iniciar crianças em atividades artísticas.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Preservação da Casa do Olhar é um órgão colegiado, tendo a seguinte representação:

I – três representantes da Prefeitura, sendo um do Departamento de Cultura;

II – três representantes da Associação Amigos da Casa do Olhar;

§ 1º - Cada representante será indicado com um suplente que deverá assumir imediatamente nos casos de vacância e substituir em qualquer impedimento.

§ 2º - Os representantes do item I deste artigo serão nomeados pelo Prefeito. Os representantes do item II serão indicados pela Associação Amigos da Casa do Olhar, com o mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º - A função de membro da Comissão e Preservação da Casa do Olhar será exercida gratuitamente e considerada serviço público relevante.

§ 4º - A Comissão reunir-se-á com a presença de, pelo menos, a maioria simples de seus membros, mensalmente, ou sempre que convocada pelo Presidente, ou ainda por solicitação de 1/3 de seus membros.

§ 5º - O Presidente da comissão será escolhido por eleição entre seus membros.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo André, em 13 de Novembro de 1992.

Apesar dos investimentos, projetos e respaldo legal, a Casa do Olhar fechou suas portas ainda em 1992, reabrindo em 22 de março de 1993, com atividades reduzidas, horário de funcionamento cortado pela metade e sem os cursos propostos, apenas com o ateliê livre em funcionamento. Na ocasião, Gabriel Bianchi respondia informalmente pelo espaço, em virtude da mudança de gestão e a falta de indicação de um responsável oficial.

O artista plástico andreense Luiz Sacilotto, expressão nacional na arte concretista, encabeçou a defesa da manutenção das atividades como vinham sendo feitas anteriormente. Entretanto, a falta de continuidade nas políticas culturais a partir da troca da administração municipal[6], reduziu drasticamente as atividades na casa da Rua Campos Salles, e, sob a alegação da ociosidade de espaços, o local foi cedido à Prossan (Promoção Social de Santo André), para o desenvolvimento de cursos para deficientes e população carente, ocupada já na primeira quinzena de

[6] Com a eleição de 1992 vencida pelo PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, e o retorno à administração de Nilton da Costa Brandão, as políticas culturais desenvolvidas foram desativadas, fato apontado pelos agentes atuantes no período, para uma quase paralisação atividades que estavam em funcionamento.

Junho. O projeto Casa do Olhar foi transferido para o espaço da Casa da Palavra. Por muitos anos a situação permaneceu inalterada.

Inaugurando uma nova etapa, a Casa do Olhar retomou seu antigo espaço na Rua Campos Sales, em 9 de Setembro de 1998. Reiniciou suas atividades com o projeto 9998, com destaque para a obra do concretista Luiz Sacilotto[7], com Paula Caetano à frente da direção. A reabertura contou com a apresentação da comissão consultiva da Casa do Olhar e de uma extensa programação, com a exposição *Estudos*, de Sacilotto, além de mostra fotográfica, ciclo de vídeos, demonstração de xilogravura, performance e diversas palestras, com o mesmo discurso e energia empregados na inauguração de 1992. A partir de 2001, iniciou-se o ciclo de bienais de gravura, que pode contar com o espaço da Rua Casa do Olhar para sediar uma parte da edição de 2001.

Apesar do retorno das atividades ao imóvel, nenhuma reforma estrutural foi feita no local. As condições foram se agravando pela falta de manutenção. Já em 2003, não aconteciam mais exposições devido à má conservação dos espaços. O auge da deterioração ocorreu entre os dias 17 e 18 de março de 2005, quando fortes chuvas levaram à queda de telhas, calhas, pedaços de concreto e madeiramento. Internamente, eram incontáveis as goteiras danificando o assoalho de madeira, e os buracos entre o telhado e o forro passaram a servir de alojamento aos pombos. As atividades remanescentes da Casa do Olhar, apenas os grupos de discussão dos núcleos de artes plásticas e fotografia e os funcionários, foram novamente transferidos para o edifício da Casa da Palavra, na Praça do Carmo.

Os grupos de artes plásticas e fotografia, freqüentadores da Casa do Olhar, organizaram diversos protestos contra o abandono e descaso por parte da Prefeitura, e as pressões voltaram-se também contra o Comdephaapasa.

O tombamento promovido em 11 de novembro de 1992 apenas conferiu status ao edifício, destacando-o como uma “construção de relevância”. “Se o prédio não fosse um bem tombado, talvez não houvesse interesse da sociedade no restauro.” Essa declaração da arquiteta Sônia Antico, presidente do Comdephaapasa ao jornal Diário do Grande ABC[8] sustenta a importância da

[7] 9998 é uma referência à data de reabertura e à forma como Sacilotto intitula seus trabalhos, com C de concreção e quatro números.
[8] Diário do grande ABC, 07 de Abril de 2005.

proteção aos bens culturais, ainda que essa preocupação não seja suficiente para mobilizar os proprietários no sentido da conservação e manutenção. Ela explica que a tarefa de conservar não cabe ao Conselho, mas à Prefeitura, defendendo-se das cobranças indevidamente direcionadas ao Órgão.

O edifício da Casa do Olhar Luiz Sacilotto[9] permaneceu fechado até 2006, quando foram iniciadas as obras de restauro.

5.1.4) As Intervenções no Imóvel: Reformas, Ampliações e Restauro

No processo de adequação para a primeira instalação das atividades da Casa do Olhar, em 1992, poucas foram as intervenções realizadas. A Prefeitura procurou fazer a melhor adequação dos espaços existentes a um programa de necessidades pré-definido pela organização do projeto. A distribuição foi feita em seus cômodos, a partir do seguinte programa:

Andar Superior:

1. Recepção;
2. Duas salas de exposições para artes visuais;
3. Escritório (para dois agentes culturais e um coordenador)
4. Pequeno depósito;
5. Sala de Vídeo: projeção para pequeno público;
6. Sala de projetos para gravuras
7. Sala de gravura: composta com prensa e mesa para confecção de gravuras
8. Banheiros
9. Escritório ou sala de montagem de exposições: para trabalho cotidiano ou montagem de molduras, cortes, projetos internos;
10. Atelier de pintura: paredes com placas de compensado, para grandes pinturas, com cavaletes;
11. Copa

[9] A Casa recebeu este nome em homenagem ao importante artista da região após seu falecimento em 09 de Fevereiro de 2003.

Térreo

1. Reserva do Acervo de Arte Contemporânea e armazenagem de obras patrimoniais da prefeitura;
2. Idem anterior;
3. Sala de work shop: oficinas rápidas;
4. Oficina de desenho ou papel;
5. Banheiros;
6. Biblioteca de Arte: pequeno acervo de livros, catálogos, biografias de artistas;
7. Sala de leitura: composta por poucas mesas;
8. Sala de projetos: execução de croquis ou maquetes cerâmicas, com estante para secagem de peças.
9. Almoxarifado
10. Oficina de cerâmica ou silk: para cursos (sugestão de colocação do forno, na parte coberta, no exterior da sala).
11. Reserva do acervo de obras;
12. Pequeno depósito para objetos de uso nas oficinas.

Após a curta permanência, de maio de 92 a junho de 93 nas instalações do imóvel à Rua Campos Salles, 414, as atividades da Casa do Olhar foram transferidas para a Praça do Carmo, 171, juntamente com a Casa da Palavra, lá permanecendo até julho de 1998. Nesse período, enquanto a Prossan ocupou o prédio, não foram feitas obras de manutenção no mesmo.

Durante a gestão 1997-2000, a Prefeitura Municipal de Santo André desenvolveu um projeto para buscar a cooperação da iniciativa privada para viabilizar obras de ampliação, restauro e reforma do Conjunto Casa da Palavra e Casa do Olhar (definidas respectivamente por *Casas 1 e 2*), devolvendo-lhes parte de suas características originais e realizando algumas adaptações necessárias ao pleno desenvolvimento dos serviços programados para os dois espaços.

O projeto previa o retorno das atividades da Casa do Olhar para a *Casa 2*, e a ocupação total da *Casa 1* para as atividades ligadas à palavra, nas suas mais diferentes formas.

Para a *Casa 2,* originalmente Casa do Olhar, o projeto orçado em R$ 400.000,00 detalhou tecnicamente os procedimentos de: recuperação de infra-estrutura; impermeabilização de alicerces; recuperação e assentamento de revestimentos cerâmicos e ladrilhos hidráulicos, execução de cimento queimado e piso de alta resistência; acabamentos internos de pintura respeitando as indicações de projeto, com adequada preparação de base, aplicação orientada através da prospecção das pinturas originais e aplicação de têmpera nos locais indicados, além dos outros materiais comuns; recuperação de portas e janelas, orientando os tipos de madeira e qualidade de ferragens e dobradiças; demolições de acréscimos indevidos conforme os registros originais do imóvel; adequação das instalações elétricas e hidráulicas; instalação de coberturas de novas áreas e substituição da existente, de acordo com o memorial de restauro; instalação de estruturas metálicas em conformidade com os novos projetos de ampliação; gabarito de espécies e volumes paisagísticos e detalhes gerais.

Embora houvesse detalhamento para mensurar os gastos com a obra, não havia um projeto de restauro desenvolvido que pudesse efetivamente dar continuidade à execução. Apenas em 2005 foi aberta a montagem de um processo[10] com grande nível de detalhamento, que tinha por objetivo realizar a melhor recuperação, seguindo com rigor os conceitos técnicos de restauração, e preservando assim características arquitetônicas em toda a sua extensão. (vide planta cadastrada em 1991 e modificada para a obra de 2006, no final do capítulo)

Foram detalhadamente levantados e analisados: cobertura, restauração de pisos, ladrilhos hidráulicos, escadarias em mármore carrara, ornatos em geral, balaustrada, portas e janelas, frisos, molduras e sancas em gesso, beirais e tabeiras em madeira, pinturas em geral, fachadas, capitéis e molduras dos vãos, frontões, muros externos, gradis metálicos, jardineiras e circulação no entorno.

[10] Processo de Restauração da Casa do Olhar 28076/2005-5, de 14/07/2005.

Imagem 6: Fachada do imóvel em 1998.

Imagem 7: Fachada do imóvel em 2008.

O grau de conservação de alguns materiais foram analisados cômodo a cômodo, e a partir daí sugeriu-se a forma de recomposição ou substituição dos mesmos. As camadas de pintura foram prospectadas de forma a atingir seus níveis mais originais e reconstituir os barrados decorativos em têmpera, definindo para cada ambiente sua orientação de repintura. Portas e janelas receberam orientação para remoção das camadas de tintas existentes, de forma a expor sua tonalidade original, bem como os demais acabamentos em madeira de frisos e detalhamentos.

Imagem 8 e 9: Recuperação das pinturas nos ornamentos de teto e paredes. (2008)

Imagem 10 e 11: Recuperação de portas e janelas, a partir da remoção das camadas sucessivas de tinta. (2008)

A orientação estendeu-se para a forma adequada para a limpeza e remoção de vernizes de pedras e granitos e para a restauração de fachadas, muros de fechamento e pilares, através de hidrojateamento com pressão controlável, jato de água aquecida e ainda hidrofugação.

Imagem 12 e 13: recuperação das pedras e demais revestimentos. (2008)

De modo a reconstituir elementos faltantes, destruídos pela ação do tempo, que fossem componentes de partes notoriamente existentes, o estudo de restauro indicou a modelagem in loco de peças para reprodução das mesmas, como no caso da balaustrada.

Imagem 14 e 15: recuperação e recomposição de balaustres no terraço frontal e escadarias. (2008)

Nos casos dos pisos de madeira, os procedimentos indicam o completamento de partes faltantes com o mesmo material ou outro similar, mantendo a tonalidade compatível.

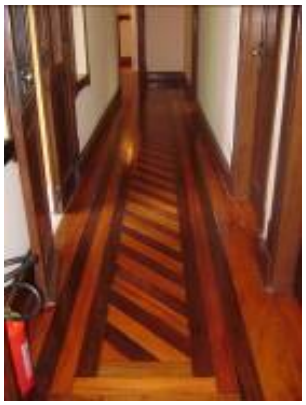

Imagem 16 e 17: recuperação e completamentos do piso de madeira do pavimento superior. (2008)

Também para recuperar a melhor integridade, o projeto sugeriu o remanejamento de peças intactas de áreas muito danificadas para completar outros setores, enquanto da substituição total por material idêntico ao anterior nas áreas deterioradas (em mármores e ladrilhos hidráulicos).

Imagem 18 e 19: soleira e revestimento da escada foram substituídos por materiais novos e similares. (2008)

As pedras deveriam permanecer, após a retirada de vernizes, com seu aspecto natural. A floreiras necessitavam de boa impermeabilização, e os elementos de ferro uma preparação adequada com fundos anti-corrosivos, sob as camas de pintura.

Imagem 20 e 21: detalhe das floreiras reconstituídas no restauro, pois parte delas chegou a desabar. Os portões e gradis receberam tratamento e as pedras foram limpas de forma adequada. (2008)

Em relação aos capitéis a orientação era a de manutenção das fraturas existentes, sem preenchimento ou reposição. Em relação às molduras, a instrução definia complemento das fissuras, mantendo-se os desenhos precisos das suas reentrância e saliências, completados com argamassa similar à existente.

Imagem 22 e 23: detalhes dos capitéis e molduras externas da porta, no segundo plano. (2008)

O sub-solo recebeu um tratamento totalmente diferente. Um rebaixamento de 50 cm resolveu o problema do pé direito reduzido. Foram criadas novas aberturas permitindo comunicação entre algumas salas e propiciando espaços integrados para o desenvolvimento de cursos.

Imagem 24 e 25: rebaixamento do piso garantiu um pé-direito de 2,40 m ao sub-solo, e os acabamentos em branco deram sensação de amplitude ao espaço. (2008)

Imagem 26 e 27: arcos proporcionam abertura entre os ambientes compartimentados do sub-solo. Apenas a parte externa das janelas, com os gradis restaurados, relaciona o espaço com os elementos construtivos da década de 1920. (2008)

As portas remanejadas e os fechamentos possuem uma marcação nas paredes que identifica e diferencia a intervenção feita e os materiais empregados são totalmente novos, distinguindo o trabalho de reforma do restauro. As janelas e portas restauradas são os únicos elementos que remetem às características originais da construção.

Imagem 28, 29 e 30: seqüência de soluções empregadas nas portas. A recuperação ma madeira original, a marcação de uma passagem que foi fechada e o novo material da porta em alumínio anodizado. (2008)

A cobertura de policarbonato externa, que faz ligação da casa ao espaço destinado ao estacionamento de veículos é plenamente distingüível da antiga construção, fazendo um contraponto suave e integrando-se ao contexto, sem disputar a atenção com o bem tombado.

Imagem 31 e 32: cobertura em policarbonato, leve e translúcida, não compromete visualmente o edifício restaurado. (2008)

A obra foi concluída em Abril de 2007, com um restauro realizado com requinte e respeitando as diretrizes dos estudos.

Imagem 33 e 34: acabamento de madeira executado nas passagens abertas entre as salas de exposição. (2008)

Imagem 35 e 36: Exposição de arte contemporânea, e ao fundo os vitrais originais da residência. (2008)

Imagem 37 e 38: Blocos utilizados para expor as telas são grandes e dificultam a visibilidade do conjunto das salas. (2008)

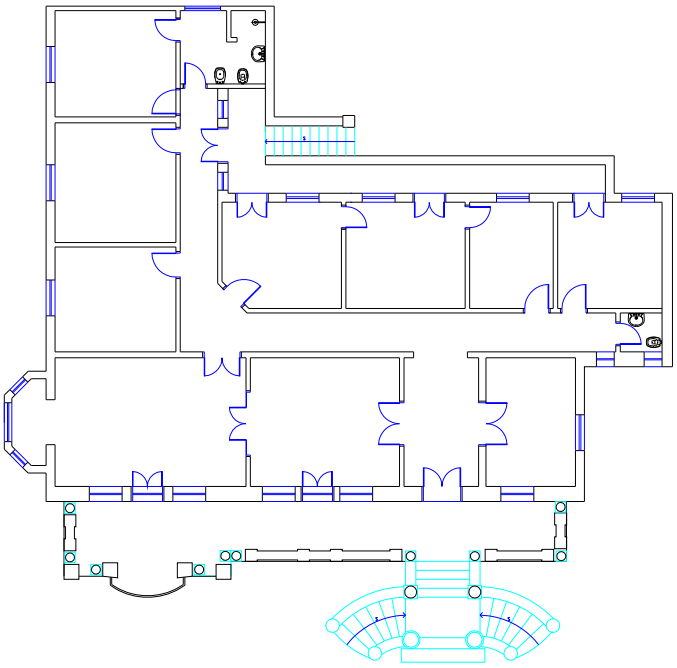

Imagem 39: Planta do pavimento superior do imóvel em 1991.

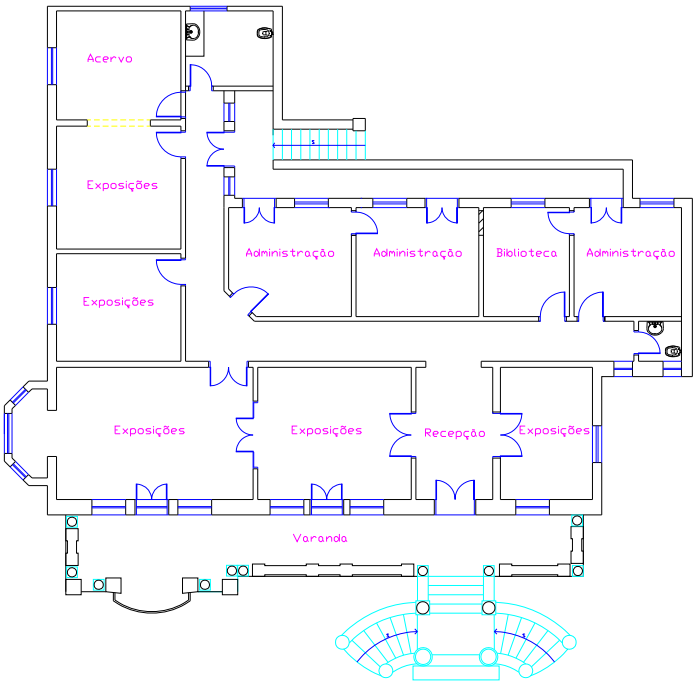

Imagem 40: Planta do pavimento superior do imóvel em 2007.

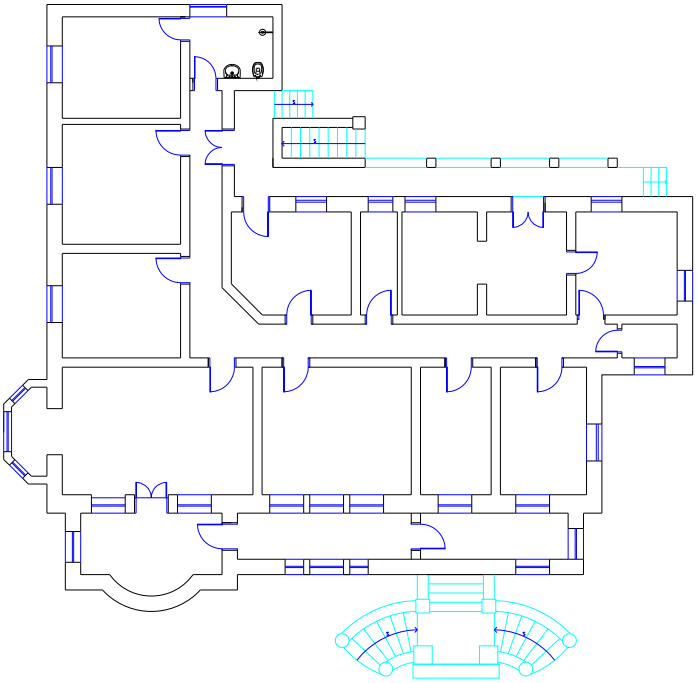

Imagem 41: Planta do pavimento inferior do imóvel em 1991.

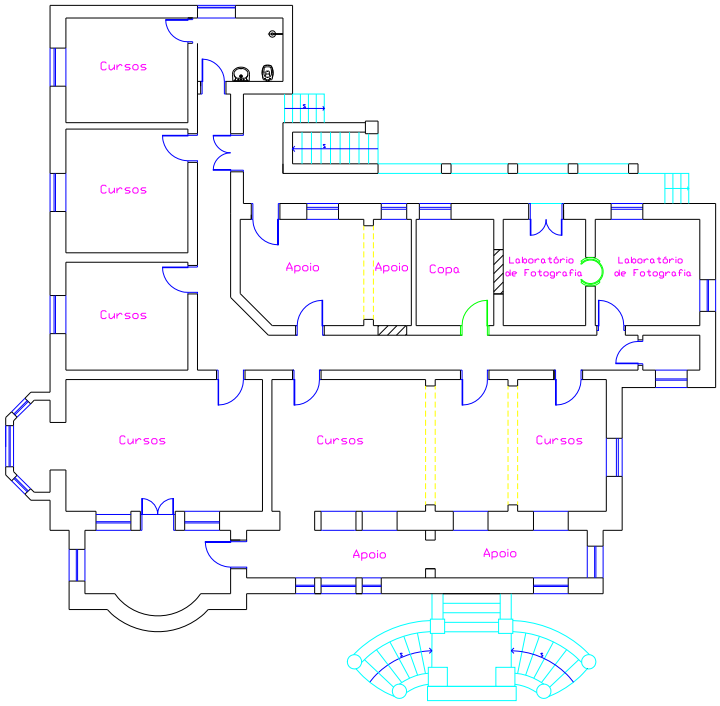

Imagem 42: Planta do pavimento inferior do imóvel em 2007.

5.2) A Casa da Palavra

5.2.1) Histórico do Imóvel

Quando, em 1919, o centro de Santo André ainda se limitava a algumas ruas, o Banco de São Paulo adquiriu vários lotes na região, e um destes foi vendido em 16 de março de 1920 a Paulina Isabel de Queiroz e seu esposo Antônio Queiroz dos Santos. A residência, construída no final da década de 20 ou início de 30, sem data precisa, foi mantida com este uso até 1938, quando foi arrendada pela Prefeitura Municipal para a instalação da Escola Profissional *Mixta* Secundária e a Seção de Puericultura. De 1948 a 1952, o imóvel abrigou o Serviço de Assistência Médico-Hospitalar e Pronto Socorro, quando passou a sediar o Gabinete do Prefeito Municipal, Fioravante Zampol. Ocuparam as instalações os seguintes prefeitos: Fioravante Zampol (1952-1955); Pedro Dell´Antonia (1956-1959); Oswaldo Gimenez (1960-1961), substituído pelo vice José Silveira Sampaio, que completou seu mandato até 1963, Lauro Gomes em 1964, e por seu falecimento, assumiu o vice Fioravante Zampol até 1967.

Com a construção do Centro Cívico, em 1968, o Gabinete foi transferido, abrindo espaço para diversos outros usos: Junta do Serviço Militar, União Cívica Feminina, o Baratão – Bazar da Casa da Esperança, as Bandeirantes e em 1990 a Prossan – Fundação de Promoção Social de Santo André, que ocupou o prédio até setembro de 1992, dando lugar à Casa da Palavra. Desde 1964 já havia sido decretado como de utilidade pública, com vistas à desapropriação, mas apenas em 1971 passou a ser um bem público.

O terreno em que a residência foi construída ocupava uma área total de 2.412 m^2, relativos aos lotes 16,17 e 18 “dividindo pela frente com a Rua Albuquerque Lins, de um lado com a Rua Luís Pinto Fláquer, de outro com o lote n°29, pertencente à Câmara Municipal de São Bernardo e pelos fundos com os lotes n° 30, 31 e 32 pertencentes à Saladino Cardoso Franco e Bernardino Queiroz dos Santos”[1]. Atualmente o terreno ocupa 1.126,06 m^2 e a construção 568,51 m^2, sendo 268 m^2 no andar superior e 300,47 no inferior, ocupado por um porão habitável.

A descrição das condições iniciais do imóvel constitui uma memória de sua arquitetura e seus acabamentos: a construção de tijolos e telhas francesas, com

[1] Transcrição de Imóveis n° 11.034 – 3° Cartório de Imóveis de São Paulo.

abas e calhas aparentes, foi construída recuada dos alinhamentos. No andar superior ficavam dependências decoradas com roda teto de gesso e detalhes florais e geométricos. As paredes eram pintadas em têmpera. Um cordão de madeira percorria todos os cômodos a cerca de um metro acima do piso.

O piso era composto por tábuas e assim como o vigamento, eram de peroba. As portas internas eram de madeira, sendo que nas dependências principais estas eram emolduradas por requadros, onde internamente ficavam lâminas de cristais bisotados. O forro era de estuque e as instalações sanitárias possuíam piso formado por ladrilhos cerâmicos e as paredes tinham barra de azulejos. No porão, o piso era de tábuas de peroba, o forro em madeira e as portas tipo calha.

O terraço coberto do pavimento superior era formado por colunas clássicas, guarda-corpo em alvenaria com vãos semicirculares e o piso em ladrilho hidráulico.

Imagem 43: Ao fundo, imagem do imóvel enquanto sede da Prefeitura Municipal, em 1953.

5.2.2) O Processo de Tombamento

Em 1988, no início da primeira gestão de Celso Daniel à frente da Prefeitura de Santo André, os crescentes movimentos voltados à preservação e valorização da memória em nível municipal e a necessidade de atender às demandas de uma política de valorização cultural, despertaram os olhares dos gestores públicos para bens da cidade que representassem a memória regional. Alguns edifícios, emblemáticos por terem sido construídos no período de consolidação da cidade no cenário industrial nacional, e mesmo por serem os mais antigos remanescentes da arquitetura e representarem fatos notáveis da memória andreense, receberam especial atenção nesse momento. A residência da Praça do Carmo era uma delas.

A opção pela implantação de usos culturais em um conjunto de imóveis de interesse, de propriedade da Prefeitura Municipal, pareceu adequada para fortalecer os vínculos e propiciar à população acesso a eles, de forma a difundir a importância da preservação do patrimônio na cidade.

No intuito de ampliar a proteção, a antiga residência da família Queirós fez parte da lista dos primeiros imóveis com vista ao tombamento. Por possuir importância exclusivamente para o município, assim como os demais, não despertou interesse do órgão estadual, o Condephaat. Dentro deste cenário, e a partir da criação do Comdephaapasa em 17 de Agosto de 1990, foi viabilizada a proteção em nível municipal.

Em 14 de Julho de 1992 foi encaminhado pelo então Secretário da Cultura, Celso Frateschi, a solicitação de abertura de processo para o tombamento do imóvel situado à Praça do Carmo, 171, no Centro de Santo André, a ser completado por pesquisa e juntada de notícias, resumos históricos e fotografias.

Da mesma forma como foi argumentado o tombamento da Casa da Família Guazelli, conhecida como Casa do Olhar, destacaram-se como justificativa os fatores histórico e arquitetônico:

"*O imóvel, em tela, enquadra-se dentro das exigências do que é considerado Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município, pois se trata de construção característica da época em que a cidade se consolidava como um dos mais importantes núcleos urbanos da região, em acelerado processo de industrialização. Construído para residência, na zona central da cidade, ainda hoje, mantém quase inalteradas, suas características. Trata-se de um dos poucos exemplares desse tipo de construção, ainda existentes no centro tradicional da cidade. Soma-se aos fatores e suas características físicas, o fato de haver abrigado, por 2 (duas) décadas o Gabinete do Prefeito, sede de importantes decisões políticas e administrativas, que faz daquele imóvel um importante ponto de referência da história local."*[2]

O tombamento visava além da proteção do imóvel, garantir a manutenção e permanência do projeto cultural Casa da Palavra nas dependências da casa.

"O imóvel está destinado a abrigar um projeto cultural pioneiro, denominado Casa da Palavra, local de formação e divulgação das diversas formas artísticas que têm a palavra, e

[2] Documento de solicitação de tombamento de imóvel, juntada do processo 32761/92-9, página 3.

por extensão a literatura, como núcleo central, através de cursos, oficinas, conferências, exibição de vídeos, mostras, tendo como suporte biblioteca, discoteca e videoteca. Além de ser um ponto de reunião dos artistas da palavra, proporcionará o encontro dos artistas locais com a população".

Cientes da importância de adequar as instalações ao programa do novo uso implantado e estimular a conservação do bem, são também registradas no processo estas preocupações.

"O edifício será utilizado para espaço cultural, devendo ser adaptado e restaurado para esse fim."[3]

O relator do processo, o arquiteto José Abílio Belo Pereira, representante da Coordenadoria de Planejamento, emitiu seu parecer:

"Analisando a proposta pelo Secretário de Educação, Cultura e Esportes e membro do Conselho, o Sr. Celso Frateschi, solicitando o tombamento do prédio objeto deste processo, residência característica da década de 30, período de transformação urbana marcante na cidade decorrente do processo de industrialização no Brasil, recomendamos que a proposta seja acatada."

"Conforme documentação levantada e anexa neste processo, o prédio foi desapropriado pelo poder público municipal em 24 de maio de 1971. De 1938 até a presente data o prédio foi usado por diversos órgãos municipais. Atualmente é utilizada como espaço cultural, estando instalada a Casa da Palavra."

"O prédio encontra-se dentro de suas características originais e em bom estado de conservação, portanto, recomendamos a sua preservação em sua totalidade".

Também neste caso encontramos a mesma conduta adotada para a Casa do Olhar: a sugestão do uso cultural, mantendo o uso já existente, destinado às atividades voltadas à palavra e a recomendação para tombamento do imóvel na íntegra.

Como parte da necessidade de consolidação do Conselho e das políticas culturais adotadas pela Prefeitura, o processo foi sucinto, rápido e de aprovação unânime, em reunião de 23/10/92.

[3] Processo 32761/92-9, página 5.

Em 26/10/92 foi realizado o tombamento provisório e em 11/11/92 o Prefeito Celso Daniel homologou o tombamento, que foi inscrito no Livro de Tombo sob o n° 003.

A informação sobre a conservação surge contraditória numa outra citação do processo. Diferentemente da Casa do Olhar, onde era ressaltado bom estado de conservação, encontramos uma situação um pouco diferente. Os variados usos a que se destinou a construção, instalados sem preocupação com a integridade e conservação do imóvel, trouxeram alguns danos a este patrimônio.

"O prédio avarandado é decorado por roda tetos em gesso e possui lustres originais. No geral a conservação é razoável, mas alguns detalhes encontram-se bastante deteriorados".

5.2.3) O Projeto Cultural Casa da Palavra

A partir de 26 de Setembro de 1992, o imóvel da Praça do Carmo, 171, tornou-se conhecido pelo nome do projeto cultural que passou a abrigar – Casa da Palavra – espaço cultural de debate e reflexão sobre as diversas linguagens contemporâneas, tendo como fio condutor a palavra. O objetivo era tornar-se um centro dedicado às pessoas e aos profissionais das áreas de literatura, música e teatro, a partir da promoção de oficinas de textos, saraus, lançamentos de livros, e também concursos e atividades complementares. Inicialmente, Sonia Varuzza, Cláudia Della Verde e Sílvio Rego Rangel coordenaram o projeto.

A questão da preservação e do projeto cultural caminharam juntas desde o início. De um lado, a antiga residência precisava abrigar uma atividade que a valorizasse e contribuísse na sua preservação. Por outro, os projetos culturais da corrente administração municipal também requisitavam espaços interessantes. A Secretaria de Cultura propôs então a conciliação do projeto Casa da Palavra a esta construção, o que culminou no tombamento, pelo Comdephaapasa, do bem como patrimônio da cidade, concomitante ao seu uso, o que ocorreu 46 dias após a inauguração oficial.

O evento de inauguração explorou as possibilidades espaciais através da instalação *Asas da Palavra*, apresentada por poetas concretos e músicos vanguardistas paulistanos.[4]

Ainda em 1992, a Casa da Palavra promoveu um concurso de contos, uma mostra de corais, saraus e duas oficinas de poesia e literatura. Entretanto, a partir da nova gestão da Prefeitura e da indisponibilidade de verbas para a implantação de novos projetos, as atividades ficaram estagnadas. Enquanto a Escola Livre de Teatro deixou de ocupar o andar superior da casa, a Casa do Olhar foi transferida para este imóvel, no momento em que as instalações da Rua Campos Salles foram destinadas à Prossan (Promoção Social de Santo André).

De 1993 a 1998, o espaço foi chamado de Casa da Palavra e do Olhar, enquanto as duas funcionaram juntas no mesmo espaço.

Em agosto de 1998, foram iniciadas no imóvel as obras de intervenção que resultaram em grande alteração no espaço, que vieram a atender as solicitações espaciais do programa de necessidades adequado ao desenvolvimento das atividades da Casa da Palavra. A reabertura do espaço em 17 de Novembro de 1999, sob a coordenação de Marcos Azevedo, marcou uma nova fase, ampliando a programação, permitindo a inclusão de exposições e pequenos espetáculos teatrais e musicais, enfocando os cursos de curta duração e procurando fazer do espaço um ponto de convergência das pessoas que apreciam a palavra ou que desejem se informar mais sobre o assunto. Um salão livre, com cerca de 100m^2 e 5 m de pé-direito, resultado das intervenções propostas, surgiu de forma a viabilizar essas atividades. (vide plantas de 1991 e projeto de reforma de 1998, no final do capítulo).

Nos anos seguintes, a Casa da Palavra desenvolveu atividades como debates filosóficos, apresentações musicais, exposições, oficinas e espetáculos.[5]

---

[4] Participaram das performances os poetas Décio Pignatari e Augusto de Campos e os músicos Lívio Tragtenberg, Marcelo Brissac e Cid Campos, dirigidos pelo poeta Walter Silveira. A forma como a Secretaria Municipal de Cultura organizou a inauguração do espaço foi criticada pelos escritores e poetas andreenses, que foram deixados de fora das atividades, que organizaram e circularam carta de protesto. Dalila Teles Veras, Jota Marinho, Rosana Chrispim, Jurema Barreto de Souza, Tonia Ferr e Cláudio Feldman assinaram a carta. (Diário do Grande ABC, 26/09/92)

[5] Exemplos disso ocorreram com o primeiro *Café Filosófico*, em 27/02/00; o primeiro *Canja com Canja*, em +-quarta 27/09/00 e suas continuidades em outras datas; o *Revolucionarte*, em diversas datas; ciclo de palestras Idéias para Pensar o Brasil, em 27/11/00; espetáculo teatral *Beijos, Escolhas e Bolhas de Sabão*, em 21/09/01. (Fonte: Hemeroteca do Museu de Santo André – reportagens do Diário do Grande ABC).

Em 12 de Maio 2001, inaugurou a primeira biblioteca pública de línguas do município. Em 12 de Abril de 2002, foi inaugurado o primeiro laboratório de informática do projeto *Rede Cidadania de Inclusão Digital*, implantando seis computadores com acesso gratuito à internet e outras ferramentas digitais.

5.2.4) As Intervenções no Imóvel: Reformas, Ampliações e Restauro

Os dois casarões da área central, a Residência Olga Guazelli (Rua Campos Salles, 414), e a Residência Paulina Isabel de Queiroz (Praça do Carmo, 171), foram escolhidos pela Prefeitura para abrigar dois projetos culturais, sendo para a primeira a Casa do Olhar[6], e para a segunda a Casa da Palavra. Uma delas foi escolhida para o desenvolvimento de um projeto de reforma, que atendesse as necessidades do espaço, a partir do programa proposto. Foi escolhida a Casa da Palavra, em função de sua localização, de frente para a Praça do Carmo, de seu valor como memória, por ter sido sede da Prefeitura Municipal, e até mesmo por já ter sido mais descaracterizada, permitindo mais 'liberdade' para a intervenção.[7]

A arquiteta Érica Tortorelli[8], da Prefeitura de Santo André, foi encarregada do desenvolvimento do projeto de adequação, a partir de solicitações de abertura de espaços para integração das atividades e possibilidade de reunião de pessoas.

Embora desenvolvido em 1992, o projeto levou vários anos para ser executado.

Inicialmente as instalações foram apenas adequadas para o uso da Casa da Palavra, e depois passaram a abrigar também as atividades da Casa do Olhar.

Durante a gestão 1997-2000, a Prefeitura Municipal de Santo André desenvolveu um projeto para buscar a cooperação da iniciativa privada para viabilizar obras de ampliação, restauro e reforma do Conjunto Casa da Palavra (*Casa 1*) e do Olhar (*Casa 2*), devolvendo-lhes suas características originais e

---

[6] Conforme os projetos iniciais, a proposta seria a de manter cursos permanentes de fotografia, xilogravura, serigrafia, pintura e desenho, sediar palestras e work-shops com especialistas, e funcionar como um centro de convivência de artistas, especialistas e novos talentos em artes visuais.
[7] Conforme entrevista com a arquiteta Érica Tortorelli, em 11/10/07. Por questões de verba apenas um projeto seria implantado, e a seleção deu-se a partir dos critérios acima descritos.
[8] Érica Tortorelli atua em projetos na Prefeitura Municipal de Santo André desde 1990, e já participou do Comdephaapasa como Conselheira.

realizando algumas adaptações necessárias ao pleno desenvolvimento dos serviços programados para os dois espaços.

O projeto previa o retorno das atividades da Casa do Olhar para a *Casa 2*, e a ocupação total da *Casa 1* para as atividades ligadas à palavra, nas suas mais diferentes formas.

Havia uma previsão orçamentária básica de R$ 85.000,00 para uma mínima reforma, apenas com reparos de infra-estrutura e recuperações essenciais. Entretanto, a opção feita pela Prefeitura e pelo Comdephaapasa era a reforma com o projeto integral, estimada em R$ 400.000,00.

As obras foram iniciadas em agosto de 1998 e concluídas em novembro de 1999, praticamente da forma como foi concebido o projeto. A principal alteração ocorreu na inclusão e adaptação de sanitário para pessoas portadoras de necessidades físicas especiais, localizado no piso inferior, que tem acesso direto em nível com a calçada. Antes da execução das obras, o projeto foi avaliado pelos membros do Comdephaapasa, que aprovaram sua execução, ressaltando a importância da adequação às pessoas portadoras de necessidades especiais.

A configuração do imóvel, construído para uma residência, apresentava uma planta compartimentada, e se adequada para a instalação de salas para cursos e setores administrativos, tinha cômodos de dimensões reduzidas para o agrupamento de pessoas. As paredes superiores coincidiam exatamente com as do porão resultando em dois pavimentos praticamente iguais. [9]

A solução proposta no projeto foi a de remover a parede que dividia uma sala e um corredor, nos dois pavimentos, e manter as demais que tinham melhor estado de conservação e caracterizavam melhor o imóvel. Com isso e com a remoção de parte da laje do piso superior, obteve-se um vão de maiores proporções, além de um pé-direito maior e adequado às novas dimensões do espaço, o que também melhorou a distribuição de luz.

[9] As informações sobre as soluções projetuais adotadas foram fornecidas em entrevista pela arquiteta Érica Tortorelli, em 11/10/07.

Imagem 44: Vista do pavimento superior sem as antigas paredes e com o mezzanino metálico, substituindo o antigo piso. Ao fundo, a parede de vidro por onde entra muita luz. Imagem 45: Vista do pavimento inferior, sem as paredes e com o pé-diretito duplo na parte que fica fora da estrutura metálica. (2008).

O nivelamento do pavimento inferior ao piso do calçadão, permitiu a abertura de uma porta neste nível, voltada para a Praça do Carmo, que também facilitou a questão da acessibilidade e que chega diretamente a um salão de cerca de 100 m^2.

Imagem 46 e 47: Vista da abertura realizada no pavimento inferior, sendo a primeira externa e a segunda da parte do salão interno. (2008)

A inserção de novos materiais respeitou duas grandes preocupações: enfatizar a distingüibilidade de materiais novos dos antigos e obter a mínima necessidade de manutenção com a máxima durabilidade. Para resolver esta equação adotaram-se painéis de vidro, estrutura metálica, forro colméia, luminárias discretas e revestimentos cerâmicos. “Esse diálogo do antigo com o moderno é o que nos interessa num centro cultural”. [10]

[10] Conforme declaração de Érica Tortorelli para o jornal Diário do Grande ABC, em 30/12/97.

Imagem 48: Forro colméia e estrutura com perfis metálicos. Imagem 49: Chapas metálicas perfuradas utilizadas no piso do mezzanino. A pintura garante a facilidade na manutenção e durabilidade do material.(2008)

Imagem 50: A transparência do vidro e sobreposição de materiais propõe um diálogo entre o antigo e o novo. Imagem 51: Distinção entre o piso de madeira, conservado do imóvel antigo e o piso de chapa. (2008)

O imóvel, por sua relevância histórica, foi tratado pela arquiteta como uma jóia delicada e valiosa. Esse conceito gerou a solução da escada de acesso entre os dois pisos, extensão além dos limites originais do imóvel e anteriormente inexistente[11], com o fechamento por um cubo de vidro de cerca de seis metros de altura, encaixado na fachada lateral. O uso do vidro é caracterizado por sua leveza visual, transparência que interliga os espaços e nobreza, representando uma solução tipicamente contemporânea.

[11] Não havia circulação vertical interna entre os pavimentos, por tratar-se de um porão, destinado a isolar a umidade de solo, e a escada de acesso estava apenas do lado externo da casa.

Imagem 52 e 53: Ampliação da área para inserção da escada metálica interna, dentro do cubo de vidro. (2008)

No vão aberto pela remoção da laje, acrescentou-se um mezzanino em estrutura metálica, acoplado à escada do mesmo material, num conjunto executado em perfil usinado e chapas perfuradas. O acabamento em pintura garantiu ao material durabilidade e facilidade de manutenção. Outra vantagem na adoção deste tipo de estrutura foi a manutenção das demais paredes sem qualquer fissura ou dano, em função da forma de execução da obra: removeu-se metade das paredes, onde imediatamente engastaram-se os perfis metálicos, enquanto a parte remanescente servia de escora. Depois, procedeu-se à remoção da outra parte e à finalização das instalações.

Imagem 54 e 55: detalhes da utilização de estruturas metálicas em vigas, pilares, perfis e chapas do piso.(2008)

Em função do piso inferior, o antigo porão, ser originalmente destinado a solucionar o problema de umidade do solo, para que esta não atingisse o piso da residência, foi necessária uma solução de impermeabilização para que ele passasse

a ser utilizado normalmente. O cimento danificado e algumas sobras de cerâmica existentes no local, já descaracterizados, foram substituídos por um novo revestimento cerâmico. O aspecto colorido confere um ar lúdico e descontraído ao espaço, que é acompanhado pelo bar aberto e integrado ao ambiente.

Imagem 56 e 57: O espaço antes destinado ao porão transformou-se em local para eventos, com cerca de 100 m^2. Não existem elementos construtivos ou decorativos que remetam à construção do pavimento superior. (2008)

O pé-direito baixo, típico dos porões, exigiu um forro de pequena espessura, como o forro colméia implantado, e teve luminárias especialmente desenvolvidas para serem embutidas nos nichos. A entrada dos banheiros recebeu um revestimento branco e neutro, apenas destacado pelo sanitário especial para portadores de deficiência física.

Imagem 58 e 59: Forro colméia e luminárias rasas em função do pé-direito reduzido. Visual colorido e lúdico contrapões à leveza do revestimento da parede oposta. (2008)

Sob a escada foi aplicada uma miscelânea de ladrilho hidráulico, resolvida *in loco* misturando-se as cinco cores definidas pelo projeto. A solução criou um tipo de jardim interno, incluindo poucas plantas, de fácil manutenção. A intenção da arquiteta era proporcionar uma integração entre o interior e o exterior do edifício.

Imagem 60 e 61: Escada e jardim, vistos de dentro e de fora. O vidro quebra a barreira visual do externo e interno. (2008)

Até o desenvolvimento do projeto, poucas foram as informações fornecidas sobre o imóvel, que já se encontrava bastante descaracterizado, com inúmeras subtrações e adições de anexos ruins e em total desacordo com a arquitetura original. Além disso, o partido de não buscar reproduzir elementos supostamente de época e a exigência espacial de um programa divergente das características físicas do imóvel, resultou numa solução de alto nível de intervenção, e da manutenção de parte da estrutura interna existente e boa parcela das fachadas, como documento permanente.

No hall de entrada e nos primeiros salões estavam os materiais mais conservados: as janelas, o assoalho de madeira, portas e lustres. Ornamentações de teto e parede ainda existiam e foram mantidos e destacados com a reforma.

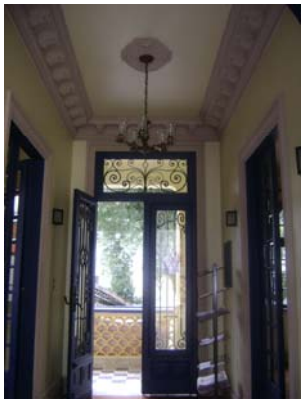

Imagem 62, 63 e 64: hall de entrada e salões do pavimento superior, recuperados na reforma de 1998/99. (Fotos 2008)

Imagem 65 e 66: Ao fundo fica a abertura do terraço reaberto na reforma de 1998/99, que ficou fechado por cerca de 30 anos. (Fotos 2008)

Imagem 67 e 68: registradas do mesmo ponto de vista, a primeira em 2008 e a segunda em 1990, apontam os ornamentos, piso, portas e lustres que permaneceram. À direita da imagem 68 está uma abertura para uma sala lateral, que conforme indicado na imagem 66, foi alterada na reforma de 1998.

Imagem 69 e 70: detalhe dos lustres que foram preservados. (2008)

Na fachada voltada para a Praça do Carmo houveram algumas intervenções. No lugar do conjunto de três janelas foram abertos panos de vidro, sendo que um deles é porta de acesso direta para o nível inferior, e o corredor antes aberto, foi fechado e incorporado à parte interna. Na reforma de 1999 foram também recuperadas as aberturas do terraço lateral no nível superior.

Diversas imagens registram as várias “decorações” atribuídas pelas diferentes cores que cobriram os ornamentos das fachadas, mas o perfil permaneceu absolutamente inalterado até a intervenção.

Imagem 71: Vista da fachada em 1953.

Imagem 72: Vista da fachada em 1991.

Imagem 73: Vista da Fachada em 1998.
magem 74: Vista da fachada durante a reforma, em junho de 1999.

Imagem 75: Fachada após reforma, em novembro de 1999.
Imagem 76: Vista com nova pintura, em janeiro de 2008.

Na outra face, a escada metálica e o cubo de vidro tomaram o espaço da antiga escada externa de acesso ao porão, que, juntamente com as paredes, foram totalmente removidas.

Imagem 77: Vista posterior em 1991, tomada por veículos. Imagem 78: a escada externa de lugar ao cubo de vidro e às estruturas metálicas. Veículos não estacionam mais no local.

A pintura geral não se propôs a recuperar informações sob suas camadas. As portas e janelas estão pintadas com tinta azul, e possuem um acabamento quase grosseiro. Todos os elementos decorativos, da forma como se apresentam, demonstram estar cobertos por sucessivas camadas de tintas, sem um cuidado mais refinado.

Imagem 79 e 80: Detalhes da qualidade da pintura executada. (2008)

Imagem 81, 82 e 83: Detalhe de pintura nas portas, gradis e “vidros”. (2008)

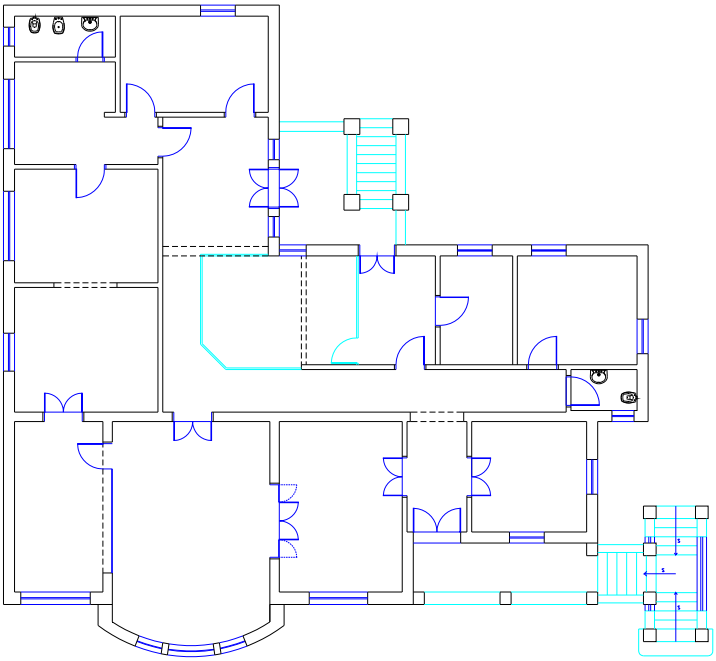

Figure 84: Planta do pavimento superior, antes da reforma.

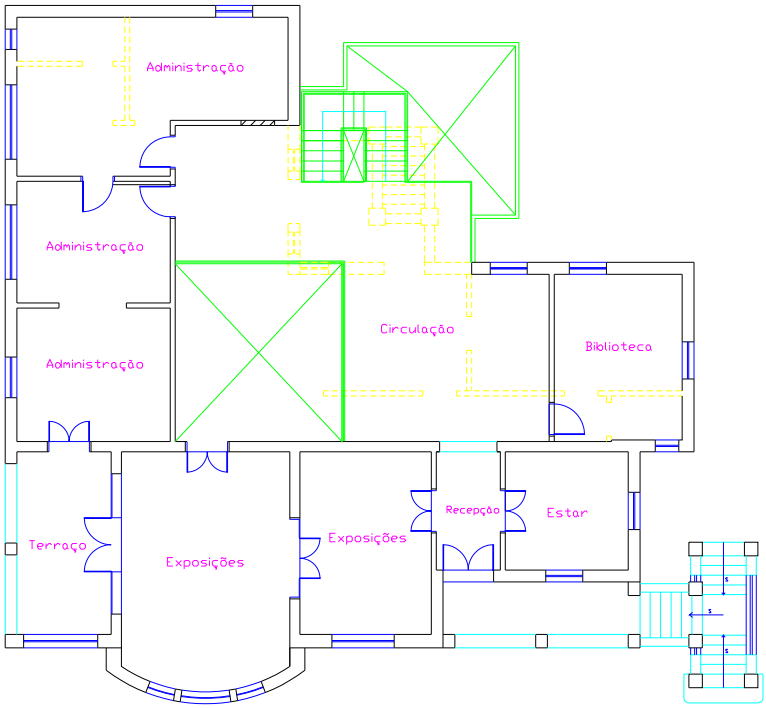

Figure 85: Planta do pavimento superior, depois da reforma.

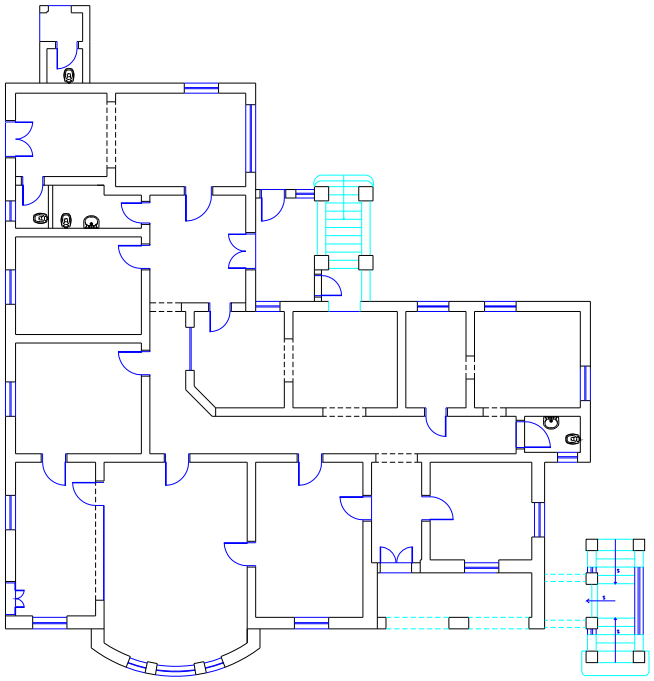

Figure 86: Planta do pavimento inferior, antes da reforma.

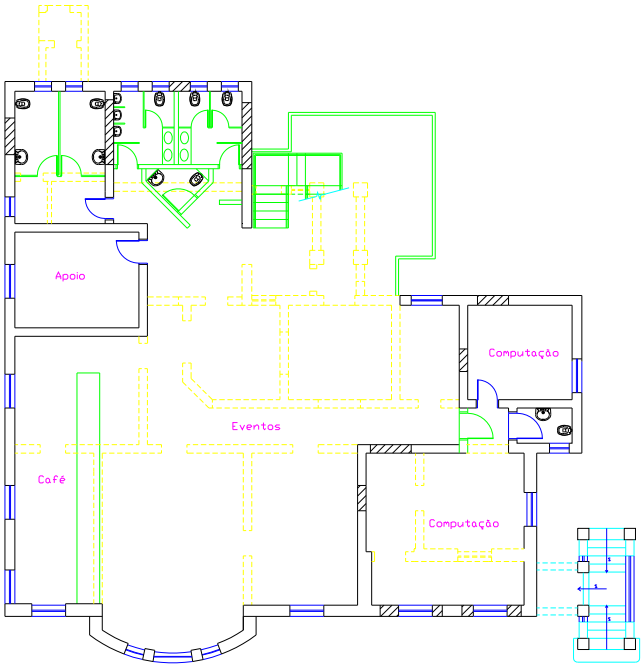

Figure 87: Planta do pavimento inferior, depois da reforma.

5.3) Museu Otaviano Gaiarsa

O fim do período Imperial e o início da República foram momentos de intensas discussões sobre as questões de educação no país. A República passa a defender a instrução primária como obrigatória, universal e gratuita como fator de progresso individual e coletivo. Coube aos Estados a reorganização da administração escolar e a implantação de instrumentos de planejamento. Ampliou-se a procura pela educação escolar.

São Paulo foi o primeiro Estado brasileiro a implantar um sistema público de ensino de massa, fornecendo inclusive modelos para implantação nos demais. O crescimento da rede pública escolar foi impulsionado pela intensificação da industrialização, pela expansão e urbanização das cidades, pelos recursos conseguidos com as lavouras cafeeiras e pelos benefícios obtidos com a Constituição de 1891, que determinou a retenção dos impostos de exportação pelos Estados, aumentando significativamente a arrecadação de São Paulo.

O empenho inicial na organização dos sistemas escolares não resolveu a inadequação do sistema implantado. Um complexo programa educacional que instituiu uma diversidade de modelos diferentes não atingiu o objetivo esperado. Dentre modelos como *Escolas Isoladas, Escolas Reunidas, Escolas Preliminares, Escolas Complementares, Escolas Modelo, Grupos Escolares, Escolas Normais, Escolas Profissionais*[1]*,* os Grupos Escolares, específicos dos centros urbanos, obtiveram resultados favoráveis à sua expansão e disseminação.

O novo modelo educacional precisava de espaços adequados para sua implantação e organização, reunindo as salas de aula de forma a facilitar a administração e manter a ordem. O governo do Estado preocupou-se com a construção desses edifícios. Surgiram então modelos arquitetônicos para os edifícios escolares, e entre 1890 e 1920 foram construídos na capital e no interior mais de 130 Grupos Escolares e mais de 10 Escolas Normais para formação de professores. Os projetos desenvolvidos deveriam propiciar o ensino de alunos de forma coletiva, diferente do método de ensino individual, onde o professor realizava os atendimentos separadamente para alunos de diferentes níveis. A organização de

[1] In Corrêa (1991).

classes mais homogêneas, separadas por idades e por sexo, propiciava o atendimento simultâneo.

Os programas arquitetônicos eram compostos basicamente das salas de aula e de poucos ambientes administrativos. As edificações caracterizavam-se principalmente pela simetria das plantas, em função da exigência de separação total entre meninos e meninas. Todas as atividades complementares, como recreio e ginástica, deveriam acontecer separadamente.

Desde 1902 já se debatia no âmbito político a necessidade de implantação de um Grupo Escolar para reunir algumas escolas isoladas, no então município de São Bernardo. A solicitação encaminhada ao Governo Estadual, que gerenciava o sistema educacional básico, não obteve resposta imediata. Diante de novas solicitações, em 1911 foi realizado o primeiro orçamento para a construção da escola. Em 6 de maio de 1912 foi autorizada a construção do Primeiro Grupo Escolar na Estação de São Bernardo, distrito de paz de Santo André.

Retomando o partido de pátio interno, de 1905, o projeto obedecia à tipologia Mogy-Guassú, de autoria de José Van Humbeek. Este era um modelo de solução simples, com apenas um pavimento, com pátio central em forma de U, não sendo totalmente contornado pela edificação, o que permitia uma integração visual com o terreno. Ao longo desta planta estavam dispostas 8 salas, ladeadas por uma varanda voltada para o pátio. A cobertura era apoiada em colunas de madeira e arrematada por lambrequins em madeira rendilhada. O piso da varanda era revestido com ladrilhos hidráulicos. Contava ainda o projeto com a sala do diretor e duas salas para professores.

Imagem 88:Fachada do Primeiro Grupo Escolar (década de 20)
Imagem 89: Fachada do Museu de Santo André (2008).

O desenho da fachada está assinado por G. B. Maroni, que introduz uma linguagem bastante simplificada quanto ao tratamento das superfícies.

Imagem 90: detalhe da arte central da fachada. (década de 90)
Imagem 91: corredor de acesso às salas de aula. (10/1990)

A planta simétrica mantinha separadas as salas de aula de meninas e meninos, com a sala da direção ao centro, em ponto de vista privilegiado para exercer controle sobre as atividades.

Imagem 92: Escada central de acesso ao pátio.(10/1990)
Imagem 93: Vista do pátio a partir da varanda. (07/1991)

A construção foi entregue em 03 de abril de 1914 e a escola foi criada em julho de 1914, com a denominação de Grupo Escolar de São Bernardo.

Na década de 1920 foram acrescentadas mais duas salas, uma de cada lado, mantendo a simetria do edifício. Foi também construída uma cobertura para abrigar as atividades de recreio e onde ficavam os sanitários masculino e feminino. Essa construção obstruiu a visão externa, transformando o espaço interno num pátio praticamente fechado.

Em 1938, a escola recebeu a denominação de Grupo Escolar de Santo André[2] e, em 1944, passou a se chamar Grupo Escolar Professor José Augusto de Azevedo Antunes[3]. O nome do patrono da escola perdura até os dias atuais.

Com a necessidade de ampliar os espaços da escola, no final da década de 1970 foi realizada permuta com a Prefeitura de Santo André, que construiu um novo prédio. A mudança ocorreu em 1978 e o nome do patrono da escola permanece até os dias atuais

Em troca, a antiga sede foi cedida à Prefeitura Municipal de Santo André. Inicialmente, e durante alguns anos, o prédio foi utilizado pela Fundação da Promoção Social (Prossan).

5.3.1) O Processo de Tombamento

Já nos primeiros momentos de reconhecimento do patrimônio histórico da cidade de Santo André, o edifício do Primeiro Grupo Escolar já figurava dentre os bens de interesse a serem protegidos e valorizados.

O edifício teve sua primeira proteção através do tombamento pelo Comdephaapasa, em 1992. A solicitação[4] partiu da Secretaria de Cultura e foi encaminhada ao Comdephaapasa em 14 de Julho de 1992. Além da solicitação de tombamento, requisitava também a elaboração de diretrizes a serem obedecidas na política de preservação e valorização dos bens culturais, abrigados no local.

O documento de requisição de abertura de processo informava ser o bem protegido pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE -, através do Condephaat, e justificava o pedido informando sua importância: "*o edifício detém valor como documento histórico, representando o mais importante edifício público*

[2] Conforme Decreto nº 9775, de 30.11.1938
[3] Decreto 14.059, de 28.06.1944
[4] Com base no artigo 27, inciso III do decreto 12.496, de 10/03/1992.

construído na região no início do século. Mantém até a presente data inalteradas sua fachada e alguns outros elementos, além da estrutura da construção como um todo."

Descrições complementares integram o processo:

"Baseado em projeto tipo da cidade de Mogy-Guassu, de 1910 de José Van Humbeek, autor da planta e Mauro Álvaro, autor da fachada. O edifício do I Grupo Escolar de São Bernardo (município que abrangia o ABC,) foi adaptado por Hercules Beccari que elaborou a planta, fachada lateral, cortes, frontão central, lambrequins, gradis e portões de ferro, foi traçado por G.B. Maroni. Constituído primeiramente com 6[5] salas de aula, 2 salas de professores e 1 sala de diretor...O prédio é centrado no lote em terreno doado ao Estado de São Paulo por Segundino Dominguez. Possui fachada bastante simplificada quanto ao tratamento de superfícies, porém com platibanda, cornijas e alguns detalhes ornamentais como guirlandas e flores. Possui duas entradas laterais diferenciando a ala de "meninas" e "meninos". Em 1938, mais duas salas de aula foram ampliadas; passando então a ser constituído por 10 salas de aula. O projeto de ampliação do galpão (pátio recreativo) e sanitários é de 1942 e a ampliação da rede de esgoto e instalações elétricas é de 1943.[6]

O parecer do relator do processo destaca a importância do valor afetivo do Grupo Escolar, do bom estado de conservação e recomenda a manutenção do uso cultural como espaço do Museu, já instalado desde 1990.

O tombamento foi homologado em 23 de dezembro de 1992 pelo prefeito Celso Daniel, inscrito no livro de tombo sob o número 006.

Novo reconhecimento do valor do edifício, desta vez num processo coletivo de 123 escolas que foram construídas no período da Nova República pelo seu alto valor histórico na evolução educacional do Estado de São Paulo, aconteceu em 2002 pelo órgão estadual - Condephaat[7]

Da mesma forma como sugerido para outros edifícios tombados, um uso de caráter cultural também foi aqui indicado. A manutenção de uso como Museu da Cidade configurava uma forma de utilização capaz de atrair público para o local e contribuir na divulgação dos bens históricos da cidade

[5] Embora descrito com 6 salas de aula no processo de tombamento, deve haver uma erro na digitação, pois o correto seriam 8 salas. No decorrer do texto, isso fica notório quando da citação da ampliação de mais 2 salas, totalizando 10 salas.
[6] Descrição constante do processo de tombamento do imóvel à Rua Senador Fláquer, 470 – folha 5
[7] Ata 1253 de 29/07/02; Publicação 07/08/02

5.3.2) História do Museu da Cidade

Com a aproximação da comemoração do IV Centenário da cidade, no início da década de 1950, foi criada a Comissão Geral dos Festejos do IV Centenário da Fundação de Santo André da Borda do Campo[8]. Dentre as tarefas dessa comissão, estavam a de erigir um monumento a João Ramalho e outros vultos de Santo André da Borda do Campo, organizar e realizar em 1953 uma exposição para apresentação dos produtos da indústria, do comércio e da lavoura; organizar um museu histórico municipal; realizar outras obras que pudessem contribuir para a solenidade e brilhantismo das comemorações.

Nesse momento já se verificava a intenção de criar de um museu municipal de cunho histórico, reunindo bens e formando uma coleção de artigos representantes da memória regional.

Inicialmente havia a intenção de instalar o Museu na antiga residência de Bernardino de Queiroz dos Santos / Olga Guazelli. Essa talvez tenha sido uma motivação na declaração do imóvel como de utilidade pública[9] (e posteriormente sua desapropriação[10]), mas este acabou sendo cedido à Prossan.

Em 1954, em homenagem à finalização do ano de comemorações do IV Centenário, foi criada a Biblioteca Municipal. Embora estivesse no mesmo projeto de lei a criação do Museu de Artes e Objetos, esta foi revogada posteriormente.

Em 1962, após um curso de museologia ministrado por Vinício Stein, no Instituto de Educação Américo Brasiliense, apresentou-se uma proposta para criação de um museu que ocuparia uma das salas dessa escola. Em 1966 foi criado o Museu Histórico e Pedagógico, que funcionou até 1972, em virtude da discordância de professores e moradores por seu caráter tão restrito.

O ideal de formação de um museu dedicado à memória regional continuou existindo. Em 20 de Julho de 1976 A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do município lançou a campanha *Nosso Passado pode estar com você,* que visava arrecadar objetos pessoais e fotografias para impulsionar a formação de um museu.

[8] Lei 589 de 29/11/1950.
[9] Decreto 4185 de 11/03/68.
[10] Lei 2143.

Fortalecendo as ações em prol da formação do museu, foi criada em 1981 a Comissão Organizadora do Museu, que por sua vez elaborou a lei de criação do Museu de Santo André[11]. Este teria o caráter de museu histórico da cidade, e a finalidade de *"... reunir, preservar, conservar e expor documentos, livros, fotografias, objetos e peças de diversos gêneros que contribuam para o conhecimento e estudos de movimentos sociais, religiosos, políticos, artísticos e econômicos do Município de Santo André e região ABC, sob todos os aspectos, bem como promover cursos e pesquisas*"[12].

Sem local definido, o museu passou a funcionar provisoriamente em uma sala do Departamento de Difusão Cultural da Prefeitura, no Centro Cívico de Santo André. Dois locais já eram cogitados para abrigar as instalações: o Primeiro Grupo Escolar e o Parque Regional da Criança.

Em 1984 o acervo constituído pelas doações da campanha de 1976, somado às captações posteriores, foi apresentado na exposição "Memória de Santo André", no Centro Cultural Infantil, localizado no Parque Regional da Criança.

Em 1988, o acervo foi transferido para o térreo do prédio da Secretaria da Educação, onde o foi organizado o acervo e constituída uma equipe fixa para desenvolver as atividades. Finalmente em 1990 o Museu passou a ocupar as instalações do Primeiro Grupo Escolar e neste mesmo ano organizou em suas dependências o I Congresso de História do ABC.

Além da função de exposição do acervo, o Museu é responsável pela documentação, conservação e difusão cultural da sociedade, promovendo palestras e encontros. Desde 1990, já promoveu mais de 175 exposições, realizou onze Encontros de Pesquisadores, coordenou a organização de dois dos nove Congressos de História do ABC. Dentre suas atuações ainda estão: publicação do texto "Santo André: duas cidades, duas histórias" e do livro Santo André, cidade e imagens, organização do Fórum da Cidadania, em 2003 e do III Seminário de Patrimônio Cultural. O crescente acervo conta hoje com cerca de 46.700 itens, dentre fotos, documentos textuais, objetos, mapas e plantas.

[11] Lei 5.924 de 03/08/1982
[12] Trecho extraído da Lei 5.942 de 03/08/1982

A Biblioteca do Museu é responsável pelos documentos mais raros e importantes, e é especializada na história e memória de Santo André. Um importante projeto em andamento para beneficiar o acesso às informações e preservar os materiais originais, conhecido como “Museu de Santo André – Museu em Imagens” digitalizou 27.000 itens do acervo, sendo 20.000 fotos e 7.000 objetos, que estarão à disposição em terminais instalados na própria biblioteca.

Em 2006, o nome do Museu passou a ser Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa[13], em homenagem ao médico andreense que muito se dedicou à guarda de informações sobre Santo André.

5.3.3) A Ocupação do Edifício

Em 1990, com a desocupação pela Prossan, o Museu de Santo André fixou-se no endereço da Rua Senador Fláquer.

As atividades distribuíram-se ao longo das 10 salas existentes: sala de exposições permanentes, sala especial para exposições temporárias, biblioteca, auditório, reserva técnica e administração, que também abriga as atividades de pesquisa, agentes culturais e corpo técnico do Comdephaapasa.

A construção anexa ficou durante anos com as instalações da Guarda Municipal, saindo em 2007. Atualmente o espaço passa por uma reforma para

[13] Octaviano Armando Gaiarsa nasceu em 10 de julho de 1911. Fez o curso primário no recém inaugurado I Grupo Escolar,e formou-se médico em 1937, profissão que exerceu durante mais de 30 anos, em clínica particular. Foi eleito vereador e cumpriu mandato de 1948 a 1951. No ano seguinte, 1952, passou a fazer parte do quadro de funcionários da Prefeitura de Santo André, na área de Saúde e Assistência Social. Ali ficou até 1974. Durante esse período, organizou por duas vezes o Guia de Ruas do município e, em 1969, iniciou estudos para a reformulação dos símbolos municipais. Sua proposta para a bandeira e brasão do município foi aprovada pela Câmara em 1972, os quais até hoje são os símbolos oficiais. era, também, assíduo participante de atividades culturais. Foi sócio-fundador, na década de 1950, do grupo de fotografia Câmera Clube de Santo André e sócio-fundador da Academia de Letras do Grande ABC, em 1977. Publicou vários livros durante sua vida, entre eles *Atlas de Epigrafia*, *Minhas Leituras* e *Brasões e Bandeiras do Município de Santo André*. Sempre preocupado com a história da cidade, em 1968 escreveu o livro *Santo André, a cidade que dormiu três séculos*. O livro foi publicado pela Prefeitura após a realização de concurso de monografias, em que Octaviano Gaiarsa sagrou-se vencedor. Em 1992, A Prefeitura de Santo André publicou uma versão atualizada sobre a história de Santo André, com o nome *Santo André, ontem, hoje e amanhã*. Nesse mesmo ano, Octaviano Gaiarsa iniciou, com seu acervo de 2000 fotografias sobre a cidade, a série de doações que faria ao Museu de Santo André. Sua coleção de mais de 3000 itens conta também com documentos, jornais, livros e objetos. Octaviano Armando Gaiarsa faleceu no dia 16 de junho de 2005, aos 93 anos de idade.

abrigar setores administrativos do museu e seus departamentos de pesquisa e uma reserva técnica climatizada.

Para melhor adequação das atividades, foram solicitadas algumas reformas no ano de 1994, que passaram pela avaliação e aprovação do Comdephaapasa.

Dentre elas encontramos:

Proposta 1 – Pavimentação do piso do pátio interno

O piso, então cimentado desde a escada de acesso, até a edificação da Junta Militar, estava bastante danificado pelo crescimento das raízes das árvores e pelo próprio desgaste do tempo. Além disso, verificou-se que dois degraus da escada central haviam sido enterrados sob esta pavimentação. Os quatro canteiros centrais estavam no chão batido e com as árvores dentro, num total de quinze.

A proposta era a de retirar o piso cimentado até a canaleta de águas pluviais, próximo às escadas laterais e fazer a colocação de paralelepípedos, dispostos a uma distância de aproximadamente 5 cm para permitir a absorção das águas de chuva, com refazimento do cimentado após as canaletas. Importante ressaltar a contribuição dos paralelepípedos para absorção das águas em áreas sombreadas, pois a umidade é um dos fatores mais prejudiciais, que favorecem a decomposição dos acervos museológicos. A correção dos canteiros visava facilitar a circulação e permitir melhor utilização dos espaços. Nesse processo, buscava-se ainda a recuperação dos dois degraus perdidos, voltando-se a escadaria à forma original.

Imagem 94: Vista do pátio com canteiros largos e piso cimentado.(1991)
Imagem 95: Vista da escada central e canteiros grandes nas laterais. (2000)

Proposta 2 – Solicitação de Pavimentação do piso do estacionamento.

Imagem 96: Piso do estacionamento. (2008)

O piso de terra batida fica empoçado nos dias de chuva, além de transportar barro para os coletores de águas pluviais, entupindo-os.

A solicitação é para se fazer o calçamento, da entrada do prédio até o portão dos fundos.

Proposta 3

Colocação de aparelho de ar condicionado em uma das salas do Museu.

A sala em questão era o laboratório de Restauração de Papéis e Encadernações. Como as variações de temperatura causam grandes danos a esses materiais, a instalação de aparelho de ar condicionado resolveria essa questão. Para resolver a instalação, a proposta é de remoção da bandeira da janela, uma peça encaixada, podendo ser guardada inteira para futura reinstalação.

Imagem 97: Vista da lateral esquerda. (2008)

A grade externa deveria ser serrada, mas por ser um elemento de instalação recente, poderia ser refeita quando necessário.

Por fim, os suportes do aparelho também podem ser removidos quando necessário.

Wilson Stanziani, diretor do Museu desde o início, buscou ao longo dos anos realizar manutenções e prospecções para manter na melhor medida a configuração original do imóvel. As intervenções realizadas para melhoria da acomodação são de pequeno vulto, e tiveram o cuidado em expor as partes alteradas e realizar registros fotográficos e matérias de cada etapa dos trabalhos.

Em março de 1996, houve a solicitação de substituição integral dos ladrilhos hidráulicos por novo material, em função do grande desgaste do existente, de idêntica aparência e desenho dos originais. Parte do material removido foi guardado como documento para registro e eventual exposição do mesmo.

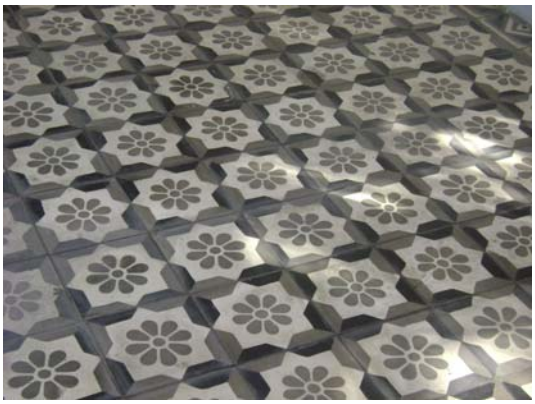

Imagem 98 e 99: Piso substituído por outro idêntico. (2008)

Em Agosto de 1997, a título de melhorar a exposição e as instalações, foi solicitado o corte de três paredes internas da ala frontal do prédio. A solicitação foi encaminhada ao Comdephaapasa com documentação e descrições detalhadas.

Recorte entre as salas 1 e 2 e salas 2 e 3: em duas paredes de 5,50 l x 5,1 h, propôs-se o recorte de 3,90 x 3,00 h , fazendo-se a sustentação através de viga de concreto embutida nas paredes laterais, a ser rebocada e pintada. A área dos tijolos laterais manteve-se em tijolo aparente impermeabilizado para demonstrar que as paredes foram cortadas. Recorte entre as salas 3 e 4: em uma parede de 3,97 l x 5,1 h, um recorte de 2,37 l x 3,00h, sustentado por uma viga de concreto embutida nas paredes laterais, rebocada e pintada. A área dos tijolos laterais manteve-se em tijolo aparente impermeabilizado para demonstrar que as paredes foram cortadas.

O objetivo dos recortes era o de garantir melhor circulação para os visitantes dentro das salas de exposição, proporcionando maior disponibilidade espacial para a instalação de exposições, integrando o espaço e criando um único salão frontal.

Imagem 100 e 101: obra de recorte das paredes, documentadas em cada etapa. (1997)

Imagem 102: Abertura executada na sala de exposições frontal . (2004)
Imagem 103: Utilização da abertura com estrutura da exposição. (2008)

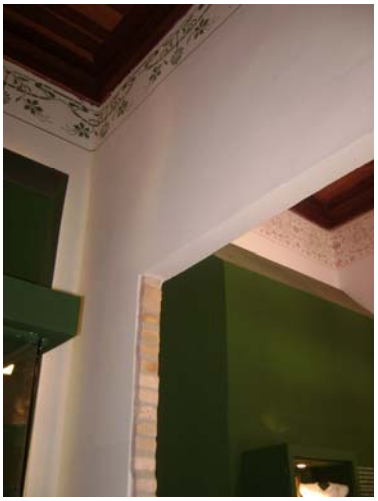

Imagem 104 e 105: Tijolos expostos na parede onde foi realizado o recorte.
A viga foi incorporada à parte superior da parede. (2008)

Apesar das propostas de cobertura no piso das partes removidas das paredes indicarem o uso de soleiras, foram executadas peças em vidro que, além de mostrarem a diferença entre o piso existente e o material novo, deixam transparecer a presença do porão.

Imagem 106: Fechamento do piso em vidro. A parte iluminada, embaixo, é a parte do porão.

Foram realizadas prospecções para recuperação dos desenhos do barrado. Atualmente, as pinturas de manutenção são executadas numa linha abaixo destes detalhes.

Imagem 107: O detalhe ao centro foi utilizado para realizar a prospecção da pintura. (2004)
Imagem 108: resultada de outra recuperação de pintura, presente nas varandas. (2008)

Ao longo dos anos, foram substituídas as estruturas da cobertura dos terraços, parte do piso e do forro, todos por materiais idênticos aos originais, que são ainda produzidos com as mesmas técnicas. Problemas de infiltração também levaram às obras de reparo dos telhados, que foram mantidos como os originais. Os lambrequins do telhado danificados foram substituídos por outras peças novas e idênticas.

Imagem 109: Telhado de telhas francesas já substituído. (2008)
Imagem 110: Detalhe do forro da varanda. (2000)

Imagem 111: Piso da Sala de Exposições Especiais. (2008)
Imagem 112: Lambrequins que decoram a varanda. (2008)

Os gradis dos terraços são originais e foram retirados e cuidadosamente restaurados.

Imagem 113 e 114: Fixação de guarda corpo em metal nas varandas. (2008)

As camadas de tintas das portas foram também removidas, deixando-as expostas em sua originalidade. É urgente a necessidade de acabamento sobre o material, para conservação do mesmo.

Imagem 115 e 116: As portas encontram-se bastante desgastadas, principalmente a porta de entrada principal (imagem 115). (2008)

No jardim da fachada principal está a Estátua de Minerva. A estátua, em bronze, representa a glorificação do trabalho industrial. Esteve instalada durante anos na Farmácia Santo André, de José Brancaglione, na esquina da Rua Coronel Oliveira Lima com Rua General Glicério. A farmácia foi fechada, e José Brancaglione, antes de falecer, solicitou aos filhos que a estátua fosse doada à cidade. Durante anos a estátua ficou instalada na Praça do Carmo, mas com a remodelação da praça foi retirada e, acidentalmente, danificada. Após restauro realizado com o apoio da iniciativa privada, a estátua Minerva foi instalada, em 1997, nos jardins do Museu, onde permanece até hoje.

Em 02 de Maio de 2000, o Museu solicitou ao Comdephaapasa autorização para instalação de dois monumentos no espaço dos jardins;

1) parte da pedra original com os dizeres da antiga base da estátua de João Ramalho
2) os brasões da antiga estátua[14]

[14] a estátua hoje possui nova base

Imagem 117: Estátua de Minerva no Jardim do Museu
Imagem 118: Antiga Base da estátua de João Ramalho, com os dizeres e brasões.

As instalações estão presentes com o mínimo impacto no imóvel, destacando o valor arquitetônico da construção, sem estabelecer uma relação de disputa pela atenção do usuário. É possível ainda fazer a leitura do imóvel com a sua função original. A idéia de reclusão do pátio permanece, pois configura um espaço de isolamento do exterior, favorecendo a tranqüilidade, contemplação do bem e integração arquitetura/natureza.

A grande proporção na concepção das salas de aula abriga de maneira adequada o material exposto, com livre circulação, e possibilita também boa instalação para a biblioteca e o auditório com poucas intervenções. O aproveitamento dos espaços dá-se inclusive na varanda, onde fica uma exposição de fotos permanente sobre os habitantes e o perfil da cidade no início do século. É impossível o visitante não conhecer algumas das ruas apresentadas e fazer um paralelo imediato com as enormes diferenças da atualidade, e perceber o acelerado processo de desenvolvimento do último século, ver o quanto a cidade mudou em tão poucos anos. Como define poeticamente a historiadora do Museu, Suzana Kleeb, *as fotografias são os suportes da memória**,*** memória que todos os munícipes gostam de fazer aflorar num passeio ao museu. Esses gestos apontam para o entendimento do sucesso da relação deste projeto cultural com sua sede, respeitando sua estrutura como arquitetura e documento vivo.

Imagem 119: Instalação da biblioteca. (2008)

Imagem 120: Auditório (2008)

Imagem 121: Sala de exposições, que reúne três salas. Imagem 122 : Expositor instalado entre duas salas. (Fotos: 2008)

Imagem 123: Fixação de luminárias para exposição. Imagem 124: expositor interativo, onde o visitante pode ser fotografado à uma imagem antiga em tamanho natural.

Imagem 125: Sala de exposições especiais. (2008)
Imagem 126: As varandas são utilizadas para a exposição de fotos antigas da cidade. (1996)

O edifício da escola estabelece uma alta relação afetiva com vários munícipes, que enquanto crianças lá estudaram, ou que de outras formas tiveram suas histórias particulares relacionadas. Isso já contribui para a freqüência na visitação e motivação geral pela conservação dos espaços.

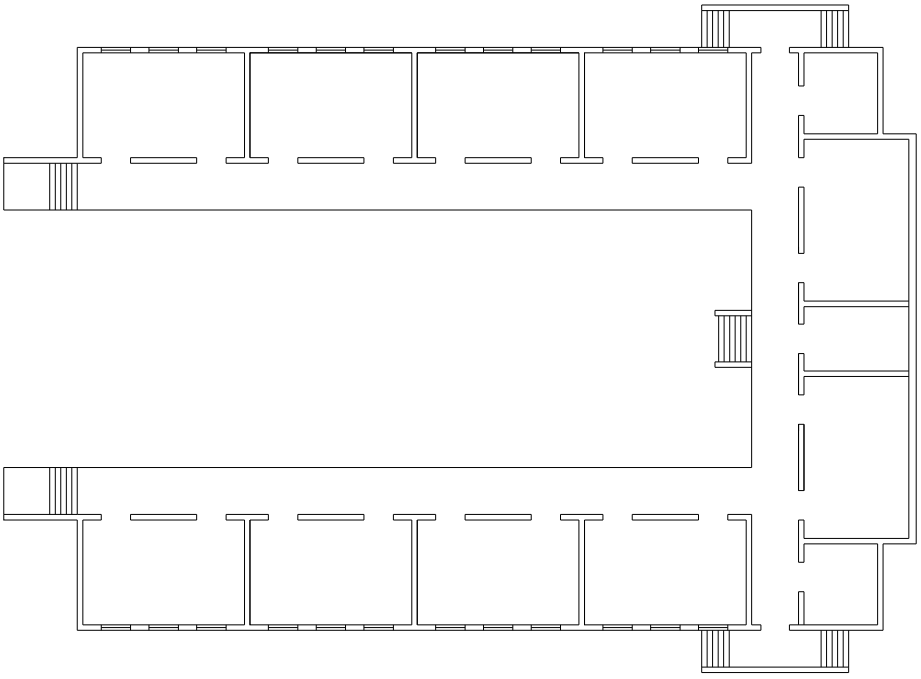

Imagem 127: Planta básica do modelo da edificação, incluindo as duas salas construídas em 1938

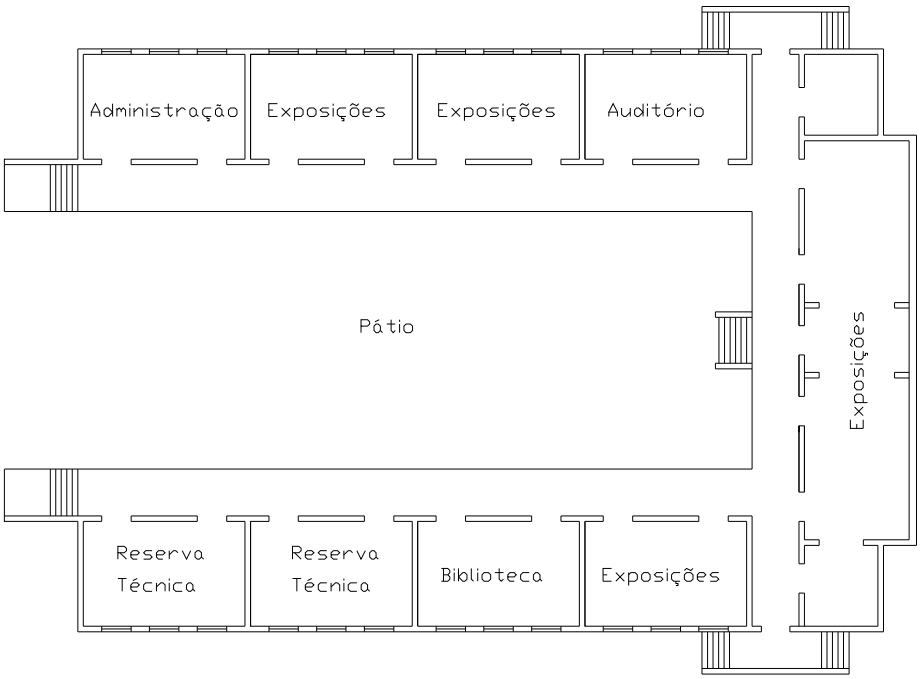

Imagem 128: Planta básica do modelo da edificação, com as modificações nas três salas frontais, onde foram feitos os cortes das paredes.

5.4) Cine Teatro Carlos Gomes

O Cine Teatro Carlos Gomes é sem dúvida, ícone da discussão sobre valor histórico dos imóveis. Construído na década de 1920, sofreu diversas reformas ao longo dos anos, descaracterização total e deturpação do uso, e hoje permanece fechado à espera de uma decisão sobre seu destino. O valor afetivo promovido pelo imóvel foi capaz de mobilizar um grupo de prol da defesa dele como patrimônio da cidade, mas as investidas não foram capazes de muito mais do que mantê-lo de pé. Hoje permanece à espera de uma decisão: quando e como será reformado.

5.4.1) Histórico do Imóvel

Antes da atual localização, o Cine Teatro de Variedades Carlos Gomes, fundado em 21 de setembro de 1912 por Vicente Arnaldi, teve sua primeira implantação na Rua Coronel Oliveira Lima, na esquina com a Travessa Conde Arnaldi. Este foi o primeiro cinema da cidade e quinto do país, e além da função de cinema também era utilizado para concertos e bailes.

Após a aquisição por Francisco Masini e Arthur Gianotti, os mesmos construíam uma nova sede orquestrada pelo construtor Arthur Boschetti, situada na Rua Senador Fláquer, nº110. O edifício requintado, de feições neoclássicas, foi inaugurado em 15 de agosto de 1925.

A fachada era formada por quatro pilares, sendo as duas centrais menores, ladeando a entrada principal, que acabavam em capitéis coríntios. Guirlandas de flores e duas máscaras (imagem que representa o teatro) decoravam a fachada.O Projeto desta fachada foi concebido por Antonio Moranduns Manias.[1]

Internamente, a boca de cena a as paredes laterais possuíam pinturas decorativas. À frente, a pintura homenageava Carlos Gomes e a música. O espaço tinha capacidade para 800 pessoas, distribuídas entre platéia e frisas, situadas nas laterais do cinema.

[1] Conforme consta na coluna *Grande ABC Memória*, de Ademir Médice, no Jornal Diário do Grande ABC de 15 de Setembro de 1998.

À frente do cinema ficava um coreto, onde as bandas da cidade faziam apresentações. A instalação do cinema atraiu a presença de bares e restaurantes. Na área também acontecia o “footing”, atividade de circulação da juventude local para paquera e bate-papos.

No hall do mezzanino ficava a sede do Clube Atlético Rhodia, cujo corpo cênico se apresentava neste teatro. O espaço era também utilizado para bailes de carnaval e apresentação de blocos.

Imagem 129: Fachada do cinema em 1925. Imagem 130: Festividades Municipais em 1939.

Até então, o Cine Carlos Gomes era o pólo de cultura da cidade, com inúmeras sessões de cinema e apresentação musicais e teatrais. Em fins da década de 40, a abertura de novos cinemas na cidade exigiu reestruturação dos espaços para atender a um público maior. O cine Tamoio, inaugurado em 25 de Janeiro de 1950, contava com 2000 lugares, e o Cine Tangará, inaugurado em 24 de setembro do mesmo ano, disponibilizava espaço para 3.100 pessoas.

Em 1947 os proprietários solicitaram à prefeitura autorização para a reforma do prédio, substituindo as frisas por um mezzanino para ampliar a capacidade, trocando o piso original por réguas de ipê, e criando um sistema de iluminação e ventilação no teto sob forma de estrela e nas laterais com arandelas de gesso sobre painéis de serragem prensada. A fachada também foi alterada, no intuito de modernizar a mesma.

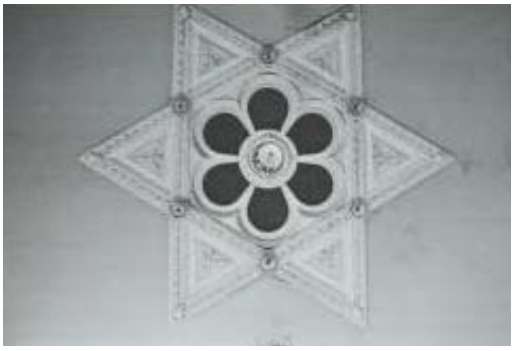

Imagem 131: Fachada reformulada de 1947. Imagem 132: elemento decorativo e para ventilação, a estrela foi instalada na reforma de 1947

As atividades concentraram-se na exibição de filmes, que com sucesso movimentaram o espaço até a década de 1970. Com a crise das salas de cinema no Brasil, a década de 1980 foi marcada pela exibição de filmes pornográficos e de baixa qualidade, até seu fechamento em 1987.

Anteriormente ao seu fechamento, o edifício já despertava o interesse local pela sua representatividade histórica.

Em outubro de 1984, alguns interessados em defender o cinema encaminharam à Câmara um requerimento com solicitação da desapropriação do imóvel para transformá-lo em espaço cultural, mas a prefeitura alegou falta de recursos. Novo pedido foi feito em agosto de 1985, sugerindo a decretação da área como de utilidade pública, mas também não obteve sucesso.[2] Em setembro de 1985, foi encaminhado ao Condephaat a solicitação para tombamento do prédio, com o envio de documentos, fotos e recortes de jornais que visavam justificar seu valor. Em resposta, o Conselho orientou que o valor afetivo despertado deveria ser acolhido pelo município, que deveria tomar as devidas medidas para protegê-lo.

Imagem 133: Fachada do cinema na década de 1970.
Imagem 134: Fachada do cinema na década de 1980.

[2] Fonte: Jornal Diário do Grande ABC, 25 de Agosto de 1987 – matéria de Ivanilde Sitta

Em reportagem do jornal Diário do Grande ABC de 25 de agosto de 1987, fica evidente que a desmontagem interna das instalações do teatro já estavam adiantadas. Já havia até mesmo o alvará para o funcionamento de um estacionamento no local, licença facilmente conseguida junto à Prefeitura. Um dos permissionários do estacionamento, Armindo Gomes de Almeida declarou:

"tinha conhecimento de alguns boatos quanto ao tombamento do cinema, mas os proprietários descartaram a hipótese"

e ainda sobre a desocupação total do espaço anterior à assinatura do contrato:*"não sei para onde foram as cadeiras".*

Para a instalação do estacionamento, foram destruídos o palco e a tela e construída uma nova entrada de veículos.

Imagem 135: Espaço sendo utilizado como estacionamento, em agosto de 1990.
Imagem 136: Entrada do estacionamento, em 1990.

Entre a destruição interna e a demolição da fachada, em 02 de Janeiro de 1988, foram intensos os debates e batalhas pela manutenção do edifício.[3]

[3] A fachada foi totalmente destruída para abrigar no espaço frontal uma loja de tecidos, e onde ficava a platéia, um estacionamento.

Imagem 137: Vista aérea da demolição da cobertura, em 1988
Imagem 138 vista lateral da mesma demolição, em 1988.

As manifestações pela preservação do edifício vieram dos mais diferentes grupos da sociedade: historiadores, arquitetos, artistas, políticos e munícipes em geral, em virtude do grande valor afetivo do bem, cenário de muitos momentos vividos por todos no local. A reunião dessas pessoas deu início ao movimento SOS Carlos Gomes. Um abaixo assinado com mais de 23 mil assinaturas, realizado entre novembro de 1997 e janeiro de 1998 conseguiu evitar a demolição total do prédio. Apesar do alvará de demolição expedido, a mesma não se confirmou.

Em 1990, o então Prefeito Celso Daniel assinou decreto, declarando o imóvel como de utilidade pública.[4] O processo de desapropriação foi o passo seguinte, sendo concluído em 13 de agosto de 1991, depois de intensa disputa judicial. Finalmente protegido pela lei, o Cine Teatro Carlos Gomes foi tombado pelo Comdephaapasa em 11 de novembro de 1992.

5.4.2) O Processo de Tombamento

O processo de tombamento do edifício do Cine Teatro Carlos Gomes[5] foi solicitado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Santo André, de forma a consolidar a proteção já pretendida do imóvel, após o processo de desapropriação concluído em 1990. O argumento da proteção foi aquele até aqui exaustivamente apresentado e defendido, pelo seu valor como testemunho da história social da cidade e pelo alto valor afetivo de seus habitantes.

[4] Decreto 12.608, de 04 de dezembro de 1990.
[5] Processo 32758/92-9

O parecer do relator do Comdephaapasa apresentou a confirmação do Conselho frente à solicitação de tombamento do Cine Teatro, recomendando principalmente a preservação das paredes originais, o teto da platéia, os adornos de gesso fundido e as pinturas originais da boca de cena. A recomendação reforça a manutenção do uso cultural e artístico, função já restituída ao imóvel desde 1990.

Em 26 de Outubro foi realizado o tombamento provisório, e em 11 de novembro de 1992 foi homologado o tombamento definitivo, inscrito no livro de tombo sob o número 005.

5.4.3) SOS Carlos Gomes

O grupo SOS Carlos Gomes foi criado em 1987. Formado desde setembro, foi em 07 de novembro desse ano que iniciou efetivamente sua atuação, com a coleta de assinaturas pela preservação do edifício. Embora internamente já descaracterizado e ocupado por um estacionamento, o grupo ainda lutava pela manutenção da fachada e dos poucos elementos internos ainda existentes, além de pleitear junto à Prefeitura sua desapropriação, como alternativa de evitar a perda total do prédio e devolvê-lo à sociedade como espaço cultural, vocação natural do prédio e melhor forma de valorização do bem para os usuários. A coleta de assinaturas em frente ao imóvel mobilizou os passantes[6], tornando ainda mais notório o desinteresse do poder público pela preservação.

O grupo propôs-se a organizar atividades culturais em frente ao antigo cinema também como forma de atrair e mobilizar a opinião pública.[7]

A primeira batalha do grupo foi vencida com a desapropriação de 1990 [8], e consolidada com o tombamento em 1991. Porém, os trabalhos da equipe continuariam buscando recursos para as reformas necessárias. Visando consolidar o trabalho de defesa deste patrimônio, foi criada a Associação Amigos do Carlos Gomes, que elaborou um documento, definindo seus objetivos, atribuições e direitos[9]:

1. Objetivos

[6] Fonte: Diário do Grande ABC, 08 de novembro de 1997.
[7] Idem
[8] Decreto de Desapropriação n 12.608, de 04 de dezembro de 1990.
[9] Fonte: Documentação referente ao grupo SOS Carlos Gomes, de 24/07/1992, arquivo MAS.

1.a. A Associação Amigos do Carlos Gomes se constitui numa Entidade Civil, independente, com estatuto e regimentos internos próprios. Trata-se de uma Associação Cultural sem fins lucrativos.

1.b. Seu principal objetivo é contribuir e garantir que o espaço intitulado Cine Teatro Carlos Gomes mantenha seu uso original de espaço cultural voltado fundamentalmente para o cinema, artes cênicas e música. Isto significa contribuir para o atendimento e desenvolvimento de um público interessado na fruição dessas manifestações artísticas, mantendo-o atualizado com o que de melhor se produzir nessas áreas dentro ou fora dos limites andreenses ou da região; como também participando na formação e aperfeiçoamento do fazer cultural nessas áreas.

2.Atribuições

São atribuições desta Associação a criação de fundos para o equipamento e a proposição de políticas de manutenção, ampliação e uso do mesmo.

3. Direitos (uso de equipamento, discussão do orçamento do mesmo, assentos no Conselho de Cultura)

Como não se trata de um poder paralelo à Administração Municipal, uma vez que os equipamentos culturais públicos devem estar articulados pelas políticas culturais dos sucessivos governos, a participação da Associação na gestão do equipamento se efetivará através dos mecanismos do Conselho Municipal de Cultura.

Dispositivo Transitório:

Enquanto não estiver instalado o Conselho municipal de Cultura, as decisões sobre o equipamento serão tomadas de comum acordo entre a Associação e o Secretário da Educação, Cultura e Esportes.

A Associação Amigos do Carlos Gomes deu continuidade ao seu trabalho junto ao poder público, conquistando espaço para cuidar da manutenção e das atividades do Carlos Gomes. Como resultado, a Prefeitura Municipal criou a Comissão de Preservação do Cine Teatro Carlos Gomes, com o objetivo de formular políticas de preservação e diretrizes para as políticas culturais que envolvessem as atividades deste espaço cultural.

A minuta de criação demonstra que a base de sua formulação era a mesma da Associação Amigos do Carlos Gomes[10]:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Municipal de Preservação do Cine Teatro Carlos Gomes, junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, com as seguintes atribuições e competências:

1. Formular políticas de preservação e valorização daquele próprio municipal garantindo que esse espaço cultural mantenha seu uso original voltado fundamentalmente para o cinema, artes cênicas e música, contribuindo para o atendimento e desenvolvimento de um público interessado na fruição dessas manifestações artísticas, mantendo-o atualizado com o que de melhor se produzir nessas áreas dentro ou fora dos limites andreenses ou região; como também participando na formação e aperfeiçoamento cultural nessas áreas.

2. opinar sobre os planos, projetos e propostas de qualquer espécie referentes à preservação daquele próprio municipal;

3. Opinar sobre a aplicação dos recursos oriundos da Associação Amigos do Carlos Gomes e/ou de outras entidades privadas;

4. Formular diretrizes a serem obedecidas na política cultural a ser desenvolvida naquele local;

5. Zelar pelo fiel cumprimento dos itens anteriores;

6. Elaborar seu regimento interno.

Art. 2º - A Comissão municipal de Preservação do Cine teatro Carlos Gomes é um órgão colegiado, tendo a seguinte representação:

I. Um representante do Departamento de Cultura;

II. Dois outros representantes da Prefeitura;

III. Três representantes da Associação Amigos do Carlos Gomes.

§ 1° - Cada representante será indicado com um suplente, que deverá assumir imediatamente nos casos de vacância e substituir em qualquer impedimento.

[10] Fonte: Documentação referente ao grupo SOS Carlos Gomes, de 01/09/1992, arquivo MSA

§ 2° - Os representantes dos itens I e II deste artigo serão nomeados pelo Prefeito. Os representantes do item III serão indicados pela Associação Amigos do Carlos Gomes, com mandato de dois anos, permitida a recondução;

§ 3° - A função de membro da Comissão e Preservação do Cine Carlos Gomes será exercida gratuitamente e considerada serviço público relevante.

§ 4° - A Comissão reunir-se-á com a presença de, pelo menos, a maioria simples de seus membros, mensalmente, ou sempre que convocada pelo Presidente, ou ainda por solicitação de 1/3 de seus membros.

§ 5° - O Presidente da Comissão será escolhido por eleição entre seus membros.

5.4.4) A Retomada do Edifício e as Intervenções Realizadas

Em 21 de Setembro de 1991, um evento marcou os 79 anos de existência do Cine Teatro de Variedades Carlos Gomes e lançou a proposta do projeto de reforma para o edifício, com a promessa de conclusão e reinauguração no aniversário seguinte da cidade, em abril de 1992. Em 19 de outubro, uma festividade de 14 horas de duração marcou a retomada do edifício pela sociedade.

Imagem 139: Solenidade de reabertura do Cine Teatro Carlos Gomes, com a presença do Prefeito Celso Daniel em 28/02/1992. Imagem 140: Visita de integrantes do Gipem durante os trabalhos de reforma do prédio, em 1990.

De original, da sua fundação de 1925, pouco restou, em função das remodelações e destruições pela qual o edifício passou. Após a utilização como estacionamento, restaram a boca de cena com a pintura do rosto de Carlos Gomes, a posição do palco, a caixa cênica, as paredes laterais de ambos os lados,a estrutura de madeira da cobertura e o forro com a estrela ao centro. A fachada

principal foi totalmente destruída em 1988, e da construção livre no lote restaram ao todo três fachadas para serem remodeladas, pois uma delas ficou encostada no edifício vizinho, desaparecendo por completo.

Imagem 141: Vista das paredes laterais da boca de cena, no final da década de 1980. Imagem 142: pouco antes da desapropriação, em agosto de 1990, ainda eram vistas as paredes com pinturas, as janelas abertas e a estrela do teto.

Imagem 143: Detalhe de prospecção, onde surgiu a figura de Carlos Gomes. (1990)
Imagem 144: Restos dos elementos decorativos de teto e paredes. (1990)

Além das dúvidas sobre um eventual valor arquitetônico do edifício original de 1925 e do remodelado em 1947, nada mais restou na atualidade para discutir essa questão, que o valorasse nesse aspecto. A permanência da “casca” do edifício foi o elemento representativo, no espaço, como testemunho da vida cultural e social de Santo André.

Uma carta assinada por Alípio Viana Freire, Coordenador do Projeto de Revitalização do Centro, de setembro de 1991, descreve pormenorizadamente os cuidados a serem tomados na reestruturação do edifício, e fornece diretrizes para o desenvolvimento de um projeto de reforma.

São apresentadas as seguintes considerações, divididas em exterior, interior e elementos permanentes[11]:

I. Exterior

1. Entorno – propõe a remodelação da área externa frontal e lateral, com a criação de um boulevard. Na área frontal, sugere a criação de uma "meia praça", aproveitando o recuo de 8m existente do Teatro e do edifício vizinho em relação ao alinhamento das demais edificações e avançando 2 metros sobre o leito da Rua Senador Fláquer. A partir da relocação de um poste, um orelhão e da fiação aparente, surgiria um espaço livre, destinado à instalação de quiosques devidamente projetados e integrados, para bancas de jornal, sebos, discos e atividades afins. Para a rua lateral, Cesário Mota, a criação do boulevard fecharia a rua para a circulação de veículos, tornando o espaço livre para a ocupação com mesas para o proposto café-bar do teatro e eventualmente para outros novos ou existentes, coberta por toldos ou pérgolas. A sugestão para o piso é de executá-lo em mosaico português, em harmonia com o piso existente. A iluminação noturna deveria destacar o imóvel, como um marco na paisagem.

2. Fachadas – destaca dois pontos importantes, sendo o primeiro a elaboração de um projeto que, embora novo, fizesse referência à fachada original de 1925, apresentasse uma volumetria semelhante, destacando as colunas quadradas e os capitéis coríntios, permanecendo como um elemento simbólico na paisagem; o segundo orienta o trabalho com transparências de vidros para realizar a integração do saguão com a "meia-praça", mantendo a linguagem externa do piso, porém com adoção de outro material (há uma referência à inspiração para os desenhos dos pisos ser proveniente das decorações cerâmicas dos índios guaranis). As fachadas laterais e dos fundos devem ser mantidas com um novo revestimento, e os fechamentos das portas e das janelas devem ser destacados, marcando a sua execução e a antiga presença.

II. Interior

1. Uso do Prédio – vínculo do uso para atividades de cinema, teatro, música e dança. Além das áreas destinadas à platéia e palco, seria importante prever

[11] Documento assinado por Alípio Viana Freire, em setembro de 1991. Fonte: documentos de reforma do Cine Teatro Carlos Gomes, arquivo MSA.

funcionamento de uma futura escola de dança ou música, e também espaços administrativos, café e sala de reunião para Associação Amigos do Carlos Gomes ou entidade similar.

2. Os espaços

a) Térreo – Saguão proporcional à capacidade da casa, banheiros e bilheteria;

b) Piso Superior – Setor administrativo, sala de reuniões, recepção, banheiros, almoxarifado, copa, cabines de som, luz e projeção, oficina para manutenção;

c) Nave – Platéia, de 800 a 1000 lugares, com eventual construção de balcão,tela de cinema, eventualmente banheiros;

d) Palco – avanço de 6 m além da boca de cena, próprio para teatro, dança e música (recitais, orquestras, conjuntos e corais),quatro camarins com banheiros, depósito para cenários, oficina de manutenção e marcenaria, copa, depósito de material de limpeza, banheiros de serviço;

e) outros espaços – gerador, caixa de força e ar condicionado;

f) Bar-Café – estrutura para funcionamento.

III. Elementos Permanentes

1.Manutenção da estrutura da nave existente e recuperação ou restauro de:

a) boca de cena, com restauro da pintura de Carlos Gomes;

b) friso que faz o acabamento de junção entre a boca de cena e o teto, com restauro da pintura de 1925;

c) estrela de gesso aplicada sob o estuque do teto, da reforma de 1947, que funcionava como acabamento para dutos de ventilação e suporte de lustre;

d) piso de tábua corrida em ipê, na platéia.

2. Outros elementos a serem incorporados

a) letreiro do teatro, composto por letras soltas de concreto que compõe a palavra Carlos Gomes;

b) Incorporação ou exposição do abaixo assinado de defesa do imóvel;

c) espaço de agradecimento aos patrocinadores da recuperação do espaço.

Nesse momento, praticamente todas as instalações deveriam ser reconstituídas. Havia pouco mais do que paredes em pé, porém um enorme desejo

de devolver o ícone de lazer de décadas e gerações, na forma de espaço dedicado às artes, especialmente ao cinema. Justo e apropriado, pois a grande mobilização pública que aconteceu para salvar o prédio ligava as pessoas afetivamente a esses atributos, que estavam sendo recuperados.

A reforma iniciada tinha o objetivo de tornar o espaço utilizável da melhor forma, porém numa execução em curto prazo e com verbas também enxutas. Do projeto inicialmente proposto, com um custo estimado de 933 mil dólares, a redução na disponibilidade financeira obrigou a redução nas intervenções, barateamento de alguns materiais e supressão de algumas propostas, mesmo porque havia intenção em se promover um concurso público nacional para uma reforma ampla.[12] A fachada permaneceu como uma adaptação da antiga loja de tecidos, o piso superior não foi construído, nem mesmo o café-bar. O urdimento do palco e da iluminação foram simplificados, apenas quatro dos oito camarins propostos foram executados e o ar condicionado foi substituído por um sistema de ventilação mecânico. Em contrapartida, os elementos a serem preservados, como as pinturas, as fachadas laterais, a boca de cena e o piso da platéia foram corretamente executados. Na parte externa foi mantido o projeto do boulevard, com o fechamento da Rua Cesário Mota para a circulação de veículos. A reforma adequou as instalações para o uso como cinema, teatro, espaço para dança e música, bem como exposições no saguão de entrada.

Imagem 145: A fachada manteve as mesmas características da loja que antes ocupou o lugar. (2008)
Imagem 146: Espaço da “meia-praça”, descrito na proposta. (2008)

[12] Documento sobre as mudanças do projeto de reforma de 1992, assinado por Alípio Viana Freire.

Imagem 147: Vista da Rua Cesário Mota, fechada para a circulação de veículos. Os carros agora utilizam o espaço como estacionamento. (2008) Imagem 148: Vista da mesma rua a partir dos fundos do Cine Teatro Carlos Gomes. (2008)

Imagem 148: Bilheteria do Cine Teatro, agora desativada. (2008) Imagem 149: Saguão, utilizado atualmente para as aulas do curso de cinema e vídeo. (2008)

Imagem 150: Platéia às escuras. Uma única lâmpada funciona neste espaço. Por problemas elétricos e de estrutura do telhado, o local foi fechado pelo Corpo de Bombeiros. (2008)
Imagem 151: Laterais do palco e acesso aos antigos e precários camarins. Ao fundo, vê-se a umidade que tomou conta das paredes. (2008)

Grande parte das despesas foi paga com patrocínio da Indústria de Pneumáticos Firestone Ltda, que ofereceu um valor de cento e sessenta e cinco mil

dólares para custear o sistema de ar condicionado e 600 poltronas[13]. Em função do redirecionamento e redimensionamento de verbas, o valor cedido custeou o palco, 670 poltronas, tela de projeção, projetor e equipamento de som.[14]

A reforma finalizada não ofereceu à casa qualidade acústica para a realização de peças teatrais. Com espaços melhores para essa finalidade e na intenção de explorar a parcela cinema do local, o foco da programação dirigiu-se para atividades ligadas ao cinema, música e dança.

O espaço foi reinaugurado em 28 de Setembro de 1992, com a peça “Nosso Cinema”, escrita por Luís Alberto de Abreu e dirigida por Antônio Petrin.[15] Nesse momento, já existia uma larga agenda de programação, entre ciclos de cinema e apresentações musicais.

O que mais se desenvolveu efetivamente no espaço foram as atividades ligadas ao cinema. Eram também constantes as apresentações de dança, música, eventos de formatura dentro outros usos. Embora com apresentação eventual de peças teatrais, o espaço não conquistou com a reforma uma acústica favorável para essa atividade, que era desenvolvida principalmente em locais mais adequados na cidade.

Em maio 1993, durante o Seminário Cidadania e Cultura, houve uma projeção nos moldes do filme “Cinema Paradiso”, nas paredes externas do Cine Teatro. Foram projetados filmes de Aaron Feldman e fotos de diversos autores.

Desde 1995, o telhado já apresentava problemas de cupins e diversas goteiras. Em 1997, o Cine Carlos Gomes passou praticamente todo o ano fechado em virtude do agravamento dessa situação, além dos problemas elétricos. Durante esse período, houve uma reestruturação dos espaços e da programação, transformando-o em Cineclube, reaberto em 12 de dezembro de 1997.

---

[13] A doação foi firmada entre o Prefeito Celso Daniel e a empresa através do Protocolo de Intenções nº 001/91-GP, em 30 de agosto de 1991.
[14] Alteração registrada em protocolo nº 381.06.92, de 30 de junho de 1992.
[15] In Diário Popular, 28 de setembro de 1992. A peça conta a história de dois fantasmas do Teatro Carlos Gomes, interpretados por Sônia Guedes e Sérgio Mamberti, que discutem sua vida no teatro e a questão da memória. Participaram do evento a Orquestra Sinfônica Jovem de Santo André, sob a regência do maestro Flávio Florence, o coral municipal, o tenor Jarbas Taurino e o Ballet Quatier Latin, todos de Santo André.

A proposta de reabertura como cineclube contemplava duas etapas[16]. A primeira era apenas de uma reforma superficial, e a segunda com grande intervenção, dividindo o auditório em três pequenos cinemas, abrindo espaço para uma sala de vídeos, biblioteca e videoteca. A segunda etapa não tinha ainda data precisa para realização.

As atividades como cineclube foram intensas e constantes ao longo dos anos, com a organização de diversos ciclos de cinemas de diferentes assuntos e nacionalidades.

Em 1999, como parte do Projeto Centro, conjunto de propostas da Prefeitura Municipal para melhoria desta região, foi encomendado ao escritório Brasil Arquitetura, dos sócios Marcelo Carvalho Ferraz e Francisco de Paiva Fanucci, a elaboração de um estudo e projeto para reforma do Cine Carlos Gomes.

A avaliação elaborada pelos arquitetos ressaltou os princípios da "Carta de Veneza", defendendo a liberdade para instalar no edifício "equipamentos modernos, que atendam as necessidades contemporâneas, sempre os denunciando ou contrapondo-os com os elementos originais que possam ser mantidos. O novo poderá valorizar o antigo e vice-versa"[17].

A proposta assumiu o partido de devolver ao espaço o seu conceito inicial de "variedades", inclusive com seu nome original Cine Teatro de Variedades Carlos Gomes, em sintonia com as formas contemporâneas de utilização de espaços culturais, com multiplicidade de usos, mas sem qualquer compromisso em realizar recuperações artísticas ou arquitetônicas em bases completamente descaracterizadas.

No propósito de distinguir os elementos novos dos antigos, são ressaltados três pontos importantes: as duas paredes laterais, a caixa cênica e a trama de madeira de sustentação do telhado. Para exposição desta estrutura, a estrela de seis pontas não tinha ainda destino exato: ou suspensa sob a cobertura ou encravada no saguão de entrada. A proposta do programa dos ambientes incluiu duas salas para vídeo e uma para cinema, contando com 150 lugares cada uma,

[16] Conforme entrevista de Davi Brazil, coordenador de audiovisual da Prefeitura, para o jornal Diário do Grande ABC, em 07/11/1997.
[17] In Diretrizes para Recuperação do Cine Teatro de Variedades Carlos Gomes, elaborado pelo escritório Brasil Arquitetura, em Janeiro de 1999.

uma sala maior para cinema e teatro, com 350 cadeiras, além dos espaços administrativos, saguão e cafeteria, ambientes de apoio e camarins. A proposta sugeriu a utilização da lateral da Rua Cesário Mota para exposições de obras relativas à arte audiovisual.

A verba de cerca de dois milhões de reais estimada para a realização das obras precisaria ser captada de investimentos de empresas interessadas, mas o processo ficou estagnado. O projeto permaneceu nos estudos preliminares, sem detalhamento.

Os problemas de estrutura do telhado voltaram a aparecer, comprometendo a segurança dos usuários. Em meados de 2004 o Cine Teatro foi interditado pelo Corpo de Bombeiros por apresentar risco de desabamento do teto, incluindo a estrela que se tornou símbolo da defesa do Cine Carlos Gomes. As instalações passaram a abrigar apenas os cursos da Escola Livre de Cinema e Vídeo, que já funcionava no local desde 2001, mas a área administrativa foi transferida para as instalações da Secretaria de Cultura, no Paço Municipal.

Há rumores de uma reforma prevista para 2009, que ficará a cargo da nova administração que será eleita em 2008. E assim, a história recomeça.

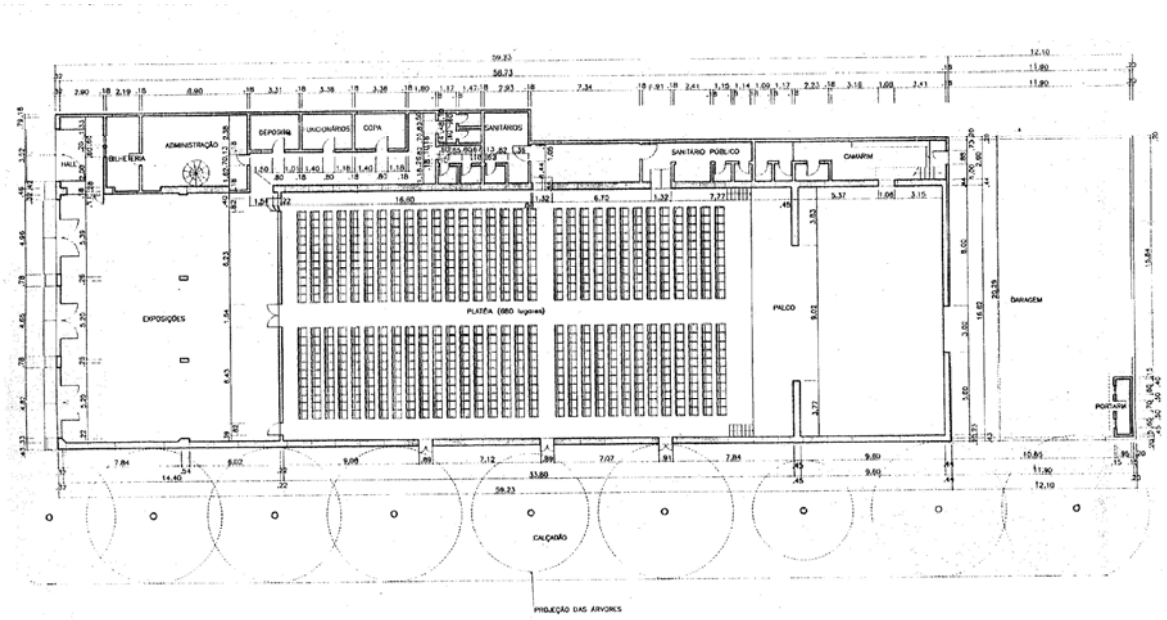

Imagem 152: Planta do pavimento térreo – levantamento cadastral de 1999.

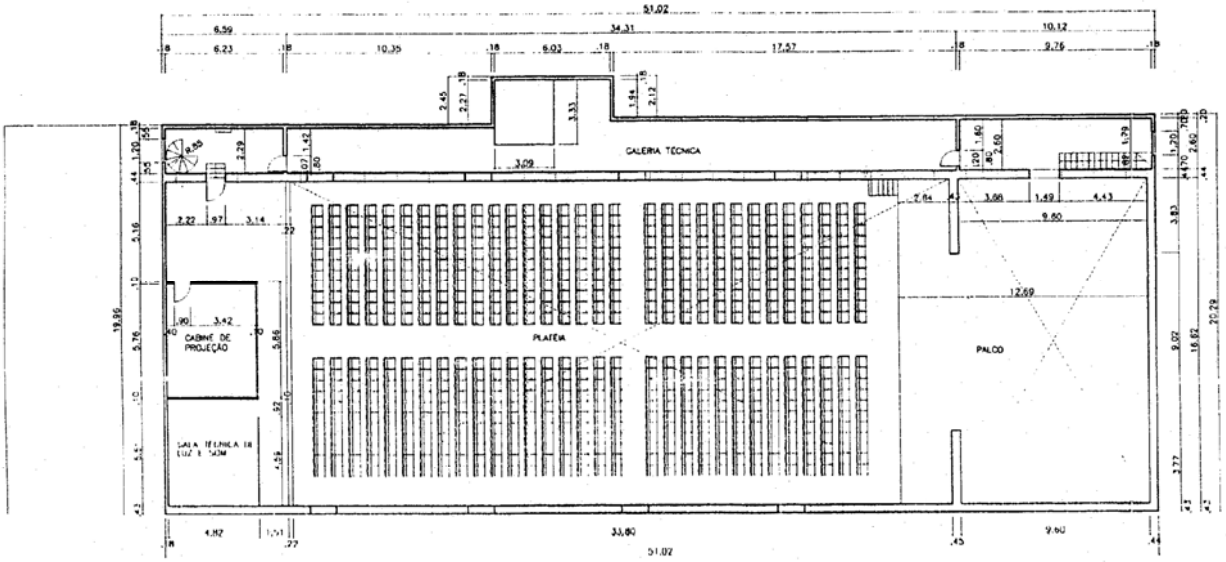

Imagem 153: Planta do pavimento superior – levantamento cadastral de 1999.

Considerações Finais

Com o acelerado crescimento das cidades tornam-se mais urgentes a identificação e as ações de proteção ao patrimônio material que represente a memória histórica, arquitetônica, artística e paisagística de nossas cidades. Além do embate com a especulação financeira, a falta de esclarecimento sobre os benefícios e a importância dos tombamentos e a fragilidade das poucas leis destinadas à proteção tornam essa corrida contra o tempo ainda mais difícil.

Apesar de décadas de discussão sobre a identificação de bens memoriais, das formas de preservação, restauro e intervenção e da elaboração de documentos internacionais balizadores dos conceitos mais atuais, há grande falta de aprofundamento no entendimento e aplicação dos mesmos e poucas equipes treinadas e capacitadas para discutir e defender tecnicamente a tomada de certas medidas, além das relações apenas afetivas com os bens.

Mesmo em nível nacional, o Iphan promoveu grandes alterações em imóveis tombados, a título de devolver a originalidade do estilo, desprezando as novas características que lhes foram atribuídas, também representantes de seu momento histórico, artístico e arquitetônico, contrariando preceitos modernos das cartas patrimoniais[1]

Em nível municipal, conselhos de formação muito recente sofrem de maior carência de informação, pela ausência de técnicos capacitados e plenamente dedicados ao trabalho da preservação. Neste caso enquadram-se a cidade de Santo André e o Comdephaapasa. Com assessoria de técnicos em caráter provisório e durante raros momentos da sua atuação desde 1990, apenas em 2007 passou a contar com um corpo técnico definitivo e plenamente dedicado, embora com trabalho acumulado e excesso de tarefas para apenas poucos profissionais.

[1] Conforme a Carta de Veneza (1964), artigo11º - "*As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto."*

Com alguns poucos bens tombados na área urbana e o extenso patrimônio de Paranapiacaba passando por constantes intervenções, fica difícil tornar o trabalho de pesquisa, inventário e assessoria na composição de processos de tombamento tão ágil quanto seria necessário. A situação vista é da prioridade às emergências. Existem problemas quantitativos e qualitativos.

Alguns outros canais podem contribuir para a melhoria da condição atual, sugerindo bens isolados e fornecendo documentação e subsídios para os processos, visando acelerar os trabalhos do Conselho e conseguindo um maior número de proteções em menor tempo. Grupos interessados na preservação da memória e pesquisas independentes[2] provenientes de diversas entidades de ensino podem também contribuir com a elaboração de inventários de novos bens para proteção e com repertório para intensificar as discussões sobre preservação e melhorar a qualidade dos restauros e intervenções realizados, tanto em edifícios quanto na paisagem.[3]

A preocupação com a questão educacional é destacada desde a Carta de Veneza[4], de 1931, e vem reforçada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - 13ª Sessão, de 1964[5]. No Brasil é expressa desde o Compromisso de Brasília, de 1970.[6] Em busca de ampliar

---

[2] Gipem, Movimento Pró- Paranapiacaba, Re-Civitas, Associação Amigos da Casa do Olhar, Patrimônio Vivo, Fundação Santo André, publicações, teses e dissertações.

[3], "*Com o mesmo objetivo, é de desejar que nos Estados seja confiada a especialistas a elaboração de monografias acerca dos aspectos sócio-econômicos regionais e valores compreendidos no respectivo patrimônio histórico e artístico; e também que, em cursos especiais para professores do ensino fundamental e médio, se lhes propicie a conveniente informação sobre tais problemas, de maneira a habilitá-los a transmitir às novas gerações a consciência e interesse do ambiente histórico-cultural;"* No Compromisso de Brasília (abril de 1970).

[4] *O papel da educação e o respeito aos monumentos.*
A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização.

[5] *Ação Educativa*
No sentido de uma colaboração internacional que levasse em consideração tanto a natureza universal da cultura quanto a necessidade de intercâmbios para possibilitar a todos beneficiar-se do patrimônio cultural da humanidade, cada Estado-Membro deveria agir de modo a estimular e desenvolver entre seus cidadãos o interesse e o respeito pelo patrimônio cultural de todas as nações. Tal ação deveria ser empreendida pelos serviços competentes em cooperação com os serviços educativos, com a imprensa e com outros meios de informação e difusão, com organizações de juventude e de educação popular e com grupos e indivíduos ligados a atividades culturais.

[6] *Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-*

o entendimento público sobre preservação da memória e tombamentos, é fundamental lançar mão de programas de formação patrimonial e marketing. O termo formação, em lugar do comumente usado educação, sugere a elaboração de programas que atinjam desde as primeiras idades, no âmbito escolar e familiar, até adolescentes e adultos, que estimulem a compreensão do valor da memória particular e coletiva e dos elementos de perpetuação das informações[7]. A idéia é envolver o munícipe e estimular sua participação intelectual e emocional, corroborando nas movimentações favoráveis à proteção. A participação pública, através da manifestação de seus anseios e relações afetivas é um dos fatores de maior influência e força de ação nos momentos de crise ou embate contra ações prejudiciais ao patrimônio coletivo.[8] Além disso, são indispensáveis a elaboração de cursos, palestras, encontros de pesquisadores e círculos de debates, abertos à participação popular.

Outra forma de conquistar a adesão pública para a contribuição no pensar a memória da cidade e participar dos processos de preservação é através de maciça divulgação de todas as atividades e órgãos de estudos e preservação. Cursos, palestras, atividades do Comdephaapasa e de órgãos não governamentais precisam da atenção e cobertura dos meios de divulgação locais, como emissoras de tv, revistas e jornais. São também importantes as divulgações nos veículos públicos de comunicação, como o jornal mensal e o site, e comunicação através de folders e

---

históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina de Educação Moral e Cívica; no nível superior (a exemplo do que já existe nos cursos de Arquitetura com a disciplina de Arquitetura no Brasil, a introdução, no currículo das escolas de Arte, de disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, a de Estudos Brasileiros, parte destes consagrados aos bens culturais ligados à tradição nacional; Compromisso de Brasília (abril de 1970).

[7] O termo adotado "formação patrimonial" tem como objetivo diferenciar uma forma de conduta do que seria a "educação patrimonial". Enquanto a "formação" estaria ligada a estímulos de aprendizado, provenientes da compreensão da matéria e formação de conceitos e conclusões próprios de cada indivíduo, o termo "educação" representa a informação fornecida e apenas assimilada. A "formação" teria a capacidade de fazer permanecer os conceitos em cada um, enquanto os dados da "educação" podem ser mais facilmente esquecidos.

[8] O Jornal Diário do Grande ABC sempre fez grande cobertura das manifestações realizadas pelos freqüentadores da Casa do Olhar e pessoas indignadas com a degradação do imóvel, fechado por oferecer risco à segurança dos usuários. Desde o desabamento de partes das instalações ocorridos em 18 e 19 de março de 2005, foram realizados vários protestos, registrados nas matérias: *Artistas protestam em prol da Casa do Olhar* (20/03/05), *Classe artística em alerta* (21/03/05), *Artistas pressionam por restauração* (25/03/05), *Nova manifestação pela Casas do Olhar* (25/03/05), *Aristas panfletam pela Casa do Olhar* (30/03/05), *Novas ações pela Casa do Olhar* (31/03/05), dentre diversas outras.

outros materiais similares, dando cobertura aos eventos organizados, de modo a informar e atrair a atenção do público em geral.

O Jornal Diário do Grande ABC tem especial destaque pela atenção que dispensa aos assuntos ligados à memória e preservação do patrimônio. Muitos dados obtidos para a composição de históricos nesta pesquisa foram provenientes dos arquivos de matérias publicadas ao longo dos anos nesse veículo. Também relevante, dentro da coluna Memória que assina neste jornal, e de seu programa de tv, a atuação do jornalista Ademir Médici contribui para a organização e divulgação da história da cidade[9].

Aos poucos, as ferramentas legais vão surgindo e aumentando as possibilidades de se preservar bens de valor para o município. O tombamento pelo órgão municipal, o Comdephaapasa, isoladamente é bastante frágil. O próprio Conselho, de caráter apenas consultivo, não delibera sobre os tombamentos que "realiza". Depende da homologação do Prefeito Municipal para confirmar seu posicionamento. Em casos que envolvam fatores contrários ao tombamento, como ocorreu com o Cine Tangará, a opinião do Conselho não tem valor legal.

Para os bens tombados, é o proprietário o responsável pela manutenção e conservação dos espaços, que não necessariamente é o poder público. Como forma de apoiar os investimentos realizados na proteção dos bens, a prefeitura deve conceder isenções no pagamento do IPTU e transferência do direito de construir[10]. Em atendimento à determinação do Estatuto das Cidades, Santo André concluiu em 2004 a elaboração do Plano Diretor Participativo.

"*O Plano Diretor, abrangendo a totalidade do território, é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do Município e integra o processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nela contidas*."[11]

[9] Ademir Médici é jornalista empenhado nas questões de resgate e valorização da memória. Além da coluna que assina no jornal Diário do Grande ABC, apresenta um programa sobre o assunto no Canal Net Cidade (Net ABC, canal 12).
[10] Conforme consta no Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 10 de Julho de 2001.
[11] Lei Municipal 8.696, de 17 de Dezembro de 2004, Art. 2º.

Integram o Plano Diretor as diretrizes para o tratamento do Patrimônio Cultural, definindo a importância da “preservação e valorização do legado cultural transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões material e imaterial.”

O artigo 25 determina a instituição por lei do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural de Santo André, que abrange:[12]

I. as diretrizes para preservação e proteção do patrimônio
II. o inventário de bens culturais materiais e imateriais;
III. a definição dos imóveis de interesse do patrimônio, para fins de preservação e a definição dos instrumentos aplicáveis;
IV. as formas de gestão do patrimônio cultural, inclusive:
a. os mecanismos e os instrumentos para a preservação do patrimônio;
b. as compensações, incentivos e estímulos à preservação;
c. os mecanismos de captação de recursos para a política de preservação e conservação;
V. a revisão da composição e atribuições do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Paisagístico de Santo André, COMDEPHAAPASA, e a criação de um corpo técnico permanente para o mesmo;
VI. as estratégias para inclusão da componente patrimônio cultural nas políticas públicas municipais e para criação de programas municipais de educação para o patrimônio.

Observando as determinações do artigo acima descrito podemos obter algumas conclusões.

Há grande dificuldade para a elaboração de inventários e definição de imóveis de interesse. O corpo técnico, já estabelecido, começa seus primeiros passos na melhoria dos serviços de proteção e na colaboração para criar listas de bens de interesse, porém a médio e longo prazo, dados os excessos de tarefas urgentes.

A diversificação dos estímulos e compensações financeiras aos bens tombados e protegidos vai além do caráter de conscientização, pois é um dos fatores mais interessantes e atraentes para os proprietários. Sua existência contribui muito para facilitar os trabalhos de proteção.

[12] Lei Municipal 8.696, de 17 de Dezembro de 2004, Art. 25

A revisão das atribuições do Comdephaapasa é um importante passo para a conquista de maior autonomia.

A criação de programas de educação ou formação patrimonial são alicerce para a construção de uma sociedade mais consciente e participativa, o que tende a evitar grandes e irrecuperáveis prejuízos ao patrimônio.

Ainda no capítulo sobre Patrimônio Cultural, estão traçados os objetivos da Política Municipal, destacando:[13]

I. tornar reconhecido pelas cidadãs e cidadãos, e apropriado pela cidade, o valor cultural do patrimônio;
II. garantir que o patrimônio arquitetônico tenha usos compatíveis com a edificação;
III. desenvolver o potencial turístico de Paranapiacaba, de forma sustentável, com base em seu patrimônio cultural e natural;
IV. estabelecer e consolidar a gestão participativa do patrimônio cultural.

Aqui ficam claros os esforços em divulgação, valoração e reconhecimento do patrimônio (I) e o trabalho conjunto entre o poder público e a sociedade civil (IV). Paranapiacaba é um assunto amplo, diversificado e complexo, que deve ter várias leis de apoio específicas. Mas dentro do âmbito deste trabalho a questão da compatibilidade da proposição de uso ao edifício é a que mais nos interessa.

Os Imóveis e os Projetos Culturais

A tese de que imóveis de valor patrimonial necessariamente recebam melhor manutenção e conservação quando destinados a usos culturais do que para outras finalidades é um equívoco. Em primeiro lugar, válido para qualquer tipo de imóvel, o uso em si é um dos caminhos para a conservação, desde que realizadas limpezas e manutenção preventiva em telhados, calhas, jardins e outros elementos. Deixar um imóvel vazio é mesmo condená-lo à degradação.

A forma de apropriação e a destinação de um imóvel é uma questão diferente. Evidentemente, os cuidados com um bem de valor histórico devem ser mais criteriosos; as pinturas devem ser mantidas e não sobrepostas, a substituição de materiais danificados deve respeitar a originalidade do existente, as reformas não

[13] Lei Municipal 8.696, de 17 de Dezembro de 2004, Art. 24

podem descaracterizar o valor destacado no edifício (arquitetônico, artístico ou histórico), dentre outras particularidades.

A manutenção vigilante e preventiva é sempre a mais indicada, mas onera permanentemente as despesas do responsável. Avaliando a falta de recursos, conhecimento técnico ou interesse de proprietários particulares, o poder público pode intervir, buscando operacionalizar a compra de imóveis que se caracterizem como patrimônio. Em Santo André, principalmente nos primeiros tombamentos realizados pelo Comdephaapasa, os imóveis foram desapropriados, exigindo pagamentos pelos bens e por vezes até indenizações aos proprietários e locatários, com o objetivo de evitar desgastes políticos. Assim ocorreu com as residências de Olga Guazelli e Paulina Isabel de Queirós, de forma pacífica, e com o Cine Teatro Carlos Gomes, por vias judiciais. O quarto imóvel desta análise não foi diretamente adquirido, mas também custou aos cofres públicos na permuta com o Estado pela construção de nova sede para o Grupo Escolar Professor José Augusto de Azevedo Antunes.

Embora o momento político fosse o mesmo nas situações de tombamento e implantação das atividades culturais, os quatro imóveis em análise tiveram histórias e conservação muito diferentes nos últimos dezesseis anos.

Procurando identificar essas diferenças, foram estabelecidos alguns parâmetros para análise e comparação, adotando um critério de cronologia de acontecimentos: qualidade da ocupação inicial, conservação e manutenção, intervenções e perspectivas futuras.

Qualidade da Ocupação Inicial

A premissa da implantação de atividades culturais nas duas casas e no Grupo Escolar coincide com o período em que eles despertaram interesse como patrimônio histórico, ainda que tenham tido ao longo de sua história outros usos. Apenas o Cine Teatro já nasceu como espaço cultural.

As casas de Olga Guazelli e Paulina Isabel de Queirós, respectivamente a Casa do Olhar e a Casa da Palavra, receberam estes projetos culturais com o intuito de promover uma mútua valorização. A prefeitura desejava destacar os imóveis como patrimônio da cidade, e ao mesmo tempo buscava espaços nobres para

engrandecer os projetos culturais que estava desenvolvendo. Os imóveis, que anteriormente estavam ocupados pela Guarda Civil Municipal e a Prossan – Fundação de Promoção Social de Santo André, receberam mínimos reparos para abrigar os dois projetos. O que houve inicialmente foi uma adaptação de cada programa dentro das possibilidades espaciais encontradas. Conforme o partido adotado e as técnicas construtivas empregadas na ocasião da construção, as residências ficavam em níveis acima da rua, e o sub-solo era um porão, com pé direito reduzido, sem condições de uso. As salas eram compartimentadas, características de residências, e embora tivessem cômodos amplos, adequados para cursos, dificultavam atividades como palestras e exposições. Essa falta de amplitude já seria por si só comprometedora para o crescimento dos projetos, mas as mudanças de interesses políticos minaram as atividades muito rapidamente, e em cerca de seis meses foram reduzidas as duas atividades e ficaram restritas a um único edifício.

Nesse mesmo período, o Museu de Santo André conquistava finalmente um espaço definido, depois de transitar, tanto física quanto projetualmente, por vários outros lugares. As condições de instalação também obedeceram à adaptação das necessidades aos espaços como construídos em 1914. A vantagem de possuir amplas salas de aula facilitou a acomodação, embora não resolvesse a fluidez para algumas exposições, atividade principal de qualquer tipo de museu. Os encontros do Comdephaapasa também foram sediados nas dependências do Museu.

A trajetória do Cine Teatro Carlos Gomes foi inversa. A falta de interesse político e a displicência do poder público com um imóvel que já demonstrava seu valor histórico foram determinantes para a grande agressão que ele sofreu, poucos anos antes de conquistar sua proteção. A platéia do projeto original para oitocentas pessoas, reformada e ampliada para mil e duzentas em 1947, certamente exigiria uma reorganização para abrigar espaços de múltiplas funções, característica dos centros culturais contemporâneos. Entretanto, nada restou sequer como documento dentre suas poltronas, palco e outras instalações complementares, arrancadas e destruídas para a liberação do espaço para estacionamento de veículos, que

circulavam sem qualquer cerimônia sobre o assoalho de réguas ipê que embasou as animadas sessões amendoim[14] e ou os bailes de outrora.

Uma reforma era indispensável para qualquer atividade no pavilhão que restou. Além de equipamentos modernos de projeção e tela, foram refeitos palco e bastidores, ventilação mecânica e instaladas 670 poltronas, reabilitando o local como cinema, teatro e espaço para espetáculos de dança e música. Durante vários anos aconteceram as mais diversas atividades, validando o esforço pela recuperação deste espaço de arte e lazer de Santo André. Entretanto, a restrição de verbas, além de acarretar uma redução da concepção inicial desenhada pela coordenação do espaço, promoveu uma reforma paliativa em elementos importantíssimos, como telhado e instalações elétricas, que em poucos anos apresentaram sérios problemas.

Conservação e Manutenção

A Carta de Veneza (1964) ressalta o cuidado a ser dispensado com os bens históricos:

> *Artigo 3º - A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.*
> *Artigo 4º - A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente.*

Sendo os quatro imóveis de propriedade da prefeitura, caberia ao seu departamento de manutenção a responsabilidade pela execução dos reparos necessários, em todas as áreas. Observando dessa forma simples, imagina-se um padrão de conduta sobre o assunto, mas também no que tange à conservação dos edifícios houveram diferenças extremas.

A Casa do Olhar foi certamente a que teve maior variação na ocupação. Já em 1993 cedeu lugar à Prossan, que aí permaneceu até 1998. Por ocasião do retorno do projeto cultural Casa do Olhar foram feitas apenas obras de reparo, mas as estruturas já vinham sofrendo a ação do tempo e das intempéries. Em 2005,

[14] Assim eram apelidadas as sessões que exibiam, nas tardes de sexta-feira, os filmes de faroeste que reuniam apenas rapazes, munidos de seus pacotes de amendoins.

fortes chuvas agravaram uma situação de negligência com o patrimônio. A queda de parte do telhado trouxe mais prejuízos, com goteiras internas que danificaram o piso e as instalações, a ponto da casa ser desocupada for falta de condições de uso. As diversas manifestações em favor da recuperação levaram dois anos para conseguir devolver o imóvel à Casa do Olhar Luís Sacilloto e à cidade. A falta de manutenção simples aumentou os gastos no restauro e poderia ter comprometido fatalmente elementos internos que, até o início das obras, permaneciam com razoável estado de conservação.

Imagem 154: Fachada principal, 1998.

Imagem 155: Fachada principal, 2008.

Na esquina oposta do quarteirão, a chamada casa um, dentre estas duas, abrigou os dois projetos, e até 1998, quando foram iniciadas amplas reformas no local, manteve-se em pleno uso. Recebeu manutenções preventivas, que evitaram danos como os que sofreram a Casa do Olhar.

Imagem 156: Vista externa da década de 70.

Imagem 157: Vista interna de 1990.

O Museu Octaviano Gaiarsa transmite hoje um aspecto praticamente inalterado, com base em diversas imagens analisadas. O fato é que as manutenções aconteceram de forma permanente e distribuídas regularmente ao longo dos anos. O telhado foi substituído, assim como os pilares de sustentação da cobertura, os ladrilhos do piso e os lambrequins das varandas. A própria arquitetura e a seleção de materiais feita na ocasião da construção buscaram formas simples e econômicas de manutenção, em função de se tratar de um edifício público. As telhas francesas tiveram fácil substituição, os ladrilhos foram reproduzidos fielmente aos originais, que ainda permaneciam no piso. As colunas de madeira seguiram a mesma proposta. E o visitante passa momentos de satisfação, muitos recordando os detalhes do Grupo Escolar onde estudaram, ou encantados ao acompanhar a exposição de fotos da cidade de décadas atrás e de verificar as grandes mudanças que a cidade sofreu em poucos anos.

Imagem 158 e 159: Os mesmos elementos estão presentes na fachada do Museu de Santo André na década de 40 e em 2008.

O Cine Teatro Carlos Gomes foi levado à degradação pelo homem em 1988, ao desgaste pelo tempo e aos reparos por duas reformas, 1991 e 1997. A falta de manutenção preventiva não se revela apenas nos elementos visíveis, mas especialmente nas partes elétricas, que juntamente com o madeiramento do telhado onde se alastraram os cupins, foram os motivos mais alarmantes que ocasionaram o fechamento ao público em 1997 e 2004, e que ainda não foram sanados.

Imagem 160: A fachada da década de 1970 já refletia a decadência do cinema. Imagem 161: Em 1998 o Cine Teatro mantinha a fachada simplificada da reforma de 1992, que ainda permanece, porém mais danificada.

Intervenções

A questão da forma de intervenção para adequação dos espaços à cada necessidade e a forma como foram realizadas talvez sejam a melhor expressão para justificar a escolha destes quatro imóveis dentro do universo dos tombamentos, pois nos colocam além do material para compreender a permanência de edifícios considerados patrimônio da cidade, nos conduzem à seguinte conclusão: a conservação de edifícios de valor histórico é resultado de uma fórmula que relaciona o estado do imóvel no momento em que recebeu a proteção, o grau de responsabilidade com a manutenção preventiva e o nível de envolvimento com os conceitos e técnicas relacionados ao tratamento e intervenção sobre os monumentos históricos.

A princípio pode parecer uma articulação bastante natural, mas é ela que nos revela as particularidades da forma de adequar cada programa em cada condição espacial, o respeito ao bem em todas as suas partes e o amadurecimento conquistado através da experiência.

Para adoção de posturas de intervenção nos imóveis é sempre importante lembrar do resultado das discussões sobre o assunto, assinaladas na Carta de Veneza (1964):

> *Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e*

se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Artigo 12º - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

Artigo 13º - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

Cada situação deve ser avaliada especialmente, pois não há fórmula perfeita para todas elas, mas há parâmetros a serem considerados.

As duas antigas residências despertaram muito cedo o interesse sobre seu valor, antes do *boom* de crescimento e enorme interesse pela especulação imobiliária, ainda que mais com fins políticos do que culturais. Duas residências da elite andreense, localizadas no coração da cidade, apresentavam-se como excelente alternativa para abrigar atividades administrativas e sociais. A casa da rua Campos Salles (Casa do Olhar) serviu à Prossan e à Guarda Municipal. O imóvel da Praça do Carmo serviu primeiramente ao Gabinete da Prefeitura, e depois da construção do Centro Cívico, na década de 70, sediou a Junta do Serviço Militar, a União Cívica Feminina, o Baratão – Bazar da Casa da Esperança, as Bandeirantes e em 1990 a Prossan. Todos esses usos tinham um certo caráter de ocupação temporária, eram como inquilinos que se acomodavam sem fazer grandes modificações, mas também sem qualquer preocupação em respeitar o valor histórico das propriedades.

A Casa da Praça do Carmo, com maior diversidade de usos, acabou sendo mais descaracterizada internamente, enquanto a outra, já com vistas a se tornar um museu, permaneceu mais inalterada. Esse foi um dos fatores para determinar os diferentes destinos e conseqüentes diferenças de abordagem nas intervenções.

A Casa da Palavra foi a primeira a receber grandes obras. O projeto, concebido em 1992 foi executado seis anos depois sem grandes mudanças. A necessidade da abertura e integração de espaços imperou sobre a manutenção do bem na sua máxima conservação. Diversas paredes foram removidas e grande

parcela da fachada foi modificada. Os materiais adotados nessas intervenções são completamente distingüíveis dos originais, mas enquanto temos uma perfeita leitura do imóvel e seus detalhes nas primeiras salas, a inovação dominou o setor seguinte. De todos os registros consultados, pouco se documentou internamente antes das obras. Com o imóvel já tombado, o projeto passou por avaliação e aprovação do Comdephaapasa, que naquele momento, não fez objeções às alterações propostas. Como resultado tivemos um novo edifício para a cidade, que reúne o histórico ao contemporâneo, e que teve ainda como partido a preocupação com a integração com a Praça do Carmo e o entorno, derrubando o muro existente e rompendo a barreira que separava o interno do externo. A pavimentação da calçada dá efeito de continuidade e convida o passante a se aproximar. O contraponto negativo é a falta de entendimento do valor do entorno do edifício, onde encontram-se equipamentos públicos que não dialogam com esse conceito, como a banca de jornais incrustada na lateral do lote.

Imagem 162 e 163: Há intenção em criar um efeito polarizador no entorno, adequando os equipamentos públicos e jardins. Nem sempre todos os elementos da paisagem conversam com essa nova arquitetura. A banca de jornal pesa negativamente na concepção do espaço. Na outra vista, a concha acústica insere na paisagem elementos leves e modernos e que interagem com a fachada conservada da Casa da Palavra.

A Casa do Olhar representa uma outra percepção sobre a forma de intervir no edifício histórico. Com menor rotatividade de ocupantes, as maiores descaracterizações aconteceram por conta da falta de manutenção preventiva. De certa forma, os revestimentos originais, ainda que deteriorados, permaneceram como referência para a restauração do imóvel. O partido adotado valorizou o edifício e seus elementos na máxima originalidade, possibilitando adequação ao uso sem que este se sobrepusesse à construção. O resultado obtido nos proporciona uma sensação de retorno ao passado e a fruição do edifício como concebido

originalmente, mantendo-o vivo, mas como um documento, testemunho de sua época. A murada externa, embora baixa, e a grande elevação da entrada em relação ao nível da rua conservaram a austeridade e distinção do entorno. A área útil, assim como na Casa da Palavra, foi duplicada com o rebaixamento do nível do porão, tornando-o útil para o uso público. A obra executada empenhou-se na restauração criteriosa, recuperando elementos de pintura, portas, janelas e outros elementos de madeira, cobertos de tinta por muitos anos. Os elementos faltantes foram reproduzidos e recolocados em seus respectivos lugares, baseados nos existentes que serviram de documento e referência para fidelidade na execução.

Imagem 164 e 165: O porão, reformado para ser ocupado como espaço útil, tem acesso através de escada externa, mantida da construção original.

Um edifício, ainda que adaptado para um novo uso, permanece como documento do seu período de construção, exibindo, no caso de residências, além das técnicas construtivas, a forma de morar, a divisão de tarefas, o modo de apropriação dos espaços, respondendo aos costumes de uma época. Os elementos decorativos, dentro desse processo, também contribuem na reconstituição do perfil econômico de seus moradores. O bem material é capaz de contribuir, além do conhecimento de si mesmo, na reconstrução de fatores econômicos e sociais, relevantes para toda a cidade e região.

A comparação entre duas intervenções tão diferentes, realizadas com menos de uma década de distância, evidencia a evolução na abordagem preservacionista do edifício como documento histórico e técnico, principalmente pelo fato de se tratar de alguns dos poucos exemplares desse conceito de habitação. O edifício deve estar sempre integrado à sociedade atual, mas sem perder os valores que validaram sua preservação, e neste caso o valor documental e afetivo.

O Museu Octaviano Gaiarsa ocupou as antigas instalações do Grupo Escolar após a utilização do espaço pela Prossan. Assumiu o local com características bastante conservadas do Primeiro Grupo, com os acréscimos e reformas que sofreu ao longo de quase 80 anos de uso. Embora favoráveis para a instalação de vários departamentos, como áreas administrativas, biblioteca, reserva técnica, pequeno auditório e até sala para exposições especiais, tinha certa restrição de espaços para a montagem das exposições permanentes. Buscou conquistar mais amplitude através de mínimas intervenções, sempre exibindo as mudanças realizadas. As aberturas promovidas em três paredes para integração de salas apresentam os tijolos aparentes nas laterais e peças de vidro na base, onde é ainda possível perceber a presença do porão.

Uma das primeiras medidas adotadas foi no sentido de resolver problemas de umidade, para garantir melhores condições de conservação do acervo.

Os materiais desgastados, que ofereciam risco à estabilidade da construção, como revestimentos de piso, pilares de madeira, telhas e madeiramento do telhado, foram sendo reformados ou substituídos ao longo dos anos. Adotou-se o partido de reconstituir as técnicas e materiais originais, com base em documentação precisa dos elementos existentes. Parte do material removido foi guardada para realização de exposição, explicando ao público as reconstituições feitas.

Todas as alterações realizadas passaram pela avaliação e aprovação do Comdephaapasa, e a partir de 2002, com o tombamento pelo Condephaat, também deveriam passar pela supervisão deste órgão.

A questão de manutenção do Cine Teatro Carlos Gomes é atípica. Dos remanescentes que permaneceram das batalhas travadas entre a população e os proprietários herdeiros do imóvel, restaram internamente as paredes laterais da boca de cena, um elemento de pintura com a imagem de Carlos Gomes, o forro de gesso com a estrela de seis pontas e o piso de madeira, além das paredes envoltórias. A relação afetiva motivou a população a lutar pela preservação do edifício, mas os herdeiros tinham mais em vista a especulação e lucratividade com qualquer outro comércio, principalmente em função do fechamento do cinema pela decadência da atividade.

Ao final, à sociedade, restou um edifício de pouco valor histórico, nenhum valor artístico e intenso valor afetivo. Excluindo-se os elementos que deveriam ser preservados, para o restante do projeto abriu-se um enorme leque de possibilidades. Grupos saudosistas sonham com a réplica da fachada original de 1925. Aos que vivenciaram o "glamour" da década de 1950 em diante, desejam a fachada que foi demolida em 1988. Os mais engajados com os conceitos modernos de revitalização de espaços protegidos e descaracterizados discutem novos projetos. Mas como entender o que pode ser feito com este prédio?

Buscando essa compreensão, é possível traçar um paralelo com a intervenção realizada na Estação Júlio Prestes, em São Paulo. Devido a dificuldades econômicas, o grande hall, com 984 m^2 e pé direito de cerca de 20 m, destinado aos passageiros da primeira classe nunca foi concluído, permanecendo por mais de 50 anos apenas um pátio descoberto e fechado. Na década de 90, o poder público resolveu aproveitar outros espaços que tinham sido desativados, promovendo atividades lucrativas que, associadas ao apoio da iniciativa privada, restauraram partes da Estação. Paralelamente, estudos realizados constataram que o espaço tinha excelentes características dimensionais para abrigar um espaço para concertos. Havia, também, a necessidade de uma sede própria para a Orquestra Sinfônica Estadual. Desse encontro de idéias nasceu a Sala São Paulo.[15]

Não havia uma relação afetiva específica no pátio, mas em todo seu entorno protegido da Estação. O projeto desenvolvido por Nelson Dupré respeitou as orientações das cartas internacionais sobre patrimônio e restauro, onde os novos materiais são modernos e distinguíveis dos originais. Porém, o partido não optou pelo acentuado contraste, mas pela harmonização e suavidade, com linhas retas que fazem delicada contraposição às linhas curvas e aos elementos decorativos do período eclético. Como resultado, apreciamos uma concepção de integração, com respeito não apenas aos materiais originais, mas ao estilo e à ambientação inicialmente adotados. As colunas são o mais claro exemplo do que permaneceu e foi valorizado.

O projeto de reforma idealizado pelo escritório Brasil Arquitetura para o Cine Teatro Carlos Gomes parte do mesmo princípio de distinguibilidade e faz menção à

[15] Sobre a história da Sala São Paulo, v. **Outros Sons, Outros Trens** e **Sala São Paulo de Concertos.**

valorização dos poucos elementos remanescentes. Utilizando-se da liberdade na definição do programa, busca oferecer uma solução atual, com espaços multifuncionais. Mas embora seja esse o discurso apresentado, não descreve o destino do assoalho de madeira, um dos elementos que permaneceram. Também dá destino incerto à estrela do teto, deixando clara a destruição do forro.

Afinal, o que preservar, o que é representativo da memória e afeto com o cinema? Será correto descartar o forro e os elementos de gesso que suscitaram ao prefeito Celso Daniel o desejo de salvar o imóvel da destruição[16] para expor a estrutura de madeira do telhado, nunca vista pelos usuários?

O projeto permanece hoje sem maiores detalhamentos e certamente levantará acaloradas discussões antes de sua efetiva execução.

Perspectivas Futuras

O tombamento é apenas o início do trabalho de preservação do patrimônio material. São indispensáveis as políticas públicas, renovadas e atualizadas constantemente, mas só o envolvimento afetivo é capaz de manter vivos os testemunhos da memória, de fortalecer a importância do legado que se transmite e o valor da herança que se recebe. Como antes, nos momentos de crise, só a população unida, consciente e interessada será capaz de mudar os destinos da cidade em que vive.

Na Casa do Olhar e na Casa da Palavra é preciso produzir, estudar, debater. Só as políticas culturais e bons administradores locais podem manter vivos esses projetos, e conseqüentemente, o patrimônio que os abriga. Há uma relação de simbiose constante, onde se uma das partes falhar, a outra será também prejudicada.

Depois das pequenas intervenções, o Museu também recebeu a sua oportunidade de expandir fisicamente. Com a desocupação do edifício anexo, uma reforma rápida e simples, ainda em andamento, proporcionará um espaço climatizado para a reserva técnica e laboratório e abrigará os setores

[16] Relato de conversa entre o Prefeito Celso Daniel e a arquiteta Silvia Passarelli, em entrevista concedida pela arquiteta à autora em 30/05/08.

administrativos. Com isso, o espaço de exposição será ampliado em 30%, nas três salas que ficarão vagas.

O futuro do Cine Teatro Carlos Gomes é incerto. Existem propostas para reforma, mas por ter perdido a maioria das suas qualidades materiais precisará receber uma grande intervenção. Isso já faz dele campo de diversas discussões e demora em qualquer iniciativa. Atualmente está tomado pela umidade, goteiras e problemas elétricos. A manutenção é precária e na platéia resta apenas uma lâmpada funcionando. O que acontecerá quando esta “luz” se apagar?

Bibliografia

Referências Bibliográficas

BOITO, Camillo. *Os Restauradores*. São Paulo, Ateliê, 2002.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia, Ateliê, 2004.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo, Unesp, 2001.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão. *Arquitetura Escolar Paulista: 1890-1920,* São Paulo: FDE Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

DIRETRIZES para Recuperação do Cine Teatro de Variedades Carlos Gomes, elaborado pelo escritório Brasil Arquitetura, em Janeiro de 1999.

DOCUMENTO sobre o Cine Teatro Carlos Gomes, constante dos arquivos do Museu de Santo André, junto à documentação do SOS Carlos Gomes, sem data.

FREIRE, Alípio Viana. Proposta para reforma do Cine Teatro Carlos Gomes (constante da documentação sobre o Cine Carlos Gomes – Acervo MUSA), 1991.

GAIARSA, Octaviano A. *A Cidade que Dormiu Três Séculos - Santo André da Borda do Campo; seus Primórdios e sua Evolução Histórica 1553-1960.* Santo André: Tipografia Bandeirantes Ltda, 1968.

_____ *Ontem, Hoje, Amanhã*. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1991.

KAMIDE, Edna Hiroe M.; PEREIRA, Tereza Cristina R. E. *Patrimônio Cultural Paulista:* CONDEPHAAT, bens tombados. 1968 – 1998. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PASSARELI, Silvia Helena F. *A Instituição do Patrimônio em Santo André, SP.* São Paulo: Trabalho Programado para Tese de Doutorado, 2004.

_____ *Proteção da Paisagem Ferroviária: Memória e Identidade do Bairro Estação São Bernardo (atual Santo André, SP). São Paulo*, Tese de Doutorado, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Cidade e Imagens.* Santo André, 1991.

PROCESSO de Tombamento do Imóvel à Praça do Carmo, 171 n° 32.761/92-9, de 14/07/92.

PROCESSO de Desapropriação de Imóvel que consta pertencer à Sra. Olga Guazelli n° 5.335/68.

PROCESSO de Restauração da Casa do Olhar n°28076/2005-5, de 14/07/2005.

PROCESSO de Tombamento do Imóvel à Rua Campos Salles n° 32757/92-0, de 14/07/92

PROCESSO de Tombamento do Imóvel à Rua Senador Fláquer, 470 n° 32760/92-0, de 14/07/92

SANTO ANDRÉ (Município). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. *Livro de Atas*. Santo André: CONDEPHAAPASA. [manuscrito].

SECRETARIA de Cultura, Esporte e Lazer. Departamento de Cultura. *Casa do Olhar e da Palavra. Sua História. A Inserção em Santo André. Nossa proposta de Utilização. Suas necessidades.* Prefeitura Municipal de Santo André Gestão 1997-2000.

SECRETARIA de Desenvolvimento Urbano. Prefeitura de Santo André. *Plano Diretor de Santo André. Lei 8.696/2004.*

_____*Casa do Olhar e da Palavra. Anexos. Informações Técnicas e Plantas.* Prefeitura Municipal de Santo André Gestão 1997-2000.

VIOLLET-LE-DUC, Eugéne Emmanuel. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial.

VISCOVINI, Lenir de Fátima. A Potítica Cultural do Partido dos Trabalhadores em Santo André: da Inovação à Tradição (1989/1992 – 1997/2000 – 2001/2004). Campinas, Dissertação de Mestrado, 2005.

Obras Consultadas

ANTUNES,Marcelo. União de Forças.

In http://www.ipea.gov.br/desafios/edicoes/2/artigo12892-6.php

ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único.* Petrópolis: Vozes, 2000.

BENJAMIM, Walter. *A Modernidade e os Modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1975.

DEL RIO, Vicente. Em busca do tempo perdido. O Renascimento dos centros urbanos.In: *Vitruvius*. Revista Virtual de Arquitetura e Urbanismo. Texto 028. Disponível em www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq082

DEPARTAMENTO DE CULTURA. Agenda Cultural, Santo André. Secretaria da Educação, Cultura e Esporte – Acervo Museu Octaviano Gaiarsa, gestão 1989-1992

_____ Agenda da Cidade, Santo André. Secretaria da Educação, Cultura e Esporte – Acervo Museu Octaviano Gaiarsa, gestão 1989/1992- 1997/2000 – 2001/2004.

FABRIS, Annateresa (org.). Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo, Nobel, 1987.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo – trajetória da política federal de Preservação no Brasil*, 2° ed. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, IPHAN, 2005

JOSÉ, Beatriz Kara. *Políticas Culturais e Negócios Urbanos. A Instrumentalização da Cultura na Revitalização do Centro de São Paulo 1975/2000.* São Paulo: Cultura,

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: Reflexões sobre sua Preservação.* São Paulo, Ateliê / FAPESP/ SEC, 1998.

LE GOFF, Jacques. Documento / Monumento. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Einaudi, 1985. Vol. I História-Memória, p.95-106.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

_____ Ulpiano Toledo Bezerra de. *Patrimônio industrial e museus: um campo problemático*. Boletim Memória da Eletricidade, Rio de Janeiro, p. 8-8, 1988.

_____ Ulpiano Toledo Bezerra de. *O museu na cidade, a cidade no museu.* Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. Revista Brasileira de História, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8/9, p. 197-205, 1984.

_____, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano.* Preservação: Arqueologia, arquitetura, cidades. : IPHAN/9R, 2005, v. , p. -.

_____, Ulpiano Toledo Bezerra de . Museu*, cultura material e cidade: o museu de cidade e a consciência da cidade.* et alii, Museus & Cidades. : , 2003, v. , p. -.

_____ SPHAN: refrigério da cultura oficial: *Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* Rio de Janeiro, n. 22, 1987.

MILANESI, Luís. *A Casa da Invenção: Centros de Cultura – um Perfil.* São Paulo:Siciliano, 1991

MOREIRA, Keila Cruz. Escolas na Primeira República. Palco de Produção das Tradições Modernas. *In www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Keila%20Cruz%20Moreira%20-%20Texto.pdf*

MOTOYAMA, Shozo (org.). *Tecnologia e Industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica.* São Paulo, Editora da UNESP, 1994, pp. 37-65.

PALLAMIN, Vera Maria (coord.). *Cidade e Cultura – Esfera Pública e Transformação Urbana.* São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.* São Paulo: Hucitec, 1997.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole.* São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo – Três Cidades em um Século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

VARGAS, Heliana Comin, CASTILHO, Ana Luisa Howard de. *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri, SP: Manole,2006.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

Material de Consulta Digital

www.arcoweb.com.br Sobram museus, falta cultura. Editora Pini, 16/10/2003. Consulta em 16/10/2003

www.arquitextos.com.br Macedo, Danilo M. Espaços da Arte e da Arquitetura Consulta em 16/10/2003

www.arquitextos.com.br Brandão, Zeca. Tate Modern: Fábrica de Cultura, Consulta em 16/10/2003

www.consorcioabc.org.br
Consultas em 13/05/2008;

www.crmariocovas.sp.gov.br
Consulta em 25/04/2008

www.cultura.sp.gov.br
Consulta em 25/04/2008

www.ibge.gov.br
Consultas em 18/09/2007; 25/04/2008

www.ipea.gov.br
Consulta em 25/04/2008

www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/marciadepaulorazzini.pdf
Consulta em 20/02/2008

www.nossosaopaulo.com.br/Reg_13/Reg13_SantoAndre.htm
Consulta em 20/02/2008

www.vitruvius.com.br

Entrevistas	Data	Local
Alexandre Takara	16/10/07	Prefeitura Municipal de Santo André
Benedita Pinho	15/08/07	Museu de Santo André
Beth Brait Alvim	29/11/07	Casa da Palavra
Dulcídio Hércules	09/10/07	Museu de Santo André
Erica Tortorelli	11/10/07	Prefeitura Municipal de Santo André
Silvia Passarelli	31/09/07	Museu de Santo André
	30/05/08	Museu de Santo André
Sônia Antico	20/10/07	Museu de Santo André
Suzana Kleeb	03/10/07	Museu de Santo André
Wilson Stanziani	14/05/08	Museu de Santo André

Anexos

Composição dos Conselhos do Comdephaapasa

A Portaria 4568.10.90, de 29 de Outubro de 1990, constituiu o Conselho Provisório com os seguintes membros, departamentos e entidades:

Câmara Municipal de Santo André
Titular: Levi Correa de Araújo

Coordenadoria de Planejamento
Titular: Antônio Carlos Lopes Granato
Suplente: Arq. José Abílio Belo Pereira

Assessoria do Meio Ambiente
Titular: Ronaldo Queródia
Suplente: Virgílio Alcides Farias

Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
Titular: Celso Frateschi
Suplente: Miller de Paiva e Silva

Secretaria da Habitação
Titular: Irineu Bagnariolli Jr.
Suplente: Marcos Andrade Fonseca

Secretaria de Assuntos Jurídicos
Titular: Francisco José Calheiros Ribeiro Ferreira
Suplente: Heleni Barreiro de Paiva Lino

Sociedade Civil

UBE – União Brasileira dos Escritores
Titular: Dalila Teles Veras

Diocese de Santo André
Titular: Cônego Newton Loureiro de Souza

Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC
Eng. Geraldo C. Demétrio

GIPEM – Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do ABC
Ademir Médici
Valdenízio Petrolli
Portaria 1079.02.91, de 27/02/1991 – prorrogação do Conselho Provisório
Contou com a mesma composição do conselho anterior

Portaria 2.989.08.91 definiu

Coordenadoria de Planejamento

Titular: Antônio Carlos Lopes Granato
Suplente: Arq. José Abílio Belo Pereira

Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
Titular: Celso Frateschi
Suplente: Miller de Paiva e Silva

Assessoria do Meio Ambiente
Titular: Ronaldo Queródia
Suplente: Virgílio Alcides Farias

Secretaria da Habitação
Titular: Irineu Bagnariolli Jr.
Suplente: Marcos Andrade Fonseca

Secretaria de Assuntos Jurídicos
Titular: Francisco José Calheiros Ribeiro Ferreira
Suplente: Heleni Barreiro de Paiva Lino

Câmara Municipal de Santo André
Titular: Roberto Camilo Ramalho

Conselho 92/94 (Apenas Sociedade Civil, portaria 489.02.92, de 11/02/1992)

Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André
Titular: Nilton Batista da Silva
Suplente: José de Oliveira Cruz

Associação dos Aposentados Metalúrgicos de Santo André
Titular: Philadelfo Braz
Suplente: João Cergole

Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC
Titular: Sônia Ferreira Antico
Suplente: Edgar Brandão Júnior[1]

GIPEM – Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do ABC
Titular: Antônio Andrade
Suplente: Adriana Lydia Andreone[2]

APEOESP – Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de S.P.
Titular: Severiano Garcia Neto
Suplente: Marcos Silva

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Regional ABCDMRP
Titular: Álvaro Muraro
Suplente: Antônio Hermenegildo

Secretário Executivo: Wilson Robeto Stanziani de Souza (chefe do Serviço de Preservação à Memória)
Secretária Adjunta: Suzana Cecília Kleeb

[1] Substituído por Marialice Batelli Mugaiar (Portaria 2526.10.93)
[2] Substituída por Vangelista Bazani (Portaria 2081.08.93)

Portaria 1439.05.93 e 2081.08.93

Secretaria de Planejamento
Titular: Silvia Helena Facciola Passarelli[3]
Suplente: Mirella Suraci Santos

Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
Titular: Arnold Cipriano Garcia
Suplente: Gabriel Bianchi

Assessoria do Meio Ambiente
Titular: Waverly Maria Matarazzo Neuberger
Suplente: Maria Aparecida Rosa Loredo

Secretaria da Habitação
Titular: Amauri César Moraes[4]
Suplente: Reinaldo Alfredo Caetano Baschera

Secretaria de Assuntos Jurídicos
Titular: Francisco José Simões de Aguiar
Suplente: Maria de Lourdes Oliveira Daniel

Câmara Municipal de Santo André
Titular: Roberto Camilo Ramalho
Suplente: Wilson Alves

Portaria 527.03.94

Associação dos Aposentados Metalúrgicos de Santo André
Titular: Philadelfo Braz
Suplente: João Cergole

Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC
Titular: Sônia Ferreira Antico
Suplente: Marialice Batelli Mugaiar

GIPEM – Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do ABC
Titular: Adriana Lydia Andreone
Suplente: Vangelista Bazani

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Regional ABCDMRP
Titular: Álvaro Muraro
Suplente: Antônio Monace

Secretário Executivo: Wilson Robeto Stanziani de Souza (chefe do Serviço de Preservação à Memória)
Secretária Adjunta: Suzana Cecília Kleeb

Portaria 31.10.94

AMANDRE – Federação de Teatro Amador de Santo André

[3] Substituída por José Mario Pires Serra (Portaria 2218.09.93)
[4] Substituído por Nelson Martensen (Portaria 1215.06.94)

Titular: Eduardo de Lima Pereira
Suplente: Wilson de Oliveira Souza

Portaria 1179.05.95 e 224.10.95 (maio de 1995)

Secretaria de Planejamento
Titular: José Mario Pires Serra
Suplente: Mirella Suraci Santos[5]

Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
Titular: Arnold Cipriano Garcia[6]
Suplente: Gabriel Bianchi[7]

Assessoria do Meio Ambiente
Titular: Waverly Maria Matarazzo Neuberger
Suplente: Maria Aparecida Rosa Loredo

Secretaria da Habitação
Titular: Nelson Martensen[8]
Suplente: Reinaldo Alfredo Caetano Baschera[9]

Secretaria de Assuntos Jurídicos
Titular: Francisco José Simões de Aguiar
Suplente: Maria de Lourdes Oliveira Daniel

Portaria CMSA 245/95

Câmara Municipal de Santo André
Titular: Oswaldo Fagundes

Portaria 1239.05.96, de 21 /05/96
Associação dos Aposentados Metalúrgicos de Santo André
Titular: Philadelfo Braz
Suplente: João Cergole

Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC
Titular: Sônia Ferreira Antico
Suplente: Roberto Marin

GIPEM – Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do ABC
Titular: Adriana Lydia Andreone
Suplente: Vangelista Bazani

APEOESP- Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de S.P.
Titular: Ana Maria Boa Ventura[10]
Suplente: Maurício Pereira da Silva[11]

[5] Excluída por Portaria 2352.10.95
[6] Substituído por Gabriel Bianchi (Portaria 1272.06.95) e posteriormente substituído por Wilson Roberto Stanziani de Souza (Portaria 366.01.97)
[7] Substituído por Maria Inês de Carvalho Marques (Portaria 1489.07.95) / e posteriormente substituída por Suzana Cecília Kleeb (Portaria 366.01.97)
[8] Substituído por Fernando Guilherme Bruno Filho(Portaria 1631.3.97)
[9] Substituído por Silvia Helena Facciola Passarelli (Portaria 1631.3.97)
[10] Substituída por Célia Regina de Brito (Portaria 14.07.97) e posteriormente por Antônio de Souza Silva (Portaria 30 de 25/08/1999)

Federação Municipal das Sociedades Amigos de Bairro de Santo André
Titular: Marcos Dimov Mastrotti[12]
Suplente: Alberto Zamignani[13]

Portaria CMSA 335/97

Câmara Municipal de Santo André
Titular: Luiz Cláudio da Silva
Suplente: Márcio Casal

Face à edição da Lei 7.469 de 21/02/97, que estabeleceu a reforma administrativa, o artigo 5° da Lei 6.673, referente à composição do Conselho, necessita de alteração. O Conselho passa a seguir com nova estrutura.

Portaria 35 de 17/12/97

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer (substitui a SECE - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes).
Titular: Silvia Regina Costa[14]
Suplente: Margareth Fonseca Lemos Abreu

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
Titular: Wilson Roberto Stanziani de Souza
Suplente: Suzana Cecília Kleeb

CMA-Coordenadoria de Maio Ambiente (substituindo a AMA - Assessoria do Meio Ambiente)
Titular: Fábio Vital[15]
Suplente: Gerson Ticianel[16]

SDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, (substituindo SHAB - Secretaria da Habitação).
Titular: Armindo Boll
Suplente: Fernando Guilherme Bruno Filho

SEFP – Secretaria de Educação e Formação Profissional (substituindo a SAJ - Secretaria de Assuntos Jurídicos)
Titular: Silvio Dall'Olio
Suplente: Neli Márcia Ferreira

Portaria 002 de 08/01/98

Movimento Pró-Paranapiacaba
Titular: Carmen Elisa Veri
Suplente: Arlete Feriani Pinheiro da Cruz

Portaria 26 de 04/06/98

---

[11] Substituído por Ilda Catarina Conte (Portaria 14.07.97) e posteriormente por Jandir Brasiliense (Portaria 30 de 25/08/1999)
[12] Substituído por Erico Romão Vilalba Alvim (Portaria 29.10.97)
[13] Substituído por Elias Francisco Barguil (Portaria 29.10.97)
[14] Substituída por Marco Moretto Neto (Portaria 34 DE 29/09/98)
[15] Substituído por Silvia Helena Facciola Passarelli (Portaria 38 DE 30/10/98), posteriormente substituída por Roberto Noritomi (Portaria 33 DE 08/09/99)
[16] Substituído por Newton José Barros Gonçalves (Portaria 38 DE 30/10/98)

GIPEM – Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do ABC
Titular: Adriana Lydia Andreone
Suplente: Vangelista Bazani

Portaria 27 de 25/06/98

Associação dos Aposentados Metalúrgicos de Santo André
Titular: Philadelfo Braz
Suplente: João Cergole

Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC
Titular: Sônia Ferreira Antico
Suplente: Roberto Marin

Portaria 60 de 23/10/00

SEFP – Secretaria de Educação e Formação Profissional
Titular: Silvio Dall'Olio

SDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Titular: Armindo Boll
Suplente: Cláudia Santoro

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
Titular: Marco Moretto Neto
Suplente: Margareth Fonseca Lemos Abreu

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
Titular: Wilson Roberto Stanziani de Souza
Suplente: Suzana Cecília Kleeb

DGA – Departamento de gestão Ambiental (substituindo o CMA)
Titular: Cristina Marco Santiago

Portaria 61 de 23/10/00

Movimento Pró-Paranapiacaba
Titular: José Duda da Costa
Suplente: Arlete Feriani Pinheiro da Cruz

Portaria CMSA 297/00, de 26/10/00

Câmara Municipal de Santo André
Titular: Simoni Scifoni
Portaria 23 de 19/02/2001

GIPEM – Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do ABC
Titular: Adriana Lydia Andreone
Suplente: Vangelista Bazani

Associação dos Aposentados Metalúrgicos de Santo André
Titular: Philadelfo Braz
Suplente: José Maria Neto

Portaria 55 de 02/07/2001

SDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Titular: Érica Tortorelli
Suplente: José Benedito Gianelli Filho

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
Titular: Nilo Mattos de Almeida
Suplente: Margareth Fonseca Lemos Abreu

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
Titular: Wilson Roberto Stanziani de Souza
Suplente: Suzana Cecília Kleeb

DGA – Departamento de Gestão Ambiental (substituindo o CMA)
Titular: Mariângela Portela da Silva
Suplente: Ivan Corrêa

SEFP – Secretaria de Educação e Formação Profissional
Titular: Marcelo Tadeu Marton
Suplente: Vera Lúcia Morata Bravi

Portaria 59 de 30/07/01
Associação Caboverdeana de Santo André
Titular: Lucialina Maria Soares dos Reis
Suplente: Herculano Carlos dos Reis

Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC
Titular: Sônia Ferreira Antico
Suplente: José Benedito Dias

AMUSA – Associação Amigos do Museu de Santo André
Titular: Dulcídio Hercules
Suplente: Ladir Redrado Thon

Portaria CMSA 295 de 05/09/01
Câmara Municipal de Santo André
Titular: Anna Gedankien
Suplente: Paschoalino Assumpção

Portaria 76 de 31/10/01

SDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Titular: Érica Tortorelli
Suplente: José Benedito Gianelli Filho

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
Titular: Nilo Mattos de Almeida
Suplente: Margareth Fonseca Lemos Abreu

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
Titular: Wilson Roberto Stanziani de Souza
Suplente: Suzana Cecília Kleeb

DGA – Departamento de Gestão Ambiental

Titular: Mariângela Portela da Silva[17]
Suplente: Ivan Corrêa[18]

SEFP – Secretaria de Educação e Formação Profissional
Titular: Marcelo Tadeu Marton[19]
Suplente: Vera Lúcia Morata Bravi[20]

Câmara Municipal de Santo André
Titular: Anna Gedankien
Suplente: Paschoalino Assumpção

Associação Caboverdeana de Santo André
Titular: Lucialina Maria Soares dos Reis
Suplente: Herculano Carlos dos Reis
Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC
Titular: Sônia Ferreira Antico
Suplente: José Benedito Dias

AMUSA – Associação Amigos do Museu de Santo André
Titular: Dulcídio Hercules
Suplente: Ladir Redrado Thon

GIPEM – Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do ABC
Titular: Adriana Lydia Andreone
Suplente: Vangelista Bazani

Associação dos Aposentados Metalúrgicos de Santo André
Titular: Philadelfo Braz
Suplente: José Maria Neto

Movimento Pró-Paranapiacaba
Titular: José Duda da Costa
Suplente: Arlete Feriani Pinheiro da Cruz

Portaria 38 de 03/11/03

SDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Titular: Luiz Fernando Oliveira
Suplente: Érica Tortorelli

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
Titular: Nilo Mattos de Almeida[21]
Suplente: Margareth Fonseca Lemos Abreu

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
Titular: Wilson Roberto Stanziani de Souza
Suplente: Suzana Cecília Kleeb

SEMASA (substitui DGA – Departamento de Gestão Ambiental)
Titular: Cristina Marco Santiago[22]

[17] Substituída por Cristina Marco Santiago (Portaria 34 DE 22/09/03)
[18] Substituído por Luciana Yuri Toma (Portaria 34 DE 22/09/03)
[19] Substituído por Vera Lúcia Morata Bravi (Portaria 34 DE 22/09/03)
[20] Substituída por Cecília Vizioli (Portaria 34 DE 22/09/03)
[21] Substituído por Denise Silveira Salgado Brasil (Portaria 34, de 26/04/05)

Suplente: Luciana Yuri Toma

SEFP – Secretaria de Educação e Formação Profissional
Titular: Vera Lúcia Morata Bravi
Suplente: Cecília Vizioli

Câmara Municipal de Santo André
Titular: Valdenísio Petrolli
Suplente: Marcos Sidnei Eusébio

Associação Caboverdeana de Santo André
Titular: Lucialina Maria Soares dos Reis
Suplente: Herculano Carlos dos Reis

Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC
Titular: Sônia Ferreira Antico
Suplente: Pedro de Mello Ribeiro

AMUSA – Associação Amigos do Museu de Santo André
Titular: Ladir Redrado Thon
Suplente: Dulcídio Hercules

GIPEM – Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do ABC
Titular: Hildebrando Pafundi
Suplente: Vangelista Bazani[23]

Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.
Titular: Philadelfo Braz
Suplente: Luiz Martinelli

Movimento Pró-Paranapiacaba
Titular: José Duda da Costa
Suplente: Maria Aparecida Ruiz

Portaria 88, de 12/12/05

SDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Titular: Marco Moretto Neto[24], [25]
Suplente: Maria Tereza Carvalho Moreira Andreatta[26], [27]

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
Titular: Alberto Alves Souza
Suplente: Eduardo Gonçalves[28]

SCEL – Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
Titular: Wilson Roberto Stanziani de Souza[29]

---

[22] Substituída por Elaine de Moraes (Portaria 15 de 07/03/05)
[23] Substituída por João de Deus Martinez (Portaria 15, de 07/03/05)
[24] Substituído por Fernando Guilherme Bruno Filho (Portaria 11 de 07/02/06)
[25] Fernando Guilherme Bruno Filho foi substituído por Margareth Matiko Uemura (Portaria 002 de 12/01/07)
[26] Substituída por Nara Regina Leal Argiles (Portaria 61 de 09/08/06)
[27] Nara Regina Leal Argiles foi substituída por Maria Thereza Carvalho Moreira Andreata (Portaria 002 de 12/01/07)
[28] Substituído por Denise Brasil (Portaria 11 de 07/02/06)

Suplente: Suzana Cecília Kleeb[30]

SEMASA (substitui DGA – Departamento de Gestão Ambiental)
Titular: Edilene Pereira Moraes[31]
Suplente: Luciana Yuri Toma[32],[33]
SEFP – Secretaria de Educação e Formação Profissional
Titular: Alan Gondim da Silva[34]
Suplente: Marcelo Tadeu Marton[35], [36], [37]

Câmara Municipal de Santo André
Titular: Valdenísio Petrolli
Suplente: Hildebrando Pafundi

Fundação Santo André
Titular: Paulo Douglas Barsotti
Suplente: Silvia Helena Facciola Passarelli

Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC
Titular: Sônia Ferreira Antico
Suplente: Frederico José de Lima Izidro Gomes

OAB – SA : Ordem dos Advogados do Brasil – Santo André
Titular: Irene Grasson Pereira de Souza Viola
Suplente: Ana Cláudia Moreira Cavalcante

GIPEM – Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do ABC
Titular: Philadelfo Braz
Suplente: Dulcídio Hercules

ACISA – Associação Comercial e Industrial de Santo André
Titular: Flávio Caio Novita Martins
Suplente: Fábio Piagentini

Movimento Pró-Paranapiacaba
Titular: José Duda da Costa
Suplente: José Gilvan Mendonça da Cunha

Síntese da Atas de Reunião do Comdephaapasa, de 01/03/1991 a 15/12/2006

01/03/91	Posse do Conselho e escolha da presidência
15/05/91	Aprovação do Regimento Interno
	Eleição e Posse do presidente e vice-presidentes
29/05/91	Discussão do regimento interno

[29] Substituído por Sérgio Deoclício Narciso (Portaria 06 de 07/02/07)
[30] Substituída por Vera Lúcia Bombonatti (Portaria 06 de 07/02/07)
[31] Substituída por Marco Moretto Neto (Portaria 11 de 07/02/06)
[32] Substituída por Paula Canassa, durante licença maternidade (Portaria 90, de 26/12/05)
[33] Paula Canassa foi substituída por Vanessa G.B. Figueiredo (Portaria 11 de 07/02/06)
[34] Substituído por Eduardo Gonçalves (Portaria 11 de 07/02/06)
[35] Substituído por Sérgio Deoclício Narciso (Portaria 11 de 07/02/06)
[36] Sérgio Deoclício Narciso foi substituído por Francenilda Maria da Silva Lima (Portaria 61 de 09/08/06)
[37] por Francenilda Maria da Silva Lima foi substituída por Caio Augusto de Carvalho (Portaria 006 de 07/02/07)

01/02/92 Assembléia Plenária para eleição dos membros da comunidade para composição de seis vagas.

Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André
Associação dos Aposentados Metalúrgicos de Santo André
Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC
GIPEM – Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do ABC
APEOESP – Associação de professores do Ensino Oficial do Estado de S.P.
Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Regional ABCDMRP

20/03/92 Posse do Conselho e escolha da presidência.
Presidente: Antônio de Andrade
1° Vice-presidente: Celso Frateschi;
2° Vice Presidente: João Camilo Ramalho.

24/02/92 Divulgação do Conselho para legitimação junto à comunidade
Solicitação de tombamento da figueira
Solicitação de tombamento do conjunto de obras de arte do sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.
Sugestão para elaboração de listagem de bens de interesse de tombamento

15/05/92 Apresentação de listagem de bens contida em processos administrativos de 1985, levantamentos realizados pela Prefeitura em 1982, artigo do Diário do Grande ABC (1985) e solicitação dos munícipes.
Apresentação do Projeto de Lei e do Plano Diretor
Abertura de processo de tombamento da Figueira do Parque Duque de Caxias

12/06/92 Aprovação do tombamento da Figueira

04/07/92 Reunião Extraordinária de homologação para o ato comemorativo do tombamento da espécie *Fícus Macrophila desfontaines ex Persoon*, realizada junto ao bem, no Parque Duque de Caxias.

17/07/92 Solicitação de tombamento e abertura dos processos dos imóveis: Casa D. Paulina de Queirós (Praça do Carmo, 170), Casa Dr. Goez (Rua Campos Salles, 414); Cine-Teatro Carlos Gomes (Rua Senador Fláquer, 110); Haras Jaçatuba (Av. Itamarati, 536); Museu de Santo André (Rua Senador Fláquer, 470)

20/08/92 Apresentação do projeto PROPARQUI, que visa ordenar o turismo ecológico da Vila de Paranapiacaba até o Rio Quilombo.

18/09/92 Distribuição entre os conselheiros da relatoria dos processos abertos em reunião de 17/07.

23/10/92 Aprovação de pareceres técnicos favoráveis ao tombamento dos bens em processo.
Solicitação de tombamento e abertura de processo da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil e Museu Militar Expedicionário.

13/11/92 Leitura do parecer sobre o Imóvel da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil e Museu Militar Expedicionário, aprovação unânime e tombamento provisório do bem.

18/12/92 Proposta para realização de inventário de estátuas e monumentos.

03/06/93 Posse de novo Corpo do Conselho e escolha do Presidente – Silvia Helena Passarelli, 1° vice- presidente Álvaro Muraro.
Leitura da solicitação de tombamento da Igreja Maria Imaculada (R. Fenícia – Pq. Novo Oratório.

01/07/93 Leitura de parecer sobre o tombamento da Igreja Maria Imaculada. Solicitação de conceituação do projeto arquitetônico à arquiteta Doroti Fernandes Riotto, e um parecer relacionado às obras de arte para a irmã Terezinha Carvalho Castro, diretora da FATEA (Faculdades integradas Tereza D'ávila).

05/08/93 Aprovação de formação de corpo técnico do conselho, a ser solicitado ao Prefeito.

02/09/93 Discussão interna sobre princípios para os tombamentos

14/10/93 Aprovação da abertura de processo de tombamento do Paço Municipal, incluindo a estátua de João ramalho e o tríptico de Burle Marx.

04/11/93 Falta de quorum para a realização da reunião

11/11/93 Discussões gerais sobre andamento de atividades

02/12/93 Discussões gerais sobre andamento de atividades.
Solicitação de elaboração de listagem de bens de interesse para tombamento

03/02/94 Debate sobre critérios de tombamento e normas para a instrução de processos e elaboração de pareceres técnicos. Apreciação da solicitação de abertura de processo para tombamento da Capela do Cristo Redentor

18/02/94 Reunião Extraordinária – apreciação do projeto de reforma do Museu Santo André. Discussão sobre normas e procedimentos para solicitação de tombamento.

25/02/94 Reunião Extraordinária – aprovação das obras de reforma do Museu Santo André. Discussão sobre normas e procedimentos para solicitação de tombamento.

03/03/94 Programação de visita ao CONDEPHAAT.
Discussão sobre enriquecimento do processo do Paço Municipal com as plantas.

14/04/94 Discussões internas sobre o processo do Paço Municipal
Aprovação de solicitação de audiência com o Prefeito

12/05/94 Discussão sobre reformas necessárias em algumas áreas do Paço Municipal, com vistas à manutenção.
Inclusão de membros da comunidade (2 vagas): AMANDRE (Associação de Teatro Amador de Santo André) e Seccional do ABC do instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-ABC), únicos dois candidatos.

09/06/94 Falta de quorum para a realização da reunião

17/06/94 Falta de quorum para a realização da reunião

04/08/94 Falta de quorum para a realização da reunião

23/08/94 Reunião Extraordinária – análise do processo de tombamento da Igreja Maria Imaculada, com debate sobre a possibilidade de desmembrar os processos da Igreja e das Pinturas. Discussão sobre critérios de tombamento.

01/09/94 Discussão sobre obra de escola da Igreja Maria Imaculada. Convite ao Frei Roberto Tótolli para participar e prestar esclarecimentos.

06/10/94 Análise do processo de tombamento da Igreja Maria Imaculada, com a presença do Feri Roberto Tótolli, que prestou esclarecimentos sobre a Igreja e a elaboração das pinturas e do artista Giani Parzialli.

04/11/94 Apresentação de documentação encaminhada pelo Frei Roberto Tótolli.
Solicitação de tombamento de uma Paineira, localizada em terreno na Av. Utinga, esquina com a Rua Haia, na Vila Metalúrgica, em Santo André, de propriedade das Casas Bahia.

01/12/94 Análise da solicitação de tombamento da paineira, com participação do proprietário do lote e moradores da região.

15/12/94 Reunião Extraordinária – decisão pela não abertura de processo de tombamento da Paineira e sugestão de transplante da árvore para outro local.

02/02/95 Conselho já está de posse das cópias dos processos de tombamento, pelo Condephaat, do Haras São Bernardo e de Paranapiacaba.
Aprovação do tombamento dos painéis da Igreja Maria Imaculada (sete votos a favor, um contra, e uma abstenção).

02/03/95 Levantamento dos problemas enfrentados para a preservação do Haras São Bernardo, em virtude da propriedade do INOCOP, e impossibilidade de ação até o pagamento total das parcelas de desapropriação (até o momento, apenas uma foi paga), e os problemas das invasões.
Condução para a homologação do tombamento dos painéis, frente à falta de qualquer oposição.

06/04/95 Solicitação de alteração no Ato de Homologação da Associação de Ex-Combatentes
Sugestão de campanha educativa sobre a questão do patrimônio e da preservação.

04/05/95 Avaliação dos modelos de placas informativas confeccionadas, e patrocinadas pela Rhodia.
Discussão sobre solicitações de verbas.

18/05/05 Reunião Extraordinária – análise e proposição de verba orçamentária para 2006

01/06/96 Análise de tombamento do Paço Municipal

06/07/95 Solicitação de pedido de tombamento da Casa Amarela, proposto pelo reitor da Fundação Santo André, Oswaldo Cilurzo, proprietária do imóvel.
Solicitação de tombamento do largo próximo à Av Valentim Magalhães, por indicação do vereador João Rodrigues.

03/08/95 Análise das solicitações de tombamento da reunião de 06/07.

14/09/95 Visita técnica dos conselheiros à casa Amarela e ao largo Valentim Magalhães.

05/10/95 Discussão sobre a campanha educativa.

09/11/95 Solicitação de tombamento da Rua Caminho do Pilar, realizada pelo Presidente da Câmara Municipal.
Análise dos processos em andamento.
Indicação e nomeação de corpo técnico (Portaria 4010/95).
Andamento na discussão sobre a campanha educativa.

07/12/95 Apresentação de projeto de reforma das Casas do parque da Criança (Haras Jaçatuba) para análise. Apresentação do corpo técnico.

14/12/95 Reunião Extraordinária – Apreciação de projeto de reforma das casas do Parque da Criança.

01/02/96 Indeferimento da solicitação de reforma e de uso pela Prossan do espaço das casas do Parque da Criança.

07/03/96 Debate sobre critérios para a escolha de conselheiros representantes da comunidade
Aprovação da troca de piso da varanda do Museu de Santo André.
10/04/96 Reunião Extraordinária – eleição de membros da comunidade, tendo sido aprovados os representantes das entidades: Federação das Sociedades de Amigos de Bairros de Santo André, Associação dos Professores do Ensino oficial do Estado de São Paulo, Associação dos Metalúrgicos Aposentados e GIPEM;

13/06/96 Posse do Conselho e escolha da Presidência: Sônia Ferreira Antico (Assoc Engenfeiros e Arquitetos), 1 Vice: Adriana Lydia Andreone (GIPEM), 2 Vice: Francisco José Simões de Aguiar (Secret. Ass Jurídicos).
Apreciação do pedido de capeamento das ruas de Paranapiacaba com fragmentos de fresagem de capa asfáltica, tendo sido aprovado o envio do pedido ao CONDEPHAAT.

04/07/96 Agendamento de vistoria do imóvel à Rua Campos Salles, em virtude de solicitação de intervenção no edifício.
Avaliação de verba disponível para obras e pessoal
Apresentação de folheto modelo do COMPAHC (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo), para confecção de próprio.

01/08/96 Análise de listagem de bens elaborada pelo Museu de Santo André e pela Secretaria de Planejamento.

05/09/96 Apreciação de relatório técnico sobre infiltração no forro da Casa da Rua Campos Salles.
Exposição da Lei Municipal n 7090 de 17/12/93, que estabelece incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, mas que não contempla a área de patrimônio cultural.

10/10/96 Debate sobre o tombamento ex-ofício de Paranapiacaba e Haras São Bernardo

07/11/96 Falta de quorum

05/12/96 Abertura do processo de tombamento ex-ofício de Paranapiacaba e Haras São Bernardo.

06/02/97 Organização de Grupo de Trabalho para alteração da legislação do COMDEPHAAPASA.

Nova proposição de elaboração de inventário geral de bens de interesse.

06/03/97 Liberação por parte do CONDEPHAAT de abertura de processo de tombamento da obras de Rino Levi (Paço Municipal).

Parecer sobre a reforma da Casa da Palavra/Olhar: Autorização para remoção de friso, instalação de parede removível, solicitação de maiores informações sobre pintura interna e externa, manutenção de lustres mesmo sem a função de iluminar, instalação de luminárias onde a instalação não cause danos, descarte da proposta de colocação de carpete no piso do imóvel (“o piso encontra-se em bom estado e a parte destoante é considerada muito pequena para medida tão radical”). Seguimento de ofício de desagrado por obras iniciadas sem anterior aprovação.

Proposta para reformulação de corpo técnico, já desfalcado, e destaque para sua tarefa de realização de inventário.

03/04/97 Indicação para elaboração de relatório, com parecer do corpo técnico, sobre reforma na EMIA Jaçatuba.

08/05/97 Aprovação de reforma na EMIA Jaçatuba.

Aprovação da reforma da Casa da Palavra/ Olhar com ressalvas.

05/06/97 Solicitação de reforma de porão para a Casa da Palavra / Olhar. Faltaram informações, que foram solicitadas: projeto de adaptação com desenho arquitetônico, memorial descritivo e memorial justificativo.

Apresentação de minuta sobre a adaptação dos novos membros do Conselho, a partir da nova estrutura administrativa, e respectiva aprovação:

02 representantes da SECE, sendo 1 obrigatoriamente da Coordenadoria do Meio Ambiente

01 representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos

01 representante da Secretaria de Educação e Formação Profissional

03/07/97 Falta de quorum

07/08/97 Falta de Quorum

04/09/97 Falta de quorum

12/09/97 Falta de quorum em reunião extraordinária

12/10/97 Deliberação sobre alterações em reforma realizada na EMIA sem autorização do Conselho.

Aprovação da reforma solicitada pelo Museu, constituída dos seguintes itens: corte parcial de três paredes internas da ala frontal do prédio; acabamento em vidro no piso onde as paredes foram cortadas; tratamento com verniz ou similar nas espessuras das paredes cortadas.

Aprovação da entidade Movimento pró Paranapiacaba para ocupar a vaga remanescente do Conselho.

06/11/97 Urgência na avaliação, pelo corpo técnico, da reforma da Casa da Palavra/Olhar.

04/12/97 Falta de Quorum

05/02/98 Sugestão de inclusão na listagem de bens imóveis localizados na esquina da Av. Bernardino de Campos com General Glicério; na rua Albuquerque Lins, atrás da igreja do Carmo; na rua Xavier de Toledo com Cesário Mota.

Explanação sobre a atuação e funcionamento do Conselho para novos membros.

12/02/98 Análise do projeto de reforma da Casa da Palavra/Olhar, no local. Aprovação da mesma, com ressalvas de segurança e acesso de deficientes.

02/03/98 Falta de quorum

06/04/98 Solicitação de parecer sobre livros de registro do Cemitério da Saudade.

Proposição para formação de Grupos de Trabalho para estudo de mecanismos para melhor funcionamento do Conselho, em função da pouca disponibilidade dos Conselheiros. Necessidades apontadas: andamento nos processos da Vila de Paranapiacaba, Haras São Bernardo, Paço Municipal e Casa Amarela, divulgação, término na revisão da legislação, estudos sobre critérios de tombamento.

11/05/98 Organização de 5 grupos de trabalho para análise de: revisão de legislação, elaboração de critérios de tombamento, divulgação do Conselho, elaboração de inventário, elaboração de fluxograma do Conselho.

01/06/98 Relato do andamento dos Grupos de Trabalho

06/07/98 Apreciação da solicitação de tombamento da Estação de tratamento de Água (ETA) do Guarará, feita pelo GIPEM.

Relato do andamento dos Grupos de Trabalho.

03/08/98 Registro de exposição fotográfica dos bens tombados, realizada na Fundação Santo André, de 29 de Julho a 1° de agosto.

Relato do andamento dos Grupos de Trabalho.

14/09/98 Falta de quorum

05/10/98 Falta de quorum

09/11/98 Relato do andamento dos Grupos de Trabalho. Destaque para o grupo do inventário, que apresentou o trabalho, ressaltando que faltava definir melhor a tipologias, e a necessidade da contratação de empresa para assessoria e elaboração de um trabalho mais amplo.

07/12/98 Apreciação de solicitação de abertura de processo do Maciço do Bonilha.

Análise dos pedidos de abertura de processo da ETA Guarará e da Residência localizada na esquina da Rua Catequese com Padre Manuel da Nóbrega.

14/12/98 Falta de quorum em reunião extraordinária.

04/02/99 Informação sobre a elaboração do Circuito Cultural.

Aprovação da abertura do processo de tombamento da ETA Guarará. Solicitação de maiores informações sobre o processo da Residência localizada na esquina da Rua Catequese com Padre Manuel da Nóbrega.

04/03/99 Aprovação do tombamento do Maciço do Bonilha.

11/03/99 Planejamento de ações para 1999.

01/04/99 Falta de Quorum

06/05/99 Apreciação da solicitação de tombamento da Escola Estadual Américo Brasiliense; da Capela e paineira do Cemitério da Saudade; e do imóvel localizado na esquina da Av. Bernardino de Campos com General Glicério.

Aprovado o tombamento da ETA

10/06/99 Apresentação do circuito cultural do Projeto Centro.

01/07/99 Intenção de solicitação de tombamento da Igreja do Carmo e entorno pela Cúria.

05/08/99 Análise do Projeto de reforma do Cine Teatro Carlos Gomes

09/09/99 Falta de quorum

06/10/99 Intenção de tombamento da chaminé da Firestone.

Solicitação de tombamento da Capela de Campo Grande.

04/11/99 Falta de quorum

02/12/99 Falta de quorum

03/02/00 Organização das atividades para 2000.

Comunicação de eventuais problemas com proprietários, referente ao tombamento do Maciço do Bonilha

02/03/00 Comunicação da participação da cidade no projeto reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, da Unesco, coordenado pelo Semasa, com sede em Paranapiacaba.

06/04/00 Falta de quorum.

04/05/00 Assuntos gerais de organização interna do Conselho.

01/06/00 Falta de quorum.

30/11/00 Falta de quorum

08/02/01 Assembléia de indicação de conselheiros representantes da sociedade civil, com aprovação das entidades: GIPEM e Associação dos Metalúrgicos Aposentados.

26/07/01 Apresentação dos novos componentes do Conselho

Presença do Movimento Pró Paranapiacaba.

09/08/01 Escolha da Presidência: Sônia Ferreira Antico, 1° Vice: Wilson Roberto Stanziani de Souza.; 2° vice Érica Tortorelli.

Informações: Museu encontra-se protegido pelo CONDEPHAAT, em processo de tombamento conjunto de grupos escolares. Paranapiacaba encontra-se em estudo pelo IPHAN.

06/09/01 Informativos sobre o andamento do processo de tombamento do Haras São Bernardo, Paranapiacaba, pelo COMDEPHAAPASA, e do Primeiro Grupo Escolar (Museu), em processo conjunto com outras escolas públicas da primeira República, pelo CONDEPHAAT.

04/10/01 Discussões sobre Paranapiacaba. Informe sobre o adiantamento do processo de tombamento pelo IPHAN, com delimitação de área e catalogação de imóveis a serem preservados.

01/11/01 Comunicação de dois eventos sobre patrimônio. Em São Bernardo, workshop em 19 de novembro. Em Mauá, o seminário Patrimoniando o ABC.

06/12/01 Falta de quorum

07/02/02 Processo de Paranapiacaba está parado no IPHAN.

Discussão sobre a necessidade de delimitação de área a ser protegida em Paranapiacaba, e o aprofundamento de conhecimento sobre o assunto. Formação de comissão para estudo do mesmo.

Discussão sobre Patrimônio Cultural.

(Falecimento de Celso Daniel)

07/03/02 Continuidade nos estudos sobre Paranapiacaba.

Prosseguimento na discussão sobre critérios de incentivo ao tombamento e iniciativa dos particulares.

04/04/02 Paranapiacaba: processo aguarda delimitação da área comprada pela Prefeitura para andamento do processo.

Discussão do papel do Conselho e do Conselheiro.

09/05/02 Assuntos gerais de organização do Conselho

08/06/02 Lembretes: Processo ETA aguarda homologação pelo Prefeito.

Preocupação em envolver a comunidade com a questão da preservação, e valorização da cultura local.

Sugestão de visita geral aos imóveis em processo.

04/07/02 Visitas técnicas: Haras São Bernardo, Casa Amarela e ETA Guarará.

15/08/02 Apreciação de parecer técnico de tombamento de Paranapiacaba e estação Campo Grande e área de domínio da ferrovia.

Aprovação da abertura de processo de tombamento do Cine Tangará

12/09/02 Reunião Extraordinária: aprovação do tombamento de Paranapiacaba e Cine Tangará (por unanimidade), pelo COMDEPHAAPASA;

Aprovação do tombamento de Paranapiacaba pelo IPHAN.

Comunicação do tombamento do prédio do Museu pelo CONDEPHAAT.

03/10/02 Assuntos gerais de organização interna.

07/11/02 Solicitação do tombamento da Mansão Tognato.

Intenção na proteção das obras do artista Guido Poianas (que estão no Museu de Santo André e no Sindicato dos Metalúrgicos).

05/12/02 Avaliação dos trabalhos do ano.

Sugestão de trabalho educativo sobre o Conselho

13/02/03 Análise de pedido de impugnação do tombamento do Cine Tangará feita pelos proprietários. Mantida a decisão favorável ao tombamento.

06/03/03 Proposição de planejamento das atividades

03/04/03 Andamento na discussão dos processos. Divulgação do Conselho.

Capela do Cemitério da Saudade, bem como a Paineira, não foram transformados em processo.

08/05/03 Informação sobre andamento dos processos.
Análise do processo de tombamento do Haras São Bernardo.
Apontamento da necessidade de, após o tombamento, definir o grau de proteção dos bens.

05/06/03 Atividades de análise dos processos em andamento.
Solicitação de ampliação do corpo técnico.

03/07/03 Andamento nas análises dos processos.
Explanação sobre o Parque Biológico Estadual, de Paranapiacaba.

07/08/03 Informe sobre homologação do tombamento de Paranapiacaba, em 07 de julho.

04/09/03 Análise da relação de bens de interesse apresentada pela Câmara dos Vereadores.

04/10/03 Apresentação de novos membros do Conselho.
Atividades normais do Conselho.

31/10/03 Reunião Extraordinária- escolha de membros da comunidade para composição do Conselho: Movimento Pró- Paranapiacaba.

06/11/03 Posse do novo Conselho e eleição da Presidência. Participam como representantes da sociedade civil: GIPEM, AMUSA, Movimento Pró-Paranapiacaba, AEA_ABC e Associação de Metalúrgicos Aposentados.

04/12/03 Convite para inauguração da Casa Fox, em Paranapiacaba, reformada com verba do WMF (World Monument Foudantion).

05/02/04 Planejamento das ações 2003/2004, onde inclui os temas: Plano Diretor, revisão da legislação que institui o Conselho, elaboração de Plano de Gestão do Patrimônio, divulgação do Conselho.

04/03/04 Informe sobre reparos no telhado e pintura do Museu.
Propostas de divulgação do Conselho em site.

16/03/04 Reunião Extraordinária – apreciação do Projeto Lei do Plano Diretor. Sugestões de alteração no texto da Lei.

01/04/04 Discussão sobre as propostas apresentadas pelo Grupo de trabalho de divulgação.

06/05/04 Discussão sobre os assuntos a serem divulgados na Agenda Cultural da cidade.

Apresentação da proposta de reforma para a Casa de Solteiros, em Paranapiacaba: manutenção geral, reforma de banheiros e cozinha, manutenção de janelas. Foi vetada a retirada de paredes de madeira. O parecer do corpo técnico foi aprovado por unanimidade.

03/06/04 Indeferimento do tombamento do Cine Tangará por parte da Prefeitura. (Processo arquivado em 07/05/04).

Discussão sobre a atualização da legislação, com a alteração do prazo de contestação ao tombamento pelo proprietário passará a se de 30 dias.

01/07/04 Explicação sobre a falta de publicação de textos na Agenda Cultural, e compromisso do retorno em Agosto.

Comunicação sobre inauguração de espaço cultural na Casa Amarela (Fundação Santo André).

Informação sobre o projeto Memória da Cidade (IMES).

Convite ao Conselho para participação em Oficina no Centro de informação Sócio-Ambiental da Universidade Livre do Meio Ambiente, juntamente com IPHAN e CONDEPHAAT.

05/08/04 Discussão sobre alterações no regulamento interno, a destacar: orientação para competência deliberativa, e não consultiva, para o Conselho; necessidade de participação do corpo técnico nas reuniões; alteração no artigo 4 por “’área de atuação”, e não por “Secretaria”.

07/10/04 Comunicação de que a Agenda Cultural, não está sendo impressa, e consta apenas no site. Apresentação do projeto de restauro do Castelinho, em Paranapiacaba, do Arquiteto Walter Menezes. Patrocínio do WMF (World Monument Foudantion). O parecer do corpo técnico, incluindo suas sugestões, foi aprovado.

04/11/04 Informe sobre a elaboração pelo Grupo Técnico de critérios de tombamento, níveis de preservação e outras normas pertinentes.

02/12/04 Entrada do projeto de restauro do União Lira Serrano, em avaliação pelo corpo técnico.

Discussões sobre divulgação.

03/02/05 Planos para 2005: finalização dos processos do Haras São Bernardo, Casa Amarela, Maciço do Bonilha e Paço Municipal, continuidade nos trabalhos de divulgação.

Indeferimento do tombamento do Cine Tangará frente ao Ministério Público.

Informe sobre solicitação da prefeitura de verba, ao Ministério Público, para restauro da tapeçaria e tríptico de Burle Marx.

Aprovação do Plano Diretor gerou compromissos ao Conselho, mas também instrumentos para a proteção e tombamento de bens, além de conter item quanto à formação de corpo técnico definitivo.

Apresentação de proposta de projeto de reforma par ETA Guarará, aprovada pelo conselho.

03/03/05 Assuntos gerais: mudança da Igreja Maria Imaculada, e possível destino das obras tombadas, solicitação sobre o interesse no tombamento da Casa Amarela.

07/04/05 Informe: mudança da Igreja Maria Imaculada não ocorrerá.

Arquivamento do processo da Casa Amarela por falta de interesse e vencimento do prazo.

Leitura da carta dos Cidadãos Amigos da Casa do Olhar, Núcleo de Fotografia e Núcleo de Artes Plásticas, solicitando providências para sua restauração. Solicitação do Conselho ao corpo técnico uma vistoria e notificação ao proprietário das irregularidades e solicitação de providências.

Reprovação do projeto de instalação de estrutura de tratamento de água, reservatório e rede de distribuição em Paranapiacaba.

05/05/05 Falta de quorum

02/06/05 Participação de Wilson Stanziani de Souza no encontro “Patrimônio, Governo e Comunidade, com participação de SBC, Diadema, Santo André e SCS.

Análise do projeto de restauro do União Lyra Serrano, em Paranapiacaba, de autoria da Arquiteta Silvana Dini . Projeto aprovado por unanimidade.

07/07/05 Explanação sobre o Plano de Preservação do Patrimônio: item integrante do Plano Diretor, este trabalho teve a consultoria da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, na pessoa da Sra. Regina Meyer, sendo contratados ainda pela FUPAM os arquitetos Silvia Helena Passarelli e Gilson Lameira, os quais elaborarão diretrizes para o futuro inventário de bens da cidade.

01/09/05 Atividades de organização do Conselho

06/10/05 Notificação sobre a inscrição de 4 instituições para representar a Sociedade Civil no Conselho ACISA, OAB, Fundação Santo André e Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC, havendo necessidade de publicação de edital para vaga remanescente.

20/10/05 Assembléia Plenária para recondução para recondução e posse dos novos membros da Sociedade Civil.

Recondução de representantes do Movimento Pró- Paranapiacaba e posse dos representantes da ACISA, OAB, Fundação Santo André e Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC.

17/11/05 Posse dos membros do GIPEM

Eleição de Presidente: Sônia Ferreira Ântico, 1° Vice - presidente: Wilson Stanziani de Souza; 2° Vice – presidente: Irene Grasson Pereira de Souza Viola (OAB).

Elaboração de calendário e propostas para 2006.

Convite ao Conselho para participar da elaboração da ZEIPP- Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba.

01/12/05 Informe de Silvia Passarelli sobre andamento do Plano de Preservação do Patrimônio de Santo André.

Discussão sobre o processo de revisão da Legislação do COMDEPHAPASA.

Proposta de resumo dos processos de tombamento em andamento.

10/02/06 Informe: início das obras na Casa do Olhar, em projeto aprovado pelo corpo técnico e pelo Conselho.

Entrega da proposta metodológica para inventário da cidade, elaborada pelos arquitetos Silvia Helena Passarelli e Gilson Lameira.

Definição de Grupo de Estudo para revisão de Legislação do COMDEPHAAPASA.

Apresentação de diversos projetos sobre Paranapiacaba.

03/03/06 Reunião Extraordinária - Apresentação de nova proposta para o projeto de implantação da Estação de Tratamento de Água de Paranapiacaba.

10/03/06 Aprovação do novo Projeto da ETA com ressalvas, da Semasa.

24/03/06 Reunião Extraordinária – Apresentação do projeto de Estudo de Impacto Ambiental – EIA-RIMA, denominado “Otimização do transporte de cargas entre o Planalto e a Baixada Santista”.

28/04/06 Apresentação de Proposta Metodológica para a proteção de Paranapiacaba (estudo realizado pelo Corpo Técnico, com apoio de Suzana Kleeb e Wilson Stanziani Souza).

Comunicação de afastamento do corpo técnico.

Apresentação do projeto Largo dos Padeiros – em Paranapiacaba.

12/05/06 Discussões internas sobre organização do Conselho

26/05/06 Reunião Extraordinária – Apresentação de minuta de Lei para a ZEIPP

09/06/06 Informe – Alterações da minuta da Lei sobre a ZEIPP

11/08/06 Apresentação de estudo para execução de escada de segurança para o edifício executivo, no Paço Municipal, projeto da Arquiteta Érica Tortorelli.

Apresentação do projeto Largo dos Padeiros, com respectivas alterações. Aprovado em votação, por nove votos a dois.

Registro dos protestos quanto à retirada do corpo técnico, contrariando a determinação do Plano Diretor, e ao aumento da pressão quando às respostas sobre as diversas questões em andamento. Protesto também quando à ação de descaracterização em bens tombados no centro da cidade em intervenções realizadas no calçadão, sem parecer do Conselho.

15/09/06 Informe: designação de técnicos para acompanhamento de processos em andamento: Vila Mansueto Cecchi, Haras São Bernardo, Paço Municipal e Esteira MRS.

Informe: sobre a queda da fachada que deveria ser mantida, durante obras de demolição na antiga fábrica Atlantis (Rua das monções esquina com Rua Padre Anchieta), e recompensa financeira com o projeto executivo e obra do antigo telheiro aos fundos do Museu.

Solicitação de tombamento provisório imediata da Mansão Tognato (Av. D.Pedro II, 1313), por prazo de 180 dias. Aprovação unânime, ainda que com grande discussão sobre burlar procedimentos padrão do Conselho.

20/10/06 Discussões internas sobre a importância e necessidade de tombamentos provisórios.

Solicitação de tombamento provisório do imóvel do Restaurante D'Bréscia (AV. D Pedro II, 444). Votação favorável de sete votos contra três.

Informe: Obras em bens tombados de Paranapiacaba sem conhecimento ou consentimento do Conselho.

17/11/06 Apresentação do Projeto Cidade do Futuro – Agenda do Milênio (proposta de planejamento estratégico, incorporando os ODM – Objetivos de desenvolvimento do milênio, da ONU).

Cancelamento da solicitação de tombamento provisório do imóvel do Restaurante D'Bréscia (AV. D Pedro II, 444), por acreditar-se que o imóvel não estava em risco. Não houve nem mesmo a abertura do processo ou comunicação ao proprietário.

08/12/06 Apresentação da pesquisa "Diretrizes e Procedimentos para a Recuperação do Patrimônio Habitacional em Madeira em Paranapiacaba".

Apresentação do item de pesquisa "Diretrizes e Procedimentos – estudo e pesquisa para a elaboração de parâmetros de intervenções no patrimônio arquitetônico".

15/12/06 Apresentação de parecer técnico sobre o e votação com autorização para elaboração de projeto de intervenção Estudo de Impacto Ambiental – EIA-RIMA, com a otimização do transporte de cargas entre o Planalto e a Baixada Santista.

LEI 6.673, de 17 de agosto DE 1990

DISPÕE SOBRE A DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE SANTO ANDRÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Santo André decreta e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE SANTO ANDRÉ.

Artigo 1 - Constitui patrimônio histórico e cultural do Município de Santo André o conjunto de bens móveis e imóveis existentes em seu território, que seja de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrente de atividade humana e do perpassar do tempo, em virtude de:

I - sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis ou fatos atuais significativos;

II - seu valor arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico, ecológico, folclórico;

III - sua relação com a vida e a paisagem do Município.

Parágrafo único - Os bens a que se refere o "caput" sujeitam-se a tombamento, nos termos desta lei, mediante sua inscrição no livro tombo.

Artigo 2 - Equiparam-se aos bens a que se refere o artigo 1º, sujeitando-se a tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importam conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela natureza humana. Lei nº 6.673/90

Artigo 3 - Excetuam-se para a constituição do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico-urbanístico e paisagístico, os bens de origem estrangeira que:

I - pertençam às representações diplomáticas ou consulares sediadas no País;

II - adornem veículos pertencentes a estrangeiros que façam carreira no País;

III **-** pertençam, legal e regularmente, a casa de comércio de objetos históricos ou artísticos;

IV - sejam trazidos ao território do município para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

V - tenham sido importadas regularmente por empresas estrangeiras, especificamente para adorno de seus respectivos estabelecimentos.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE SANTO ANDRÉ.

Artigo 4 - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André - COMDEPHAAPASA, órgão colegiado consultivo, com as seguintes atribuições e competências:

I - cadastrar os bens cujas características ensejam tombamento;

II - deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de reconhecido valor para o município de Santo André, emitindo parecer fundamentado;

III - proceder ao tombamento provisório;

IV - encaminhar ao Prefeito, para homologação, requerimento ou proposta de tombamento definitivo;

V - manter os livros de tombo;

Lei nº 6.673/90

VI - elaborar seu regimento interno, a ser aprovado por decreto;

VII - comunicar o tombamento de bens ao oficial do respectivo cartório de registro para a realização dos competentes assentamentos, bem como aos órgãos estadual e federal de tombamento;

VIII - formular diretrizes a serem obedecidas na política de preservação e valorização dos bens culturais;

IX - promover a preservação e valorização da paisagem, ambientes e espaços ecológicos, mediante a utilização dos instrumentos legais existentes, a exemplo de instituição de áreas de proteção ambiental, estações ecológicas e outros;

X - definir a área de entorno do bem tombado a ser controlado por sistemas de ordenações espaciais adequadas;

XI - opinar sobre planos, projetos e propostas de qualquer espécie referentes à preservação de bens culturais e naturais;

XII - promover a estratégia de fiscalização da preservação e do uso dos bens tombados;

XIII - adotar as medidas previstas nesta lei, necessárias a que se produzam os efeitos do tombamento;

XIV - em caso de excepcional necessidade, deliberar sobre as propostas de revisão do processo de tombamento;

XV - manter permanente contato com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à obtenção de recursos, cooperação técnica e cultural para planejamento das etapas de preservação e revitalização dos bens culturais e naturais do município;

XVI - celebrar convênios com universidades e instituições de ensino superior objetivando a pesquisa conjunta na instrução dos processos de tombamento;

XVII - celebrar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, visando à preservação do patrimônio de que trata esta lei;

XVIII - propor a inclusão no orçamento anual do município de verba destinada à restauração de bens tombados a nível local;
Lei nº 6.673/90

XIX - pleitear benefícios aos proprietários de bens tombados

Artigo 5 - O Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André - COMDEPHAAPASA é composto por pessoas de comprovada idoneidade moral com conhecimentos relativos às suas finalidades, nomeadas pelo Prefeito e tendo a seguinte representação:

I - 1 (um) representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos;

II - 1 (um) representante da Secretaria de Habitação;

III - 1 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

IV - 1 (um) representante da Coordenadoria de Planejamento;

V - 1 (um) representante da Assessoria do Meio Ambiente;

VI - 1 (um) representante da Câmara Municipal;

VII - 6 (seis) representantes da comunidade, indicados através dos órgãos e entidades interessadas na proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico Municipal, que serão eleitos em assembléia plenária, segundo o regulamento interno definido pelo conselho.

§ 1º - Cada representante titular será indicado juntamente com 1 (um) suplente, que deverá assumir imediatamente nos casos de vacância e substituir o titular em qualquer impedimento.

§ 2º - Os representantes elencados nos incisos I a V serão indicados pelo Prefeito Municipal, cabendo ao Presidente da Câmara Municipal a indicação do representante previsto no inciso IV.

§ 3º - Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução, sem prejuízo da dispensa, a qualquer tempo, pelo Prefeito Municipal.

§ 4º - O Presidente do Conselho será escolhido por eleição entre seus membros.
Lei nº 6.673/90

§ 5º - A função de conselheiro será exercida gratuitamente e considerada serviço público relevante.

§ 6º - O Conselho reunir-se-á, com a presença de, pelo menos, a maioria simples de seus membros, mensalmente, ou sempre que convocado pelo Presidente, ou, ainda, por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 7º - Ouvidos os membros do Conselho, o Presidente poderá convidar até 3 (três) pessoas de comprovado conhecimento na matéria a ser tratada, para participar de trabalhos específicos, sem direito a voto.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE TOMBAMENTO

Artigo 6 - O COMDEPHAAPASA manterá:

I - Livro de Tombo Histórico e Cultural;

II - Livro de Tombo Paisagístico.

Artigo 7 - O processo de tombamento terá início:

I - a requerimento do proprietário;

II - a requerimento de qualquer um do povo;

III - por proposta de qualquer membro do COMDEPHAAPASA.

§ 1º - Na hipótese do inciso I, opinando o COMDEPHAAPASA pelo tombamento, submeterá o parecer à homologação do Prefeito, nos casos dos incisos II e III, emitindo parecer favorável, o COMDEPHAAPASA procederá ao tombamento provisório do bem.

§ 2º - O Presidente do Conselho determinará o arquivamento do processo, quando indeferidos os requerimentos ou rejeitadas as proposições dos conselheiros.

Artigo 8 - Efetuando o tombamento provisório do bem, o Presidente do Conselho promoverá a intimação do proprietário para, querendo, impugnar a medida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.
Lei nº 6.673/90

Artigo 9 - A intimação do proprietário far-se-á

I - pessoalmente, se domiciliado ou residente no município;

II - por carta registrada, com aviso de recepção, se domiciliado ou residente fora do Município;

III - por edital, publicado na imprensa local:

a) quando for o mesmo desconhecido;

b) quando a demora da intimação pessoal possa prejudicar seus efeitos;

c) quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar onde se encontra;

d) nos casos expressos em lei.

Parágrafo único - Nas hipóteses dos incisos I e II, a intimação será feita por edital, quando destinada ao conhecimento de terceiros ou for essencial à finalidade do ato.

Artigo 10 - O mandado de intimação conterá:

I - o nome do proprietário ou possuidor a qualquer título;

II - os fundamentos de fato e de direito que justifiquem e autorizem o tombamento;

III - a descrição:

a) do gênero, espécie, qualidade e estado de conservação do bem:

b) do lugar em que se encontre o objeto:

IV - a advertência de que o bem será definitivamente tombado e integrado ao patrimônio histórico e cultural do município, se não houver impugnação no prazo de 15 (quinze) dias;

V - as limitações, obrigações e direitos decorrentes do tombamento;
Lei nº 6.673/90

VI - data e assinatura da autoridade competente.

Parágrafo único - Em se tratando de imóvel, a descrição do bem atenderá a todos os requisitos legais para efeito de matrícula no registro de imóveis.

Artigo 11 - O proprietário ou possuidor a qualquer título poderá opor-se ao tombamento, impugnando-o por petição que deverá conter:
I - a qualificação do impugnante e sua titularidade em relação ao bem;

II - os fundamentos de fato e de direito pelos quais se opõe ao tombamento, que só poderão versar sobre:

a) inexistência ou nulidade de intimação;

b) não inclusão do bem nas hipóteses dos artigos 1º e 2 º;

c) perda ou perecimento do bem;

d) erro substancial na descrição do bem;

III - as provas, se for o caso, da veracidade do que alega.

Artigo 12 - Será liminarmente rejeitada a impugnação quando:

I - intempestiva;

II - não se fundar em qualquer dos fatos mencionados no inciso II do artigo anterior;

III - o impugnador for parte ilegítima.

Artigo 13 - Ao titular do domínio direto ou indireto não restará direito a indenização de qualquer espécie com o tombamento.

Artigo 14 - Recebida a impugnação, o Conselho procederá ao julgamento, segundo o disposto no Regimento Interno.
Lei nº 6.673/90

§ 1º - Admitida a impugnação, será o processo arquivado.

§ 2º - As impugnações fundadas em inexistência ou nulidade da intimação serão recebidas pelo Presidente do Conselho, que decidirá sobre as mesmas em despacho motivado, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º - Rejeitada a impugnação, o tombamento provisório será submetido à homologação do Prefeito

§ 4º - A homologação do Prefeito importará em tombamento definitivo pelo COMDEPHAAPASA.

CAPÍTULO IV

DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Artigo 15 - Uma vez tombados, provisória ou definitivamente, os bens não poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem ter suas características alteradas.

Artigo 16 - As obras de conservação, reparação e restauração devem ser executadas somente mediante a autorização do COMDEPHAAPASA, que poderá dar assistência técnica aos interessados ou promovê-las por outros órgãos da Prefeitura.

Artigo 17 - Nos casos de perda, extravio, furto, perecimento ou destruição total ou parcial do bem, o proprietário ou possuidor do mesmo deverá comunicar a ocorrência ao COMDEPHAAPASA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Artigo 18 - Os bens tombados ficam sujeitos à proteção, vigilância e fiscalização permanentes, podendo ser inspecionados sempre que o COMDEPHAAPASA julgar necessário.

Artigo 19 - O bem móvel tombado não poderá ser retirado do território do município, salvo por curto prazo e com finalidade de intercâmbio cultural, a juízo do COMDEPHAAPASA.
Lei nº 6.673/90

Artigo 20 - Verificada a urgência para realização de obras de conservação em qualquer bem tombado, ou recusando-se o seu proprietário ou possuidor a realizá-las e executá-las, o município tomará a iniciativa de projetá-las e executá-las independentemente de comunicação ao proprietário ou possuidor, devendo estes ressarcirem após o erário público, sem prejuízo das ações cabíveis.

Parágrafo único - A requerimento do proprietário que comprovar a insuficiência de recursos para realizar obras de conservação ou restauração do bem tombado, o município poderá assumir o ônus de sua execução.

Artigo 21 - Sem prévia autorização do Município não poderá ser executada qualquer obra nas vizinhanças do imóvel tombado, que ponha em risco sua integridade, venha impedir ou reduzir sua visibilidade ou, a juízo do COMDEPHAAPASA, não harmonize com o aspecto estético ou paisagístico do bem tombado.

§ 1º - A vedação contida neste artigo estende-se à colocação de painéis de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto que produza os mesmos efeitos.

§ 2º - Para os fins deste artigo, o COMDEPHAAPASA definirá os imóveis da vizinhança que sejam afetados pelo tombamento, notificando seus proprietários ou possuidores, tanto do tombamento, como das restrições e que se sujeita seu bem.

Artigo 22 - Em qualquer hipótese, ao município fica assegurado o direito de preferência à aquisição de bens tombados quando o proprietário ou titular do domínio pretender aliená-los.

Artigo 23 - Para efeito da imposição das sanções previstas nos artigos 165 e 166 do Código Penal, o COMDEPHAAPASA comunicará o descumprimento das disposições desta lei à autoridade policial e ao Ministério Público, sem prejuízo das sanções administrativas cabiveis.

CAPÍTULO V

DOS ESTÏMULOS AO TOMBAMENTO
Lei nº 6.673/90

Artigo 24 - Ficam isentos do pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana os bens imóveis tombados pelo município e preservados pelo proprietário.

Artigo 25 - São isentos de taxas de Licença para Execução de Obras Particulares, as obras efetuadas regularmente em imóvel tombado.

Artigo 26 - O proprietário do bem imóvel tombado poderá transferir a qualquer título, para outro imóvel, na mesma zona de uso, a faculdade de construir área equivalente à diferença entre a área máxima de construção permitida para o imóvel tombado, de conformidade com a legislação urbanística vigente à época do tombamento, e a área efetivamente construída do imóvel tombado.

Parágrafo único - Cada imóvel pode ser acrescido por transferência da faculdade de construir, área não superior a 50% (cinqüenta por cento) do índice de aproveitamento sujeito nos termos da lei vigente à época da transferência.

Artigo 27 - Compete à Secretaria de Obras proceder ao cálculo de área transferível e acrescível de que trata o artigo anterior.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES POR INFRAÇÃO

Artigo 28 - As infrações às disposições desta lei serão punidas com multas variáveis de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do bem tombado.

§ 1º - A fixação do valor da multa se fará de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º - À reincidência, mesmo genérica, se aplicará multa em dobro da anteriormente fixada.

Artigo 29 - A multa será equivalente a duas vezes o valor do bem tombado, sem prejuízo de eventual responsabilidade funcional, civil e criminal, quando este:
Lei nº 6.673/90

I - for destruído com dolo;

II - perecer ou for extraviado, com culpa;

III - for retirado do território do município, sendo impossível o seu retorno.

Artigo 30 - Independentemente da penalidade pecuniária, o Município poderá para conservação do bem tombado:

I - interditar atividade ou uso;

II - embargar obras;

III - revogar ou cassar licença, autorizada, permissão ou concessão.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 31 - Enquanto não for constituído o COMDEPHAAPASA, no prazo de 90 (noventa) dias, o Município com base em parecer da Secretaria de Obras poderá negar licença para construção, reforma ou demolição, para proteger bens que se enquadrem nas disposições dos artigos 1º e 2º desta lei.

Artigo 32 - Os membros do Conselho indicados pela comunidade serão nomeados pelo Prefeito em primeiro mandato, com duração de 6 (seis) meses

Artigo 33 - As disposições do Capítulo V não se aplicam aos bens tombados provisoriamente.

Artigo 34 - Subsidiariamente, no que couber, serão aplicadas a legislação federal e a estadual que cuidam da matéria tratada na presente lei.

Artigo 35 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo André, em 17 de agosto de 1990.

ENGº CELSO DANIEL
PREFEITO MUNICIPAL

FRANCISCO JOSÉ C. RIBEIRO FERRREIRA
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

CELSO FRATESCHI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

IVONE DE SANTANA MINDRISZ
CHEFE DE GABINETE

DECRETO N 12.518, DE 17 DE AGOSTO DE 1990.

Vide Lei nº 6.673/90”
“Revogado pelo Decreto nº 12.946/92”

DISPÕE sobre a constituição do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Santo André, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André – COMDEPHAAPASA, criado pela Lei Municipal nº 6.673, de 17 de agosto de 1990, é um órgão colegiado consultivo da Prefeitura Municipal, com atribuições e competências adscritas ao Município de Santo André.

Art. 2º - Para instalação inicial do COMDEPHAAPASA, fica constituído um Conselho Provisório, para o período de seis meses, com a seguinte representação, a saber:

I – 1 (um) representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos;

II – 1 (um) representante da Secretaria da Habitação;

III – 1 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

IV – 1 (um) representante da Coordenadoria de Planejamento;

V – 1 (um) representante da Assessoria de Meio Ambiente;

VI – 1 (um) representante da Câmara Municipal;

VII – 6 (seis) representantes da Comunidade, indicados pelo Prefeito Municipal, com comprovada idoneidade moral e conhecimentos relativos à matéria.

Art. 3º - Além das competências e atribuições definidas no artigo 4º, da Lei Municipal nº 6.673, de 17 de agosto de 1990, ao Conselho Provisório compete:

I – Elaborar o Regimento Interno do COMDEPHAAPASA, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da constituição do Conselho;

II – Definir o processo eletivo dos representantes da comunidade, de acordo com os artigos 73 e seguintes, da Lei Orgânica Municipal;

III – Promover uma plenária aberta à participação de todos os cidadãos, entidades da sociedade civil e movimentos populares, ao término do período de 6 (seis) meses, com o objetivo de analisar os trabalhos realizados, orientar sua atuação e propor projetos futuros.

Art. 4º - Fica autorizado ao COMDEPHAAPASA após a constituição do Conselho Provisório, promover processos de tombamento, observados os dispositivos legais, independentemente da formalização do Regimento Interno.

Art. 5º - Fica a cargo da Prefeitura Municipal colocar à disposição da COMDEPHAAPASA o pessoal técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.

§ 1º - Os servidores administrativos serão, de preferência, recrutados na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e postos à disposição por ato do Secretário da pasta, e excepcionalmente, de outras Secretarias Municipais por ato do Prefeito Municipal.

§ 2º - Os servidores designados não farão juz a nenhuma vantagem além daquelas inerentes ao cargo ocupado.

Art. 6º - Fica facultado ao Prefeito Municipal observar as indicações, pareceres e demais decisões do COMDEPHAAPASA, de locais e obras que, pelo seu valor histórico, artístico, arquitetônico-urbanístico e paisagístico representem o patrim6onio cultural andreense.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo André, em 17 de agosto de 1990.

ENGº CELSO DANIEL
PREFEITO MUNICIPAL

FRANCISCO JOSÉ C. RIBEIRO FERREIRA
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

AMÉRICO KONO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CELSO FRATESCHI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Registrado e datilografado no Gabinete do Prefeito, na mesma data e publicado.
IVONE DE SANTANA MINDRISZ
CHEFE DE GABINETE

DECRETO 12.946, DE 10 DE MARÇO DE 1992.

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE SANTO ANDRÉ - COMDEPHAAPASA.

O Prefeito Municipal de Santo André, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Artigo 1 - Fica instituído o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André - COMDEPHAAPASA, nos termos do anexo, parte integrante do presente decreto.

Artigo 2 - As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão por conta de verbas orçamentárias próprias.

Artigo 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 12.518, de 17 de agosto de 1990.

Prefeitura Municipal de Santo André, em 10 de março de 1992.

ENGº. CELSO DANIEL
PREFEITO MUNICIPAL

FRANCISCO JOSÉ C. RIBEIRO FERREIRA
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

CELSO FRATESCHI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

ESTANISLAU DOBBECK
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Registrado e digitado no Gabinete do Prefeito, na mesma data e publicado.

IVONE DE SANTANA
CHEFE DE GABINETE

REGULAMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE SANTO ANDRÉ – COMDEPHAAPASA

CAPÍTULO I - DO CONSELHO

Artigo 1 - O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André - COMDEPHAAPASA, instituído pela Lei nº 6.673, de 17 de agosto de 1990, reger-se-á nos estritos termos do presente regulamento.

Artigo 2 - O COMDEPHAAPASA é órgão colegiado consultivo da Prefeitura Municipal de Santo André.

SEÇÃO I - DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 3 - O COMDEPHAAPASA tem como objetivo identificar, pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio histórico-cultural andreense.

Parágrafo único - Entende-se por patrimônio histórico- cultural do município de Santo André, o conjunto de bens móveis e imóveis existentes em seu território, que seja de interesse público conservar e proteger da ação destruidora da atividade humana e do perpassar do tempo.

SEÇÃO II - DA COMPOSIÇÃO

Artigo 4 - O COMDEPHAAPASA é composto por pessoas de comprovada idoneidade moral e conhecimentos relativos as suas finalidades, nomeadas pelo Prefeito Municipal e tendo a seguinte representação:

I - 01 (um) representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Habitação;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

IV - 01 (um) representante da Coordenadoria de Planejamento;

V - 01 (um) representante da Assessoria de Meio Ambiente;

VI - 01 (um) representante da Câmara Municipal;

VII - 06 (seis) representantes da comunidade, indicados através de órgãos e entidades interessadas na proteção do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico- urbanístico e paisagístico municipal.

§ 1º - Cada representante titular será indicado em conjunto com o seu respectivo suplente, que deverá assumir imediatamente nos casos de vacância, e substituir o titular em qualquer impedimento.

§ 2º - Os representantes elencados nos incisos I a V, e seus respectivos suplentes, serão indicados pelo Prefeito Municipal.

§ 3º - O representante elencado no inciso VI será indicado pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 4º - Os representantes elencados no inciso VII serão eleitos através de assembléia plenária, segundo regimento interno definido pelo Conselho.

Artigo 5 - Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se a recondução por mais um período, sem prejuízo da dispensa, a qualquer tempo, pelo Prefeito Municipal.

Artigo 6 - Dentre os membros do Conselho serão escolhidos, mediante voto direto e secreto, o Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente.

Artigo 7 - A função de membro do Conselho será exercida a título gratuito e considerada serviço público relevante.

SEÇÃO III - DO SERVIÇO BUROCRÁTICO

Artigo 8 - Fica a cargo da Prefeitura Municipal colocar à disposição do COMDEPHAAPASA, os recursos humanos e materiais necessários ao seu pleno funcionamento.

Artigo 9 - Os servidores administrativos serão, de preferência, dentre aqueles lotados na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, e postos à disposição do Conselho por ato do Secretário da pasta, e excepcionalmente de outras unidades administrativas, por ato do Prefeito Municipal

Artigo 10 - Dentre os servidores colocados à disposição dos serviços do COMDEPHAAPASA, serão designados o Secretário Executivo e Secretário Adjunto, que participarão das reuniões do Conselho, sem direito a voto.

Parágrafo único - O Secretário Adjunto exercerá as funções do Secretário Executivo, em suas ausências ou impedimentos.

Artigo 11 - Os servidores colocados à disposição do COMDEPHAAPASA nos termos do artigo 9º, não farão jus a nenhuma vantagem além daquelas inerentes ao cargo ou função ocupada.

SEÇÃO IV - DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Artigo 12 - Compete ao COMDEPHAAPASA:

I - Quanto às diretrizes e projetos:

a) alterar seu regimento interno, a ser aprovado por decreto municipal

b) formular diretrizes a serem obedecidas na política de preservação dos bens culturais;

c) promover a estratégia de fiscalização da preservação e do uso dos bens tombados.

II - Quanto ao funcionamento:

a) cadastrar os bens cujas características ensejam tombamento;

b) opinar sobre planos, projetos e propostas de qualquer espécie referentes à preservação de bens culturais e naturais;

c) deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de reconhecido valor para o Município, emitindo parecer fundamentado;

d) proceder ao tombamento provisório;

e) encaminhar ao Prefeito Municipal, para homologação, requerimento ou proposta de tombo definitivo;

f) em caso de excepcional necessidade, deliberar sobre as propostas de revisão de processo de tombamento;

g) manter os livros de tombo;

h) adotar as medidas previstas em lei, necessárias a que se produzem os efeitos do tombamento.

III - Quanto às atribuições gerais:

a) pleitear benefícios aos proprietários de bens tombados;

b) definir a área de entorno do bem tombado a ser controlado por sistemas de ordenações espaciais adequadas;

c) estabelecer as diretrizes quanto a preservação e valorização da paisagem;

d) comunicar o tombamento de bens ao oficial do respectivo cartório de registro para a realização dos competentes assentamentos, bem como aos órgãos federal e estadual de tombamento;

e) celebrar convênios ou acordos com universidades e instituições de ensino superior, objetivando a pesquisa conjunta na instrução dos processos de tombamento;

f) celebrar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, visando a preservação do patrimônio de que trata este regimento;

g) manter permanente contato com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, visando a obtenção de recursos, cooperação técnica e cultural para planejamento das etapas de preservação e revitalização dos bens culturais e naturais do Município;

h) propor a inclusão no orçamento anual do Município, de verbas destinadas à restauração de bens tombados a nível local.

Artigo 13 - Compete ao Presidente do Conselho:

I - convocar, presidir e dirigir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - decidir sobre as ordens dos trabalhos;

III - preparar a pauta dos trabalhos;

IV - constituir Comissões Especiais, de caráter temporário, para desenvolver assuntos de natureza específica;

V - submeter ao Prefeito Municipal as questões que dependam de providências ou aprovação superior;

VI - representar o Conselho, podendo para tal, designar um dos membros.

Artigo 14 - Compete aos Vices-Presidentes do Conselho:

I - substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;

II - participar das reuniões;

III - promover, orientar e supervisionar a execução de programas e planos aprovados pelo Conselho;

IV - promover a abertura e acompanhamento de expediente de interesse do Conselho;

Artigo 15 - Compete aos membros do Conselho:

I - participar das reuniões;

II - propor discussão concernente à atuação do Conselho, sugerindo soluções;

III - propor exame a quaisquer questões de interesse do Conselho.

Artigo 16 - Ficam definidas as seguintes atribuições ao servidor designado à função de Secretário Executivo do Conselho:

I - participar das reuniões; II - supervisionar e orientar os trabalhos burocráticos;

III - relatar ao Conselho os resultados obtidos com a execução dos programas

IV - lavrar as atas das reuniões.

SEÇÃO V - DAS REUNIÕES

Artigo 17 - O Conselho reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocado nos termos do presente regimento.

Artigo 18 - As reuniões realizar-se-ão com a presença mínima de 06 (seis) membros do Conselho, sendo que as deliberações dar-se-ão por maioria simples de votos dos presentes.

Parágrafo único - As reuniões serão convocadas com antecedência mínima de 03 (três) dias.

Artigo 19 - As reuniões extraordinárias realizar-se-ão sempre que necessário, desde que:

I - por convocação do Presidente do Conselho;

II - a pedido de 1/3 de membros do Conselho, em requerimento dirigido ao Presidente, especificando-se os motivos da convocação.

Parágrafo único - As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas pela imprensa oficial ou por carta registrada.

Artigo 20 - Fica a critério do Presidente do Conselho, ouvido os membros, convidar até 03 (três) pessoas de comprovado conhecimento na matéria, para participarem de trabalhos específicos, sem direito a voto.

Artigo 21 - As deliberações do Conselho serão formalizadas em processo, registradas em atas e livros específicos.

Artigo 22 - Perderá o mandato, o membro do Conselho que não participar de 03 (três) reuniões consecutivas ou de 06 (seis) intercaladas.

Parágrafo único - Cabe ao Prefeito Municipal nomear o suplente correspondente, no caso previsto no "caput".

Artigo 23 - Fica a cargo do Conselho promover, anualmente, no mínimo, uma plenária aberta à participação de todos os cidadãos, entidades da sociedade civil e movimentos populares, com o objetivo de analisar seu trabalho pretérito, orientar sua atuação e propor projetos futuros.

CAPÍTULO II - DO TOMBAMENTO

SEÇÃO I - DO PATRIMÔNIO

Artigo 24 - Constitui patrimônio histórico e cultural do Município de Santo André, o conjunto de bens móveis e imóveis existentes em seu território, que seja de interesse público conservar e proteger contra ação destruidora decorrente de atividades humanas e do perpassar do tempo, em virtude de:

I - sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis ou fatos atuais significativos;

II - seu valor arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico, ecológico e folclórico;

III - sua relação com a vida e a paisagem do Município.

Artigo 25 - Equiparem-se aos bens que se refere o artigo anterior, sujeitando-se a tombamento, os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importam conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela natureza humana.

Artigo 26 - Excetuam-se para a constituição do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico-urbanístico e paisagístico, os bens de origem nacional ou estrangeira que:

I - pertençam às representações diplomáticas ou consulares sediadas no País;

II - adornem veículos pertencentes a estrangeiros que façam carreira no País;

III - pertençam, legal e regularmente, a casa de comércio de objetos históricos e artísticos;

IV - sejam trazidos ao território do Município para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

V - tenham sido importadas regularmente por empresas estrangeiras especificamente para adorno de seus respectivos estabelecimentos.

SEÇÃO II - DO PROCESSO DE TOMBAMENTO

SUBSEÇÃO I - DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

Artigo 27 - O processo de tombamento terá início:

I - a requerimento do proprietário;

II - a requerimento de qualquer um do povo;

III - por proposta de qualquer membro do COMDEPHAAPASA.

Parágrafo único - Os requerimentos e propostas devem estar acompanhados de documentos que indiquem a conveniência do tombamento.

Artigo 28 - Cabe ao Presidente do Conselho receber os requerimentos e propostas, indicando um dos membros do Conselho como relator para elaborar o parecer.

Parágrafo único - A indicação do relator observará escala prévia.

SUBSEÇÃO II - DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

Artigo 29 - Cabe ao relator indicado apresentar parecer sobre a matéria objeto de estudo, concluindo, em termos explícitos pelo deferimento, rejeição ou arquivamento da matéria.

Artigo 30 - Após a apresentação do parecer, a matéria será submetida à discussão e deliberação do Conselho.

Parágrafo único - Havendo decisão contrária ao parecer apresentado, o Presidente designará novo relator, dentre os membros integrantes da decisão majoritária, que apresentará novo parecer, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas

Artigo 31 - Na hipótese prevista no inciso I, do artigo 27, opinando o COMDEPHAAPASA pelo tombamento, submeterá o parecer à homologação do Prefeito Municipal.

Artigo 32 - Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, do artigo 27, com parecer favorável, o COMDEPHAAPASA procederá o tombamento provisório do bem.

Artigo 33 - O Presidente do Conselho determinará o arquivamento do processo, quando indeferidos os requerimentos ou rejeitadas as propostas dos conselheiros.

SUBSEÇÃO III - DO TOMBAMENTO PROVISÓRIO

Artigo 34 - Havendo o tombamento provisório do bem, o Presidente do Conselho promoverá a intimação do proprietário para, querendo, impugnar a medida, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Artigo 35 - A intimação do proprietário ou possuidor a qualquer título far-se-á:

I - pessoalmente, se domiciliado ou residente no Município;

II - por carta registrada, com aviso de recepção, se domiciliado ou residente fora do Município;

III - por edital, publicado na imprensa local quando:

a) for o mesmo desconhecido;
b) a demora da intimação pessoal possa prejudicar seus efeitos;
c) for ignorado, incerto ou inacessível o lugar onde se encontra;
d) nos casos expressos em lei.

Parágrafo único - Nas hipóteses mencionadas nos incisos I e II, a intimação será feita por edital, quando destinada ao conhecimento de terceiros ou for essencial a finalidade do ato.

Artigo 36 - O mandato de intimação conterá:

I - o nome do proprietário ou possuidor a qualquer título do bem;

II - os fundamentos de fato e de direito que justifiquem e autorizem o tombamento;

III - a descrição:
a) do gênero, espécie, qualidade e estado de conservação do bem;
b) do lugar em que se encontre o bem.
IV - a advertência de que o bem será definitivamente tombado e integrado ao patrimônio histórico e cultural do Município, se não houver impugnação no prazo de 15 (quinze) dias;
V - as limitações, obrigações e direitos decorrentes do tombamento;
VI - data e assinatura da autoridade competente.

Parágrafo único - Em se tratando de imóvel, a descrição do bem atenderá a todos os requisitos legais, para efeito de matrícula no registro de imóveis.

Artigo 37 - O proprietário ou possuidor a qualquer título do bem poderá opor-se ao tombamento, impugnando-o por petição que deverá conter:

I - a qualificação do impugnante e sua titularidade em relação ao bem;
II - os fundamentos de fato e de direito pelos quais se opõe ao tombamento, que só poderá versar sobre:

a) inexistência ou nulidade da intimação;
b) não inclusão do bem nas hipóteses definidas nos artigos 24 e 25;
c) perda ou perecimento do bem;
d) erro substancial na descrição do bem.

III - as provas, se for o caso, da veracidade que alega.

Artigo 38 - Findo o prazo para a impugnação, o Presidente do Conselho determinará as providências cabíveis.

Artigo 39 - Se o proprietário ou possuidor a qualquer título do bem apresentar a impugnação, o Presidente do Conselho encaminhará o processo ao relator para apresentar o parecer definitivo.

Artigo 40 - Cabe ao relator responsável pelo parecer:

I - acolher a impugnação;
II - rejeitar a impugnação quando:

a) for intempestiva;
b) não se fundar em qualquer um dos fatos tratados no artigo 37, inciso II;
c) o impugnante for parte ilegítima.

Artigo 41 - O proprietário ou possuidor a qualquer título do bem será ouvido por 15 (quinze) minutos, em reunião convocada pelo Presidente do Conselho, podendo para tal constituir procurador ou representante.

Artigo 42 - Encerrada a manifestação tratada no artigo anterior, o relator proferirá seu parecer.

Artigo 43 - Após a apresentação do parecer final, a matéria será submetida novamente à discussão e deliberação do Conselho.

§ 1º - Admitida a impugnação do proprietário ou possuidor a qualquer título, o processo será arquivado.

§ 2º - As impugnações fundadas em inexistência ou nulidade da intimação serão recebidas pelo Presidente do Conselho, que decidirá sobre as mesmas em despacho motivado, no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 3º - Rejeitada a impugnação, o tombamento provisório será submetido à homologação do Prefeito Municipal.
Artigo 44 - Após a homologação do tombamento, o Presidente do Conselho determinará a inscrição do bem tombado no respectivo livro de tombo.

Artigo 45 - O tombamento se efetiva com a homologação do Prefeito Municipal, formalizada em ato publicado na imprensa oficial do Município.

§ 1º - Após a homologação do Prefeito Municipal, o Presidente do Conselho dará ciência ao Cadastro Fiscal e ao Cadastro Imobiliário, para que os mesmos possam acompanhar as restrições previstas no artigo 52.

§ 2º - É facultado ao proprietário ou possuidor a qualquer título do bem, após o tombamento definitivo, interpor recurso dirigido ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO III - DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Artigo 46 - Uma vez tombados, provisória ou definitivamente, os bens não poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem ter suas características alteradas.

Artigo 47 - As obras de conservação, reparação e restauração devem ser executadas somente mediante a autorização do COMDEPHAAPASA, que poderá dar assistência técnica aos interessados ou promovê-las por outras unidades da Prefeitura municipal.

Artigo 48 - Nos casos de perda, extravio, furto, perecimento ou destruição total ou parcial dos bens, o proprietário ou possuidor a qualquer título do bem do mesmo deverá comunicar a ocorrência ao COMDEPHAAPASA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Artigo 49 - Os bens tombados ficam sujeitos à proteção, vigilância e fiscalização permanentes, podendo ser inspecionados sempre que o COMDEPHAAPASA julgar necessário.

Parágrafo único - Cabe ao COMDEPHAAPASA requerer ao Prefeito, solicitando as providências da Guarda Municipal, nos casos de correição destinada a preservação e vigilância do bem tombado.

Artigo 50 - O bem móvel tombado não poderá ser retirado do território do Município, salvo por curto prazo e com finalidade de intercâmbio cultural, a juízo do COMDEPHAAPASA.

Artigo 51 - É facultado ao COMDEPHAAPASA comunicar à Prefeitura Municipal da necessidade de preservação do bem tombado quando:

I - existir urgência de realização de obras;

II - houver recusa de seu proprietário ou possuidor em realizar ou executar as obras.

Artigo 52 - Sem a prévia autorização do Município, não poderá ser executada qualquer obra nas vizinhanças do imóvel tombado, inclusive demolições, que:

I - ponha em risco sua integridade;

II - venha impedir ou reduzir sua visibilidade;

III - a juízo do COMDEPHAAPASA, não harmonize com o aspecto estético paisagístico do bem tombado.

§ 1º - A vedação de que trata este artigo estende-se à colocação de painéis de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto que reproduza os mesmos efeitos.

§ 2º - Para os fins deste artigo, o COMDEPHAAPASA definirá os imóveis da vizinhança que sejam afetados pelo tombamento, notificando os seus proprietários ou possuidores, tanto do tombamento, como das restrições a que se sujeita seu bem.

Artigo 53 - Fica assegurado ao Município, após consulta ao COMDEPHAAPASA, o direito de preferência à aquisição do bem tombado quando o proprietário ou titular do domínio pretender alienálo.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 54 - Para as reuniões de composição e constituição do Conselho, os trabalhos serão presididos pelo Secretário de Educação, Cultura e Esportes (S.E.C.E.).

Artigo 55 - Os casos supervenientes, omissos ou pendentes de interpretação serão decididos pelo CONDEPHAAPASA, mediante deliberação normativa.

Artigo 56 - Subsidiariamente, no que couber, serão aplicadas às legislações federal e estadual que cuidam da matéria tratada no presente regulamento.

4.6) DECRETO Nº 13.928, DE 10 DE OUTUBRO DE 1997.

O Prefeito Municipal de Santo André, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de adequação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André - CONDEPHAAPASA à nova estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Santo André implantada pela Lei nº 7.469, de 21 de fevereiro de 1997;

Considerando o disposto no artigo 66 da mencionada Lei nº 7.469/97, o qual autoriza o Executivo a adequar a sua representação nos Conselhos, em razão da reforma administrativa;

Considerando que os Conselhos devem ser órgãos eminentemente técnicos, cabendo à Secretaria de Assuntos Jurídicos prestar apenas o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento dos Conselhos; **DECRETA**:

Artigo 1 - A representação do Poder Executivo no Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André - CONDEPHAAPASA, instituído pela Lei nº 6.673, de 17 de agosto de 1990, será composta por:
I - dois representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, sendo um deles da Coordenadoria do Meio Ambiente;

II - um representante da Secretaria de Educação e Formação Profissional;

III - dois representantes da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer;

Artigo 2 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo André, em 10 de outubro de 1997.

ENGº. CELSO DANIEL
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIA PELEGRINI
SECRETÁRIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

IRINEU BAGNARIOLLI JUNIOR
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CELSO FRATESCHI
SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

MARIA SELMA MORAES ROCHA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Registrado e digitado no Gabinete do Prefeito, na mesma data e publicado.

RENE MIGUEL MINDRISZ
COORDENADOR DE GABINETE DO PREFEITO